

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MEMÓRIAS EM DISPUTA E JOGOS DE GÊNERO:
O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)

ANA RITA FONTELES DUARTE

FLORIANÓPOLIS
2009

ANA RITA FONTELES DUARTE

MEMÓRIAS EM DISPUTA E JOGOS DE GÊNERO:
O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutora em História Cultural, sob a orientação da professora Doutora Joana Maria Pedro.

FLORIANÓPOLIS
2009

ANA RITA FONTELES DUARTE

**MEMÓRIAS EM DISPUTA E JOGOS DE GÊNERO:
O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em História, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração em História Cultural, pela Comissão Examinadora formada pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Joana Maria Pedro – Orientadora (UFSC)

Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira (UFC)

Profa. Dra. Ana Alice Costa (UFBA)

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC)

Profa. Dra. Ana Lize Brancher (UFSC)

Profa. Dra. Roselane Neckel/UFSC – Suplente interna

Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão/UDESC – suplente externo

Florianópolis, 02 de março de 2009

Para os meus pais Maria Olinda e Sérgio, pelo incentivo constante aos meus estudos e por apontarem a construção intelectual como um caminho possível para as mulheres. Para o Paulo, pelo exercício da paciência, e pelas lições de amor e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muitos apoios, colaborações e afetos reafirmados e construídos ao longo dos últimos quatro anos.

Agradeço imensamente à minha querida orientadora, professora Dra. Joana Maria Pedro. Não se trata apenas de reconhecer as leituras atentas, críticas, sugestões e esclarecimentos em momentos fundamentais da escrita deste trabalho, mas a sensibilidade, generosidade e confiança estabelecida em nossa relação de trabalho que também considero de amizade e na qual desejo me espelhar nas futuras relações com meus alunos. Muito obrigada!

Agradeço às professoras Cristina Scheibe Wolff e Ana Alice Costa pelas críticas e sugestões fundamentais fornecidas durante o Exame de Qualificação desta tese. Suas observações foram imprescindíveis para o amadurecimento do trabalho.

Às ex-militantes do MFPA, no Ceará, e à Therezinha Zerbini, que abriram seus arquivos e suas vidas, auxiliando a feitura deste trabalho durante todo o tempo, muito obrigada!

Às professoras Luzinete Simões Minella, Mirian Pilar Grossi, Carmen Rial e Mara Lago, agradeço pela apresentação de leituras e discussões imprescindíveis para a compreensão dos estudos de gênero e do feminismo. Suas aulas me marcaram sobremaneira.

Aos professores e pesquisadores do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), da UFSC, agradeço pelas sugestões e críticas feitas presencialmente, ou à distância, na ponte estabelecida entre Florianópolis e Fortaleza.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e à sempre solícita secretária Maria Nazaré Wagner que facilitou sobremaneira os trâmites de uma vida “em trânsito”.

Agradeço profundamente ao meu querido amigo, professor Dr. Ismael Pordeus Jr., que de forma generosa colocou-se à disposição para a leitura atenta de meu trabalho e empréstimo de livros, trazendo preciosas contribuições e me tranquilizando.

À professora Adelaide Gonçalves, agradeço pela constante atenção, incentivo, e busca de fontes e leituras que possibilitaram o enriquecimento de minhas análises nesta tese.

À professora Kátia Azevedo, pelo empréstimo de sua coleção do jornal Mutirão.

Agradeço aos diretores da Associação 64-68 e Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou pelo fornecimento de informações preciosas e acesso a documentos imprescindíveis à pesquisa.

Aos funcionários dos arquivos Edgar Leuenroth (Unicamp), Cedem (Unesp) e Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG) pelo empenho em agilizar a pesquisa e acesso a documentação necessária para essa pesquisa.

Ao CNPq, pelo período de bolsa que me concedeu, fundamental para a realização desta pesquisa.

À minha família, em Fortaleza e Brasília, pelo incentivo e apoio em tudo que precisei para realizar esse trabalho.

Aos meus amigos, Gustavo, Ricardo, Adriano, Laécio, Tárik, Amaury, Edma, Teresa, Marcionília, Flávia, Taís, Gil, Meize, Edimilson, sempre próximos e atentos, agradeço a torcida para que tudo sempre acabe bem.

Aos meus novos e queridos amigos catarinenses, riqueza enorme desse processo de tantas idas e vindas, o meu muito obrigada por tudo que fizeram por mim e por este trabalho. Agradeço especialmente às minhas amigas-irmãs Joana Borges e Maíse Zucco que me acolheram, me estimularam, compartilharam angústias e vitórias, me apresentaram mais amigos, quebraram todos os “meus galhos” e ainda me fizeram sambar. Espero sempre ter um colchãozinho esperando por mim em Floripa. O de vocês, em Fortaleza, já está garantido.

Não vejo essas mulheres como heroínas modelares. Na verdade, vejo-as como marcos históricos ou como lugares, marcos históricos – melhor dizendo, arenas – onde se travam embates políticos e culturais cruciais, passíveis de serem examinados, pormenorizadamente. Imaginar uma pessoa – neste caso uma mulher – como um lugar ou uma arena, não significa negar-lhe a humanidade, mas reconhecer os muitos fatores que fazem dela um agente, bem como as múltiplas e complexas maneiras pelas quais ela se constrói como ator histórico. (Joan Scott)

RESUMO

Estudo das memórias do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Ceará, com ênfase em narrativas de ex-integrantes, entre os anos de 1976 e 1979. O trabalho procura compreender as questões de gênero na forma como as mulheres recuperam suas ações políticas e trajetórias de vida, com foco na elaboração de subjetividades a partir de experiência coletiva. O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em 1975, em âmbito nacional, com o objetivo de lutar pela anistia dos perseguidos pela ditadura militar em 1964. Seus quadros reuniam, de acordo com as normas estatutárias, somente mulheres, com núcleos pelo País e milhares de participantes. Apesar de formado, em grande parte, por familiares de presos e exilados políticos, o MFPA agrega mulheres ansiosas por retomarem militâncias políticas interrompidas ou realizadas somente de forma clandestina, além de ter reunido pessoas movidas pela solidariedade. A convivência entre militantes com diferentes motivações gera uma ação política *sui generis*, em constante instrumentalização do gênero, com disputa entre as memórias reconstruídas no presente e tornando mais complexa a atividade do Movimento que, apesar de fundado sobre valores tradicionais ligados à figura da mulher como defensora da família e pacificadora da sociedade, extrapola tais vivências. Há polarização, especialmente concentrada, entre as que se identificam como familiares de presos políticos e as que se reivindicam como “mais politizadas”. As razões da disputa são analisadas ao longo do trabalho. Tampouco as memórias do MFPA são produzidas somente pelo grupo de mulheres formado para esta pesquisa. Está presente em discursos nas solenidades e manifestações do movimento de anistiados no Estado, na mídia e na documentação dos órgãos de segurança do regime ditatorial. Os discursos são permanentemente comparados e confrontados com documentos de história oral desta pesquisa, em análise que amplia as formas de compreender a luta pela anistia no Brasil, recuperando a ação das mulheres como personagens fundamentais.

Palavras-chave: Memória, gênero, anistia, Movimento Feminino pela Anistia, ditadura.

ABSTRACT

Study of Women's memories of the Movement for Amnesty (MFPA) in Ceará, with emphasis on narratives of ex-members, between the years 1976 and 1979. The work seeks to understand the issues of gender in how women recover their political actions and paths of life, focusing on development of subjectivity from collective experience. The Women's Movement was established by Amnesty in 1975, at the national level, with the objective of fighting for amnesty for persecuted by the military dictatorship in 1964. Its board meeting, according to the statutory rules, only women with nuclei the country and thousands of participants. Though formed in large part by relatives of political prisoners and exiles, the MFPA adds women eager to resume political militancy discontinued or performed only in a clandestine, in addition to meeting people moved by the solidarity. The coexistence between different motivations militants with political action generates a *sui generis*, in constant exploitation of the genre, with the dispute between reconstructed memories of this and making more complex the activity of the Movement that, although based on traditional values linked to the figure of the woman as defender of family and peaceful society, beyond such experiences. There polarization, especially concentrated among those who identify themselves as relatives of political prisoners and those that are claimed as "more politicized." The reasons for the dispute are analyzed over the work. Neither the memories of MFPA are produced only by women's group formed for this research. Is present in speeches in ceremonies and events of the movement of pardon in the state, the media and the documentation of the safety of the dictatorial regime. The speeches are constantly compared and confronted with documents of this oral history research in analysis that expands the ways to understand the fight for amnesty in Brazil, recovering the action of women as key characters.

Keywords: memory, gender, amnesty, Amnesty Movement for Women, dictatorship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. MULHERES EM GUARDA CONTRA A REPRESSÃO	22
1.1. Os caminhos do protagonismo	22
1.2. A força do lenço branco.....	28
1.3. No Brasil, o MFPA.....	35
1.4. Uma líder chamada Therezinha.....	42
1.5. Dentro da lei	46
1.6. Feminino x Feminista	52
1.7. Ação política.....	58
2. DA EXALTAÇÃO À VONTADE DE FALA: AS MEMÓRIAS DO MFPA NO CEARÁ	64
2.1. No caldeirão de memórias, as mulheres	64
2.2. A mãe como símbolo.....	72
2.3. Nos jornais, outras vozes	78
2.4. Dos arquivos	82
2.5. Reconstituindo um grupo.....	89
3. A AÇÃO POLÍTICA NAS MEMÓRIAS EM DISPUTA	95
3.1. Quando uma mulher faz política?.....	95
3.2. Motivações	101
3.3. Disputa e ação política.....	112
3.4. O cenário e os objetos das disputas	124
3.4.1. A batalha pela palavra impressa.....	131
3.5. Obedecer ou rebelar-se	135
4. JOGOS DE GÊNERO E SUBJETIVIDADE NAS MEMÓRIAS	140
4.1. Jogos em tempos de guerra.....	140
4.2. “Estratégia” inteligente x coisa de mulher	144
4.3. Nas memórias, os jogos	150
4.4. Entre o medo e a exaltação.....	161
4.5. Transformações da subjetividade na experiência do MFPA	167
4.6. Feminismo e transformações de gênero	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
FONTES E ACERVOS	190
BIBLIOGRAFIA	195
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Esta tese discute as memórias da atuação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Ceará, principalmente pelas narrativas de ex-militantes, para compreender como questões de gênero atuam na (re)construção de vivências políticas, na segunda metade da década de 70 do século XX, e na elaboração de subjetividades no presente.

A escolha da temática é de antes mesmo de meu ingresso no campo dos estudos históricos, como repórter especializada em política, no jornal O POVO, em Fortaleza. Em meados de 1999, indicada para escrever caderno especial sobre os 20 anos da Lei da Anistia¹, enfatizo as mobilizações e personagens do período ditatorial no Ceará.

O núcleo cearense do MFPA se constituiu na esteira da iniciativa de mulheres paulistas, criadoras de uma organização de caráter nacional, em 1975, para a luta pela anistia e respeito aos direitos humanos de forma institucionalizada e legal, proposta singular em 11 anos de regime ditatorial.

A experiência, é importante ressaltar, surge em diversos países da América Latina, especialmente no Cone Sul², onde ditaduras reprimem e dizimam opositores. As mulheres se organizam no Chile, no Uruguai, mas são celebrizadas pela atuação na Argentina, na até hoje atuante Associação das Mães da Praça de Maio.

Em primeiro momento, contato mulheres militantes no MFPA identificadas como familiares de presos políticos. Contaram histórias de sofrimentos pessoais e sentimentos de coragem e afeto que davam o tom das reminiscências. Posteriormente, entrevistei militantes do Movimento, que, diferentemente de familiares, situam as narrativas em contexto mais amplo da luta pela redemocratização do País. Tal experiência, não contada pelos livros de história local, e a própria diversidade de memórias no mesmo grupo me chamaram a atenção.

Após o trabalho do Caderno, acompanho sistematicamente reuniões de pessoas afetadas pela ditadura que buscavam se organizar para constituir um órgão de defesa de seus direitos e de “preservação” da memória do período. A Associação 64-68 que, hoje, reúne centenas de anistiados e, a exemplo de outras entidades do gênero, teve sua consolidação catalisada pela discussão das leis de indenização, criadas para reparar danos sofridos no período ditatorial a partir de 1964. As leis impulsionam a vontade de saber mais sobre o

¹ O POVO, Fortaleza, 18 de ago. 1999.

² Cone Sul é um espaço político definido recentemente. Dele fazem parte além do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai.

período, pela necessidade de provar o que se viveu, para exigir do Estado indenizações, reintegrações, alguma forma de reparação, afinal. Na busca do reconhecimento e fundamentação das demandas, as associações de anistiados, presos políticos e familiares de desaparecidos no Cone Sul, organizam ações ativadoras de memória, conforme Jelin³.

Novos personagens surgem, episódios até então desconhecidos são publicizados, livros de memórias do período lançam-se, documentos em profusão são gerados, criam-se novas solidariedades e sociabilidades. Há esforço contínuo na tentativa de construção de memória contraposta ao discurso dos que comandam e apóiam a ditadura, de reconstrução do sofrimento concretizado na tortura, na dissolução de famílias, em mortes e traumas. Entretanto, mesmo no processo de reconstrução ou recuperação do passado, nem todos se fazem presentes, ou melhor, nem todos são chamados a narrar da mesma forma.

Alguns são credenciados, mesmo que sutilmente, pelo próprio movimento, para falar o que passou, escolhem-se assuntos em detrimento de outros. Dessa forma, personagens ou histórias acabam se tornando invisíveis ou aparecem de forma estereotipada ou mitificada.

É o caso das mulheres do MFPA. O grupo cearense funcionou com dois núcleos, sendo um localizado em Fortaleza e o outro reunindo militantes das cidades de Tauá e Crateús (sertão dos Inhamuns), entre 1976 e 1979, ano da aprovação, no Congresso Nacional, da Lei da Anistia. Reunia no quadro permanente cerca de 30 mulheres, com diretoria eleita e grupos de atividades, com obediência ao estatuto nacional. Além de parentes e esposas de presos políticos, exilados e banidos, acolhe também universitárias e militantes políticas, impossibilitadas de atuar mais abertamente em razão da repressão.

O Movimento esteve na linha de frente de manifestações e campanhas a favor da anistia e na defesa aberta dos presos políticos, na sua luta por melhores condições de vida, nas cadeias e presídios, além de dar aporte jurídico e apoio a familiares, na peregrinação em busca de parentes desaparecidos ou presos.

A experiência política das mulheres faz o Movimento reconhecido no Estado, atuando em solidariedade aos movimentos sociais em começo de reorganização. O trabalho pela anistia fez que mulheres se voltassem para a política institucional, disputando e conquistando mandatos, ou tornando-se lideranças de movimentos de bairros, religiosos e feministas.

Essa atuação política, certamente permeada por laços de afetividade, é obscurecida, ou mesmo, omitida em meio aos discursos da mídia e pelos que “guardam” a memória da anistia no Estado. A luta e engajamento das mulheres, feitos na rotina de pequenos e grandes

³ JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madri: Siglo XXI de Espana, 2002, p.52.

enfrentamentos ao regime militar, são vistos primordialmente, como atuação de mães e mulheres na defesa de entes queridos, como ato de coragem de “predestinadas” ao cuidado e o zelo.

Isso é referência encontrada com frequência, em reuniões comemorativas e de confraternização da associação de anistiados, que centraliza as ações de resgate da memória do período. Nesta pesquisa, ouviram-se declarações como: “Sem elas, a anistia não teria acontecido”, ou “Elas foram mães de todos nós”, ditas por ex-presos políticos. As militantes são lembradas, ainda, como “solidárias”, “corajosas”, “carinhosas”, “protetoras”, pessoas de “coração enorme”.

A atribuição de razões sentimentais à ação, nem mesmo lembrada como política, lança obscuridade sobre as experiências pessoais e coletivas, dentro do Movimento, o que reforçou meu interesse pela pesquisa e o desejo de compreender como as próprias militantes encaram e reconstituem suas ações. É desejo decorrente ainda de processo de autocrítica, por ter, como jornalista, construído textos com esses estereótipos.

As entrevistas me revelaram, em primeiro lugar, o desejo de compartilhar narrativas pouco conhecidas ou totalmente desconhecidas, pela falta de oportunidade, por opção pelo silêncio ou ainda, como nos lembra Pollak⁴, pela inexistência de escuta. Em segundo lugar, a disputa entre memórias que, aos poucos, fui compreendendo, não se manifestava nos espaços públicos, mas sempre presente nas entrevistas. Sentimentos diferenciados de vivências do MFPA, durante o trabalho jornalístico, na verdade, demarcam posições bem definidas de pessoas que se identificavam com os principais grupos do Movimento: de “familiares” e de “políticas”/ “politizadas”.

A disputa, não visualizada explicitamente em jornais e solenidades públicas de anistiados, coloca-se agora, claramente, de narrativas de origens do Movimento, passando pelas formas de ação política e visibilidade pública, em que a utilização ou não de imagens tradicionais do feminino está em jogo, à discussão moral de motivações de ingresso no Movimento. Afeto, amor e solidariedade valorizam-se em contraposição a “interesses políticos” ou, por sua vez, “a luta por uma sociedade mais justa e democrática” é oposta a “interesses pessoais restritos”. Tem-se o cenário da pesquisa para análise mais a fundo. Afinal, qual o significado das disputas entre memórias, em contexto específico, e como as questões de gênero podem ajudar a pensá-las?

⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.02, n.03, 1989, p.6.

Na construção de referencial teórico capaz de instrumentalizar esta análise, buscaram-se categorias de análise para dar conta da discussão sobre grupo tão diverso, marcado por experiências traumáticas, em contexto autoritário, com poucas chances de manifestar publicamente seus conflitos. Dois autores são especialmente importantes para a tarefa: Michael Pollak e Alessandro Portelli.

O primeiro⁵ desenvolveu discussão acerca das memórias em disputa, reveladas, principalmente, pela história oral, centrando análise no embate entre grupos minoritários, “dominados”, portadores do que chama de “memórias subterrâneas”, opositoras de “memória oficial”. Embora trabalhe com grupos diferentes, pessoas oprimidas pelo regime stalinista na ex-URSS, ex-deportados e ex-combatentes de guerras, Pollak articula bem o silêncio dos grupos minoritários e as razões do rompimento na expressão de memórias públicas e discute as formas ou tentativas de seu enquadramento por grupos majoritários, na tentativa de manter a coesão interna e defender as fronteiras do que o grupo tem em comum.

Embora não possa identificar o grupo do MFPA cearense como portador de “memórias subterrâneas”, posto que não totalmente ignoradas e ainda em processo ativo de disputas com outros tipos de memórias sobre a ditadura militar, não suficientemente elaboradas pela sociedade brasileira, como lembra Alberti⁶, a discussão de Pollak me ajuda a pensar os termos da relação entre as memórias das mulheres do Movimento e a construção da memória da ditadura militar por parte da esquerda, hoje capitaneada pelo trabalho da Associação 64-68. Afinal, as disputas do grupo do MFPA também se colocam em relação à memória, predominantemente produzida por homens, sobre o período da história brasileira considerado.

Por outro lado, as divergências no grupo de ex-militantes, mais intensas do que com os anistiados da Associação, fizeram-me concordar com a afirmação de Portelli⁷, de que os historiadores não podem continuar procurando oposições somente entre campos de memória e sim também dentro deles, ampliando o conceito de “memórias divididas”, sob o qual estamos acostumados a pensar as dicotomias apenas entre memórias homogêneas, geralmente postas entre a institucional e a coletiva. O MFPA, pela composição e trajetória, mostra a necessidade de pensar a pluralidade e fragmentação de diferentes memórias no mesmo campo.

Tornou-se impossível pensar as razões das disputas entre memórias do MFPA, sem articulá-las com a ação política *sui generis* do grupo formado somente por mulheres, que, em

⁵ Ibidem, p. 3-15.

⁶ ALBERTI, Verena. Ouvir contar – textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.39.

⁷ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana), 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). Usos e abusos da história oral. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

contexto autoritário lança mão de representações⁸ tradicionais relacionadas ao feminino, na sociedade brasileira, principalmente, maternidade, cuidado com entes queridos, pacificação e solidariedade. As narrativas das ex-militantes e documentos produzidos por elas, os discursos da mídia, dos anistiados e dos próprios órgãos de vigilância e repressão do regime ditatorial, em relação ao MFPA, estão repletos de representações, para explicar estratégias de ação, definir motivações e para valorizar ou depreciar participações.

O gênero torna-se categoria de análise fundamental para pensar as memórias das mulheres e, por seu intermédio, a ação do grupo e a visão sobre as trajetórias a partir da participação no Movimento. A concepção teórica de Scott⁹ parece-me sobremaneira adequada para pensar o objeto de pesquisa. Primeiro, por compreender o gênero como elemento constituinte das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre sexos e por ser visto como forma primeira de significar as relações de poder. Depois, por relacionar, na operação, quatro elementos fundamentais: símbolos culturalmente disponíveis evocadores de representações múltiplas e geralmente contraditórias do masculino e feminino; conceitos normativos que direcionam as interpretações de simbologias, tentando limitar e conter o uso metafórico expresso em doutrinas e discursos múltiplos em que os sentidos de masculino e feminino estão bem definidos; noção de fixidade que constrói a aparência de permanência eterna da representação binária entre os gêneros e, por fim, a construção das identidades de gênero.

Compreendidos os elementos, cabia aos historiadores, entre outras coisas, introduzir a noção do político e a análise das instituições sociais para descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva às construções binárias e examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são construídas, relacionando os achados da pesquisa com atividades e organizações sociais e representações culturais historicamente situadas. Esse último aspecto torna-se bastante importante a fim de evitar generalizações equivocadas e cristalizações de padrões sociais de gênero que acabam sendo utilizados para análises de diferentes sociedades, em diferentes temporalidades, sem exame mais crítico como alerta Nicholson¹⁰.

⁸ Representações são utilizadas nesse trabalho com o sentido de práticas de significação e sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. Ou seja, é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e ao que somos. WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

⁹ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991, (mimeo).

¹⁰ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*: Florianópolis, vol. 8, n. 2, 2000, p. 34.

Diferentemente de outros trabalhos, não se trata aqui apenas de analisar como discursos baseados em diferenças percebidas entre sexos são produzidos sobre determinado grupo, mas como o grupo instrumentaliza, consciente ou inconscientemente, representações e discursos para interferir no processo político determinado como o MFPA, no Brasil.

Nesse sentido, a categoria “jogos de gênero” instrumentalizada por Capdevila¹¹, é bastante instigante para pensar como situações de guerra e conflitos, como a ditadura implantada em 1964 no Brasil, mobilizam diferentemente identidades de gênero e constituem as mulheres como interlocutores privilegiados em contexto de autoritarismo e repressão.

Os jogos de gênero definem-se como instrumento, à semelhança do jogo de xadrez, onde os atores políticos tentam intervir no espaço público. Situam-se sobre a noção de intervalo em encenação entre o que é verdadeiro e o que é percebido pelo adversário. Apóiam-se na idéia de que os sentidos ou as dinâmicas iniciadas por crises podem induzir a redefinição das relações entre homens e mulheres, em quadro limitado, conduzindo ao ajustamento do masculino e feminino ou, às vezes, simples oscilação. Analisando movimentos capitaneados por mulheres, em diferentes contextos de crise e autoritarismo, na Europa e na América Latina, Capdevila percebeu que, muitas vezes, no movimento entre a defesa do lar e a defesa coletiva, ocorre mutação política maior, identificada como metamorfose de uma ação reivindicatória arcaica em movimento de protesto moderno, o que, no âmbito individual, também desencadeia transformações identitárias.

Essa hipótese se aplica ao grupo que pesquiso, desde a análise das primeiras entrevistas deste trabalho. A fim de libertar parentes presos ou continuar militâncias interrompidas, interferindo na realidade política do momento, as mulheres investem em identidades de gênero, ora reforçando padrões tradicionais de comportamento, ora assumindo posições de ruptura para o esperado ou desejado para mulheres, na relação que mescla a necessidade de se protegerem ou esquivarem da repressão e a diferenciação de interesses no próprio grupo.

Para melhor entender a mutação identitária, partilho do conceito de identidade não como algo fixo e imutável, ligado à essência do sujeito, mas, na acepção de Hall¹², desenvolvida no campo dos estudos culturais. Identidade, nesse sentido, é vista como ponto de encontro entre discursos e práticas que tentam nos interpelar, falar ou convocar para assumir lugares como sujeitos sociais, em discursos determinados, e processos que produzem

¹¹ CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des Pays de L’Ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, n. 2, 2001, p.105.

¹² HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. 8 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000, p.111-112.

subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são, assim, pontos de apanço, de caráter temporário, posições de sujeito construídas pelas práticas discursivas para nós. Essa aceção se articula com a reflexão feita por teóricas pós-estruturalistas como Butler,¹³ para quem as identidades de gênero são performaticamente constituídas, em ato aberto a cisões, sujeito a paródias, autocríticas e exibições “hiperbólicas do natural”.

Por fim, na discussão sobre a elaboração das subjetividades das mulheres do grupo de narradoras, pelos impactos das experiências vividas no MFPA e conseqüentes transformações, utilizo discussões empreendidas por Guattari¹⁴, para quem a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social e a partir da qual o indivíduo poderá submeter-se tal como a recebe ou reapropriar-se de seus componentes. Para examinar a reapropriação, oriento-me pelas discussões de Foucault¹⁵, ao se voltar para as reflexões das técnicas do cuidado de si e do trabalho ético desenvolvido pelos sujeitos no sentido de transformar a si mesmos em sujeitos morais de conduta, definindo posição em relação às regras, determinando para eles mesmos modos de agir, conhecendo-se, controlando-se, pondo-se à prova, aperfeiçoando-se e transformando-se.

Metodologia e fontes

Para compreensão de memória do MFPA, no Ceará, foi necessário recuperar aspectos da trajetória do Movimento. Do enorme acervo de documentos, panfletos, livro de atas, circulares, pouco ou quase nada parecia haver restado. As ex-militantes, mesmo da diretoria do MFPA, simplesmente não sabiam onde foram parar. Algumas se desfizeram dos papéis, fazendo-nos refletir sobre a afirmação de Perrot¹⁶ sobre a pouca importância ainda dada à história pelas mulheres, mesmo pelas mais “politizadas”.

¹³ BUTLER, Judith. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.211.

¹⁴ GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica – cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005, p.31-33.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 2 – o uso dos prazeres. 12. edição. Rio de Janeiro: Graal, 2007; História da sexualidade 3 – O cuidado de si. 9.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007 e MOTTA, Manoel Barros (org). Ética, sexualidade e política/ Michel Foucault. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

¹⁶ PERROT, Michele. Minha história das mulheres. São Paulo: Editora Contexto, 2007, p.17.

Na escrita da tese, surpreende-me a notícia de que ex-integrante do núcleo, no interior do Estado, guarda bom acervo de documentos. Atas, circulares, panfletos, informes, dados para discussão política, petições, reivindicações de melhores condições de vida para presos políticos, relatos de participações em congressos de anistia e de programações, além de correspondência com a diretoria nacional do Movimento, são guardados cuidadosamente pela ex-militante.

Paralelamente, outro tipo de acervo estava sendo composto. O contato com as mulheres, na época do jornal, foi retomado. Algumas se demonstraram surpresas de que alguém se interessasse pelos relatos. Outras comemoraram a iniciativa e revelaram que alimentavam o desejo longínquo de escrever, elas mesmas, as memórias, mas nunca encontravam oportunidade para fazê-lo. Livros de memórias, ou mesmo, autobiografias de ex-integrantes do MFPA, aliás, são raridades, embora o Movimento tenha se organizado em todo o Brasil, reunindo centenas de mulheres. As memórias do período são, ainda, eminentemente masculinas.

É comum as entrevistadas manifestarem a vontade de a pesquisa virar livro e que todos conheçam fatos “tão importantes”. Poucas demonstraram desinteresse, houve quem adiasse a entrevista, o que é compreendido como dificuldade na elaboração de passado traumático¹⁷. Apenas uma mulher se recusa a falar, por passar mal ao recordar o período, já que sua família havia sido muito maltratada pelas sucessivas prisões de irmãos e doenças advindas dos maus tratos.

O fato é que o trabalho é bastante facilitado pela colaboração das entrevistadas. Algumas ajudam com recortes de jornais do período, guardados entre pertences. Esposas de ex-presos políticos mostram fotos de visitas no presídio, com a presença de filhos e integrantes do MFPA, doam livros do período. Assim, constituía-se, ao mesmo tempo, um arquivo fragmentado em papel e outro repleto de memórias palpantes e conflituosas.

Uma entrevista leva à outra. “Você já ouviu a fulana? Ah, pois tem que ouvir”, diziam, ao mesmo tempo em que pesquisavam números de telefone e endereços. Algumas são amigas até hoje, outras retomam contatos a partir da pesquisa. São curiosas de saber o que outras companheiras falaram, se lembraram este ou aquele assunto. Disputas para inclusão de nomes mais importantes a serem ouvidos também existiram.

¹⁷ No âmbito individual as marcas de experiências traumáticas são determinantes para aquilo que o sujeito pode recordar, silenciar, esquecer ou elaborar. JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madri: Siglo XXI de Espana, 2002, p.11.

Ao todo, foram narrativas de 16 mulheres, na faixa de 50 aos 86 anos de idade, com diferentes graus de envolvimento do MFPA. Não constituem as únicas fontes da pesquisa, pois o acervo escrito foi obviamente incorporado, assim como cartas, fotos, livros, material de artesanato elaborado pelos ex-presos para as mulheres, e a própria cobertura de jornais da grande imprensa e imprensa alternativa fornecem elementos importantes para construção do trabalho, assim como o acompanhamento de solenidades e reuniões comemorativas da Associação 64-68, em que é possível perceber o lugar ocupado pelas memórias do Movimento no processo de organização dos anistiados do Estado.

Também pesquisei documentação dos próprios órgãos de informação, como SNI (Serviço Nacional de Informações), no Arquivo Nacional, em Brasília. Como tantos historiadores, senti a angústia e indignação de ter a pesquisa filtrada ou restrita pelos incompreensíveis critérios impostos ao acesso de documentos do período ditatorial pós-1964, no Brasil, tendo de escolher cópias de documentos que não tive direito de olhar. De certa forma, tive “sorte” porque entre “liberados”, obtive processos de órgãos de segurança que empreendiam vigilância sobre o Movimento, o que já me havia sido revelado pelas entrevistas, podendo analisar a visão do regime acerca das militantes e suas ações, o que era deveras importante, afinal no tabuleiro dos “jogos de gênero” empreendidos pelo MFPA, os militares estavam em posição de adversários. Penso também nas possibilidades de enriquecimento da análise perdida pelo que não pude ter acesso.

Sobre narrativas de militantes se assenta a maior parte da pesquisa. A escolha está relacionada diretamente à opção por vozes femininas sobre o processo de anistia, no Ceará, hoje, majoritariamente feito por homens, além de questões da própria tese, como a necessidade de percepção de como as mulheres reconstróem, no presente, sua ação política e como elaboram as subjetividades, a partir da experiência em análise mediada pela questão de gênero.

Nessa perspectiva, também utilizo os outros tipos de documentos e tento, na medida do possível, promover diálogo em que passado e presente estão permanentemente imbricados. Aliás, em anexos deste trabalho, é possível conhecer um pouco mais as integrantes do grupo constituído para esta pesquisa, através de minibiografias de entrevistadas, que dão idéia das trajetórias traçadas, o que inclui idade, local de nascimento, formação e experiências familiares e políticas, antes e após ingresso no MFPA.

A opção metodológica pela história oral se dá por questões essenciais: primeiro, por identificar a memória como fundamento da identidade de comportamentos e mentalidades coletivas, pois a relembração individual relaciona-se à inserção social e histórica de cada

narradora, encontrando-se possibilidades múltiplas de elaboração das representações e de reafirmação das identidades construídas na dinâmica da história¹⁸.

Em segundo lugar, por entender a história oral como forma privilegiada de trabalhar e compreender memórias de mulheres, haja vista o quanto a convergência da metodologia com a pesquisa informada pelo feminismo foi importante para o desenvolvimento das formas de pesquisa e da evolução de interpretações. Ao entrevistar as mulheres do MFPA não se busca uma essência atemporal das memórias femininas, pois compreendem-se as “diferenças” de gênero situadas historicamente¹⁹, mas justamente instrumentos de trabalho com a pluralidade de memórias possíveis, posto que esse tem sido realmente conceito-chave, na história oral, de narradoras, e nos alerta sobre tentativas rasas de construir assertivas abrangentes nas relações entre gênero e memória²⁰.

As entrevistas utilizam relatos orais de vida como instrumento privilegiado, que se configuram em forma de entrevista em que é solicitado ao narrador ou colaborador a abordagem, de forma mais especial, de determinados aspectos da sua vida. Mesmo com a possibilidade de narrar com liberdade, no entanto, o entrevistado sabe que há um foco de interesse do pesquisador que direciona a entrevista para pontos específicos. O processo seletivo é mais presente, envolvendo pesquisador e colaborador-entrevistado e atuando na forma de condução da entrevista. Diferencia-se da história oral de vida em que o entrevistado narra sua existência através do tempo²¹.

Entre as temáticas abordadas estão dados da formação pessoal e profissional, visão sobre a ditadura, contato com a política, direta ou indiretamente, ingresso no MFPA, ação no Movimento, impactos da participação, a utilização consciente ou não do gênero como instrumento de ação.

Com algumas entrevistadas, os encontros acontecem mais de uma vez, a depender de solicitações das mesmas, ou quando se sentia que pontos abordados necessitavam ser aprofundados. Em algumas ocasiões houve estímulos, com jornais do período, cartas, poesias, fotos e artefatos da memória, não como forma de acareação ou contraposição de verdades, mas para auxiliar no processo de relatos. As entrevistas eram realizadas em locais escolhidos

¹⁸ NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. História Oral, n.3, junho de 2000, p.109 a 115.

¹⁹ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas: Florianópolis, vol. 8, n. 2, 2000, p. 34.

²⁰ SALVATICI, Silvia Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: História Oral, Vol.8, n.1, janeiro-junho de 2005, p.32.

²¹ A classificação é adotada por LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Re)introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996, p.35.

pelas mulheres, geralmente em suas casas, embora algumas tenham preferido o local de trabalho.

A história oral ofereceu a este trabalho a possibilidade de explorar mais a fundo aspectos da intimidade individual e descortinar práticas políticas, permeadas por aspectos subjetivos, sobre assuntos muitas vezes considerados privados. Scott²² afirma que, para fazer surgir sentido, há que se tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das inter-relações, pois ambos têm importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança.

Privilegiar a análise de memórias de mulheres e centrar a elaboração subjetiva de experiências vividas alarga as perspectivas da historiografia produzida até agora, sobre o processo de anistia, no Brasil, ainda bastante centrado no cotidiano das organizações políticas de esquerda, sobre o processo de construção da Lei da Anistia do ponto de vista dos governos militares e dos partidos do momento, Arena e MDB, ou que vêm no Comitê Brasileiro pela Anistia, o principal sujeito da discussão e encaminhamento da luta. Mesmo entre os trabalhos especificamente sobre o MFPA, é oportunidade de deslocar o olhar, investigando as formas de atuação do Movimento para além do eixo São Paulo-Minas Gerais-Rio de Janeiro, estados sobre os quais os trabalhos se debruçam majoritariamente²³.

Para proceder à análise sistematizada, o trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, tem-se a mobilização das mulheres contra a repressão pela constituição de movimentos de resistência civil no Cone Sul, dando ênfase ao Brasil onde foi criado o Movimento Feminino pela Anistia, tentando buscar pontos em comum na atuação das mulheres e discutindo as formas pelas quais o gênero é instrumentalizado na construção do MFPA.

No segundo capítulo, discute-se a memória do MFPA, no Ceará, a partir de discursos da esquerda em solenidades e atos públicos, organizados e conduzidos pelos anistiados, assim como os discursos da imprensa. Comparam-se os primeiros com os discursos das mulheres de maneira mais autônoma, pela imprensa ou pelas próprias narrativas. Historio, a partir das discussões sobre gênero, a produção de arquivos pelas mulheres sobre o período e o

²² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica, trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991, (mimeo), p.14.

²³ Cf. GRECCO, Heloísa Amélia. Dimensões fundacionais da luta pela anistia, 2003. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Entre os principais trabalhos produzidos sobre o MFPA, no Brasil estão: LANNA, Anna Flávia Arruda. Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte; RAMOS, Andressa Maria Vilar. A liberdade permitida. Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Movimento, enfatizando suas relações com esses suportes e a memória produzida sobre elas, além de problematizar a constituição do grupo de narradoras, base da pesquisa.

Terceiro capítulo: pela identificação de disputas de memória entre ex-militantes do MFPA analisa-se a ação política reconstruída pelas narrativas, apontando as motivações de ingresso no Movimento e formas pelas quais as disputas se manifestam e os sentidos que elas possuem, em constante relação entre fatos do passado e demandas do presente. No processo, narrativas e documentação são levadas a dialogar constantemente.

Quarto capítulo: discussão, a partir da análise prioritária sobre as narrativas de ex-militantes, de que forma elas exercitaram os chamados “jogos de gênero”, na atuação política. Busco compreender de que forma elas elaboram a ação, sob o ponto de vista dos impactos da experiência, no MFPA, na construção de suas subjetividades, retratadas pelas transformações políticas, engajamentos, mudanças nas relações afetivas e familiares. Busca-se, enfim, entender como essa vivência singular, em período de exceção, afeta suas vidas.

CAPÍTULO I – MULHERES EM GUARDA CONTRA A REPRESSÃO

Sepultarei meu irmão ainda que não queiras, e o teu. Não poderão acusar-me de traidora.

(...) Defrontar-me com a morte não me é tormento. Tormento seria se deixasse insepulto o morto que procede do ventre de minha mãe. Tuas ameaças não me atormentam. Se agora te pareço louca, pode ser que seja louca aos olhos de um louco.

(...) Nada de vergonhoso há em honrar os do mesmo sangue.

(Antígona, de Sófocles)

O Movimento Feminino pela Anistia, no Brasil, surgiu em 1975, pela articulação de mulheres paulistas na defesa dos atingidos pelo regime autoritário a partir de 1964, tendo como objetivo inicial a conquista da anistia. O núcleo cearense do MFPA é o terceiro a ser criado, em março de 1976. Sua origem remete às reuniões de familiares de presos políticos no ano anterior, em Fortaleza, para discutir formas de intervenção e defesa de parentes encarcerados pela ditadura. O trabalho de mães, irmãs, esposas, namoradas, atrai outras mulheres sem parentes presos, que viram, na atuação do Movimento, a possibilidade de retomar atividades de militância política interrompidas pela repressão, ou simplesmente, de exercer a solidariedade aos presos, exilados, banidos e famílias.

O MFPA juntou-se a outros movimentos criados ou liderados, entre as décadas de 60 e 80, do século XX, na América Latina, especialmente, na região do Cone Sul, por mulheres mobilizadas, sob motivos semelhantes. Discutir as razões históricas do protagonismo feminino e as formas escolhidas para a ação, em cenário de autoritarismo, ajuda a compreender as experiências do grupo que levantou a bandeira da anistia, no Ceará, quando a maior parte dos movimentos sociais estava desarticulada ou silenciada.

1.1 - Os caminhos do protagonismo

Por que, afinal, as mulheres se convertem em protagonistas de práticas de resistência civil, em momentos de crise, arbítrio e negação das liberdades individuais? Analisando sua atuação na cena pública, na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial e na América Latina,

durante os anos 70 do século XX, Capdevila²⁴ observa que as ditaduras destroem os organismos de interlocução e as situações impõem novos mediadores, dados pela nova conjuntura em que não valem hierarquias institucionais, sexo, idade, títulos, favorecendo o aparecimento de novas elites e interlocutores sociais selecionados por variáveis, como espírito de iniciativa, senso de oportunidade, etc.

Guerras e ditaduras impõem agressões às esferas pública e privada, com sanções econômicas e sociais, sobretudo com ameaças à célula familiar, com a separação de homens e mulheres, pais e filhos, colocando civis na linha de tiro, transformados em inimigos da nação. As mulheres, pouco presentes no espaço político, fazem a interface entre o privado e o público, em contato direto com o agressor. Acabam saindo da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos de defesa coletiva, o que demanda ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica em movimento de protesto moderno. Individualmente, essa metamorfose é sentida pela mutação identitária.

As mulheres atuam utilizando, consciente ou inconscientemente, representações tradicionais de ideologia centrada na família que caracteriza os regimes reacionários no Ocidente, do século XX, com objetivo de interferir na dinâmica ditatorial. Jogam o que ele chama de jogos de gênero, compreendendo o gênero como máscara, parte da *mis-en-scene* (jogo de cena). Como em jogo de xadrez, os atores políticos tentam intervir no espaço público, utilizando, como instrumento de intervenção e visibilidade política, o “eterno feminino” e o “eterno masculino”. Como atrizes, as mulheres instrumentalizam o gênero a seu favor, uma vez que os homens enfrentam situação de vulnerabilidade maior diante da repressão. O gênero, como categoria de análise, neste trabalho, é compreendido como construção cultural que estabelece a diferença entre os sexos, codificando e distribuindo o poder entre homens e mulheres com atribuições específicas destes²⁵.

²⁴ CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. Annales de Bretagne et des Pays de L'ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001, p.105-106.

²⁵ Numa fase ainda recente, o imaginário social ocidental, em que todas os países referenciados no texto, estão localizados, o masculino está associado ao espaço público e o feminino ao espaço privado, sendo as mulheres consideradas autoridades em matéria de cuidado com os filhos e gestão do lar. *Ibidem*, p. 104. As relações de gênero são, ainda, elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos e, são, portanto, uma forma primária das relações significantes de poder. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica, trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991, (mimeo). Essa colocação é importante para compreendermos porque em situações de crise e instabilidade como as analisadas neste trabalho, as mulheres utilizam os estereótipos de gênero a seu favor na luta contra diversas ditaduras. O surgimento e utilização do conceito de gênero na historiografia é analisado por PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História. São Paulo, v.24, nº 1, p.77-98, 2005.

As mulheres agiram politicamente, próximas do que Butler²⁶ chamou de “performances de gênero”, na medida em que a repetição de características consideradas naturalmente femininas, o amor materno, cuidado e defesa da família, foram exageradas, de forma parodística, com o propósito de atingir objetivo político. Isso não quer dizer que boa parte delas não concorde, ou mesmo, não se identifique com elementos utilizados em paródias, mas nesse momento histórico, as características, reivindicadas por discursos proferidos ou assumidos corporalmente, funcionaram como ferramentas úteis para as necessidades do presente.

Os jogos/performances fizeram parte do cotidiano do Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Brasil que enfrentaram ditaduras, entre as décadas de 60 a 80, do século passado, articuladas pela Operação Condor, aliança que interligou aparatos repressivos de países que passaram a agir além fronteiras. As ditaduras se auto-imputavam o direito de prender, torturar, matar e ocultar cadáveres, em guerra que contou com o patrocínio dos Estados e de setores da sociedade civil, com impactos diferentes na vida de homens e mulheres, diretamente relacionados às posições diferenciadas no sistema de gênero no período.

As próprias imagens do nosso repertório acerca da repressão, no Cone Sul, mostram a associação dos símbolos da dor e do sofrimento, corporificados nas figuras de mães desesperadas, como as da Praça de Maio (Argentina). Enquanto isso, os mecanismos institucionais parecem sempre pertencer aos homens, com tanques, armas e uniformes militares.

É preciso ter cuidado com a construção estereotipada que não dá conta da diversidade de experiências protagonizadas por mulheres em tempos de exceção, fazendo com que a categoria de gênero fique invisível na análise²⁷.

Embora haja singularidades com relação à questão, é possível, no entanto, estabelecer pontos de conexão entre países do Cone Sul, no que diz respeito às relações de gênero. Mais homens que mulheres, de maneira geral, foram vítimas diretas de desaparecimentos, assassinatos e torturas, por ocuparem mais postos, no funcionalismo público, nos partidos e agremiações políticas, movimentos estudantis e guerrilheiros²⁸.

A repressão às mulheres é sentida direta e indiretamente. As militantes de esquerda, assim como os companheiros, foram presas, torturadas, tiveram filhos seqüestrados, foram

²⁶ A repetição parodística ou performativa denunciaria a ilusão da identidade de gênero. O gênero seria um ato, aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, autocríticas e exibições exageradas ou hiperbólicas daquilo considerado natural, o que só revelaria seu caráter “fantástico”. BUTLER, Judith. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.211.

²⁷ JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memória. Madri: Siglo XXI de Espana, 2002, p.100-107.

²⁸ Ibidem.

mortas e alvos preferenciais de violência sexual²⁹ praticada pelos militares. Algumas seqüestradas simplesmente por sua relação afetiva ou de parentesco com militantes homens.

Dado o papel tradicional de cuidadoras e de responsáveis pela família, elas sentiram, duramente, o impacto da retirada de filhos, maridos e irmãos do convívio familiar, como presos ou desaparecidos. Tiveram de se dividir entre prover o sustento dos demais membros da família e da casa e, ao mesmo tempo, buscar ou atender parentes capturados pelo regime. Lidaram diretamente e, por longos períodos, com sentimentos de medo, rejeição e acusações por parte do Estado e mesmo de familiares e vizinhos que as viam como responsáveis pelos caminhos traçados pelos filhos, acusados de inimigos da pátria.

Elas se postaram diante do poder constituído cobrando a soltura ou a volta dos filhos, maridos, amigos e parentes, exigindo a revelação de paradeiros e lutando por justiça contra condenações arbitrárias. O início do “trabalho”, em geral, ocorria de forma espontânea, não organizada, para posteriormente verificar-se a necessidade da criação de associações ou entidades civis.

O compromisso da maioria não provinha de conhecimentos ideológicos e democráticos, nem de estratégias políticas antiditatoriais. A lógica, nesse primeiro momento, não era política, mas “lógica de afetos”, como diz Jelin³⁰. Eram fundamentalmente mulheres afetadas diretamente como mães, avós, irmãs, sobrinhas, reclamando pelos familiares, dramatizando o papel feminino, de cuidadoras da família. As associações demonstram isso, pois, na maioria, fazem alusão à primazia de vínculos de parentesco³¹. Em países do Cone Sul, a ação das

²⁹ Vários livros trazem relatos de violências sexuais cometidas contra militantes de esquerda durante prisões e/ou seqüestros. O caso de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) é um deles. Depois de severamente torturada, ela se exilou na Alemanha, mas não suportando as seqüelas dos maus tratos, acabou por suicidar-se, jogando-se nos trilhos do metrô, em Berlim. Cf. CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. Págs: 121-128. Outras formas de torturas específicas contra as mulheres são: as ameaças de tortura física, de estupro, de prisão e tortura de familiares, além da humilhação, tortura física e nudez e vendagem dos olhos das presas. Cf. COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. A violência sexual não atingiu somente as mulheres. No Uruguai, por exemplo, o relatório Servicio Paz y Justicia afirma que a porcentagem de entrevistados que passaram pelas prisões e afirmam ter sofrido violência sexual é a mesma entre homens e mulheres: 7%. Observando a realidade em outros países como Chile, Argentina e Brasil, no entanto, é possível formular a hipótese de que estas eram alvos preferenciais desse tipo de tortura. Cf. JOFFILY, Mariana. Os nunca mais no Cone Sul: gênero e repressão política. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência e poder, 2008, Florianópolis. Anais.. Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência e poder, Florianópolis: Editora Mulheres, 2008, p.1-7.

³⁰ JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol.2, nº 3, 1994, p.117-149.

³¹ Adquiriam, por meio desses laços familiares, uma espécie de legitimidade para a sua presença fora dos limites da casa. É importante lembrar que essa situação é recorrente em outros períodos históricos presentes na história do Ocidente. Perrot nos apresentou as donas de casa francesas do século XIX. Cansadas da exploração dos patrões nas fábricas e do descaso dos maridos que não provêm o suficiente para o sustento dos filhos, elas saíam em passeatas exigindo o recebimento e gestão do salário masculino ou reivindicando a diminuição do preço dos

mulheres, por sua coragem, estratégias de luta e persistência, teve maior destaque e visibilidade.

No Uruguai, berço do Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros (MLN), a ditadura iniciou em 1973, após golpe de estado consumado pelo candidato oficialista Juan Maria Borbaderry, com o apoio das Forças Armadas. O Congresso Nacional é fechado, sindicatos dissolvidos, censura total imposta e os direitos civis suspensos. Dados dos movimentos de direitos humanos³² apontam que até 1985, com a redemocratização, a ditadura uruguaia fez 297 vítimas (166 desaparecidos e 131 mortos), dentro e fora do País, pela Operação Condor. Cerca de 300 mil uruguaios foram exilados por razões políticas ou econômicas.

A preservação da memória dos perseguidos, no país, é capitaneada pela Asociación de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos. A luta na fase mais cruel da ditadura, em 1976, não se resumia ao clamor pelos mortos, mas contra a injustiça e o esquecimento. Para enfrentar a repressão de forma coletiva, elas instituíram encontros rotineiros, em antigo casarão do Serviço de Paz e Justiça (Serpaj). A luta pela localização dos corpos de desaparecidos, no Uruguai, e punição dos militares e policiais continua até hoje, apesar da decretação, em 1989, da Lei de Caducidade Punitiva do Estado, que impediu o julgamento de envolvidos na repressão, mas não a investigação sobre a morte dos desaparecidos e o paradeiro de restos mortais.

No Chile, a ditadura estende-se por 17 anos, considerada um dos períodos mais sangrentos da história do país. De 1973 a 1990, o regime comandado por Augusto Pinochet prendeu, torturou, matou, ocultou cadáveres, além de caçar inimigos fora das fronteiras chilenas. O número de pessoas exterminadas chegou a 3.196 vítimas, entre mortos e desaparecidos, de acordo com dados da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação³³. Dados do Ministério do Interior Chileno registram que, em 1976, existiam 42.486 presos políticos. Cerca de um milhão de chilenos foram exilados e 10 mil prisioneiros torturados³⁴.

viveres, fiscalizam a qualidade e a regularidade do abastecimento, tornando-se as principais desencadeadoras e protagonistas das revoltas de subsistência que marcaram aquele período. Usando essa legitimidade entram em conflito aberto com autoridades e comerciantes. PERROT, Michele. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, SP: Edusc, 2005.

³² MARIANO, Nilson. As garras do Condor. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003, p.104.

³³ Ibidem, p.167.

³⁴ Além dos vãos da morte, registra-se também, no Chile, uma das operações mais violentas de extermínio de presos em massa, a mando do ditador Augusto Pinochet. Em setembro de 1973, uma comitiva de matadores, formada pelo general Sérgio Victor Arellano Stark e quatro oficiais percorreu o Chile, num helicóptero Puma, parando em quartéis do Exército. Após examinarem as listas de presos, escolhiam suas vítimas que eram eliminadas de forma lenta e cruel, com vários tiros das pernas à cabeça. Testemunhas falam até mesmo em olhos

Assim como na Argentina, muitos opositores do regime chileno foram exterminados nos chamados vôos da morte. Nessa execução, os detidos eram levados desacordados ou semi-conscientes, sob efeito de fortes sedativos, em helicópteros que sobrevoavam o mar. Antes de serem atirados às águas, tinham os ventres furados para não flutuarem. Outros tantos foram confinados sob maus tratos, nos 12 campos de concentração, em tortura sistemática.

As mães chilenas também foram responsáveis pela busca dos filhos e exigência de justiça. A Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos, criada em 1975, enfrenta Pinochet, dois anos depois, em 1977. Analisando o período, Vasquez³⁵ diz que, paradoxalmente, essas mulheres saíram do espaço privado e passaram ao questionamento e enfrentamento do Estado, utilizando as mesmas identidades de gênero tradicionais que as mantinham afastadas da esfera pública.

O primeiro grande ato de desafio é a realização de greve de fome durante 11 dias, com a participação de 24 mulheres e dois homens. Segundo depoimento da presidente da Associação, na época, Sola Sierra³⁶, o protesto foi feito sob medo dos manifestantes de também desaparecerem. Elas enfrentaram o medo e novo protesto de mesmo teor foi realizado em 1978, com 60 famílias em jejum por 20 dias seguidos.

Além das greves de fome, as mães também realizavam manifestações de rua. Carregavam cartazes com a foto do filho desaparecido, acompanhadas das perguntas: “¿Dónde están?” A palavra de ordem nas ruas era: “Vivos los llevaron, vivos los queremos”.

As integrantes se reúnem, ainda, às terças-feiras, na sede da Associação, em Santiago. Realizavam-se atos públicos em que se acorrentavam a prédios como o Congresso Nacional, nos chamados “encadenamientos”, moviam ações judiciais, faziam denúncias à comunidade internacional e romarias aos lugares sacralizados popularmente, onde se sabia que as pessoas eram detidas ou ocultadas. Visitavam os fornos de Lonquém onde havia notícias de presos que lá tinham sido carbonizados e no Pátio 29 do Cemitério Geral, onde as tumbas marcadas com a inscrição N.N 1973 mostravam a possibilidade de encontrar restos mortais de desaparecidos.

O espaço inédito, forjado pela reunião dos membros da Agrupación, na maior parte composta de mulheres, constrói símbolos que permanecem até hoje no imaginário chileno. É o

arrancados. Setenta e cinco pessoas foram assassinadas pela operação. VERDUGO, Patrícia. A Caravana da Morte. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

³⁵ VÁSQUEZ, Maria Eugênia Horvitz. Entre lo privado y lo público: la vocación femenina de resguardar la memoria. Recordando a Sola Sierra. Disponível em <www2.cyberhumanitatis.uchile.cl/19/horvitz2.html>. Acesso em 18 de dezembro de 2006.

³⁶ Apud MARIANO, Nilson. As garras do Condor. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003, p.211.

caso de *La Cueca Sola*. La Cueca é a dança mais popular do Chile, na qual casais dançam alegremente, fazendo movimentos com lenços. Para fazer refletir sobre os laços de amor destroçados pela separação e desaparecimento de entes queridos, as mulheres de famílias atingidas criaram *La Cueca Sola*, em que dançam de forma tristonha, sem a presença dos pares, expressando a dor da perda. Pela primeira vez, a dança foi executada em 08 de março de 1978, no Teatro Caupolicán, em Santiago.

Em época em que o silêncio é palavra de ordem e protestar contra as arbitrariedades podia custar a vida, as mulheres, parentes de presos e desaparecidos, de classes subalternas chilenas, concretizam protesto inusitado: a narrativa de perdas e buscas por filhos e maridos pelo bordado das *arpilleras*, tapetes em estilo rústico. Mulheres solitárias, inclusive no trabalho de prover o sustento da família, casas destruídas, pessoas atacadas nas ruas pela polícia, pedidos de paz, iam brotando em crônicas construídas pela agulha e lã nas telas forjadas para a construção de tapetes de memória. Diálogo permanente entre mulheres e parentes ausentes fisicamente se estabelecia.

Segundo Agosín³⁷, as *arpilleras* chegaram a ser proibidas pelo governo Pinochet quando começaram a chegar às mãos de colecionadores de outros países, pelo perigo de tornarem-se poderosas armas de antipropaganda do regime. A própria esposa de Pinochet, Lucia Hiriart, teria financiado artesãs para produzir trabalhos sem protestos.

Na década de 80, sob a expectativa do término da ditadura, a Agrupación de Familiares manifesta mais uma vez bandeiras de verdade e justiça. As representantes se negam a receber indenização de aproximadamente cem dólares mensais, por família de vítima, assim como supostos restos mortais ocultos, em troca da impunidade dos responsáveis.

Elas também reprovaram o chamado Pacto de Sigilo, acordo para preservação da identidade dos agentes da repressão chilena que se dispusessem a revelar a localização de cemitérios clandestinos. A bandeira até hoje é a investigação dos crimes cometidos em nome do Estado e a punição dos culpados. Muitas estavam entre os manifestantes que comemoravam, nas ruas de Santiago, a morte do ditador Augusto Pinochet, em dezembro de 2006.

1. 2 - A força do lenço branco

³⁷ AGOSÍN, Marjorie. Tapestries of Hope, Threads of Love – the Arpillera Movement in Chile 1974-1994. University of New Mexico Press, 1996. Na internet há trechos do livro traduzidos para o espanhol. Disponível em <<http://strejil.sdsu.edu/courses/sapn502/Materiales/Arpilleras.htm>>. Acesso em 18 de dezembro de 2006.

A compreensão da luta e organização das mulheres, no Ceará e no Brasil, em movimentos contraditórios, não pode ser completa sem a análise comparativa da atuação das que utilizaram os jogos de gênero, em sentido mais amplo, na intervenção política contra os militares e na defesa de parentes perseguidos e desaparecidos: as mães argentinas no contexto pós-1976. Irmanadas na dor das chilenas, elas alcançaram repercussão maior na luta pela justiça e punição dos culpados pelos desaparecimentos e mortes, transformando-se em entidade política de força ainda hoje na Argentina: a *Asociación de las Madres de La Plaza de Mayo*. Basta dizer que a atividade mais característica do grupo das mães, as rondas realizadas todas as quintas-feiras, a partir das 15h30m ao redor da pirâmide da Plaza de Mayo, no centro de Buenos Aires, completou 31 anos em 2008.

Além de estratégias inovadoras e marcantes, como a ronda semanal, a atuação tão longa no tempo deve-se, entre outros fatores, ao impacto da repressão ditatorial sobre a sociedade argentina. Segundo dados da própria Asociación de Las Madres, 30 mil argentinos³⁸ são considerados desaparecidos durante o regime militar (1976-1983), número diferente do apresentado pela Comissão Nacional pelo Desaparecimento de Pessoas (Conadep), que trabalha com registros de 8.961 mortos e desaparecidos, embora já tenha admitido que o número possa ser bem maior.

Os números apontam ainda o seqüestro de 230 filhos de militantes políticos de esquerda. Muitos foram oferecidos para adoção por casais que apoiavam a ditadura, ainda bebês, fazendo com que muitas pessoas tenham se tornado adultas sem conhecer a sua verdadeira história e identidade. O trabalho de investigação das entidades de direitos humanos, liderado principalmente por associações como *Las Abuelas de La Plaza de Mayo*, possibilita, até o momento, a descoberta e revelação de 84 pessoas nessa situação, promovendo verdadeira reviravolta em suas vidas³⁹. A busca pelos netos é um dos combustíveis da luta cotidiana de centenas de parentes.

A mobilização das mães começa ainda antes do golpe de Estado, em fevereiro de 1976, afinal a repressão e desaparecimento de pessoas de movimentos de esquerda e guerrilhas, como os Montoneros e o Exército Revolucionário do Povo, havia começado ainda no final da década de sessenta – e, mesmo depois de desbaratados, os movimentos guerrilheiros serviram como justificativa para a tomada do poder, em março de 1976, pela Junta Militar.

³⁸ Apud MARIANO, Nilson. *As garras do Condor*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003. p.36.

³⁹ Para identificar um neto suspeito de ser filho de desaparecido, é necessária a realização de um exame de DNA que deverá ser comparado com os de todos os familiares que buscam seus netos desaparecidos detidos pelo terrorismo de Estado.

Nesse momento, as mães integravam a gama de pessoas que, em agosto de 1976, passou a se denominar *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*. O grupo reunia-se em local cedido pela *Liga Argentina por los Derechos del Hombre*. Nem todos os familiares de desaparecidos participavam da ação, ou por acreditá-la desnecessária no momento ou por temer a influência politizada da Liga sobre o movimento.

Segundo Gorini⁴⁰, a atuação autônoma das mães como movimento ainda que espontâneo deu-se pelas discordâncias com formas de ação empreendidas pelos Familiares. O movimento não adquire sentido amplo, as reuniões discutem tarefas e atividades, mas as principais ações ficavam nas mãos de poucas pessoas. Havia mediação que incomodava as mães dispostas a fazer de tudo para localizar parentes desaparecidos.

Os códigos utilizados nas votações sobre como proceder não eram familiares às mulheres, em grande parte, donas de casa, sem maior formação política. Tornava-se difícil serem ouvidas ou fazer valer suas opiniões em grupo de pessoas com longo tempo de militância política, no Partido Comunista, no Partido Obrero ou no peronismo. A derrota de discussões ou votações podia implicar tempo perdido, na busca de informações ou solicitação a determinadas autoridades.

O fato fundamental do desencadeamento da luta autônoma é a decisão de mães de comparecer à Plaza de Mayo, em 30 de abril de 1977, atendendo à convocatória de Azucena Villaflor, mãe de desaparecido político. A idéia não é fazer manifestação, pelo menos, formal, senão mostrar ao poder constituído que elas não desistem de procurar os filhos, apesar das constantes negativas, postadas na Praça, em quantidade, até o próprio chefe da Junta Militar, Videla, recebê-las e prestar informações.

A escolha da Praça de Maio se fez pela localização privilegiada como espaço de reunião de ministérios, entre eles, da Economia e do Interior - aonde os parentes levavam denúncias e solicitavam informações - a Casa Rosada, além da Catedral Metropolitana e do histórico Cabildo, sede da administração colonial espanhola.

A presença das mães, nesse primeiro momento e local, não constituía acusação ainda, mas interpelação direta ao poder político, tentativa de saída do labirinto de descaso e desinformação construído nos corredores de ministérios, antesalas de políticos e de autoridades religiosas. Queriam saber, de uma vez por todas, o paradeiro e situação dos filhos.

⁴⁰ GORINI, Ulises. *La rebelión de las madres. Historia de las madres de Plaza de Mayo Tomo I (1976-1983)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p.60-61.

Proibidas as manifestações políticas, sociais e sindicais, as mães desafiam o terror, contrastando com o silêncio generalizado da sociedade argentina, revestindo-se de força mais que numérica, simbólica. Elas compreendem que não conseguiam muita coisa individualmente e tampouco pelos recursos disponibilizados pelo regime que, durante anos nega o problema dos desaparecidos, atribuindo seqüestros a grupos paramilitares de direita, por exemplo. Também não se admite mais que se falasse por elas.

Os encontros de mães repetiram-se por algumas sextas-feiras, quando se mobilizavam na coleta de assinaturas de carta a ser entregue a Videla. A iniciativa atrai cada vez mais mães à Praça, assim como ligações telefônicas em cadeia e visitas de casa em casa. A mudança das reuniões para as quintas-feiras, como se faz até hoje, veio da sugestão de mãe que acreditava que as sextas-feiras traziam azar por ser dia de bruxas. O caráter espontâneo, sem premeditação, foi responsável pelo surgimento da ronda ao redor do monumento da Pirâmide de Maio. Diante da ordem para “circularem”, no sentido de se dispersarem, resolveram realmente caminhar em círculos, traçando a trajetória hoje ainda feita e seguida por integrantes dos movimentos sociais, estudantes e, até mesmo, turistas.

Peça identificadora da presença das mães, o lenço branco, tradicional, sobre a cabeça, surgiu pela necessidade de identificação em meio às multidões em atos públicos, missas, procissões.

O lenço, sugestão de mãe, é objeto de mais fácil disseminação, afinal, qual mulher não guarda, em casa, a fralda de filho ou neto que pudesse usar como lenço? A peça foi sendo gradualmente adotada durante as rondas. A fralda transformada em lenço de cabeça foi a primeira transformação desse objeto de identificação das mães. Pouco tempo depois, o tecido é usado para registrar o nome do desaparecido e a data. Após conflito terminado em racha, os escritos deram lugar à consigna: “Aparição com vida”. O fato é que sua utilização no contexto adquire novo significado. Como explica Vázquez⁴¹, embora guardasse correlações com formas de usos similares, não estava sendo usado para proteger as mulheres do sol, recolher os cabelos ou realçar o rosto, mas, em sua plenitude significativa de símbolo, indicava a presença de mãe de desaparecido.

Ganharam a denominação de “las locas” - as loucas -, pelos militares, epíteto disseminado pela imprensa. Nos primeiros momentos, representantes do regime pareciam impotentes diante de manifestação tão inusitada. As mães “circulando” pela Praça encarnam a

⁴¹ VÁZQUEZ, Inês. Argentina: viaje al interior del pañuelo blanco. Disponível em <www.rebelion.org/sociales/vazquez070402.htm>. Acesso em 18 de dezembro de 2006.

figura paradoxal para o regime, afinal, como enfrentar mulheres que utilizam publicamente a condição de mãe, figura exaltada pelos discursos oficiais? A única coisa que desejavam era encontrar os filhos e cuidar deles.

Jogavam com o gênero, interpretando o mito de guardiã do lar, com suas características de fragilidade, emotividade, ignorância política – afinal, nesse primeiro momento, o mito da “virgindade política” também é importante estratégia de defesa, abertamente utilizada pelas mães. Sua força, segundo Capdevila⁴², repousa justamente sobre a atitude de confundir as outras facetas de identidade: mulheres corajosas, determinadas, animadas pelo pensamento político sobre as quais desliza o estereótipo do feminino doméstico.

Mesmo assim, elas não estavam a salvo. A repressão se faz mais complexa, na medida que os atos das mães vão se tornando mais ousados - fugindo do esperado para mães tradicionais -, ganhando maior adesão e repercussão, principalmente com a colaboração dos correspondentes estrangeiros que trabalham no país e cobrem sistematicamente as reuniões. As mães eram entrevistadas, ouvidas. Suas histórias de dor e ausência chegaram a vários lugares do mundo.

Além de tentar caracterizá-las como braço disfarçado da “subversão”, “fantoques dos Montoneros”, os militares empreendem tentativas de deslocá-las da Praça. Às batalhas físicas campais, as mães respondem com esquivamento e com a permanência na Praça.

O descontentamento de militares com a audácia de “las locas” aumenta quando apelam para a pressão internacional, com manifestações em locais de encontro entre autoridades estrangeiras e membros do governo argentino. Muitas vezes não logravam vistas, mas as fotos de sua agonia percorrem o mundo inteiro. A iniciativa de publicar solicitações de informações direcionadas ao governo, subscritas por centenas de mães, nos jornais, mediante pagamento, também é estratégia que serviu de estopim para a ação violenta mais marcante contra as Madres: o seqüestro e desaparecimento de três das representantes, entre elas, a líder Azucena Villaflor De Vicentini.

A tentativa clara do regime é desarticulá-las, calando a principal liderança, assustando-as, mostrando-lhes não serem imunes à perseguição podendo provar do mesmo dado aos filhos. Houve, de certo, impacto após o acontecimento, afinal as mães realmente se acreditavam menos vulneráveis, por invocarem a presença da vida pela própria maternidade, sem outras

⁴² CAPDEVILA, Luc. CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des Pays de L'ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001, p.117.

bandeiras. Mas elas já haviam ocupado importante espaço político e não seria mais possível retroceder.

Cuidado maior foi tomado para garantia de autonomia e afastar qualquer tentativa de vinculação de ação a movimentos políticos de esquerda. Ocupar espaços e guerrear pela imagem eram estratégias que as fortaleceram durante a Copa do Mundo de 1978, na Argentina.

O tema dos desaparecidos estava na pauta do dia junto aos lances espetaculares protagonizados pela seleção argentina, ganhadora do campeonato. Na partida, as mães também se tornaram vitoriosas, embora tenham tido intensa campanha de desqualificação do governo e da mídia aliada, chamadas de anti-argentinias por fazerem propaganda negativa do País. Peças publicitárias em jornais, revistas e tv enfatizam a responsabilidade materna, no cuidado e educação dos filhos, culpando-as indiretamente pelos “maus” caminhos escolhidos. Conflitos, elas também tiveram que enfrentar dentro de casa, ao questionarem a participação dos maridos, como audiência da Copa do Mundo, para elas, tão somente espetáculo do Governo para esconder os reais problemas do País e tornar opacas as reivindicações.

Os esforços na Copa, no entanto, possibilitam o planejamento e execução das primeiras viagens ao exterior para contatos com autoridades governamentais, associações de direitos humanos e personalidades religiosas. Foi o que procuraram fazer nos Estados Unidos e Europa, incluindo o Vaticano. O contato com o papa recém-empossado, João Paulo II, só se daria, no entanto, mais tarde.

O que havia começado de forma espontânea, sempre lembrado como movimento de mães em busca do direito legítimo de saber o paradeiro dos filhos, transforma-se em movimento social de novas estratégias de atuação e léxico político diferenciado em mudança ao longo do tempo. Nesse caminho, a denúncia pública, feita à luz do dia, é o componente original e impactante, assim como o conteúdo simbólico das manifestações.

As mães vivem radicalmente a solidariedade como experiência política, na medida que a luta e reivindicações se davam de forma coletiva. Não lhes interessava saber apenas o paradeiro de um ou outro desaparecido, mas de todos. A experiência é tratada por estudiosos do fenômeno das Madres como “socialização da maternidade”, conceito complementado de forma metafórica pelos dizeres da atual presidente da Asociación de Las Madres⁴³, Hebe de Bonafini: “A nosotras nos parieron nuestros hijos” (Fomos paridas por nossos filhos).

⁴³ Em 1986, a partir de divergências políticas internas, houve um racha no movimento das mães. Um grupo autodenominado Madres de La Plaza de Mayo - Línea Fundadora passou a existir. Entre os motivos apontados para a dissidência estão divergências com a condução do movimento por parte de Hebe de Bonafini (falta de democracia interna e personalismos), além de visões diferenciadas sobre medidas reparatórias para as vítimas da

A frase da segunda maior liderança do movimento é importante ponto de partida para pensar a possibilidade de fenômeno como o das mães argentinas, embora não sirva para explicar os movimentos de mulheres na luta contra ditaduras do Cone Sul, como o MFPA. Não há dúvida de que as mães ingressam no espaço público, com nova ação política, investidas de identidade de gênero tradicional, respaldadas pelo imaginário coletivo que, entre outras coisas, prescreve a defesa da família e a manutenção da memória dos próximos como atribuição social.

Gorini⁴⁴ lembra que o sentimento maternal, compreendido em sua historicidade, é um dado concreto para explicar o fenômeno, mas deve ser somado a outras questões como a necessidade de reagir diante do projeto de extermínio de setores da sociedade argentina e da impunidade generalizada, pilar do regime militar implantado no País.

A condição de “simples” donas de casa, na Argentina superpolitizada na época, fossem elas extratos de classe média ou de camadas populares, como os operários, implica nível de informação sobre o que acontecia ou, como afirma Barrancos⁴⁵, alguma dose de “contaminação”, pelas discussões familiares, compreensão da luta dos filhos, necessidade de defendê-los em detenções, antes do Golpe ou do próprio fato de que muitas haviam trabalhado quando solteiras ou recém-casadas, em atividade extra-lar, em atividades laborais no momento de desaparecimento dos filhos, o que permite contato com demandas classistas. Trabalhar fora de casa, dessa forma, é como espécie de habilitação para a atuação na esfera pública, ampliando sua socialização política e contrariando o mito da “virgindade política” completa das mulheres.

O fundamental é que as mães, ao sair do prescrito para a busca dos filhos, enfrentam abertamente o regime, com suas artimanhas, sofrendo com a repressão, guerreando contra policiais em praça pública, denunciando o regime em âmbito internacional, recusando-se a aceitar leis de anistia, além da listas de mortos -, a partir da compreensão de que aceitação da morte pode servir ao regime como ponto final da obrigação de prestar contas à sociedade – transformaram-se em sujeitos políticos poderosos.

Em sintonia, embora com formas diferentes de expressão, as brasileiras forjam momento novo de enfrentamento à ditadura militar instalada, em 1964. O primeiro movimento

repressão. As madres da Línea Fundadora respeitam as mães e familiares que recebem as reparações e aceitam a Lei 24.231 que cria a figura do detido-desaparecido, o que se contrapõe diretamente a uma das insígnias da Asociación de las Madres de la Plaza de Mayo “Nuestros hijos viven”. Cf. CATELA, Ludmila da Silva. Situação-limite e memória – a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001, p. 27.

⁴⁴ GORINI, Ulises. GORINI, Ulises. La rebelión de las madres. Historia de las madres de Plaza de Mayo Tomo I (1976-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p 21-56.

⁴⁵ BARRANCOS, Dora. Mujeres em la sociedad argentina – uma historia de cinco siglos. Buenos Aires: Sudamérica, 2007, p.266.

organizado de luta pela anistia no Brasil também se utilizaria de jogos de gênero para atuar e proteger-se.

1.3 – No Brasil, o MFPA

O Golpe de 1964, no Brasil, provoca constante e progressiva perda das liberdades democráticas. As eleições diretas são proibidas, assim como a crítica ao poder, materializada na censura à imprensa⁴⁶ e na proibição de reuniões e organização de partidos políticos. Manifestações sindicais e estudantis foram duramente reprimidas. Através de sucessivos atos institucionais, parlamentares, militares, civis contrários ao regime foram afastados dos cargos.

A implantação de nova ordem veio seguida de prisões, torturas e suspensão de garantias legais como o habeas-corpus⁴⁷. A arbitrariedade expande-se e os grupos sociais são atingidos: estudantes, trabalhadores, políticos, líderes sindicais, religiosos. As torturas fazem parte do cotidiano. As ameaças eram forma de coagir os mais desavisados. Assassínatos e desaparecimentos tornaram-se comuns⁴⁸.

Tendências e organizações de esquerda dispostas ao confronto violento com o poder, antes do Golpe, articulam-se na esquerda revolucionária. Influenciadas por revoluções vitoriosas, como as de Cuba e Vietnã, propunham a destruição da ditadura militar e do capitalismo e a construção da sociedade socialista. Jovens ligados a grupos políticos, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista do Brasil, partem para ações de guerrilha urbana e rural, mudando de nome e rompendo os laços com a família e com sua vida anterior. Isso tem lugar especialmente na

⁴⁶ No Brasil, a censura durou aproximadamente nove anos e se deu de duas maneiras: através do envio de bilhetes e telefonemas que determinavam os assuntos sobre os quais se podia investigar e divulgar – essa censura é especialmente característica do período que vai dos anos de 1968 a 1972. O segundo tipo é a chamada censura prévia, caracterizada por um período de radicalização da ação censora, entre os anos de 1972 e 1975 e que duraria, para algumas publicações, até 1978. Nessa forma, a censura é praticada por policiais que examinavam todo o material de uma determinada publicação antes que ele fosse divulgado. Cf. SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado - o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000 e KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Escrita Editorial, 1991.

⁴⁷ MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi L. de e SWENSSON JR. Walter Cruz. Contra os inimigos da ordem – a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 32.

⁴⁸ Cf. Brasil Nunca Mais. 13º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986 e Direito à Memória e à Verdade, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007. Nas duas publicações, há relatos de casos em que a exclusão da esfera privada com seqüestros não só dos militantes de esquerda, mas de suas famílias eram feitos como forma de os fazerem falar.

década de 1970, com o recrudescimento da repressão. A Guerrilha do Araguaia⁴⁹, no Pará, foco de luta armada dirigida pelo PC do B, é violentamente aniquilada, deixando, pelo menos, 64 pessoas desaparecidas⁵⁰.

Homens e mulheres, no Brasil, nas décadas de 60 e 70, sofrem duplamente repressão, quando detidos ou pela prisão e desaparecimento de familiares⁵¹. A maior parte dos livros de memórias e biografias sobre o período enfocam somente prisões e suplícios de militantes homens⁵². No entanto, mulheres⁵³ foram reprimidas e mortas pela participação em organizações de esquerda, mesmo que esse dado seja desprezado pelos próprios autores do campo ideológico, conforme Teles⁵⁴.

⁴⁹ A Guerrilha do Araguaia teve uma fase de preparação de seis anos e atuou realmente por dois anos, entre 1972 e 1974, num território de floresta tropical, no Pará. A direção do PC do B defendia como opção mais acertada a ação guerrilheira iniciada no campo, contrariando as ações de guerrilha urbana desenvolvidas por outras organizações como a ALN e o MR-8. Embasava-se para isso na fórmula de guerrilha maoísta de tomada das cidades pelo campo. 70% dos guerrilheiros provinham da classe média, eram estudantes, médicos, professores, advogados, comerciários ou bancários. Menos de 10% seriam operários e cerca de 20% seriam camponeses da região recrutados na época. A média de idade dos combatentes era de pouco menos de 30 anos. Três campanhas militares organizadas pelo Exército foram responsáveis pelo aniquilamento da guerrilha e desaparecimento de cerca de 64 militantes que constituem a metade dos desaparecidos políticos no Brasil. Houve uma forte tentativa, por parte do governo militar, de apagar o episódio da guerrilha da história brasileira, o que foi feito através da censura aos meios de comunicação e da deliberada ausência de registros oficiais sobre o episódio. Os guerrilheiros assassinados sumiram em sepulcros ignorados e a luta das famílias pela busca e identificação dos restos mortais ainda persiste. GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3 edição. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 207-214. Apenas os restos mortais da guerrilheira Maria Lúcia Petit foram identificados até agora. Cf. MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005. O detalhado processo de busca dos restos mortais pelas famílias dos guerrilheiros e os procedimentos efetuados pelo Governo Federal estão registrados em DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007. Relato do ex-guerrilheiro José Genoíno também traz elementos novos para a compreensão política do conflito. Cf. COELHO, Maria Francisca Pinheiro. José Genoíno – escolhas políticas. São Paulo: Centauro, 2007.

⁵⁰ DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007. p. 195.

⁵¹ De acordo com a Comissão Especial criada pela Lei 9.140, de 1995, 366 é o número de pessoas mortas e desaparecidas durante o regime. Aproximadamente 50 mil pessoas teriam sido detidas somente nos primeiros meses da ditadura, em torno de 10 mil teriam vivido no exílio. Os que tiveram mandatos e direitos políticos cassados somam 4.862 e 130 pessoas foram banidas (proibidas de morar no país). *Ibidem*, p. 30.

⁵² Entre os que ganharam projeção nacional e são bastante utilizados como base de pesquisa para contar a história do período, inclusive em registros audiovisuais, estão GABEIRA, Fernando O que é isso, companheiro? 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e SIRKIS, Alfredo. Os carbonários- memórias da guerrilha perdida. 5 ed. São Paulo: Editora Global, 1980.

⁵³ Alguns poucos trabalhos acadêmicos, biografias e livros jornalísticos trazem relatos de mulheres que foram à luta armada, atuando direta ou indiretamente na guerrilha. Duas dissertações já publicadas estão entre as mais citadas: COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997 e FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Mulheres, militância e memória Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. Entre as biografias pode-se citar MANFREDINI, Luiz. As moças de minas. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1989, que narra a história de cinco militantes da Ação Popular; PATARRA, Judith Lieblch. Iara: reportagem biográfica, 2 ed, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, que narra a trajetória da militante Iara Iavelberg, militante da Vanguarda Popular Revolucionária e do Movimento 08 de outubro, última companheira do líder guerrilheiro Carlos Lamarca, morta em Salvador. Entre os relatos jornalísticos, pode-se citar CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. São Paulo: Editora Globo, 1998.

⁵⁴ TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p.64.

A falta de relatos é a dificuldade para estabelecer números da participação feminina, na disputa e resistência à ditadura, no Brasil, assim como a falta de registros de procedimentos clandestinos de prisões e torturas dos órgãos de segurança. Tentativas, como a de Carvalho⁵⁵, utilizam dados do Projeto Brasil Nunca Mais. De acordo com a análise de 695 processos, referentes à militância política de modo geral, 7.367 cidadãos brasileiros foram denunciados perante a Justiça Militar, dentre os quais, 12% mulheres, o que perfaz o total de 884 denunciadas. Some-se a esse dado o trabalho de Marcelo Ridenti⁵⁶, que trabalhou na mesma base de dados, mas somente com processos contra as organizações de esquerda. De 4.124 processados, 16% eram mulheres, num total de 660.

Ironicamente, a família tradicional contra a qual se rebelam os jovens imersos na revolução dos costumes, na esperança de revolução social, passa a ser o grande apoio, principalmente após a destruição das organizações revolucionárias. “Era à família que se recorria em busca de abrigo, dinheiro, providências para sair do país, além de afeto e solidariedade”⁵⁷.

Blay⁵⁸ esclarece que esses papéis eram assumidos basicamente pelas mulheres que, dentro da tradição patriarcal brasileira, tinham posição social definida como de guardiãs da família. Mesmo subordinadas ao homem, a sociedade lhes cobra comportamento social de defesa da família. Assim, em 1964, principalmente após 1968, quando famílias brasileiras perdem membros, mães, esposas, filhas se postam diante das autoridades, cobrando o paradeiro de familiares. O direito é legitimamente reconhecido pela sociedade.

O fato não implica ausência generalizada de pais, maridos e irmãos, na busca de desaparecidos ou luta pela libertação de parentes. É importante ressaltar que vários participaram ativamente da luta com as mulheres, durante a ditadura, em visitas às prisões, no apoio aos filhos na clandestinidade, ou mesmo, participando de movimentos de resistência organizados pelas famílias. Há casos em que maridos de presas políticas também são militantes perseguidos ou presos, além de famílias com mais de um filho detido ou desaparecido⁵⁹.

⁵⁵ CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. São Paulo: Editora Globo, 1998, p. 20.

⁵⁶ RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social, revista de Sociologia da USP, 1990 apud CARVALHO, Luiz Maklouf. Op. Cit, p.20.

⁵⁷ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares e WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: História da Vida Privada no Brasil – contrates da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 408.

⁵⁸ BLAY, Eva Alterman. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. In: Encontros com a Civilização Brasileira - Mulher Hoje, n.26, vol. III, n.8. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980, p.64-65.

⁵⁹ COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p. 60-67 e MONTEIRO, Maria Rosa Leite. Honestino – o bom da amizade é a não cobrança. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998.

Relatos biográficos e trabalhos sobre relação entre militantes e famílias, no entanto, apontam vivência diferenciada do sofrimento e busca de homens que merece ser aprofundada em trabalho específico, pois, ao que parece, está diretamente relacionada com as identidades de gênero impostas e assumidas no momento específico, na sociedade brasileira. Pode-se fazer tentativa mínima de compreensão das ações mediante indícios.

As normas e convenções sociais, nos anos 60, ainda destinavam às mulheres o cuidado com a casa e com os filhos. Apesar da modernização da sociedade brasileira, intensificada nas décadas de 1960 e 1970, pelas mudanças com a entrada maciça de mulheres de classe média, no mercado de trabalho, e a disseminação da pílula anticoncepcional, as transformações da família tradicional foram acontecendo, de maneira lenta e conflituosa, com valores modernos e arcaicos se confrontando a todo instante. Assim, se as mulheres dos estratos médios – sujeitos fundamentais de mudança – ganhavam mais autonomia, com entrada na universidade e acesso a empregos, em empresas e instituições públicas, ainda conviviam com o dilema de fazer ou não sexo antes do casamento, de frequentar ou não certos lugares, de manter ou não casamento falido. Aos homens, especialmente aos pais, ainda cabia a responsabilidade de manter a família e exercer autoridade sobre o núcleo familiar, zelando pela moral e valores deste⁶⁰.

Os fatores podem explicar, por um lado, menor mobilidade e engajamento de pais em operações de busca, é que arcavam com tarefas de provedores⁶¹. Por outro lado, é possível pensar em conflito entre valores tradicionais e valores revolucionários no seio de famílias de classe média, de onde provinha a maior parte dos militantes de esquerda nesse período⁶².

Sentimentos de surpresa, vergonha e desonra diante de acusações de subversão, comunismo e até terrorismo imputadas a filhos e filhas, não foram suportados por alguns⁶³. A visibilidade de acusações feitas pelos meios de comunicação e constantes intimações policiais e invasão de casas provocavam transtornos para muitas famílias, como afastamento de amigos e vizinhos, perdas de emprego e promoções, possibilidades reais de seqüestro e desaparecimento de outros membros da família, não envolvidos com ações políticas: vida de tensões permanentes.

⁶⁰ FIGUEIRA, Sérvulo (org). Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1986.

⁶¹ Relatos de militantes apontam essa realidade em COLLING, Ana Maria. Op. Cit, p.65.

⁶² A relação entre estes militantes de esquerda e suas famílias era, muitas vezes, cheias de conflitos, pois os primeiros eram, constantemente responsabilizados e inculcados pelos transtornos causados ao núcleo familiares. Conviviam com um sentimento de abandono causado pela punição aos seus ideais revolucionários. Cf. VASCONCELOS, José Gerardo. Memórias da saudade: busca e espera no Brasil autoritário. São Paulo: Annablume: Fortaleza: Secretaria de Cultura, 2000 e RIDENTI, Marcelo, O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

⁶³ Cf. VIANA, Gilney Amorim. Glória, mãe de preso político. São Paulo: Paz e Terra, 2000 e MONTEIRO, Maria Rosa Leite. *Ibidem*.

Para pais de ideais de esquerda, o sofrimento não deixa de existir, pois muitos não sabem que o filho é militante e/ou não concordavam com o grau de envolvimento com organizações de esquerda, principalmente com a luta armada. São comuns, entretanto, relatos de pais mobilizados para a luta pela libertação ou aparecimento dos filhos⁶⁴.

As mães, no entanto, são as mais lembradas por sua defesa intransigente da família, por desafiar autoridades e utilizarem formas pouco convencionais de pressão política, utilizando a legitimidade conquistada socialmente por sua identidade de gênero.

Primeiramente, lutando sozinhas, valem-se de qualquer pista para tentar localizar parentes, pressionando autoridades judiciais e policiais, investigando casos por conta própria, como a estilista Zuzu Angel, com o filho morto no Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), em 1973, no Rio de Janeiro, não oficialmente dado como tal. Mesmo assim, empenha-se em campanhas de denúncia contra o Estado militar de violência. Morreu em misterioso acidente automobilístico, pouco tempo depois de ter escrito carta em que se dizia ameaçada pela repressão. Não foi o único caso de mãe de perseguido político a morrer em circunstâncias suspeitas⁶⁵.

À medida que se avoluma prisões e banimentos, as mulheres, por relações de parentesco com pessoas prejudicadas pelo regime, mas também por solidariedade e compromisso político, comunicam-se em busca de solução coletiva.

A preocupação não é só sua, na verdade. As arbitrariedades do regime desencadeiam ações. É que isso é feito com pouca articulação. Desde 1972, setores progressistas da Igreja

⁶⁴ Cf. COLLING, Ana Maria, A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p.64; VIANA, Gilney Amorim, Glória, mãe de preso político. São Paulo: Paz e Terra, 2000 e MONTEIRO, Maria Rosa Leite, Honestino – o bom da amizade é a não cobrança. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998..

⁶⁵ A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do Governo Federal, reconheceu, em 1998, que a morte de Zuzu Angel é de responsabilidade do regime militar e se deu em desdobramento e conseqüência da morte de seu filho Stuart Edgar Angel Jones. Na Bahia, Esmeraldina de Carvalho Cunha foi encontrada morta em sua casa, em 20 de outubro de 1972, aos 49 anos, pendurada num fio de máquina elétrica. O possível suicídio foi descartado desde sempre pela família. Esmeraldina era mãe de cinco filhas. A mais nova, Nilda Carvalho Cunha, havia morrido um ano antes de sua morte, após dois meses de prisões e torturas em Salvador. A filha Leônia havia sido militante do PCB e da Polop. Lúcia, outra das filhas, chegou a ser presa, mas foi solta logo depois. Já a filha mais velha, Lourdes, sofreu cruel assédio, por longo tempo, por parte de militares, o que lhe causou sérios problemas comportamentais. Como outras mães, após saber da prisão da filha Nilda, Esmeraldina empreendeu incessante busca por seu paradeiro, indo à presença de comandantes militares, juizes de menores, advogados, encontrando-a em lastimável estado após as torturas na Base Aérea de Salvador. Enfrentou o major Nilton Cerqueira, um dos carcereiros de Nilda, morta dias depois em circunstâncias misteriosas. Sofrendo de depressão profunda, chegou a ser internada num sanatório De lá saindo, procurou esclarecer as circunstâncias da morte da filha, andava pelas ruas desesperada e denunciava o caso em praça pública, chegando a ser presa uma vez. Cf. MIRANDA, Oldack e JOSÉ, Emiliano em Lamarca, o capitão da guerrilha. São Paulo: Editora Global, 2004. O reconhecimento de sua morte como responsabilidade da ditadura militar está em DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 313-314.

Católica dão proteção a presos políticos e denunciam a violência de Estado. A personificação da resistência foi o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, batalhador pela criação da Comissão de Justiça e Paz. Sua equipe recebe denúncias de torturas, apóia familiares, contata presos políticos, visitando-os regularmente. A estrutura de comunicação formada pelas pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (Cebs) facilita o fluxo de informações. Também a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) são trincheiras na luta pela volta das garantias constitucionais e pela liberdade de imprensa,

Em 1975, no governo Geisel, cria-se, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), primeiro movimento organizado na luta pela anistia aos perseguidos políticos, após 11 anos do regime de exceção.

O MFPA foi fundado por Therezinha Godoy Zerbini, esposa de general atingido pela repressão do golpe militar de 1964, iniciado por dez mulheres⁶⁶ de classe média, entre profissionais liberais, estudantes e intelectuais. O MFPA expande-se pelo país, com núcleos e atinge outras classes sociais. Sua importância não se deve tanto ao número de participantes, mas à repercussão do movimento de contestação em época em que manifestações eram estritamente proibidas.

A primeira ação do Movimento foi a elaboração de manifesto em defesa da anistia. O breve texto traz a concepção de luta pelo MFPA, que pretendia: “a pacificação da família brasileira, indispensável para a recomposição do pacto social”⁶⁷ (ver anexo VI).

O documento pode ser lido como um instrumento marcado pela cautela e que se utiliza de léxico que enfatiza a busca da ordem, da harmonia, o fim dos conflitos e do clima de medo pelo bem da sociedade brasileira. As entrevistas concedidas por Therezinha Zerbini explicitam o cuidado perante o regime, além do aproveitamento de brechas ou momentos propícios a fim de evitar a repressão.

A utilização de estratégias para evitar a repressão é bastante clara. O ano de 1975 é emblemático para o surgimento de movimentos capitaneados por mulheres, inclusive o feminista. No caso do MFPA, tem-se a proclamação pela ONU do Ano Internacional da Mulher, com as palavras de ordem: “igualdade, desenvolvimento e paz”. Segundo Therezinha

⁶⁶ Entre as mulheres que participaram da criação do MFPA, estavam além de Therezinha Zerbini, sua filha Eugênia Cristina, na época estudante de Direito, Lilá Galvão Figueiredo, artista plástica, que desenhou a logotipo do Movimento (uma pombinha), mãe Cristina Sodré Doriá, Margarida Neves Fernandes, Virgínia Lemos de Vasconcelos, Yara Peres Santestevan e Ana Lobo, uma senhora cuja filha estava presa. Anjo da Guarda, Disponível em <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp> . Acesso em 12 de maio de 2005.

⁶⁷ ZERBINI, Therezinha Godoy. *Anistia – Semente da Liberdade*. São Paulo: Salesianas 1979, p.27.

Zerbini, a bandeira da anistia é levantada junto com a da paz – “afinal, quem seria contra a paz?”⁶⁸.

É a proposição de reintegração do pacto social por meio de sujeitos políticos naturalizados como promotores de sentimento de solidariedade, justiça e paz. As mulheres se colocam em cena no MFPA, com ação política nova, não transgressora em termos discursivos:

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.
Através da história, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.
Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.
Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação⁶⁹.

O Manifesto serviu de espinha dorsal para a organização e constituição dos núcleos do MFPA por todo o país. O texto é enviado, com cartas, para mulheres, em vários estados, na campanha pela coleta de assinaturas e de arregimentação de pessoas para a organização do Movimento. Os contatos eram feitos via Igreja, MDB e com familiares de pessoas afetadas pelo regime. Em paralelo ao movimento, as mulheres do recém-criado MFPA ocupam espaços, mesmo de forma discreta e cuidadosa.

O marco da empreitada é a participação de Therezinha Zerbini, na Conferência Internacional da Mulher, no México, em 23 de junho de 1975, única brasileira a participar da Tribuna Livre. Era uma chance única de introduzir o debate sobre a anistia diante de público de cinco mil mulheres de todo o mundo, com ampla cobertura da imprensa internacional. Expectativa e temor eram os sentimentos de quem não sabia como reivindicações seriam aceitas, em evento tão amplo, por compreender leque de discussões diferenciadas, do tema “mulher e artesanato” à questão da visibilidade lésbica.

O resultado da intervenção foi a inclusão de anistia no documento final do encontro, em que 16 itens propõem mudanças e exigem soluções para a libertação feminina e política da mulher latino-americana.

⁶⁸ ZERBINI, Therezinha Godoy, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁶⁹ ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia – semente da liberdade. São Paulo: Editora Salesianas, 1979, p.27.

A repercussão do evento foi importante na adesão ao Manifesto da Mulher Brasileira, assinado por 16 mil pessoas naquele ano. A constituição dos núcleos no Brasil é prioridade do Movimento. Nessas ocasiões, integrantes são convidadas a falar para familiares de presos, intelectuais, artistas, estudantes e políticos. Os eventos aconteciam em escolas, associações de moradores, universidades e casas legislativas. Nessas últimas, buscava-se aprovação de moções de apoio à anistia, por parte dos parlamentares, apelando para o discurso de “pacificação da família brasileira”.

1.4 – Uma líder chamada Therezinha

É impossível desvincular a origem e construção do MFPA de sua liderança mais conhecida, no Brasil, a advogada Therezinha Zerbini. Idealizadora do Movimento, participou ativamente dos momentos de implantação. Está presente na condução política do MFPA, na fundação dos núcleos e influencia na escolha de dirigentes, na organização de atos públicos e na redação de periódicos⁷⁰ e documentos.

Seu papel é reconhecido pelos órgãos de repressão, à época, considerada “dos mais influentes e operosos articuladores do movimento pela anistia”, ao lado de nomes como da atriz e produtora cultural Ruth Escobar e do então deputado estadual paulista pelo MDB, Alberto Goldman⁷¹.

A experiência do MFPA, muda sua vida, inserindo-a no espaço político brasileiro, até hoje, embora já não com o mesmo impacto. Aos 80 anos, é dirigente do Partido Democrático Brasileiro (PDT) paulista. No porão de sua elegante casa no Pacaembu, guarda acervo sobre a memória do MFPA, cuidadosamente arquivado pela secretária.

Além de documentos, registros de intensa correspondência com integrantes de núcleos, possui ainda um *clipping* de notícias e reportagens sobre a atuação do Movimento, o que a

⁷⁰ Em maio de 1977, o MFPA fundou seu próprio boletim para discutir exclusivamente a questão da anistia: o Maria Quitéria. A escolha da figura da camponesa baiana iletrada, que se envolve na luta pela libertação da pátria, para nomear o jornal, não se deu ao acaso. A partir das análises de entrevistas com a direção do MFPA, ela conclui que a escolha se dá na tentativa de estabelecer uma provocação “segura” aos militares, uma vez que Maria Quitéria era uma figura respeitada pelo Exército brasileiro, tendo recebido, inclusive, condecoração da Instituição. RAMOS, Andressa Maria Vilar. A liberdade permitida. Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 57.

⁷¹ ACE 114085/78, 1978, Centro de Informações do Exército. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG), p 65.

investe em certo papel de “guardião da memória” do MFPA. Isso não implica dizer que é voz única ou sequer a mais ouvida quando o assunto é o Movimento Feminino pela Anistia. Candau⁷² afirma que os guardiões da memória podem ser dotados de prestígio, valorizados pelo grupo, ou tornar-se estigmatizados e rejeitados em vista das transformações sociais que levam suas posições a serem consideradas obsoletas.

A figura de Zerbini está mais identificada com o segundo comportamento, o que pode ser dito, ao se ter a memória recente, produzida de maneira hegemônica pela esquerda sobre a anistia brasileira⁷³, em que se percebe exclusão de sua figura, o que claramente remete à rejeição de suas posições sobre a anistia. Enquanto boa parte da esquerda, formada por ex-militantes e movimentos de direitos humanos, recusa a idéia de anistia como esquecimento e defende a punição de torturadores e superiores, Therezinha se coloca frontalmente contra⁷⁴, além de crítica contumaz do Governo Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT). Em veículos de comunicação do Partido se reproduz a idéia de que ela é uma figura “folclórica”⁷⁵.

Suas posições diante dos objetivos do MFPA e formas de ação causam discordâncias com integrantes de núcleos espalhados pelo Brasil, incluindo o Ceará, como veremos adiante. Em Minas Gerais, os embates foram mais freqüentes e acabaram polarizando posições e constituindo outras lideranças como a presidente do núcleo, Helena Grecco, que detalha a natureza das divergências:

A Therezinha Zerbini, presidente nacional, dizia que nosso trabalho era pela “defesa da mulher e para que ela influencie a sociedade”. Não era só o que queríamos e, assim, um grupo de mulheres mais batalhadoras se uniu. Começou da maneira que a Therezinha queria, mansa e suave, depois passou a ter muita influência. Em 1975, todo mundo estava calado, todo mundo estava calado mesmo, e nós mulheres levantamos a voz, a favor da anistia e dos direitos humanos e contra a discriminação da mulher. (...) Quando me

⁷² CANDAU, Joel. *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Presse Universitaire de France, 1996, p. 67-68.

⁷³ A obra mais recente e ampla produzida recentemente sobre a anistia brasileira foi organizada e editada pela Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores, que, além do livro, mantém em seu portal depoimentos de diversas personalidades que lutaram pela redemocratização brasileira (www.fpabramo.org.br). As únicas mulheres chamadas a narrar a experiência do MFPA foram: Ana Guedes, Helena Grecco e Maria Luíza Fontenele. MAUÉS, Flamarion e ABRAMO, Zilah Wendel. *Pela democracia, contra o arbítrio*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

⁷⁴ Therezinha Zerbini defende a idéia da anistia como pacto nacional necessário para a reconstrução da pacificação brasileira: “Ali estava em jogo uma nação. Os gorilas precisavam tanto da anistia como nós. Temos de ser como o anjo de Gomorra, que diz: ‘Não olhem para trás, quem olhar para trás se transforma em estátua de sal’. A nossa gente também cometeu seus pecados, também matou”. Anjo da Guarda. Disponível em <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp>. Acesso em 12 de maio de 2005.

⁷⁵ O termo é utilizado por Valter Pomar, atual secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, em entrevista com Helena Grecco, realizada por ele para a revista Teoria e Debate, do PT. In: Memória: Helena Grecco.1995. Entrevista concedida a Valter Pomar. Disponível em <www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1572>. Acesso em 13 de outubro de 2007.

perguntavam se eu conseguia trabalhar com a Therezinha, eu respondia: “Não, não consigo”. Tínhamos *modus operandi* completamente diferentes, ela era uma pessoa muito interessante, vivia dizendo: “Não adianta querer transformar o Movimento Feminino pela Anistia, nós somos da burguesia mesmo e vamos continuar na burguesia. Não temos nada a ver com o resto da situação”. De modo que trabalhávamos com muitos embates⁷⁶.

Com esses relatos, analise-se um pouco mais sua trajetória e liderança nacional controversa. Sua história de indignação com a ditadura militar teve início com os primeiros movimentos da empreitada golpista. Casada com o general Euryale de Jesus Zerbini, vinte anos mais velho, assistiu à prisão e punição do marido, por ex-colegas de caserna.

A detenção arbitrária nunca foi aceita pela mulher, afinal o companheiro estava sendo preso por defender a ordem constituída. Vê a situação como falta de gratidão e respeito. No primeiro ato de rebeldia contra as forças golpistas, Therezinha, ao contrário de mães e esposas da maior parte de presos políticos de esquerda, vale-se da posição de mulher de general para melhorar as condições do marido detido em cárcere improvisado:

(...)Eles tinham feito do lugar – que devia medir 2 metros por dois metros – um depósito, cheio de baldes, enceradeira, vassoura. Quando vi aquilo, tive um ataque de fúria. Peguei tudo que estava ali e comecei a jogar da porta para fora, enquanto dizia ao capitão: “Tenham compostura, meu marido é um general do Exército brasileiro, sumam com isso daqui”. E pam, pam, pam, as coisas voando. E meu marido dizia: “Therezinha, calma. Therezinha, você não está em sua casa. Isso aqui é um quartel”, conclui ela às gargalhadas⁷⁷.

O acontecimento propicia a criação de laços da família com setores de resistência à ditadura militar, como a Igreja e o movimento estudantil. Libertado, porém cassado, o general Euryale Zerbini realiza sonho antigo: cursar Filosofia. Na USP, conhece o cearense Tito de Alencar Lima, Frei Tito, dominicano do movimento estudantil. Por meio da amizade, tem-se mais um fator de motivação para o ingresso de Therezinha Zerbini na luta pela anistia.

Em meados de 1968, Frei Tito pede sítio para um congresso, sem dizer, no primeiro momento, do que se tratava. Ela dirige o pedido a amigo do marido, dono de sítio em Ibiúna, interior de São Paulo, que, na verdade, era para o 30º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE). A entidade havia sido extinta pelo regime e o encontro necessitava ser feito às escondidas para a eleição de seu presidente. Em nove de outubro de 1968, 170 mulheres e 536 homens acampam no sítio para discutir estratégias de resistência do movimento estudantil.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Anjo da Guarda, Disponível em <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp>. Acesso em 12 de maio de 2005.

Delatado o encontro ao Dops. Setecentos e seis estudantes presos e levados ao Presídio Tiradentes, em São Paulo. Entre eles, Frei Tito, que solto em seguida, é vigiado pelo aparato repressivo. A sua segunda prisão, verdadeiro martírio, aconteceria em novembro de 1969.

As investigações levaram à Therezinha Zerbini. Presa em novembro de 1969, depois de depoimento, no DOPs, é liberada. Mas esta não seria a última vez. Numa noite de fevereiro de 1970, foi novamente presa pela Operação Bandeirante⁷⁸ em sua casa. Investiu-se de seu papel de defensora da família, mostrando-se uma “boa dona de casa”, “cordata” e “inofensiva”, ao reagir de forma a desconcertar os policiais e a preservar o marido e os filhos da ameaça:

Eu disse: “os senhores desculpem, estamos acabando de jantar, por favor passem para lá (aponta a sala de estar), que vou pedir para passar um café...”. Ficou um ambiente horrroso e aí chutei o pé do general por baixo da mesa e falei baixinho: “Eu entro nisso sozinha e saio disso sozinha, ouviu?” E ofereci aos gorilas: “Os senhores não querem compota de pêra?” Eles cada vez mais sem graça. Aí, a Lita veio com café, eles não sabiam mais se seguravam a metralhadora ou a xícara(...)⁷⁹.

Conduzida à Operação Oban, ela foi interrogada e ameaçada pelos policiais e, embora não tenha sofrido tortura, foi acareada com Frei Tito⁸⁰, que se encontrava bastante debilitado pelas sistemáticas sevícias de torturadores. O encontro marca sua memória, assim como os seis meses de cárcere, dando-lhe maior compreensão sobre da crueldade contra os opositores do regime:

(...) O rosto dele vertia sangue, estava todo inchado, meu coração apertou. Ele chegou bem pertinho e me disse com um fiozinho de voz: “Dona Therezinha, a senhora sabia para que era o sítio, não sabia? E eu: “Tito, que o Espírito Santo te ilumine, meu filho. Claro que eu sabia. Claro”. E perguntei para os torturadores qual era o órgão que coordenava os estudantes. Por sorte, um dos gorilas respondeu: “A Une, a Une”. E eu disse, com a voz cheia de desprezo: “Tá vendo, Tito, até ele sabe”. E o Tito, coitadinho: “A senhora me perdoe”. “Te perdoar do que, meu filho? Que Deus perdoe esses monstros”⁸¹.

⁷⁸ A Operação Bandeirante ou OBAN foi uma operação repressiva piloto montada em São Paulo, em 1969, não formalmente vinculada ao II Exército, mas de fato chefiada por seu comandante Canavarro Pereira. Foi composta por efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Estadual, Federal, Civil, Força Pública, Guarda Civil e até civis paramilitares. DIREITO À MEMÓRIA e À VERDADE: COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p.23.

⁷⁹ Anjo da Guarda. Disponível em: http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp. Acesso em 12 de maio de 2005.

⁸⁰ Frei Tito é considerado símbolo da encarnação dos horrores da ditadura brasileira. Cf. BETTO, Frei. Batismo de Sangue. Rio de Janeiro: Rocco, 2006 e KUNZ, Martine e LOPES, Régis. Frei Tito – em nome da memória. Fortaleza: Coleção Outras Histórias – Museu do Ceará, 2002.

⁸¹ Anjo da Guarda. Disponível em <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp> . Acesso em 12 de maio de 2005.

1.5 – Dentro da lei

O fato de o MFPA ter surgido em 1975, no governo do presidente Ernesto Geisel, pode levar a crer que o Movimento tenha tido mais tranqüilidade na relação com o aparato repressivo, uma vez que estava em discussão o plano de distensão “lenta e gradual”, com o objetivo de assegurar o afrouxamento das tensões políticas no País. De fato, as crescentes dificuldades econômicas do Estado de Segurança Nacional obrigaram-no a adotar medidas de legitimidade e obtenção de apoio político e social.

O desmantelamento gradual do Ato Institucional nº 5, a flexibilização do sistema eleitoral, tornado aparentemente mais livre, além do fim da censura prévia aos veículos da grande imprensa, foram iniciativas. Mas a distensão, como lembra Alves⁸², é marcada por conflitos entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política. De um lado, possibilitava-se que setores de oposição à ditadura militar tivessem mais espaço para se organizar e fazer reivindicações. De outro, a organização e reivindicações por melhores condições de vida e mais liberdade de expressão desencadeiam reações do aparato repressivo em operações maciças de detenção de opositores, propiciando clima de incerteza.

O que na verdade ocorre é que, com Geisel, a repressão faz-se mais seletiva e dissimulada, perseguindo e eliminando opositores tidos como ameaça à continuidade do regime. Estão em mira agrupamentos comunistas remanescentes, não mais envolvidos com a luta armada já eliminada, além de setores mais aguerridos do MDB e movimentos de trabalhadores urbanos e rurais. O intervalo entre os anos de 1974 e 1976 é marcado por violência contra militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B)⁸³. Segundo dados da Anistia Internacional, mais de duas mil pessoas foram presas no Brasil somente em 1975, ano de fundação do MFPA, das quais 700 continuaram presas e 240, adotadas pela entidade⁸⁴.

Numerosas denúncias documentadas com provas materiais chegam à entidade, entre os anos de 1975 e 1976, provando que a tortura ainda é instrumento sistematicamente usado contra quem ousasse se opor ao regime. Também não foram raros os casos em que os serviços

⁸² ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.200.

⁸³ Mais de 20 militantes do PCB foram assassinados nesse período. Cf. MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi L. de e SWENSSON JR, Walter Cruz. Contra os inimigos da ordem – a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 67.

⁸⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p. 203.

de segurança quebravam o silêncio de militantes mais “teimosos” fazendo reféns de familiares ou ameaçando e torturando parente do detido⁸⁵.

A repressão não escolhe classe social. Qualquer membro da sociedade civil estava vulnerável à violência, uma vez que era muito tênue, para os representantes do Estado autoritário, a diferença entre “oposição tolerável e responsável” e “oposição contestadora”. O “inimigo interno” poderia estar em qualquer lugar e o combate a ele não poupou as classes média e alta, vista a perseguição sistemática a estudantes universitários e os casos de detenção, tortura e morte, em São Paulo, do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em 1976.

A consciência da possibilidade real de repressão, prisão, tortura e risco de morte fez a tomada de precauções na condução do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Em 15 de dezembro de 1975, realiza-se a Assembléia Geral de fundação do Movimento, que funcionava desde março como Comissão Provisória. A ata da fundação registra a realização, durante a assembléia⁸⁶, de relatório de atividades da Comissão, leitura e aprovação “por aclamação” dos estatutos do Movimento, elaborados previamente, e a eleição do Conselho Geral e da diretoria executiva.

Ao Conselho Geral, com sete membros, cabe a eleição da diretoria executiva e aprovação da ampliação de núcleos distritais na capital paulista e municípios do interior. À diretoria, com quatro membros, com mandato de dois anos, competia administrar as ações para consecução dos objetivos do MFPA. Assim o Movimento foi registrado, no Cartório Medeiros, em São Paulo, como entidade civil “isenta de fins políticos, religiosos e ideológicos ou lucrativos”.

A tentativa de livramento de acusações de ação política não é privilégio das integrantes do MFPA. As mães argentinas da *Asociación de Las Madres de La Plaza de Mayo* também tinham posição semelhante, no registro, além do discurso de defesa dos direitos humanos como instrumento de legitimação. O documento, no entanto, só veio três anos depois do início de sua ação pública. O registro da *Asociación de Las Madres de La Plaza de Mayo* foi feito em 22 de agosto de 1979. Entre os principais pontos está a explicitação de seus objetivos e a reafirmação de autonomia de ação:

Somos madres de detenidos desaparecidos y representamos a muchos millares de mujeres argentinas em igual situación. No nos mueve ningún

⁸⁵BOVO, Cassiano Ricardo Martines. Anistia internacional – roteiros de cidadania em construção São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

⁸⁶ Movimento Feminino pela Anistia. Ata de Fundação, 15 de março de 1976. São Paulo. Arquivo Therezinha Zerbini.

objetivo político. Nadie nos há convocado ni nos impulsa o instrumenta. Estamos contra la violència y contra cualquier tipo de terrorismo privado o estatal. Queremos la paz, la fraternidad e la justicia. Anhelamos para la Argentina la vigência de um sistema democrático, respetoso de los derechos fundamentales de la persona humana⁸⁷.

O medo de aniquilamento físico e esquecimento das atividades realizadas foi o principal impulsionador do registro das mães argentinas. Mais que as brasileiras, também sofreram tentativas de articulação com grupos radicais de esquerda, acusadas de encobrir a militância proibida.

Mas, apesar das tentativas de desvinculação do MFPA, os serviços de informação brasileiros acompanharam sua movimentação desde o início, pela imprensa ou vigilância sobre os membros⁸⁸. Por vezes, buscaram caracterizá-lo como braço político de entidades de esquerda, algumas delas até sem registro e em articulações pouco prováveis ou grotescas. Num mesmo dossiê, elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIE), de agosto de 1978, conclui-se que o Movimento é relacionado ao Partido Comunista Brasileiro, por apresentar “uma atuação em perfeita consonância com as diretrizes emanadas do PCB”. No mesmo documento, na apresentação, no entanto, diz-se que o MFPA é “tutelado pelo Comitê de Defesa dos Prisioneiros Subversivos⁸⁹, recebendo contribuição da Anistia Internacional e Tribunal Bertrand Russel, organismos de frente do MCI”⁹⁰.

⁸⁷ GORINI, Ulises. La rebelión de las madres. Buenos Aires: Editorial Norma, 2006, p.315.

⁸⁸ A agência paulista do Serviço Nacional de Informações (SNI) registrou a fundação do MFPA em documento datado de 23 de junho de 1975, mesmo dia em que Therezinha Zerbini realizava sua fala sobre a anistia no Conferência Internacional das Mulheres, na Cidade do México. O documento não se remetia à divulgação da Manifesto da Mulher Brasileira, feita em março daquele ano, mas ao registro de matéria jornalística publicada na revista Visão, em 09/06/75. A nota da revista foi anexada como prova e dava conta da fundação do MFPA como parte da programação do Ano Internacional da Mulher da ONU. “Elas consideram o Ano Internacional da Mulher um momento oportuno para a concessão da anistia “ampla e geral” a todos aqueles atingidos pelos atos de exceção”, diz o texto da revista Visão. ACE 84588/75, 1975, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG), p.2. Noutro documento, elaborado pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), datado de 11 de outubro de 1976, são identificadas 25 mulheres de integrantes do MFPA e discriminados seus “antecedentes” na atividade política. O mesmo é feito em anexo, mas com a tentativa de separação por núcleos em todo o País. ACE 10317376, 1976, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).

⁸⁹ Grifos meus.

⁹⁰ ACE 114085/78, 1978, Centro de Informações do Exército. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG). p.65. A referência ao MCI (Movimento Comunista Internacional) está presente com frequência em documentos da comunidade de informações do regime militar como clichê, a exemplo de expressões como “infiltração ideológica comunista” e “aliciamento subversivo”. O jargão dos militares fornece aos documentos um tom “grandiloquente” e “tecnicista”, com “tratamento ideológico precário” que por vezes falseia a realidade. Avaliava-se com exagero as influências e repercussões do que se entendia por esse movimento entre os estudantes brasileiros. Referências ao Tribunal Bertrand Russel, instância que se reuniu em 1974 em Bruxelas para simbolicamente julgar e condenar a tortura no Brasil, também o relacionam como uma das diversas formas de atuação do Movimento Comunista Internacional, assim como a Anistia Internacional que chegou a protestar publicamente em 1976, na Alemanha, contra a tortura a presos políticos brasileiros. FICO,

A utilização de tutela como forma de definir a ação política do MFPA faz pensar sobre a não aceitação dos órgãos de informação e repressão do movimento desenvolvido de forma independente pelas mulheres. A proteção, assim, torna-se compreensível, pela busca constante dos órgãos de repressão de responsáveis da ação.

O discurso de pacificação da família, o enfrentamento mais brando às autoridades militares e a constante negação da vinculação com a esquerda são características do comportamento defensivo. A restrição dos objetivos e a forma de atuação do MFPA podem ser explicadas, ainda, pela composição do Movimento, integrado inicialmente, em grande parte, por mães e esposas de presos políticos e punidos pela ditadura. As reivindicações eram de valores como justiça e liberdade, sob pena de extrapolação da luta pela libertação de filhos e maridos, colocando em perigo a segurança destes e a sua própria.

A cautela só pode ser compreendida levando-se em consideração as difíceis condições para a luta. Reis⁹¹ lembra que não havia, no momento, a certeza de que o fim da ditadura estava próximo. As pessoas não sabiam como se daria a transição para o regime democrático, já que os generais gostavam de dizer que “suportariam” a oposição, mas não a contestação à ordem.

A estratégia de proteção contra a repressão do MFPA fica clara não só pela visibilidade pública do trabalho, mas pela fonte de elaboração do texto dos Estatutos (ver anexo VI). O modelo escolhido foi o do Estatuto das “marchadeiras”, grupo de mulheres paulistas que organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1964⁹². Para garantir amparo legal, jurista⁹³ elabora o caput do Estatuto, com os objetivos:

- a) defender e dar apoio e solidariedade a todos aqueles que foram atingidos nos seus direitos de homem e de cidadania, assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos subscrita pelo nosso país e lutar pela anistia ampla e geral, visando a pacificação da família brasileira;
- b) Promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuação no desenvolvimento de sua consciência social e cívica,

Carlos. Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.71.

⁹¹ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 132.

⁹² Repórter, jun.1978. É importante salientar que as mulheres também tiveram participação decisiva nos surtos anticomunistas na década de 60. Várias entidades adquiriram importância central nas movimentações que levaram ao Golpe de 64. Sua presença política era uma novidade, mas sua atuação se dava em nome da preservação de valores tradicionais como a defesa da família, da religião e da propriedade. Esta participação provocou bastante impacto, na medida em que elas mobilizaram um grupo social numeroso e influente, além de fortalecerem a impressão de que a sociedade como um todo tinha se levantado contra o comunismo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002, p.241.

⁹³ Segundo informações fornecidas por Therezinha Zerbini, tratou-se de João Paulo Bitencourt, conhecido por militar pelas causas democráticas e por ser fundador da União Nacional dos Estudantes.

alertando-a e orientando-a para a compreensão de suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro dos ideais democráticos⁹⁴.

O apelo humanitário, feito pela identidade de gênero tradicional, ou seja, “mães cumprindo o seu papel designado pela sociedade”, assim como a sensação de proteção que a situação traz no esboço de uma reação possível, no momento, são apontados por Lanna⁹⁵ como um dos fatores que atraíram tantas mulheres em estados do Brasil. O núcleo mineiro é um dos mais numerosos, chegando a congregar 300 mulheres.

Como possíveis integrantes do Movimento, somente mulheres eram permitidas, entre elas “profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras”. Embora não vetada a presença de homens, em reuniões, somente elas tinham voz e voto.

Se eles queriam estar lá para servir café, fazer uma compra enquanto a gente estava reunida, podia. Eles não podiam votar e nem dar palpite. Eu dizia: muito bem, escreve e entrega, depois nós vamos discutir porque senão vira uma anarquia⁹⁶.

A presença somente de mulheres no MFPA não foi algo espontâneo como no movimento das mães argentinas, mas obrigatório, desde o início. A característica é apontada como “estratégia de guerra”, por Therezinha Zerbini, de fundamental importância para a compreensão do protagonismo das mulheres e suas transformações, pela experiência política inédita analisada aqui.

Movimento feminino, fundado no Ano Internacional da Mulher, não incomodaria tanto o regime e ainda daria proteção à intervenção ou possibilidade de aparelhamento pelas lideranças de esquerda, eminentemente masculinas, no período. Sozinhas, ou melhor, apartadas de quem sempre teve a palavra, elas podiam ficar mais à vontade para desenvolver atividade autônoma, ganhariam credibilidade por sua “neutralidade” e “ausência de objetivos políticos”, prontas para argumentar, articular, como se pode interpretar, conforme fala de Zerbini :

(...) Onde o homem vai, ele inibe. Você vai numa reunião de operários, de estudantes, tem lá um grupinho de mulheres. Se tem homens, eles inibem. Porque a mulher não foi treinada, ela não tem a velocidade mental porque sempre foi o homem que mandou. Ele sempre foi o chefe e patrão. As mulheres ficavam com medo de falar bobagem. Foi arte da guerra mesmo, era

⁹⁴ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Estatutos do Movimento Feminino pela Anistia. 15 de março de 1976. São Paulo. Arquivo Therezinha Zerbini.

⁹⁵ LANNA, Anna Flávia Arruda. Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 118.

⁹⁶ ZERBINI, Therezinha Godoy, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

treino. E mulher com mulher se entende. E meu forte nunca foi mulher. Sempre foi homem (fala enfaticamente). E eu não sabia lidar bem com elas. Mas olha, Deus dá o frio conforme o cobertor. E a coisa foi muito bem. Tanto é que quando nós começamos o Movimento, diziam – a turminha do PT⁹⁷, a turma do PC do B - que eram eles que tinham feito. Eles queriam abocanhar. Eu dizia: não me venham fazer política dentro do Movimento, que nunca houve, viu. Tanto é que conquistada a anistia, que era o objetivo, acabou. Foi cada um fazer o que queria, porque isso era o certo⁹⁸.

Além de apropriação de espaço, de certa forma “protegido” pela identificação “humanitária” e “materna” é possível pensar nas tentativas de militantes homens e mulheres, ligados a organizações de esquerda, de ingresso no MFPA para acompanhar e direcionar os termos em que seria reivindicada ou “negociada” a anistia, afinal isso teria implicações políticas para a esquerda. Há relatos sobre a insatisfação de presos com relação à atuação das mulheres do MFPA, o que camufla o caráter “político” da oposição ao regime: “Não queríamos que o povo achasse que éramos coitadinhos. Nossa intenção era que os brasileiros entendessem que estávamos travando uma luta política”⁹⁹.

A preocupação faz-se irritação confessa quando métodos de protesto como vigílias em igrejas, em forma de denúncia e solidariedade aos prisioneiros pelo MFPA, prática registrada em núcleos. Afinal, muitos são materialistas e ainda defendem a luta armada. “Naquela época não dava para pensar em ficar fazendo vigília. Nossa anistia não poderia ser dada como um perdão do Governo”¹⁰⁰.

Mesmo com todos os cuidados, integrantes do MFPA não evitariam tentativas de repressão do regime, ou mesmo, cerrada vigilância sobre as lideranças do Movimento. Zerbini sabia que os telefones de sua casa eram grampeados. Encerrada a ditadura, ela descobre em meio à documentação do Dops, fotos em que aparece passeando com cachorros, nos arredores de casa¹⁰¹. Há dossiês de órgãos de repressão em que se relatam participações em eventos, reuniões, palestras. É tratada nos documentos como “conhecida subversiva”,¹⁰² que “mesmo antes de 64 alimentava idéias socialistas e atuava no campo psicossocial com propósitos

⁹⁷ Ela refere-se ao grupo que originaria o Partido dos Trabalhadores, uma vez que este só foi fundado em 1980, depois da aprovação da Lei da Anistia e dissolução do MFPA.

⁹⁸ ZERBINI, Therezinha Godoy de, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁹⁹ Depoimento do ex-preso “Theodomiro”. Diário de Pernambuco, publicado em 27/08/04. Disponível em <www.pernambuco.com/diario/2004/08/27/especialanistia5_0.html> Acesso em 02 de outubro de 2007.

¹⁰⁰ Depoimento do ex-preso Bruno Maranhão, *Ibidem*.

¹⁰¹ ZERBINI, Therezinha, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

¹⁰² ACE 10317376, 1976, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG), p.2.

subversivos”¹⁰³. Ela procurava despistar carros suspeitos que a seguiam em viagens pelo Brasil afora e hospedar-se em hotéis mais caros, com maior controle de visitantes, como forma de se precaver contra possíveis atentados.

Lanna¹⁰⁴, que analisa as ações do MFPA, em Minas Gerais, registra ameaças, atentados e prisões contra militantes mineiras. A mais contundente se daria na visita de Therezinha Zerbini a Minas Gerais, em abril de 1978, durante as comemorações do 33º aniversário da Anistia Geral, concedida por Getúlio Vargas, em 1945. A casa de Helena Grecco, presidente do núcleo local do MFPA, onde Zerbini estava hospedada, é atacada com bomba que abre rombo de dois metros de profundidade. Assume autoria do atentado o Grupo Anticomunista (GAC) deixando panfletos. A ameaça de atentado tinha sido feita por telefonemas e bilhetes anônimos dias antes.

A ex-integrante do Movimento, em Pernambuco, Daura Santos, mãe do ex-presos político Chico de Assis, conhecida pelo destemor em discussão com oficiais, descobre ter sido vigiada. Fotos guardadas no arquivo do DOPS mostram seu rosto circulado, em manifestação pública, diante da Assembléia Legislativa, no Recife¹⁰⁵.

1.6. Feminino x Feminista

O fato de a organização da luta pela anistia ter partido de mulheres anima as militantes das primeiras entidades feministas, criadas no mesmo ano de 1975. Tudo parecia conspirar para o MFPA endossar reivindicações do recém-criado movimento de mulheres. A Conferência do México, organizada pela ONU, foi o mesmo ponto de partida do Movimento e entidades como o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), em São Paulo, em novembro, com o objetivo de divulgar resoluções e discussões do evento e do Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio de Janeiro.

¹⁰³ ACE 84588/75, 1975, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG), p.1.

¹⁰⁴ LANNA, Anna Flávia Arruda. Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 115-117.

¹⁰⁵ A revelação é feita pelo seu filho em reportagem especial sobre a luta pela anistia em Pernambuco. “Mulheres foram decisivas”, Diário de Pernambuco. Disponível em <www.pernambuco.com/diario/2004/08/27/especialanistia5_0.html> Acesso em 02 de outubro de 2007.

A expectativa tinha base concreta. Em outubro do mesmo ano, o Movimento Feminino pela Anistia alia-se a feministas de Londrina, lideradas pela jornalista Joana Lopes, para o lançamento do primeiro número do jornal Brasil Mulher¹⁰⁶.

O primeiro editorial busca a igualdade perdida entre homens e mulheres, centrando crítica em problemas sociais como a pobreza, a superexploração do trabalho, o impedimento do trabalho fora de casa para mulheres, a prostituição. Enfim discussão em função da realidade brasileira e latino-americana.

A reportagem principal, “Anistia”, narra o surgimento do recém-criado Movimento Feminino pela Anistia - embora não tenha sido o primeiro registro do MFPA na imprensa¹⁰⁷ - ilustrada por foto de Therezinha Zerbini, além da publicação, na íntegra, do Manifesto da Mulher Brasileira. A matéria narra a origem do Movimento e suas atividades até o momento, como participação na Conferência da ONU, no México, campanha pela coleta de assinaturas para o Manifesto da Mulher Brasileira e a entrega do documento às lideranças da Câmara dos Deputados, do Senado e da Presidência da República e sua conseqüente repercussão, além da participação da líder do Movimento em debates pelo País.

A parceria entre o MFPA e feministas, no jornal, no entanto, dura mais alguns números. É possível encontrar, até o final de 1975, coluna em que se registram os passos do Movimento, ações empreendidas, adesões recebidas dentro e fora do Brasil. Numa delas verifica-se posicionamento específico de Therezinha Zerbini sobre a questão da mulher e de sua necessária participação política:

No Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, realizado de 13 a 20 de outubro, na Câmara Municipal de São Paulo, Therezinha Zerbini falou em nome da Cúria Metropolitana, ressaltando o papel da mulher na sociedade: “Como parte do diagnóstico da mulher paulista devemos tomar consciência de que ela é cidadã e caminha lado a lado com o homem. Estamos partejando um mundo novo e todo parto é doloroso. Estamos assistindo a todas essas convulsões mundiais e somos 50% da população do mundo, um contingente revolucionário intocado. Devemos trabalhar com seriedade¹⁰⁸.

¹⁰⁶ O primeiro número é datado de 09 de outubro de 1975. O feminismo do Brasil Mulher é fortemente influenciado pelo marxismo, em especial o maoísmo, centrado na temática da pobreza e da miséria e seus subprodutos que atingiam as mulheres, entre os quais a prostituição e os abortos clandestinos. A luta das mulheres era vista pelo jornal como parte da luta de classes. KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Escrita Editorial, 1991, p.80.

¹⁰⁷ O primeiro registro do MFPA na imprensa foi feita pelo jornal Opinião em 30 de maio de 1975. MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos 70. Textos. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia, 1990, p.19.

¹⁰⁸ Brasil Mulher, Londrina, dez.1975, p.2. Grifos meus.

Em vários momentos, a líder do MFPA cobra mais atividade e responsabilidade das brasileiras com os rumos do País, recordando a sua participação decisiva em momentos históricos, como nas lutas pela Independência, no século XVIII, e nas reivindicações pela anistia em 1932, após a Revolução Constitucionalista e em 1945, durante a ditadura Vargas. Sua fala convida ao envolvimento como mostra entrevista em março de 1976, em sua passagem por Fortaleza:

O Movimento nasceu de uma necessidade emergencial do Brasil de hoje e é formado unicamente por mulheres “para que nós mulheres deixemos de ser apenas parte da História e sim um agente da História”. Acrescentou que pretendem mudar o que Spengler afirma: “O homem faz a História, a mulher é a História”, acha a dra. Therezinha que “a mulher é a História”, dá um sentido muito estático ao sexo feminino que também deve ser participante, “a mulher brasileira deve se reafirmar perante seus cidadãos como democrata, justa e fraterna”, complementou.¹⁰⁹

A declaração confunde setores da imprensa que a chamavam de “líder feminista”¹¹⁰ ou constantemente perguntavam se era feminista ou o que pensava sobre o movimento de mulheres dentro e fora do País.

Depreende-se, no entanto, que, se para Therezinha Zerbini é perfeitamente concebível aliança com feministas para divulgação de luta de mulheres em prol da anistia de perseguidos políticos, não significava que estivesse disposta a se engajar em lutas específicas das mulheres, encapadas pelo feminismo no período, como questionamento da dupla moral sexual, direito ao corpo, questionamento da maternidade e heterossexualidade compulsória¹¹¹.

A discordância é explicativa do racha com a equipe de Brasil Mulher, não a recusa da anistia para os chamados “terroristas” por parte de Therezinha Zerbini como insinua Kucinski¹¹². Ela conta que, antes do conflito com os representantes do regime, teve caloroso embate com as feministas.

O primeiro confronto que eu tive – você vai até dar risada – não foi nem com os gorilas. Foi com as feministas (exalta-se) aqui de São Paulo. Porque elas queriam se adonar do Movimento Feminino pela Anistia. Elas diziam que a luta do MFPA era feminista. Eu digo: “Não, vocês estão equivocadas”. A luta do Movimento Feminino pela Anistia é uma luta de cidadania, da mulher cidadã. Não tem nada de feminista. Nós não estamos lutando por avanços.

¹⁰⁹ Tribuna do Ceará, Fortaleza, 17 de mar. 1976. s/p. Grifos meus

¹¹⁰ Folha de Londrina, Londrina, 26 de set. 1975. p.3.

¹¹¹ O envolvimento das mulheres com as causas dos direitos humanos não implicou necessariamente na reivindicação de causas específicas das mulheres. A distância entre as duas bandeiras seria grande e teria dado lugar a uma série de conflitos e mal entendidos entre os movimentos específicos. JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol. 2, nº 3, 1994, p. 135.

¹¹² KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Escrita Editorial, 1991, p.80.

Depois cada um vai fazer o que quiser. (...) Daí resolvemos fazer um jornal que era o Brasil Mulher. E o jornal era de homens e mulheres que viam na liberdade e piriri e pororó. E aquilo foi andando. Daí, as feministas, que queriam uma vitrine, queriam aderir. E daí começaram. E começaram a tergiversar. Tanto é que eu me retirei do movimento, puxei o carro e elas ficaram falando sozinhas ao vento.¹¹³

Divergências e separação entre feministas e MFPA, na figura da presidenta, são registradas pelas autoras da história do feminismo no Brasil. Para Moraes¹¹⁴, apesar da importância do MFPA para o avanço do movimento de mulheres, no Brasil, Zerbini “nunca disfarçou a pouca importância concedida à luta feminista”, além de acusada de não ter facilitado a convivência unitária do grupo. Para Pinto,¹¹⁵ é “surpreendente” que dois anos depois de ter participado da Conferência das Mulheres no México, a presidenta tenha feito declarações críticas, até agressivas sobre o movimento feminista.

Já Goldberg¹¹⁶ acredita que a falta de sucesso da organização de movimento amplo de mulheres por parte de “marxistas ortodoxas” fê-las diluírem em movimento feminino pelos direitos humanos, em que associações e grupos surgidos como “feministas”, aproveitando a oportunidade do Ano Internacional da Mulher, começam a se desvencilhar de qualificativo tornado “incômodo”, principalmente na realização de atividades conjuntas, como o caso do Movimento Feminino pela Anistia.

Na verdade, as visões carregam, em parte, equívocos e limitam o debate sobre a organização e significado do MFPA. Não há elementos que apontem a atuação de Therezinha Zerbini, filha de classe média alta, esposa de general do Exército, católica, como marxista-ortodoxa ou não. A aproximação com a esquerda se dá pelo episódio do Congresso da Une de Ibiúna. Certamente as vivências da prisão e o contato com o sofrimento de presos políticos e famílias deram-lhe visão mais ampla sobre o regime ditatorial e a necessidade de mudanças, mas não apontam para a atuação política, na perspectiva comunista ou socialista. “Sou cristã e não marxista”, disse ela em debate¹¹⁷.

A sua participação na Conferência do México dá-se no âmbito do MFPA, constituído como Comissão Provisória, o que é possível compreender muito mais como estratégia de luta e

¹¹³ ZERBINI, Therezinha Godoy, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

¹¹⁴ MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos 70. Textos. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia, 1990, p.20.

¹¹⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.63-64.

¹¹⁶ GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Tese de Mestrado. UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Rio de Janeiro, 1987, p.127.

¹¹⁷ Discurso durante debate na Conferência realizada no Auditório das Mercês, 15 de janeiro de 1977, Salvador, Bahia. ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia – Semente da Liberdade. São Paulo: Salesianas 1979, p.74..

visibilidade, além da busca de proteção diante do aparato repressivo. Havia também preocupação de não ampliar o leque de reivindicações para não se perder de vista a conquista da anistia como questão chave para a existência do Movimento, como confirma Ramos¹¹⁸.

Apesar da “promoção e elevação cultural da mulher” prevista como objetivo, no Estatuto do MFPA, a questão torna-se secundária com relação à luta pela anistia¹¹⁹. O afastamento ou tentativa de desvinculação da carga simbólica depreciativa carregada pelo feminismo é um dado a ser considerado e analisado. O incômodo do feminismo recém-chegado ao Brasil, na década de 70, é compartilhado por militantes do MFPA, pelos militares e também por amplos setores da esquerda.

Enquanto nos Estados Unidos e Europa as especificidades de luta de mulheres e de grupos oprimidos expõem-se com força, no Brasil, tanto o pensamento liberal como o marxista revolucionário dividem as possibilidades de luta em dois campos: busca da democracia e derrubada da ditadura ou luta do proletariado contra a burguesia.

Nesse cenário há pouco espaço para a transformação das problemáticas das mulheres em debate público. Complicador é a forte campanha de depreciação sofrida pelas feministas, em veículos da grande imprensa e da imprensa alternativa, que ora ignora o debate, por achá-lo sem importância, ora utiliza-se de ironia e da galhofa para tratar as novas idéias. Nesse aspecto, o nanico O Pasquim é pródigo em imagens que ridicularizam as feministas¹²⁰.

Nesse contexto, compreende-se por que a líder de um movimento formado somente por mulheres, com estratégias de autonomia e fortalecimento da figura feminina rechaça uma atitude feminista. Apesar de não se considerar comunista e chamar os comunistas de “exuzada”, ao refletir sobre o feminismo, Zerbini tende a se aproximar mais da retórica da esquerda, que defende o feminismo adaptado à realidade brasileira, não questionando o fato de as mulheres serem chamadas a participar em eventos históricos específicos, sem abandonar a identidade de gênero tradicional:

As feministas não devem pensar que descobriram a pólvora. Na expulsão dos holandeses do Brasil houve participação autêntica da mulher de Felipe Camarão e de outras mulheres do povo. Na Bahia, as mulheres ajudaram na resistência do Forte Paraguassu contra as investidas do português Madeira.

¹¹⁸ RAMOS, Andressa Maria Vilar. A liberdade permitida. Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p.57.

¹¹⁹ Essa análise também é feita por LANNA, Anna Flávia Arruda. Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.134.

¹²⁰ FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e quimeras – imagens do feminismo no Brasil. Cadernos Ael, Mulher, História e Feminismo, nº 3 e 4 e SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. Estudos Feministas, 13 (3), 320, setembro-dezembro, 2005.

Além das mulheres já citadas nessa entrevista, temos Anita Garibaldi, temos as mulheres dos bandeirantes que os obrigaram a voltar... Quem me deu um depoimento bonito sobre isso foi uma senhora cujo marido está desaparecido: “Olha, dona Therezinha, não somos filhotes de Betty Friedan. Quando a revolução de 30, um movimento realmente progressista – prometeu o voto à mulher, as mulheres votaram com a maior bravura porque queriam participar. As lutas feministas como são colocadas no Brasil, são inadequadas no tempo e no espaço. (...) As feministas brasileiras procuram seguir as feministas inglesas ou americanas, o que não faz sentido num Terceiro Mundo, ou principalmente no continente latino-americano, onde nossos problemas são pão, teto, educação, saúde...”¹²¹

A convocação à ação das mulheres apela para o discurso tradicional em que esposas e mães estão “naturalmente” dispostas ao lado da liberdade e da pacificação.

As discordâncias não impedem que o MFPA atue de forma articulada, em diversas oportunidades, em âmbito nacional ou local, com entidades feministas para se expressar publicamente. Em 1978, por exemplo, com o Centro da Mulher Brasileira e com a Sociedade Brasil Mulher, o MFPA assina Manifesto de Solidariedade às presas políticas em greve de fome.

É importante salientar que, apesar das posições da líder Therezinha Zerbini, o MFPA representa a porta de entrada do feminismo de muitas mulheres¹²². A preocupação de que somente mulheres integrassem o Movimento assemelha-se a práticas dos grupos de consciência do chamado feminismo de segunda onda¹²³. Além disso, a luta coletiva, a influência de grupos políticos, a descoberta da “força feminina” e de sua disposição para a luta possibilitaram a descoberta do feminismo de muitas militantes.

Lideranças como a da ex-presidenta do MFPA de Minas Gerais, Helena Grecco, afirmam o caráter verdadeiramente “feminista” do Movimento, a despeito das negativas de Therezinha Zerbini, o que demonstra que os núcleos, apesar de manterem o respeito às diretrizes registradas em cartório, desenvolvem experiências políticas múltiplas, aliando-se a movimentos sociais e visões diferenciadas do engajamento do MFPA:

¹²¹ O Pasquim, nº 418, de 08 a 14 de julho de 1977. In: ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia – Semente da Liberdade. São Paulo: Salesianas 1979, p.22.

¹²² Temos exemplos de feministas atuais que começaram no movimento pela anistia. Lourdes Bandeira nasceu em Ijuí, Rio Grande do Sul, em 1950, é Professora de Sociologia na Universidade de Brasília, identificou-se com o feminismo através de contatos com o Movimento Feminino pela Anistia e por influência de Eleonora Menicucci de Oliveira. É residente em Brasília e foi entrevistada por Joana Maria Pedro, em Florianópolis, em 26/11/2003. (entrevista transcrita por Maria Cristina Athayde). No mesmo trabalho há a entrevista com Regina Lisboa. Ela nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de Abril de 1951. Veio para Florianópolis no final da década de 1970. Participou de grupo de reflexão – o Amálgama – e, anteriormente, do Movimento Feminino pela Anistia.

¹²³ PEDRO, Joana Maria. Uma nova imagem de si: identidades em construção. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). Imagens da história. São Paulo: Hucitec, 2008, p.415-429.

Além de feminino, O MFPA, teve caráter também feminista. O seu programa tinha a centralidade na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e na luta contra a discriminação e a opressão de gênero. Foram os MFPA que iniciaram no Brasil a comemoração do 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Sua radicalidade é inquestionável¹²⁴.

As companheiras do MFPA mineiro, entrevistadas por Lanna¹²⁵, reforçam a vertente da descoberta do feminismo pela atuação somente entre mulheres: “Lá eu aprendi e fiz os primeiros contatos, as primeiras leituras, as primeiras discussões sobre a questão da mulher. Não foi no PC do B, não foi na faculdade, foi no Movimento Feminino pela Anistia”(Inês Teixeira). “Era uma forma da mulher buscar os direitos dos outros, mas era uma forma também dela se afirmar como participante político” (Magda Neves). “Esta luta das feministas, das sexistas, vai nos influenciar muito. Tanto que boa parte de nós que atuávamos no Movimento Feminino pela Anistia vamos entrar nos movimentos feministas” (Dirlene Marques).

1.7. Ação política

Mesmo com cautela, o MFPA empreende ações políticas importantes, num primeiro momento, para a promoção de movimento mais amplo pela anistia. A articulação com o MDB (único partido de oposição), com a Igreja progressista e os contatos mantidos com mulheres dos estados para o estabelecimento dos núcleos estaduais do MFPA foram algumas delas.

O número de mulheres sócias dos núcleos é estimado em “milhares” por Therezinha Zerbini, em entrevista de 1977¹²⁶. Em 1978¹²⁷, ela contabiliza 500 mulheres em todo Brasil. O primeiro dados é mais plausível, uma vez que foram instalados núcleos nos Estados brasileiros, à exceção do Amazonas e dos territórios, à época, Roraima, Amapá e Fernando de Noronha. Em entrevista, a ex-presidenta do MFPA em Minas Gerais, Helena Grecco, afirma que somente o Movimento no Estado, com nove núcleos, reúne 300 mulheres¹²⁸. No primeiro ano do MFPA são coletadas 16 mil assinaturas de pessoas pró-anistia.

¹²⁴ MAUÉS, Flamarion e ABRAMO, Zilah Wendel. Pela democracia, contra o arbítrio. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 241.

¹²⁵ Apud LANNA, Anna Flávia Arruda. Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 111.

¹²⁶ O Pasquim, de 08 a 14 de jul. 1977. In: ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia – Semente da Liberdade. São Paulo: Salesianas 1979, p.22.

¹²⁷ Repórter, jun. de 1978.

¹²⁸ GRECCO, Helena. Memória: Helena Grecco.1995. Entrevista concedida a Valter Pomar. Disponível em <www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1572>. Acesso em: 13 de outubro de 2007.

Audiências com a presidência do Senado e da Câmara, assim como contatos com a Casa Civil da Presidência da República para a entrega do documento foram realizadas. Nessas ocasiões, integrantes do MFPA apelavam para o acolhimento da idéia da anistia como “imperativo de consciência”. A campanha de assinaturas, em 1975, segue à medida que os núcleos eram montados. Em julho de 1977, por exemplo, é lançada em Salvador e, em julho de 1978, no Rio Grande do Norte.

Visitas a câmaras municipais e assembléias legislativas para contato são uma constante, com ou sem a presença da presidente do MFPA. O acolhimento dos políticos e a repercussão na imprensa eram sempre registrados em documentos e boletins.

Em universidades, a liderança do MFPA é um chamariz de palestras, debates e conferências de centros acadêmicos e diretórios de estudantes. Nesses momentos recebiam-se novos apoios e acalorados debates aconteciam com estudantes militantes de esquerda. No centro da discussão, a eficácia da conciliação e da democracia como via mais adequada para a conquista da anistia e o fim da ditadura

Na atuação conjunta com a Igreja, a busca da legitimidade social e proteção. Assim como as madres argentinas, as mulheres do MFPA mandam correspondência ao Papa Paulo VI, com a situação de repressão e rogando a bênção ao Movimento. Propalavam assim a idéia de anistia como imperativo de consciência, em especial, consciência cristã, e afastavam a associação da idéia de subversão.

Pensamos estar amparadas pelas palavras de Vossa Santidade na Encíclica *Populorum Progresso* – quando em Bombaim: “O Homem deve encontrar o Homem, as Nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs, como filhos de Deus. Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade”.

Por ocasião da abertura do Ano Santo, Vossa Santidade apelou aos governos do mundo inteiro no sentido de que concedessem anistia a todos os presos políticos.

O Movimento Feminino pela Anistia se fez representar oficialmente na Conferência Internacional da Mulher, na cidade do México e, inspirado na grandeza do desejo de Vossa Santidade, lançou também o mesmo apelo: Anistia Incondicional e irrestrita aos presos políticos de todo o Mundo; aos resistentes de guerra e aos banidos e exilados por fazerem oposição a seus governos¹²⁹.

A aliança com a Igreja, no entanto, se fez mais fácil que na Argentina. O apoio de padres, bispos e arcebispos às ações se dá de forma implícita e explícita em todo o País. Entre

¹²⁹ Movimento Feminino pela Anistia. À sua santidade, Papa Paulo VI, 31 de julho de 1975. Arquivo Therezinha Zerbini.

os nomes mais próximos do Movimento, citem-se Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, Dom Hélder Câmara, de Recife, Dom Aloísio Lorscheider, de Fortaleza, Ivo Lorscheiter, de Santa Maria (RS). O apoio é fundamental no combate às torturas generalizadas, à impunidade e à defesa de melhores condições de vida de presos políticos brasileiros. Missas, vigílias, reuniões politizadas, colocam em cena a bandeira da anistia e do combate às arbitrariedades. O principal documento de denúncia de sevícias pelo Estado contra cidadãos é produzido pela interlocução entre igreja e sociedade civil. Trata-se do relatório *Brasil Nunca Mais*¹³⁰.

Ações de repercussão midiática também são estratégias de visibilidade do Movimento Feminino pela Anistia. A mais célebre é protagonizada por Therezinha Zerbini. Durante a visita do presidente Jimmy Carter ao Brasil, em 1977, ela enfrenta aparato de segurança, em Brasília, para entrega de carta-denúncia às arbitrariedades do regime e situação de presos políticos à primeira dama dos EUA, Rosalynn Carter. Naquele momento, o governo do general Geisel sofria pressões dos Estados Unidos para revisão de sua política voltada para os direitos humanos¹³¹.

O caráter apartidário do Movimento Feminino pela Anistia, sua composição – formado em grande parte por mulheres, familiares de presos políticos - e a sua busca de conciliação, além do rígido controle da ação programática por parte de Therezinha Zerbini, fizeram com que a concepção de anistia predominante no MFPA fosse associada à idéia de liberdade e justiça e pacificação da família. É a visão exposta em diversos momentos e em diversos documentos do MFPA.

A anistia visa a pacificação da família brasileira¹³², “A Bíblia tem uma imagem que diz que a casa dividida soçobra. (...)O nosso trabalho se insere num esforço de paz e, nós que amamos o mesmo chão, esperamos que a paz se concretize através da anistia¹³³”.

A almejada união dos brasileiros se dá pelo esquecimento do que havia acontecido com a volta da normalidade democrática e o fim das perseguições, conforme discursos da líder, em boletim oficial:

¹³⁰ A realidade do regime de torturas intensivo tem comprovação definitiva com o relatório *Brasil Nunca Mais*, editado em 1985 pela Arquidiocese de São Paulo, que traz a transcrição das denúncias extraídas de 707 processos obtidos no Superior Tribunal Militar, a partir do depoimento de 1843 presos políticos.

¹³¹ Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano n. 4 – O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, p. 247.

¹³² Panorama, Londrina, 26 de set. 1975, s/pág. Arquivo Therezinha Zerbini.

¹³³ Jornal da Bahia, em 16 de jan. 1977. In: ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia – Semente da Liberdade. São Paulo: Salesianas, 1979, p.89.

Queremos apenas a justiça, que, aliás, sempre esteve presente na história do Direito no Brasil. A justiça e a paz estão na própria índole do brasileiro, que nunca foi povo dado a ódios e rancores¹³⁴.
 (...)É preciso deixar de mexer nas feridas.¹³⁵
 (...)Anistia que vem do grego Amnistya, quer dizer esquecimento. É o processo de se passar uma esponja e apagar o passado¹³⁶.
 (...)O dia de esquecer estaria mesmo chegando?¹³⁷.

O posicionamento não é compartilhado por todos que, no momento, compreendem a importância da anistia. Militantes do MFPA têm no Movimento, a possibilidade de ação mais politizada, o que influencia o perfil do núcleo em determinados Estados. Os registros mais importantes são de Minas Gerais, onde o MFPA incorpora, ao longo do tempo, além de bandeiras da anistia política e do fim da violação dos direitos humanos, discussões sobre o menor abandonado, melhoria das condições de vida, racismo, etc¹³⁸. Pesquisas apontam polarização entre as figuras de Therezinha Zerbini e Helena Grecco (presidente do núcleo mineiro), referências nacionais e internacionais do Movimento¹³⁹.

A ampliação da luta e a vontade de encaminhamento da discussão e as ações de outra forma foram responsáveis pela criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 1978. Com estrutura semelhante, em núcleos, expandiu-se pelo Brasil, agregando pessoas sem distinção de sexo e de posicionamento ideológico, embora pessoas com orientação de esquerda fossem majoritárias.

Com a atuação dos comitês, houve radicalização na luta pela anistia, com a sistemática denúncia de torturas, prisões, desaparecimentos. A bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita deu o tom ao relacionamento com o projeto elaborado do governo Figueiredo - é fruto da hegemonia dos CBAs, dentro do movimento mais geral pela anistia. O discurso cobra a punição dos torturadores, investigação das mortes e o paradeiro dos desaparecidos.

Segundo Ramos¹⁴⁰, embora o MFPA tenha sido o primeiro grupo organizado na luta pela anistia, com repercussão, seu caráter limitado fê-lo perder a liderança e o poder de agregar pontos de vista plurais. A defesa da anistia ampla, geral e irrestrita, por exemplo, não se dá de

¹³⁴ Diário da Tarde, Belo Horizonte, 24 de out. 1977. In: ZERBINI, Therezinha Godoy. Op. Cit, p.119.

¹³⁵ Diário da Serra, Campo Grande, 01 de ago. 1978. Arquivo Therezinha Zerbini.

¹³⁶ ZERBINI, Therezinha Godoy. Op. Cit, p. 250.

¹³⁷ Maria Quitéria, jul. 1978, p.08.

¹³⁸ LANA, Anna Flávia Arruda. Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.102.

¹³⁹ A diferença de estilo entre as duas é apontada por GRECCO, Heloísa Amélia. Dimensões fundacionais da luta pela anistia, 2003. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 44.

¹⁴⁰ RAMOS, Andressa Maria Vilar. A liberdade permitida. Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 63.

imediatamente, consolidando-se apenas no decorrer da luta, pelas disputas em congressos brasileiros pela anistia. Os punidos por “crimes de sangue”, por exemplo, não estão entre os que devem ser anistiados em primeiro momento do Movimento, devendo ser a anistia estendida “aos residentes de guerra, exilados, banidos e aos perseguidos por fazer oposição aos governos”¹⁴¹.

É somente na última edição de Maria Quitéria que poderemos encontrar uma explicação de que o quadro havia sido revertido. A defesa da anistia ampla, geral e irrestrita está em destaque na entrevista do advogado de presos políticos, Idival Piveta.

(...)A anistia restrita concedida nestas duas formas é um benefício para apenas 30% dos cidadãos prejudicados pelas leis de exceção. Pode-se perceber que sem dúvida elas estão sendo propostas para esvaziar o movimento nacional em prol da anistia ampla, geral e irrestrita¹⁴².

A defesa da bandeira aparece em matéria especial que narra as deliberações do Congresso Nacional pela Anistia, em Salvador, em setembro de 1978. A atuação conjunta entre CBAs e MFPA acontecia, de forma pontual, permeada por conflitos que marcaram a memória da líder Therezinha Zerbini, que explica o surgimento do CBA como fracasso da esquerda, na tentativa de controlar o Movimento. O machismo é apontado como fator de discordância e estímulo para os homens de esquerda fundarem seu próprio movimento.

Disputas e tensões se davam principalmente em encontros nacionais, depois da criação do CBA. Desde a fundação, o Comitê deixa claro o projeto político de transformar a campanha pela anistia em luta popular, com avaliação da necessidade de se tornar movimento de massa para acuar o Estado autoritário. As bandeiras da anistia associam-se a outras mais amplas e ao princípio de que a anistia só deve ser concedida aos alvos de perseguição do regime, condenando e punindo os que servem à repressão.

A tentativa de barrar o aparelhamento político do MFPA faz com que a líder Therezinha Zerbini dissolva a entidade civil tão logo a Lei da Anistia é aprovada em agosto de 1979. Os conflitos de continuidade do Movimento e de condução política, no entanto, não se dão somente com os representantes de grupos de esquerda, mas com integrantes do MFPA.

Em reunião nacional de núcleos do MFPA, após aprovação da Lei da anistia, em 1979, lança-se a proposta de reestruturação da entidade em outros moldes, o que incluía a mudança de nome, passando cada núcleo a adotar estatuto próprio. Os núcleos ou parte no Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por exemplo, não aprovaram a proposta e se desligaram para fundar

¹⁴¹ ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia – Semente da Liberdade. São Paulo: Salesianas 1979, p.96.

¹⁴² Maria Quitéria, mar. 1979, p.3.

entidade própria, o Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas (MFPALD), reforçando a luta pela anistia e incorporando causas urgentes para a sociedade brasileira, como os direitos fundamentais da pessoa humana, a democracia, a elevação cultural, social, cívica e política da mulher brasileira e a defesa de seus direitos¹⁴³.

O fato é que seguindo à risca a linha traçada desde São Paulo ou disputando formas de ação dentro dos núcleos espalhados pelo País, as mulheres de diretorias ou participantes de atividades do MFPA trazem, na memória, a indelével marca de nova forma de fazer política em meio ao que se convencionou chamar de “anos de chumbo”. No Ceará, as memórias são reconstruídas em meio ao processo de formação da identidade de anistiados, em busca de reparação de perseguições e perdas sofridas e de reminiscências da esquerda.

¹⁴³ CIAMBARELLA, Alessandra. As mulheres pedem paz: um olhar sobre o Movimento Feminino pela Anistia. Anais do X Encontro Regional de História (Anpuh-RJ), 2002. Disponível em <<http://www.uff.br/icfh/anpuhrio/anais/2002/comunicacoes/ciambarella%20Alessandra.doc>>. Acesso em 02 de outubro de 2007.

CAPÍTULO II – DA EXALTAÇÃO À VONTADE DE FALA: AS MEMÓRIAS DO MFPA NO CEARÁ

Contudo, talvez fosse bom não esquecer, no meio de todos estes homens, vociferantes, que eram os únicos a clamar o que tinham feito ou sonhavam fazer, as mulheres. São alvo de muitos discursos. Mas o que sabemos delas?
Georges DUBY¹⁴⁴

Parecia que milhares de vidas falavam pela boca da mãe; tudo era banal e simples na sua existência, mas essa simplicidade e banalidade eram apenas uma parte de uma multidão de gente sobre a Terra e a história da mãe assumia o valor de um símbolo.
Máximo Gorki¹⁴⁵

A reorganização dos perseguidos políticos, no Ceará, no final da década de 90, é dinamizada pela criação de leis federal e estadual, com critérios de concessão de indenizações financeiras para reparar perdas econômicas, trabalhistas, estudantis e emocionais causadas pela ditadura. Forte processo de produção da memória dos “anos de chumbo”, é desencadeado pela necessidade de provar as perdas, e compreende, além da organização formal de pessoas, solenidades, reuniões, eventos sociais e culturais, publicação de livros, ocupação de espaços na imprensa local, constituição de memoriais, reunião de acervo documental e incentivo às pesquisas sobre o assunto.

Nesse processo, as memórias do MFPA, no Ceará, são ativadas, ainda que com menos vigor, pouco a pouco, estabelecendo temas e narradores que se expõem publicamente. Entender o lugar ocupado pelas memórias de ex-militantes, na atualidade, passa, inevitavelmente, pela análise de solenidades públicas de anistiados, pelas narrativas da imprensa e pela reconstrução de acervos pessoais com documentos permeados por silêncios, afeto, mas também desejos de fala.

2.1 - No caldeirão de memórias, as mulheres

O ano é 2004, o mês agosto. No auditório da reitoria da Universidade Federal do Ceará, antigos e atuais militantes políticos e famílias formam platéia atenta aos discursos do

¹⁴⁴ DUBY, Georges. *O cavaleiro, a mulher e o padre*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, p. 201.

¹⁴⁵ GORKY, Máximo. *A mãe*. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2005, p. 243.

reitor que, no momento, anuncia a reintegração de ex-estudantes, expulsos pela ditadura militar por sua atuação política. A ocasião é o início de eventos em comemoração aos 25 anos da Lei da Anistia, em Fortaleza. A emoção dos reintegrados é nítida e se estende, noite adentro, na sessão de homenagens a pessoas que colaboram fortemente com a luta pela anistia. Entre eles, estão ex-presos políticos, jornalistas que desafiaram o regime, padres progressistas, parlamentares cassados e mulheres.

Homenageadas nas figuras de três ex-integrantes do Movimento Feminino pela Anistia, elas são exaltadas pela “solidariedade”, “coragem”, “carinho” e “proteção”. Os discursos reforçam que “sem elas a anistia não teria acontecido”, “pois elas foram mães de todos nós”. Parentes, em meio à platéia, apontavam mulheres de suas famílias que haviam sido militantes e deviam ser lembradas.

É apenas um episódio dentre vários nos últimos sete anos, em Fortaleza, compreendidos na análise de construção de uma memória do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará, na atualidade. O processo, no entanto, acontece com menor empenho em relação a outro mais amplo, o de construção da memória da ditadura e da anistia, a que se deve reportar primeiramente como forma de entender a afirmação.

Para comemorar e discutir 20 anos da Lei da anistia, em 1999¹⁴⁶, ex-presos políticos e anistiados se reúnem em Fortaleza e realizam atividades¹⁴⁷, do “Movimento Anistia 20 anos”, que resultaram na formação da Associação 64-68. A entidade, hoje, tem o objetivo de “preservar a memória” e defender os interesses de pessoas prejudicadas pela ditadura militar. A segunda atividade, por sua vez, tem ambiente propício, com diversas mobilizações pela criação de leis reparatórias ou indenizatórias.

Em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, edita-se a medida provisória para indenizar pessoas prejudicadas pela ditadura. A medida é transformada, em 2002, na Lei 10.559, e declara anistiados políticos os que, entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, por motivação política, foram atingidos por atos institucionais, demitidos, transferidos

¹⁴⁶ Acompanhei as reuniões do embrião da Associação 64-68 praticamente desde o início, como jornalista da Editoria de Política do jornal O POVO, onde participei da realização de caderno especial sobre os 20 anos da anistia no Estado, em 18 de agosto de 1999. A ligação com os anistiados permaneceu até o ano de 2000 e resultou em outras matérias sobre a ditadura militar. Apesar de retomar o assunto somente em 2004, quando da elaboração de meu projeto de doutorado, ainda acompanhei uma série de outros eventos, principalmente os de caráter cultural, promovidos pela Associação. As percepções sobre alguns desses atos e homenagens partem de observação direta e de anotações de caderno de campo.

¹⁴⁷ O grupo formado, até então por alguns ex-presos políticos e anistiados se dividiu para realizar palestras e debates em escolas públicas e privadas, apresentações de vídeos acompanhadas de discussões e até um concurso de redação promovido em parceria com a Secretaria de Educação do Estado. GONÇALVES, Danyelle Nilin. O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil, 2006. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 18.

de locais de trabalho, com perda de comissões, sendo impelidos ao afastamento do trabalho para acompanhar o cônjuge, impedidos de tomar posse ou de exercer cargos públicos, entre outros prejuízos.

Mais abrangente que a Lei, de 1979, a medida amplia o número de anistiados. Sessenta mil pedidos de indenização¹⁴⁸ foram enviados, até o final de 2004, para a Comissão de Anistia, formada para analisar os casos no Ministério da Justiça. Em diversos estados brasileiros, a iniciativa impulsiona a criação e aprovação de leis locais com teor semelhante. É o caso do Ceará.

Projeto de lei é enviado, no mesmo período da Lei nacional, em 2001, à Assembléia Legislativa, em articulação direta com a Associação 64-68. A Lei 13.202, sancionada em 10 de janeiro de 2002, estabelece o pagamento de indenizações ou reparações às pessoas detidas em órgãos da estrutura administrativa do Estado do Ceará, sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre 1946 e 1988, mesmo período estipulado pela Lei nacional.

Para avaliar os pedidos de indenização, instala-se, somente em 28 de agosto de 2003, a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou¹⁴⁹. Formada por 11 membros, indicados pelo governo estadual e sociedade civil, ela se reúne mensalmente, analisa, julga e estipula valores monetários de pedidos de indenização de ex-presos políticos no Estado do Ceará¹⁵⁰.

Histórias até então inéditas ganharam lugar à medida que os anistiados resolveram narrar histórias e juntaram provas e documentos conseguidos a duras penas nos arquivos dos órgãos de repressão e vigilância, como é o caso da Agência Brasileira de Informações (Abin) e secretarias de segurança pública.

Pelo processo de mobilização pelas indenizações, compreende-se a intensificação de construção da memória do período ditatorial, a partir do ano de 1999. Com processos e relatos vieram outras formas de recordar como a instituição de celebrações públicas e rituais, capitaneados pela Associação 64-68, e incluem confraternizações, que reúnem anistiados e famílias, e tem como centro a recordação de momentos pitorescos da época da militância e da

¹⁴⁸ Ibidem, p.59.

¹⁴⁹ O nome da Comissão homenageia a advogada Wanda Rita Othon Sidou uma das poucas a assumir, no Ceará, a defesa de presos políticos. Ela e os advogados Antônio de Pádua Barroso e Jurandy Porto, concentravam a maioria dos casos de perseguidos pelo regime militar no Estado, tendo sido por isso perseguida e ameaçada, como relatado na reportagem “A brava defensora dos subversivos”, *O POVO*, Fortaleza, 10 de jul. 2004, p.4.

¹⁵⁰ Para que o pedido seja analisado pela Comissão é necessário que o provável beneficiário siga um trâmite que inclui o encaminhamento de um ofício ao presidente e a constituição de um requerimento de indenização que se divide em duas partes: o relato dos fatos e o pedido propriamente dito, no qual é sugerido o valor da indenização a que o ex-presos presume ter direito. Além disso, são anexadas provas e documentos, como instrumentos de procuração, relatórios e prontuários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), atestados médicos e testemunhos de pessoas conhecidas, utilizados para reforçar a veracidade do que é contado e normalmente existe um memorial onde o requerente expõe as razões pelas quais deve ser indenizado e narra seus sofrimentos e perdas, municiando a Comissão sobre as ocorrências do período.

prisão, o que pode ser compreendido como forma de agregar anistiados e reforçar sua identidade e seu sentimento de pertença¹⁵¹.

A celebração de calendário com datas-chave também é uma iniciativa que vem se repetindo, nos últimos sete anos, que conta não somente com a iniciativa da Associação 64-68, mas de outras instituições como Câmara Municipal de Fortaleza, Assembléia Legislativa.

Nessas ocasiões, datas são criadas de forma original, as já existentes são apropriadas e ressignificadas, com novos conteúdos, a exemplo do que aconteceu pela iniciativa de grupos políticos com objetivos semelhantes, em outros países da América Latina que vivenciam ditaduras militares e processos de anistia¹⁵². Como explica Jelin¹⁵³, são momentos em que as memórias são “produzidas e ativadas”.

Entre as datas “comemoradas” ou “celebradas”, no Ceará, com sentido diferenciado do original, estão 31 de março, dia do Golpe Militar de 1964, recuperado como dia de denúncia, com menos adesão que o dia 28 de agosto, da aprovação da Lei de Anistia de 1979. O dia dos direitos humanos, com celebração instituída, no Brasil, durante a segunda metade da década de 1970, apropriado pelos movimentos de direitos humanos e de anistia, continua celebrado em 10 de dezembro.

Como indenização do Governo Estadual, a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou faz a entrega simbólica de cheque a anistiados que tiveram processos aprovados entre 2004 e 2006¹⁵⁴. Nessas ocasiões, anistiados e famílias são convidados e há ampla cobertura da imprensa. Representantes do governo, o próprio ex- governador Lúcio Alcântara entregam documentos, e representantes da Comissão de Anistia e da Associação 64-68 são convidados a discursar¹⁵⁵.

A rotina de pedidos de indenização é fator central de desencadeamento dos atos de produção de memória da ditadura e luta pela anistia no Estado. Além de estímulo direto a

¹⁵¹ Esses momentos de festa são caracterizados por intensas lembranças, o que impede que os fatos vividos sejam esquecidos. GONÇALVES, Danyelle Nilin. O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil, 2006. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 119-120.

¹⁵² Essa criação de um calendário alternativo, com reinterpretações de datas e tipos de comemorações, é característico de sociedades em que a disputa sobre diferentes interpretações sobre o passado está instalada. Entre os países em que essa disputa de datas acontece de forma visível estão Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Ver JELIN, Elizabeth (org). Las conmemoraciones: las disputas en las fechas infelices. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002, p.4.

¹⁵³ JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madri: Siglo XXI de España, 2002, p. 245.

¹⁵⁴ A primeira entrega de indenizações ocorreu no dia 15 de setembro de 2004, no Governo de Lúcio Alcântara (PSDB) e a última, na gestão de Cid Gomes (PSB), em dezembro de 2008.

¹⁵⁵ Uma das entregas de indenização, inclusive, já aconteceu em Crateús, município do interior do Estado em que houve bastante perseguição política, demandando um esforço maior de organização e mobilização de pessoas. O governo estadual disponibilizou, inclusive, um ônibus para que familiares, membros da Associação 64-68, imprensa e pesquisadores pudessem se deslocar para o evento.

confraternizações e cerimônias de entrega de indenizações existem homenagens a pessoas que contribuíram na luta contra a ditadura ou no apoio a ex-presos políticos, a realização de exposições fotográficas, mesas redondas, peças teatrais, mostras de filmes, palestras, exposições em museus, seminários sobre a memória e gerenciamento de arquivos da repressão¹⁵⁶.

É notório o crescimento também do número de pesquisadores interessados em estudar o período, produzindo monografias, dissertações e teses, com base nos arquivos que, aos poucos, vão se formando na Associação 64-68 e na Comissão de Anistia Wanda Sidou¹⁵⁷. Trabalhos foram publicados e contam com o apoio direto de anistiados para sua divulgação. Os lançamentos dos livros transformam-se em eventos, com anistiados e suas famílias. Outras vertentes importantes dizem respeito ao incentivo à produção de filmes e documentários do período, produção de séries jornalísticas¹⁵⁸ e publicação de livros de memórias, enfocando a experiência do movimento estudantil e da luta armada no Ceará¹⁵⁹.

É visível, na produção memorialista e acadêmica recente, a ênfase na figura masculina do militante, do guerrilheiro, dos mártires¹⁶⁰, dos líderes que resistiram e não se entregaram e que também não entregaram os companheiros, apesar de perseguições e torturas. Nas

¹⁵⁶ Entre os filmes exibidos em cinemas da cidade numa promoção direta com a Associação 64-68, entre 2002 e 2006, estão *Cabra-Cega* (2005), de Toni Venturi, *A Conspiração do Silêncio* (2004), de Ronaldo Duque e *Os Sonhadores* (2003), de Bernardo Bertolucci. O Museu do Ceará instalou sala permanente sobre a vida de Frei Tito, intitulada Sala Escura da Tortura. Nos dias 24 e 25 de novembro de 2005, o Governo do Estado realizou através da Comissão de Anistia Wanda Sidou o Seminário Nacional Política de Acesso a Documentos Sigilosos, em que diretores de vários arquivos públicos que já estabeleceram normas de acesso para documentos do período ditatorial estiveram presentes para apresentar suas experiências. É importante salientar que até o momento não foram fixadas normas para o acesso dos arquivos da repressão no Ceará. O que se conseguiu reunir está, hoje, sob a responsabilidade do Arquivo Público do Estado.

¹⁵⁷ Entre os trabalhos publicados que contaram com apoio direto da Associação 64-68 estão: MOURÃO, Mônica. *Memórias Clandestinas*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2005; RAMALHO, Bráulio. *Foi assim: o movimento estudantil no Ceará (1928-1968)*. Fortaleza: ABC Editora, 2002; FARIAS, Airton de. *Além das armas – guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972)*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007 e MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de Luta*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

¹⁵⁸ Por ocasião da comemoração dos 25 anos da Lei da anistia em agosto de 2004, os dois principais jornais de Fortaleza publicaram séries de reportagens sobre a ditadura militar no Ceará, mais ou menos no mesmo período, entre julho e agosto daquele ano. As matérias repercutiram em meios eletrônicos e a TV Verdes Mares, afiliada da Globo, também realizou várias matérias sobre o período em seu telejornal vespertino. Outras datas como os 30 anos da morte do jornalista Wladimir Herzog e os 30 anos da morte de Frei Tito também mereceram atenção dos veículos de comunicação de Fortaleza.

¹⁵⁹ Dois livros de memórias escritos por militantes do período foram lançados após o advento da Associação 64-68. São eles: FREITAS, Mariano de. *Nós, os estudantes*. Fortaleza: Livro Técnico, 2002 e THMOSKHENKO, Carlos. *Timo-Thmoskhenko: o subversivo que cruzou a fronteira*. Fortaleza: Funcet, 2003.

¹⁶⁰ A figura de Frei Tito é o ícone máximo da representação da crueldade da perseguição ditatorial sobre os militantes no Estado. Além de ser alvo de homenagens constantes, peças de teatro, publicações locais e de um memorial no Museu do Ceará, sua figura ganhou ampla repercussão a partir da divulgação nacional do filme *Batismo de Sangue*, de Helvécio Rattón, em 2007. O suplício do religioso também foi tema do programa Linha Direta Justiça, da TV Globo, em 2007. Os cearenses mortos na Guerrilha do Araguaia também são lembrados em publicações, mas não com a mesma força.

solenidades, eles coordenam as atividades, discursam, realizam homenagens e são homenageados, na maior parte das vezes.

O espaço destinado às narrativas e às presenças femininas, em eventos, livros, teses e matérias jornalísticas, é nitidamente reduzido se comparado com o dos homens, mesmo quando está em questão a guerrilha ou o movimento estudantil. A baixa visibilidade certamente tem a ver com a proporção em que as mulheres se engajam nos movimentos e organizações de esquerda no Ceará. Estima-se que 20,6%¹⁶¹ dos envolvidos em ações armadas, no Estado, eram mulheres, dentro do percentual de oscilação de participação feminina, na maior parte das organizações armadas urbanas no País¹⁶². Esse número pode ser maior com relação ao movimento estudantil, mas não há levantamentos feitos até o momento que forneçam algum dado com recorte de gênero.

Esse dado é reforçado pela desproporção entre mulheres e homens atingidos pela ditadura que buscaram reparações ou indenizações na Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou. Dos 485 processos, apenas 21 foram impetrados por mulheres, 4,32% do total¹⁶³. Mulheres, assim como homens, optaram por não realizar o pedido de indenização, por questões ideológicas. Mas, mesmo se incluídas no total, o número continuaria sendo muito baixo¹⁶⁴.

Mas a menor participação das mulheres nas ações políticas no Ceará, assim como em todo o Brasil, pode ser o único fator a ser considerado na análise da supremacia masculina no campo das memórias da ditadura? É tentador pensar que sim, até porque esse é o raciocínio mais rápido. Menos mulheres, menos memória. Esse pensamento pode ainda ser endossado

¹⁶¹ FARIAS, Airton de. FARIAS, Airton de. Além das armas – guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972). Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007. p. 119. O levantamento foi feito com base em dados de jornais da época, dados da Associação 64-68, Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou e de entrevistas realizadas onde o autor contabilizou 54 pessoas citadas como integrantes das organizações guerrilheiras, embora admita que esse número possa ser maior. Deste total, 34 militantes tiveram seus dados pessoais levantados.

¹⁶² Na maior parte dessas organizações esse número oscila entre 15% e 20%. RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social, revista de Sociologia da USP, 1990 apud CARVALHO, Luiz Maklouf., Mulheres que foram à luta armada. São Paulo: Editora Globo, 1998, p.20.

¹⁶³ Levantamento realizado pela autora para essa pesquisa.

¹⁶⁴ A parcela das pessoas atingidas pela ditadura no Ceará, que não entraram com pedidos de indenização na Comissão de Anistia Wanda Sidou é considerada pequena. Suas recusas são motivadas por diversos motivos, como observou GONÇALVES, Danyelle Nilin. O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil, 2006. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p.207. Para alguns a indenização vai servir como pedido de desculpas, para outros aceitar a indenização é ser conivente com o sistema, com o Estado brasileiro e com o capitalismo, dentro do qual o dinheiro pagaria qualquer coisa. A ex-presa política e ex-militante do Movimento Feminino pela Anistia, Rosa da Fonseca, é partidária das duas posições assim como outras mulheres que foram perseguidas pela ditadura e que também participam do movimento Crítica Radical.. Diário do Nordeste, Fortaleza, 28 de ago. 2004.

pelas imagens de “virilidade a toda prova”, como aponta Wolff,¹⁶⁵ construídas sobre guerrilheiros.

Nas representações de manuais de guerrilha, livros de memórias, cartazes da polícia política, da época, e nos meios de comunicação, são “machos” destemidos, valentes, resistentes à dor e à tortura, capazes de manejar armas e enfrentar qualquer situação. É comum encontrar, na imprensa da época, relatos espantados sobre mulheres presas ou identificadas em ação guerrilheira¹⁶⁶. Tende-se a enxergar, na figura do guerrilheiro, a do homem, quase sempre. A mulher é o extemporâneo, o absurdo. Os relatos e pesquisas com ex-guerrilheiras reforçam a análise. É freqüente a acusação por parte delas de ter de esconder traços femininos, cuidados com a beleza ou vaidade.¹⁶⁷ Apesar de poderem participar das organizações, o comportamento machista podia ser sentido na divisão de tarefas, no veto a participações em ações armadas e, até mesmo, na manifestação sobre certos assuntos, considerados pouco “aptos” para elas, como o manejo de armas. No Ceará, na maior parte das vezes, participavam de operações de levantamento de informações ou realizações de contatos, os chamados “pontos”¹⁶⁸.

Goldenberg¹⁶⁹ defende a idéia de invisibilidade para discutir a forma pela qual se percebem as mulheres representadas na história da esquerda brasileira, até hoje, escrita em torno da trajetória dos “grandes homens”. Suas posições no interior das organizações políticas consideram-se secundárias ou inferiores às dos companheiros, “escondidas” ou apresentadas como “filhas de...”, “mulher de...”, coadjuvantes, enfim.

A exclusão relaciona-se com o maior ou menor capital político das mulheres, antes de ingresso em partidos ou organizações de esquerda, em contraposição à imagem do “bom militante”, identificada com comportamento eminentemente masculino de domínio do discurso para grandes platéias, à fala dura e impessoal, métodos de disputa agressiva e afastamento da vida pessoal e familiar como prova de abnegação à causa.

¹⁶⁵ WOLFF, Cristina Scheib. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In: WOLFF, Cristina Scheib, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). Leituras em rede – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p.108.

¹⁶⁶ A ex-militante da VPR, Dulce Maia, conta que na condição de mulher foi duplamente maltratada por torturadores durante sua passagem pelo presídio Tiradentes, em São Paulo. MAIA, Dulce. A morte, as donzelas e a canção dos pescadores. In: FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J.A de Granville (orgs). Tiradentes, um presídio da ditadura. São Paulo: Scipione, 1997, p.96-107.

¹⁶⁷ WOLFF, Cristina Scheib. Op. Cit, p. 108.

¹⁶⁸ Alguns depoimentos de ex-guerrilheiras cearenses sobre esse aspecto podem ser vistas em FARIAS, Airton de. Além das armas – guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972). Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007, p. 120-121.

¹⁶⁹ GOLDBENBERG, Mirian. Mulheres e militantes. Revista Estudos Feministas. Ano 5, n.2, 1997, p.352.

A visão inferiorizada é introjetada por militantes, mesmo as que não ingressaram na militância através de pais e maridos. Elas não conseguiram seguir as regras do jogo, aceitando posições de inferiorização, rejeitando cargos, abrindo mão de defesa de idéias, pela dificuldade de se expressar publicamente, por timidez, insegurança ou recusa em competir. A invisibilidade, desta forma, é reconhecida por mulheres militantes que atuaram antes ou depois do Golpe de 64.

Este pode ser indício importante para pensar as razões pelas quais a história ainda é escrita pelos e para os “grandes homens”, no campo da esquerda brasileira, pois, além de não serem muito incentivadas a falar, mesmo através de pesquisas, as mulheres têm, ainda, dificuldades de se colocarem publicamente, assumindo feitos e escreverem, elas mesmas, as próprias histórias de militância. Complexo de inferioridade, insegurança ou modéstia histórica e culturalmente construída?

O fato é que nem só de ausência de discursos e de presenças é feita a invisibilidade feminina, no campo de construção da história e da memória dos movimentos de esquerda. No caso do Movimento Feminino pela Anistia, no Ceará, talvez fosse mais adequado falar de visibilidade controlada, afinal, a construção de memória pública é realizada em paralelo com a de anistiados políticos reorganizados no início desta década. Estão presentes, em escala visivelmente menor, em jornais, matérias de TV e atos públicos, embora não apareçam, ainda em livros de memórias¹⁷⁰, representadas de forma secundária, dentro de suas identidades de gênero, naturalizadas, o que acaba por encobrir sua atividade política.

O que importa não é somente quantificar os discursos e compará-los, por oposição binária, aos pronunciados ou escritos sobre e para os homens que participaram da resistência à ditadura e da luta pela anistia. O que se pode fazer, como forma de compreender a invisibilidade das mulheres e os mecanismos que a desencadeiam, é, em exercício inspirado em Foucault¹⁷¹, determinar variadas maneiras de não dizer, a distribuição dos que podem e dos que não podem falar, os discursos autorizados e as formas de discrição exigidas a uns e outros. Os silêncios e as “invisibilidades”, na verdade são muitos e precisam ser analisados como forma de compreender estratégias que apóiam determinados discursos.

Perceber variadas falas e silêncios torna-se tarefa desafiadora, no caso de análise de movimento que, ao contrário de outros tipos de militância, no período ditatorial, não rompe,

¹⁷⁰ A verdade é que este gênero de escrita, seja de autoria de homens ou de mulheres, ao contrário do que acontece no centro-sul do País, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, quase não é exercitado no Estado com relação ao período ditatorial.

¹⁷¹ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p.30.

de maneira mais drástica, com identidades de gênero e com a ordem imposta, buscando em imagens e discursos tradicionais sobre o feminino, uma forma de ação diante da ditadura e tendo, entre familiares (esposas, mães, irmãs), boa parte de integrantes. Jogos de gênero, afetos e disputas marcam a construção da memória das mulheres do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará. Mas, afinal, o que se diz sobre elas?

2. 2 - A mãe como símbolo

Quando se diz que a construção da memória do MFPA, no Ceará, ocorre de forma secundária, com relação à memória do próprio enfrentamento ou “resistência” ao regime ditatorial, faz-se com base na observação da maneira em que o Movimento é representado em eventos públicos promovidos pela Associação 64-68 e pela Comissão de Anistia Wanda Sidou e no que narram os jornais, principalmente impressos, os dois lugares de memória¹⁷², mais evidentes, hoje.

O que chama a atenção não é somente o espaço nitidamente reduzido com relação às histórias e falas dos sujeitos (mulheres x homens), mas também como se fala sobre eles. As mulheres do Movimento Feminino pela Anistia, na maior parte das vezes, são objetos, dos discursos de anistiados, embora também discurssem e escrevam sobre suas experiências, eventualmente¹⁷³.

Nas sessões de entrega de indenizações ou comemorações da Lei da Anistia, em que se recordam visitas aos presídios, a solidariedade entre os presos e familiares, as mulheres do Movimento são as mais lembradas assim como advogados e outros que, mesmo sem parentes, lutaram pela anistia. Elas são lembradas pelas homenagens, exaltações e reverência. É bastante comum que vários homens se inscrevam para discursar nesses momentos.

¹⁷² Segundo Nora, os lugares da memória são estabelecidos a partir do sentimento de que não existe mais memória espontânea, sendo necessário criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações e fazer elogios fúnebres, já que essas operações não ocorrem mais naturalmente. A vigilância comemorativa seria necessária como forma de não permitir que a história os varresse rapidamente. NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. In: Projeto História, nº. 10. São Paulo. PUC-SP. Dezembro de 1993, p.13.

¹⁷³ Um desses raros episódios ocorreu em setembro de 2002, durante as comemorações dos 23 anos da Lei da Anistia. A ex-presidente do MFPA, Nildes Alencar, teve artigo publicado narrando o protagonismo do movimento de mulheres para a redemocratização brasileira. “O Movimento Feminino pela Anistia foi a semente de libertação, 11 anos após o Golpe Militar” escreveu em suas primeiras linhas. LIMA, Nildes Alencar. Anistia 2002. O POVO, Fortaleza, 23 de set. 2002.

A exaltação recorre a práticas semelhantes às utilizadas no século XIX, em que qualidades e aptidões das mulheres são reverenciadas, no que elas têm de ligação com a natureza, com a defesa do lar e dos seus, reforçando vínculos com o dito espaço privado, ou mesmo, naturalizando ações. Dessas qualidades advêm poder ou força, capazes de astúcias envolventes e surpreendentes.

O poder, segundo Perrot¹⁷⁴, é ligado, ademais da natureza, aos costumes considerados mais fortes que as leis, capazes de se chocar com vontades revolucionárias mais afirmadas e com as decisões políticas viris, a exemplo do mito de Antígona, sendo necessário conter sua influência, sem perder o potencial.

Homenageadas, as mulheres, ou freqüentemente colocadas no trono, parafraseando Balzac¹⁷⁵, fronteiras estão sendo estabelecidas entre os que podem narrar e os que são narrados, sem chance de contar suas histórias, de estabelecer seus pontos de vista. É uma prática observável, pelo menos, nos eventos públicos dos anistiados em que o MFPA aparece, o que não implica outras formas de visibilidade engendradas pelas próprias mulheres. No entanto, é preciso, ainda, deter-se sobre o espaço das solenidades.

A “coragem e a resistência femininas” são sentimentos mais exaltados nos discursos. Mas, dentre as diversas figuras familiares e políticas que participaram do Movimento, uma em especial é recorrentemente lembrada e homenageada: a mãe. Símbolo do amor e da abnegação, ela resume o sentido da luta das mulheres pela anistia. A personificação do ideal é centrada na figura de uma mulher específica: Maria de Lourdes Miranda Albuquerque.

Viúva de Mário Albuquerque, antigo membro do Partido Comunista Brasileiro, a professora de artes teve três filhos e uma filha, presos pela ditadura militar¹⁷⁶. Engajou-se, desde o início, na seção estadual do Movimento Feminino pela Anistia, tendo antes participado de reuniões de familiares de presos políticos. Hoje, aos 86 anos, é respeitada pela resistência e luta pela localização e libertação não só dos seus filhos, e pelo apoio às famílias de presos políticos.

É constantemente comparada ao personagem mais famoso de Máximo Gorki, do livro “A Mãe¹⁷⁷”, pelo envolvimento e defesa da causa dos filhos que, em sua fala, aparecem como

¹⁷⁴ PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p.266.

¹⁷⁵ Apud PERROT, Michele. *Ibidem*, p.268.

¹⁷⁶ Foram eles Mário Albuquerque, à época militante do PCBR, ex-presos político e hoje presidente da Associação 64-68; Pedro Albuquerque, à época militante do PC do B, participante da Guerrilha do Araguaia, hoje professor universitário e filiado ao PDT; Célio Albuquerque, à época estudante secundarista, hoje secretário da Associação 64-68 e Nadja Albuquerque, a única não militante à época. Foi presa ao procurar notícias do irmão Mário, preso em Recife, reside há vários anos no Canadá.

¹⁷⁷ Clássico da literatura engajada mundial, o livro mais famosos de Máximo Gorki narra a história de mãe e filho na Rússia, durante as manifestações reais do primeiro de maio de 1902 e julgamento de seus participantes. A mãe

heróis a serem reconhecidos e respeitados. Em suas lembranças são constantes os episódios de enfrentamento direto com policiais e militares, na defesa da integridade física dos filhos e de suas idéias, conforme reportagem de 1999, onde é chamada de “mãe de todos” (ver Anexo III):

Guerreira, expulsou a polícia que cassava seu filho dentro de casa. Lembra do conselho recebido de uma chefe que pediu para que ela levasse o filho Mário à televisão para dizer estar arrependido de sua ação militante. A resposta: “Prefiro que meu filho morresse agora mesmo ou então eu, mas não quero jamais que faça isso”.

Acompanhava Mário em seus depoimentos. Por vezes, Lourdes virou explosão. Depois de oito meses sem ver o filho Pedro e de procurá-lo dia e noite, ouviu a notícia de que ele estaria morto. Desesperou. Entrou na 10ª Região Militar sem identificar-se. “Fiquei louca. Saí correndo. Eles atrás de mim, pedindo a minha identidade”. O rebuliço foi tanto que, em 15 dias, Pedro foi transferido de Brasília, onde estava preso, para junto dela¹⁷⁸.

A imagem de mulher corajosa, na defesa dos seus, está presente em relatos bem anteriores à reorganização dos anistiados, como em matéria publicada no jornal O POVO, em 1992, com o título de “Mãe Coragem” (ver Anexo III) em que narra suas agruras e do marido:

Foram dias e noites de horror. “Meu marido morreu por não suportar as torturas dos nossos filhos e as muitas invasões à nossa casa”, conta, sem perder a altivez e o porte, marcas que a distinguiam no passado nas muitas incursões que fez às prisões à procura de notícias dos filhos¹⁷⁹.

Dona Lourdes, como é comumente chamada pelos anistiados, está presente em praticamente todos os eventos da Associação 64-68 e Comissão de Anistia Wanda Sidou. Recebeu homenagens em placas, diplomas, poemas e participou de momentos-chave como entrega simbólica de indenização ao filho Mário Albuquerque, em 02 de outubro de 2005, no Palácio Iracema, sede do governo estadual. Na ocasião, outros anistiados receberam indenizações (ver Anexo V).

A ocasião ganha tom solene, pela presença de Aleda Guevara, filha do guerrilheiro Che Guevara, de passagem por Fortaleza para palestras. A figura do pai foi bastante exaltada, mas o ponto alto da noite foi a entrega simbólica do comprovante de depósito da indenização a Mário Albuquerque. O governador Lúcio Alcântara, do PSDB, chama Dona Lourdes que

viúva e o filho operário aproximam-se através da militância deste em prol da causa socialista. Acompanhando o cotidiano de grupo político do filho, ela aos poucos vai adquirindo consciência sobre a luta que temia e, após a prisão do dele e diversas leituras feitas clandestinamente, ela acaba por se integrar à militância de forma ativa e corajosa, deixando de ser simplesmente “a mãe”.

¹⁷⁸ “A coragem chamada Lourdes”, caderno Anistia 20 anos, O POVO, Fortaleza, 18 de ago.1999, p. 11.

¹⁷⁹ O POVO, Fortaleza, 25 de jul. 1992.

estava na platéia para a entrega do documento. Entre emocionada e surpresa, foi conduzida pelo filho e efusivamente abraçada pelo governador, intensamente aplaudida pelos presentes e fotografada.

Dona Lourdes é escolhida para representar os anistiados e famílias, na última solenidade de pagamento de indenizações a ex-presos políticos em 11 de dezembro de 2006. A ocasião marca a prestação de contas da Comissão. Era uma solenidade especial, pois se reconheciam oficialmente os abusos do Estado, com certificado de reparação pública a ser entregue simbolicamente, além de marcar momento de confraternização natalina dos anistiados, que lotaram os jardins do Palácio Iracema, animados pelo som de músicas natalinas, em ritmo de samba e choro. Famílias inteiras trazem crianças e até recém-nascidos.

Equipes de jornais e TVs fazem a cobertura do evento, todas em fila para entrevistar Dona Lourdes,¹⁸⁰ que falava mais uma vez sobre os sofrimentos de sua família e da importância de reconhecimento do empenho de Lúcio Alcântara para com os anistiados.

A solenidade inicia com a presença do governador e leitura da lei de reparação aos ex-presos políticos no Ceará. O cerimonialista anuncia que o Ceará é o único Estado a ter comissão atuante e pagar a anistiados em dia, superando R\$ 647 mil em indenizações. Dona Lourdes entrega placa de agradecimento ao governador, em nome da família e do marido morto. Recebe o certificado de reparação pública, diante dos abusos do Estado, em nome dos anistiados e de famílias.

Não discursa, mas é lembrada pelo governador com agradecimento que enfatiza sua condição materna e valores como sensibilidade: “Ninguém melhor que Dona Lourdes para receber esse certificado. Ela tem coração enorme e é por isso que tem sido chamada de mãe da anistia”.

As reverências à Dona Lourdes, como representação da maternidade ou do instinto maternal na luta pela anistia, não se restringem a eventos formais de entidades de promoção dos direitos dos anistiados. Estende-se a ocasiões festivas, como seu aniversário, incorporado à agenda social de ex-militantes e agregado às atividades culturais em torno da memória militante. O aniversário de 85 anos da “mãe da anistia”, como constava em convite da Associação 64-68, é celebrado em almoço organizado pela Sociedade dos Poetas Vivos¹⁸¹, em 27 de julho de 2007.

¹⁸⁰ Matérias foram exibidas com Dona Lourdes nas TVs Verdes Mares, Diário, Jangadeiro e Assembléia. Ela também foi entrevistada pelos jornais O POVO e Diário do Nordeste.

¹⁸¹ Grupo de antigos militantes comunistas que se reúne mensalmente em almoço no Ideal Clube para discutir memória e assuntos da conjuntura nacional. Alguns anistiados estão entre eles.

A comemoração é a segunda parte de almoço, com apresentação e lançamento de livro sobre a luta armada no Ceará. Flores, declamação de poemas, cartão assinado pelos presentes e discursos fazem o aniversário da velha senhora, mais uma vez lembrada como “mãe de todos nós”.

A figura de Maria de Lourdes Miranda de Albuquerque é solicitada sempre ao se falar do sofrimento de familiares, no período ditatorial. Os filhos envolvidos e a persistência em procurá-los, apesar da perseguição dos órgãos de repressão, fazem-na figura exemplar e legítima, o que é explicitado em reportagens.

Foi assim durante as exibições, em 2006, do filme “Zuzu Angel”, de Sérgio Rezende, estrelado pela atriz Patrícia Pilar. A pedido de jornal local, dona Lourdes e o filho Mário Albuquerque assistem juntos à uma sessão de cinema, acompanhada pela repórter e fotógrafo.

A reportagem do caderno de cultura, “Outra Angélica”,¹⁸² (ver Anexo III) enfatiza, desde o princípio, a identificação de dona Lourdes com os sofrimentos da estilista carioca que teve o filho morto pela repressão e denuncia atrocidades do regime militar ao mundo, através de suas criações. “Eu passei tudo isso aí” - é a frase de Dona Lourdes que abre a matéria. O sacrifício pessoal, o esforço redobrado para sustentar a casa, em três empregos simultâneos, já que o marido desempregado e doente não tinha condições de ajudar na tarefa, narrativa recorrente em outras reportagens e entrevistas concedidas pela ex-integrante do MFPA, aparece novamente em demonstração de coragem diante das autoridades:

Quando eles (os filhos) foram presos, eu pensava mil e um coisas, pensava em viver toda rasgada, assanhada. Aí foram dizer ao padre que eu estava com esses pensamentos, e ele disse: “Olhe, a senhora vai tirar isso da sua cabeça, a senhora vai andar muito arrumada par ir atrás dos seus filhos”. Foi o que ela fez. Uma seqüência específica do filme com o qual dona Lourdes mais se identificou foi na qual Zuzu Angel não acredita que o filho está preso no quartel do exército e sai procurando-o de cela em cela: “Eu passei isso com o Mário. Quando ele foi preso, eu fui no DOPS (delegacia do Departamento de Ordem Política e Social) e queria vê-lo. Aí o coronel me disse que ele já tinha sido solto. Eu disse que não acreditava e que queria entrar, subir e olhar todas as celas. Então, ele mandou um policial ir comigo. Ele abria cada uma e o Mário não estava”, relembra. “Eu nunca tive medo. Eu dizia: “O filho é meu, vim atrás do que é meu”.¹⁸³

A presença e representação da “mãe da anistia” nesses momentos, suscita interpretações possíveis acerca das diversas facetas da produção de memória dos anistiados

¹⁸² O título faz uma alusão à canção “Angélica”, composta por Chico Buarque em homenagem à estilista Zuzu Angel.

¹⁸³ O POVO, 15 de ago. 2006.

cearenses e das mulheres do MFPA. Em nenhuma, pode-se dissociar essa produção da problemática de gênero ativamente operante, através de jogos e circulação de representações.

Dona Lourdes pode ser identificada com mulheres que viveram experiências de repressão, nas décadas de 60 e 70, no Cone Sul, e narram suas memórias pelo papel tradicional de quem se identifica como tendo vivido para os outros¹⁸⁴, o que é revestido socialmente de caráter nobre e admirável. Esse componente a fortalece como escolhida para falar ou, na maior parte das vezes, representar o MFPA nas reuniões de anistiados. Corresponde, de forma semelhante, ao papel de testemunha “sóbria e confiável aos olhos dos dirigentes”, a que se refere Pollak,¹⁸⁵ ao tratar da preocupação com a construção da imagem por parte das associações de ex-combatentes ou deportados europeus na Segunda Guerra.

O medo de a diversidade de testemunhos mostrar inautenticidade de imagem que se quer construir faz com que grupos criados com a função de construir e difundir memórias de épocas de exceção escolham testemunhas aptas a narrar ou ajudar a narrativa que se pretende, afastando os “mitômanos”¹⁸⁶. A Associação 64-68 na defesa jurídica dos anistiados e preservação da memória, não fugiria a essa tentativa de construção de discurso hegemônico sobre si e sobre o período ditatorial, apaziguando diferenças e minorando conflitos, pouco interessantes quando se tem como um objetivo a busca de indenizações pelos sofrimentos passados. A mãe e sua representação acolhedora cumprem bem a função.

As aparições de Dona Lourdes, em momentos-chave da caminhada dos anistiados cearenses e sua significação como figura a quem todos admiram e respeitam, correspondem à necessidade do grupo em via de legitimação: criação de monumentos em que o passado esteja inscrito e possa ser identificado quando solicitado. Segundo Catroga¹⁸⁷, a leitura do monumento vai ser tão mais “re-suscitadora de memórias”, se não se limitar à perspectiva “gnosiológica e fria”, se mediada pela afetividade e partilha comunitária. A mãe e sua fala pública, carregada de experiência e emotividade, permite essa leitura mais “quente” do passado de lutas que se quer fortalecer.

É importante registrar, no entanto, que lembranças de dor, inclusive corporificadas, narradas por Dona Lourdes, para além de construir a imagem dos filhos como heróis, também a constroem como mãe incansável, resistente, indelevelmente marcada pela ditadura com

¹⁸⁴ Observa-se que grande parte das mulheres, no Cone Sul, que viveram essas experiências optam por narrar como testemunhas do protagonismo de outros, negando ou silenciando suas próprias vivências, embora essas possam ser recolhidas a partir das narrativas sobre o outro. JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madri: Siglo XXI de Espanha Editores, 2001, p.108.

¹⁸⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.02, n.03, 1989, p. 10.

¹⁸⁶ POLLAK, Michael. Loc.cit.

¹⁸⁷ CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Quarteto Editora, 2001, p. 24-25.

repercussões que se estendem até o presente, ou seja, é possível captar traços das próprias vivências pelas narrativas de maus tratos dos filhos. Lourdes não subsume em meio às histórias de prisões e torturas, como é possível perceber no relato sobre a prisão do filho, Pedro, logo após o Golpe: “Nessa época, eu tomei um choque muito grande: urinei sangue e fiquei cega por três meses – ainda hoje não tenho vista por causa da prisão dele”¹⁸⁸.

A reafirmação ou repetição de episódios e narrativas de sofrimento e dor, lembrando performances de gênero¹⁸⁹, aliadas à construção da figura corajosa e resistente, encontrado em diversas entrevistas de dona Lourdes a pesquisadores, jornalistas, ou nos eventos da anistia, reforçam a comumente imagem de mãe que, na defesa dos filhos, investe-se de misteriosos poderes.

Como mãe de ex-presos políticos, permite observar a vida impregnada de memória, percorrendo, pela reconstrução permanente do passado, caminho de mão dupla: ao mesmo tempo em que reafirma sua identidade individual,¹⁹⁰ dentro do universo de anistiados e pessoas identificadas com a história da esquerda no Ceará, transforma o passado, com acomodação de suas lembranças a necessidades do presente.

Lembrar e narrar a própria vida com tanta constância, deixando-se homenagear e exaltar, pode significar, ainda, para a velha senhora, a possibilidade de seguir em frente, elaborando esforços anteriores, não só sobrevivendo às dores passadas, mas, segundo Lowenthal¹⁹¹, elaborando momentos e dias, justapondo tempos fortemente entrelaçados na suposição da imperecibilidade da mente mortal. Estas podem ser chaves para a compreensão das razões de sua escolha como representante máxima do Movimento Feminino pela Anistia e das famílias na construção e reorganização da memória da anistia no Ceará.

2.3 – Nos jornais, outras vozes

A idéia de naturalidade do pioneirismo das mulheres, na luta pela anistia, em solenidades de anistiados cearenses não é recente. A avaliação já era feita antes da aprovação

¹⁸⁸ O POVO, 15 de ago.2006.

¹⁸⁹ BUTLER, Judith. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.197.

¹⁹⁰ LE GOFF lembra que a memória é elemento essencial para a formação do que se costuma chamar de identidade individual ou coletiva, nas sociedades atuais, que a buscam com “febre” e “angústia”. LE GOFF, Jacques. História e memória. 2. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992, p.46.

¹⁹¹ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. PUC. São Paulo: Educ/Fapesp, nº 17, nov. 1998, p.104.

da Lei de 1979, recorrendo inclusive a momentos históricos em que processos de anistia tiveram lugar no Brasil¹⁹². Mas, apesar de as homenagens produzirem discurso único, do qual as mulheres pouco participam, pois objetos das reverências, é possível perceber, nesses espaços, ainda sutilmente, dissonâncias e disputas de diferentes pontos de vista sobre o significado de experiências vivenciadas no Movimento Feminino pela Anistia..

É compreensível que discordâncias e ressentimentos acumulados que, durante anos, não puderam ser expostos, seja por conta de traumas, necessidades de silêncio ou simplesmente por falta de escuta e de oportunidades¹⁹³, apareçam em ocasiões em que as mulheres são chamadas a se expressar autonomamente. Pollak diz que são “memórias subterrâneas”¹⁹⁴ que conseguiram invadir o espaço público. Espaço, no entanto, diferente de cerimônias públicas.

Observam-se as memórias dissonantes sobre o MFPA por meio de jornais impressos. É importante lembrar que a movimentação de anistiados e a produção de sua memória, através de acontecimentos e descobertas de documentos, vêm recebendo atenção da mídia local que também produz material sobre o assunto. As mulheres e sua luta estão incluídas nessa produção, embora em reduzido número de reportagens. É mais importante não quantificar o que se diz sobre elas, mas perceber o que é dito e de que forma.

Os jornais trazem um elemento novo, não facilmente observável nas solenidades: a presença de ex-militantes do Movimento, com experiências. Percebem-se, num primeiro instante, de forma semelhante, em diferentes reportagens e distintos momentos clara divisão entre pontos de vista das mulheres, o que se dá não só na apresentação do conteúdo, mas na própria distribuição espacial das matérias em páginas diferenciadas.

¹⁹² A fundação do MFPA, em 1975, é vista, por alguns autores, como um salto de qualidade na luta pela anistia, no Brasil, uma vez que organizou as reivindicações manifestadas por familiares de maneira esparsa, diferenciando esse processo de anistia de outros ocorridos em outros períodos. O pioneirismo é exaltado, mas não se foge da reafirmação da opção “natural” que isso representava. “Assim como em 30 e em 34, as mulheres brasileiras são as pioneiras. Era natural que assim fosse. Entre os familiares e amigos dos presos, exilados e cassados políticos sempre foi mais forte o sentimento de justiça e mais profundo o desejo de vê-los reintegrados na vida política do país com plenos direitos”. MARTINS, Roberto Ribeiro. Liberdade para os brasileiros – anistia ontem e hoje. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.130.

¹⁹³ É possível encontrar diversos exemplos na história de memórias silenciadas de mulheres após períodos de exceção ou guerras. As histórias de perseguição política e racial na Segunda Guerra Mundial, na Itália, só foram reveladas no início da década de 80, através de relatos autobiográficos reunidos por uma sobrevivente em *As Mulheres de Ravensbrück*. Cf. SALVATICI, Silvia Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. Revista da Associação Brasileira de História Oral, Vol.8, n.1, janeiro-junho de 2005, p.34. Foram precisos mais de 30 anos para que o mundo conhecesse, na década de 70, as narrativas de mulheres coreanas que foram seqüestradas pelas forças armadas japonesas, durante a Segunda Guerra, para servir como escravas sexuais durante a ocupação. Calcula-se que houve entre 80 mil a 200 mil mulheres nessa situação. Cf. JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memória. Madri, Siglo XXI de España, 2001, p.111.

¹⁹⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.02, n.03, 1989, p.9.

O caderno especial dos 20 anos da anistia do jornal O POVO, em agosto de 1999, marca a retomada da temática, no momento em que o movimento de anistiados começa a se rearticular. A publicação é emblemática com relação à divisão de memórias do MFPA, na imprensa cearense. Ex-integrantes do Movimento falam em matérias distintas, em pontos diferentes da publicação, em clara distinção entre memórias da política e memórias de família (ver anexo III).

Na primeira matéria, “Abertura Social”, o MFPA é avaliado pela importância política como aglutinador de diferentes correntes ideológicas, com espectro da direita à esquerda, e como apoiador dos movimentos sociais, na segunda metade da década de 70, no Estado e no País, com ênfase na representatividade e popularidade:

A ex-prefeita de Fortaleza, socióloga Maria Luíza Fontenele (Part), participou ativamente da luta pela anistia no Ceará. Ela afirma que a sigla do MFPA (Movimento Feminino pela Anistia) ficou tão conhecida naquela época no Brasil como a da CUT (Central Única dos Trabalhadores) é hoje¹⁹⁵.

Maria Luíza Fontenele, ex-prefeita de Fortaleza, inicia a carreira política institucional pela luta pela anistia, eleita deputada estadual, em 1978, e, posteriormente, reeleita. Aprovada a Lei da Anistia, engaja-se na luta feminista como uma das fundadoras da União das Mulheres Cearenses (UMC). É a pessoa mais chamada a falar em jornais sobre o impacto do MFPA na luta pela anistia no Ceará e no Brasil. Em depoimentos, a lembrança do Movimento, construída por ela, se articula com aspectos como arregimentações políticas, cotidiano partidário e nomes representativos:

Foi movimento de uma justeza tal que foi capaz de arrastar mentes e corações e unir na mesma luta pessoas como o José Duarte (ex-presos político) que reafirmava todos os dias ser comunista e o senador Teotônio Vilela, que saiu da Arena para o MDB quando foi instalada a comissão parlamentar pela anistia”.
 “(...)Ela lembra de comício no Mucuripe onde o candidato a senador Chagas Vasconcelos foi ovacionado por defender em público a anistia política. “Foi muito interessante o imbricamento entre a luta democrática e a luta popular¹⁹⁶”.

A imagem de enfrentamento político e celebração de adesões de pessoas da esfera institucional da política coloca-se de forma conflituosa com o direcionamento dado à segunda matéria da mesma publicação em que o MFPA é o centro da narrativa. Em “O poder das

¹⁹⁵ Caderno Anistia 20 anos, O POVO, Fortaleza, 18 de ago.1999, p.4.

¹⁹⁶ Ibidem.

mulheres”, informa-se que as mulheres iniciaram o Movimento no Ceará, mas enfatiza que “elas contam que a luta pela redemocratização estava acima dos interesses partidários”.

A matéria é ilustrada com fotos do álbum de família da ex-integrante do MFPA, professora Josenilde Cunha, esposa do ex-presos político Fabiani Cunha, condenado, à época, a 90 anos de reclusão como terrorista. As imagens remetem ao cotidiano das famílias e dos presos, no Instituto Penal Paulo Sarasate¹⁹⁷, num jogo de futebol em que as mulheres formam a torcida e em comemoração de aniversário, com a presença do filho pequeno. As ilustrações ajudam a compor a atmosfera do texto principal, permeado essencialmente por memórias de sofrimentos e perdas, e pelo testemunho de Josenilde sobre as dificuldades de manutenção da casa e criação dos filhos:

Lembra sem saudade das inúmeras buscas da polícia na casa de seus pais, onde morava, do nascimento da filha longe do pai, das dificuldades encontradas para visitar Fabiani no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) onde cumpria pena, das várias vezes em que foi seguida pela polícia quando ia trabalhar, principalmente, da imagem do marido debilitado pelas torturas sofridas e durante as greves de fome feitas pelos presos em solidariedade a outros presos do Brasil

Lembra também do preconceito existente contra as famílias dos presos e do silêncio que fazia sobre o assunto nos locais onde trabalhava. “A grande massa tinha as pessoas como terroristas. Quando Fabiani foi preso, elas diziam: olha a casa do terrorista. Todas se afastavam”.¹⁹⁸.

Defesa de caráter não político ou, pelo menos, não partidário, do Movimento, é um aspecto reforçado no texto, por Josenilde Cunha e pela ex-integrante, Nílvea Amorim, esposa do preso político William Montenegro. A crítica de comportamentos mais “avançados” politicamente, que teriam prejudicado os trabalhos do grupo, a ponto de quase desfazê-lo, é feita de maneira explícita, clareando conflitos e divergências e fazendo pensar sobre até onde a divisão de representação do grupo, estampada nos jornais, parte de decisões editoriais ou é estimulada pelo que se colhe nas entrevistas de ex-militantes, e na dinâmica de organização e posição social e política das mulheres atualmente.

Recorda momentos de impasse dentro do Movimento que quase o levaram à desintegração.

Ela conta que algumas pessoas acreditavam que o MFPA deveria se envolver em lutas sociais mais amplas na cidade, como o caso da Favela da José Bastos, famosa à época. “A gente temia propostas muito avançadas. Achava que radicalizar não era o melhor para o movimento como achavam muitos, porque a gente não podia se dar ao luxo de perder as pessoas”.

¹⁹⁷ Maior presídio do Ceará, localizado na cidade de Itaitinga, a 27 quilômetros de Fortaleza.

¹⁹⁸ Caderno Anistia 20 anos”, O POVO, Fortaleza, 18 de ago.1999, p.11.

Josenilde reitera o pensamento da amiga e diz que o movimento pela anistia se colocou acima dos interesses político-partidários. “Eu não era pessoa política-partidária. Meu objetivo era lutar para que Fabiani e seu grupo saísse da prisão”.¹⁹⁹.

Divergências são encontradas em outros textos, mas existe a tentativa de minimizá-las, construindo-se, na fala das entrevistadas mediadas pelo discurso jornalístico, sentido maior da história da luta das mulheres, digna de ser lembrada e reconhecida. O papel é exercido, claramente, pela ex-presidente do MFPA, a professora aposentada Nildes Alencar, 73 anos. Irmã de frei Tito de Alencar Lima, apontada como uma das mulheres contatadas pessoalmente, em todo o país, pela advogada Therezinha Zerbini, para a luta pela anistia. Apesar de o convite ser de 1975, quando o irmão já estava morto, aceita a proposta contrariando a família que temia perseguição de outro irmão²⁰⁰. É mediadora entre memórias conflitantes:

Nildes ressalta que foram cinco anos de luta, sem que houvesse dispersão. “Havia várias tendências políticas, inclusive eu que não tinha nenhuma, mas nada que prejudicasse o movimento. Nenhum grupo fez prevalecer sua ideologia. A anistia estava em primeiro lugar”²⁰¹.

Sua fala ressalta as qualidades do Movimento, como respaldo popular, a capacidade de obtenção de adesões e de tornar as ações conhecidas pela cidade, mérito digno de ser ressaltado, já que o grupo era considerado pequeno. Cabe-lhe dimensionar a importância histórica do Movimento, diferenciando-o de outras mobilizações populares e garantindo-lhe lugar de destaque. Ela marca, mais uma vez, a ausência de interesses políticos ou ideológicos extemporâneos que visivelmente diminuiriam o valor da atuação do MFPA :

Na avaliação da professora Nildes Alencar, depois do movimento pela anistia, a única mobilização de importância semelhante foi a das Diretas Já. “Nem o impeachment de Collor, que também levou pessoas às ruas, foi tão importante, pois teve muita infiltração de interesses partidários”²⁰².

2.4 - Dos arquivos

¹⁹⁹ Ibidem, p.11.

²⁰⁰ Diário do Nordeste, Fortaleza, 20 de ago. 2004, p.17.

²⁰¹ O POVO, Fortaleza, 10 de jul.2004, p.5.

²⁰² Ibidem, p.5.

Embora mulheres do Movimento Feminino pela Anistia, no Ceará, sejam, atualmente, integrantes da Associação 64-68, não formam grupo, nem mesmo segmento organizado, na comunidade local de anistiados. Muitas mantêm amizade, comunicam-se entre si, encontram-se esporadicamente, mas nada que lembre os tempos de militância em favor da anistia. Nota-se, claramente, que há maior sociabilidade entre os homens “anistiados”, o que repercute em realizações em comum e, mesmo, na ocupação mais organizada de meios de comunicação e espaços públicos.

Como não era possível observá-las em ação, com tanta freqüência, na construção da memória da anistia cearense, é necessário saber o que pensavam sobre o assunto e como percebiam as trajetórias do movimento político. Compreende-se a necessidade de exploração de aspectos de histórias pessoais entrelaçadas na luta pela anistia, o que é especialmente favorecido pela história oral. Os relatos ajudam a entender, pela memória, por exemplo, como as mulheres vivenciaram a ditadura militar, despertadas para a luta, e como se percebiam no Movimento.

Em foco, o exercício da subjetividade em articulação direta com o fazer histórico,²⁰³ que, aliás, deixou de ser encarada como fraqueza intrínseca dos relatos orais, passível de ser testada e comprovada, para indício vital da modificação da consciência histórica, tornando-se uma das abordagens centrais da história das mulheres, no início dos anos 80. Movimento *pari passu* da memória encarada não mais como algo menor ou passível de desconfiança, senão como parte da maneira de pensar e interpretar a realidade, ou mesmo, recriá-la. Leva-se em conta não somente o que é dito, mas a forma como se diz, incluindo silêncios, omissões, ênfases, repetições.

Em questões de gênero, os relatos orais se mostram fundamentais, uma vez que é possível observar de que maneira as memórias das mulheres, em suas narrativas, alteram a hierarquia das significações históricas majoritariamente masculinas²⁰⁴. Há de se procurar, no entanto, não perder a dimensão de análise crítica dos relatos orais para não transformá-los em objetos de culto, capazes de representar, de forma transparente, a própria experiência, a exemplo do que ocorre com relatos sobre acontecimentos, como Holocausto, na Alemanha, e

²⁰³ A análise de relatos no seu aspecto subjetivo, com esse intuito, embora marca dos estudos antropológicos, é hoje bem aceita no campo dos estudos históricos, com o diferencial para a História de que os relatos não esgotam a pesquisa em si, mas são confrontados com outros tipos de informação e apontam para análises de formas coletivas de pensar e expressar-se mesmo que os relatos retratem experiências individuais únicas. PESSANHA, Elina. Fronteiras disciplinares e o uso da história oral: por que, de quem, para quem? In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Re)introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996, p.78-79.

²⁰⁴ SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: História Oral, Vol.8, n.1, janeiro-junho de 2005, p.33.

o que vem se dando com narrativas de ditaduras na América Latina²⁰⁵, o que também inclui mulheres.

No caso das mulheres participantes do Movimento Feminino pela Anistia, além desses fatores, tem-se o aspecto a ser considerado: a inicial escassez de documentação organizada. Ao contrário dos anistiados e de ex-integrantes do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), o MFPA tem poucos registros de sua atuação, ao longo de quatro anos, embora informações apontem a arquivos numerosos ou documentos imprescindíveis.

As entrevistadas/ colaboradoras não sabiam o que havia sido feito deles. Se não atearam fogo em papéis privados, como muitas mulheres oitocentistas, na tentativa de purificação da atenção dada a si mesmas, como conta Perrot²⁰⁶, as cearenses do MFPA, ou a maioria delas descuidaram-se dos documentos que registraram o cotidiano do Movimento, o conteúdo de suas discussões, como livros de atas, posições diante da repressão ditatorial, as demandas às autoridades do regime, os panfletos e abaixo-assinados, livros e recortes de jornais. A falta de dimensão do trabalho, o medo da repressão especialmente são apontados como fatores para o não arquivamento ou preservação dos registros das ações. O lamento, quase sempre, é a forma de exprimir a ausência das “comprovações” dos atos:

Talvez, a gente não tenha pensado na importância daquele momento. Eu acho que a gente não teve essa dimensão, ou então o medo. Não sei. Eu fico pensando, às vezes, meu Deus, como é que a gente faz um negócio daquele, que historicamente foi uma coisa importantíssima, e a única coisa que eu consigo ter é esse convitezinho aí que eu achei, que eu te mostrei, que eu procurei. A divulgação que a gente fez foi isso daí. Como a gente tinha medo, medo mesmo. Porque a gente estava lá numa reunião, numa Igreja e tinha gente acompanhando, né? A gente via que tinha muita gente por trás do que você falava. Eu digo que a gente perdeu esse registro. Não que esse registro não tenha ficado. Mas não ficou nenhuma coisa que comprove. (Josenilde Cunha)²⁰⁷

A exclusão ou afastamento das mulheres da documentação escrita, constatada por autores²⁰⁸ como fator que dificulta a construção da história centrada na vida e participação

²⁰⁵ Estas ponderações são base de discussão realizada após estudos sobre os cultos à memória produzidos sobre o Holocausto e a ditadura militar na Argentina por SARLO, Beatriz. Tempo passado – cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras: Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p.14.

²⁰⁶ A historiadora acrescenta que para algumas dessas mulheres oitocentistas, em especial na França, seu campo de estudo, a escrita caudalosa de diários e cartas, por exemplo, era acompanhada de sentimento de culpa e por isso muitos acervos privados eram desfeitos pelo fogo. Era como se as aparições fossem ofensas à ordem estabelecida. PERROT, Michele. As mulheres e os silêncios da história. Bauru, SP: Edusc, 2005, p.36-37.

²⁰⁷ CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²⁰⁸ Natalie Zamon Davis afirma que as mulheres estão ausentes da maior parte dos trabalhos literários, textos normativos, tratados morais e expressões artísticas ou aparecem através do discurso dos homens e que mesmo em fontes produzidas por algumas instituições, em que as mulheres falam mais diretamente, é preciso ter cautela.

feminina são facilitados pelo abandono ou desinteresse pela preservação de documentos por elas produzidos que servem como material importante para pesquisadores ou como facilitação do trabalho de escrever sobre suas próprias experiências tempos depois.

É importante ressaltar que, embora de maneira restrita e fragmentada, ex-militantes guardaram diferentes documentos escritos em seus baús e caixas de lembranças, bastante variados que dizem respeito ao grau de envolvimento e motivação da militante com a luta pela anistia, reportando a comportamentos diversos relacionados às formas pessoais de gerir a própria memória e a memória do grupo.

Assim, com mulheres menos envolvidas com a libertação de familiares e mais próximas à direção do Movimento, foi possível recuperar documentos, avaliações políticas, jornais, circulares e cartas de próprio punho trocadas com a direção nacional do Movimento, assinados por Therezinha Zerbini, como o pequeníssimo acervo pessoal da ex-presidente do MFPA no Ceará, Nildes Alencar.

Em contatos antes da entrevista, ela demonstra desconhecimento de documentos do MFPA, entre seus guardados, enfatizando que o material realmente arquivado, refere-se ao irmão Frei Tito, já doado para memorial em sua homenagem, no Museu do Ceará. Os poucos documentos do MFPA foram revelados na entrevista, quando sacos plásticos foram esvaziados um a um.

A maior quantidade de documentos escritos da memória do MFPA é encontrado com a ex-integrante e diretora do núcleo do Movimento, nas cidades de Tauá e Crateús (344,7 Km e 354 Km de distância de Fortaleza, respectivamente, no sertão dos Inhamuns), Francisca Gonçalves Sobrinho, 63 anos.

Professora aposentada, “Chichica”, como é mais conhecida, mantinha os documentos organizados em pasta (ver anexo VI), assim como outro documentos sobre movimentos sociais da região. Questionada sobre ser a única ex-militante do MFPA a ter arquivo, de forma organizada, alude ao costume de colecionar e à preocupação com a preservação da história:

DAVIS, Natalie Zamon. Women’s history transition: the European case. *Feminist Studies*, a.1, 1976 apud SALVATICI, Silvia Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: *História Oral*, Vol.8, n.1, janeiro-junho de 2005, p.30. O domínio sobre a narração também pode ser observado nos registros sobreviventes de sociedades do passado, pois a maior parte dos gêneros narrativos foram criados por homens, mesmo quando os textos em si foram criados por mulheres. FENTRESS, James e CHRIS, Wickliam. *Memória social – novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Ed. Teorema, 1992, p. 169. Já Michele Perrot afirma que as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, o que tem a ver com sua invisibilidade pública, em tempos remotos, com o acesso tardio à escrita, com produções domésticas facilmente consumidas ou dispersas ou com a destruição deliberada de vestígios produzidos por elas que os julgam sem interesse. PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007, p.17.

Eu tenho esse hábito de guardar. Guardei não só os da anistia, mas também coisas relacionadas a trajetória de Dom Fragoso. Depois da morte dele, estou organizando tudo o que diz respeito à vida dele aqui na Diocese. Sobre a questão da reforma agrária, a questão sindical nessa região. Foi um pouco isso, de guardar esse material porque acho importante. É uma pena que Fortaleza não tenha um arquivo, que o Movimento não tenha guardado seu arquivo em Fortaleza, que teria muito mais documentos, muito mais coisas. É importante que a gente não perca a história. É muito difícil hoje a gente manter viva a história²⁰⁹.

É possível pensar que o hábito de “guardar coisas” tenha sido adquirido na Diocese de Crateús, nas décadas de 60 e 70, ao participar do Movimento de Educação de Base (MEB) e, depois, como educadora popular, seguidora do método Paulo Freire²¹⁰. Integrar e defender a Igreja de base popular, em que a comunidade é chamada a participar e organizar-se, com forte atuação das Comunidades Eclesiais de Base, pode ter lhe despertado o sentido de protagonismo na construção da própria história e da comunidade. Ressalte-se que leigos têm papel importante, com “participação ativa nas decisões”, como lembra Calado²¹¹. O registro de novo jeito de ser Igreja, aliás, é preocupação constante do bispo progressista Dom Fragoso²¹², que presidiu a Diocese de Crateús, entre os anos de 1964 e 1998. O arquivo do trabalho, dirigido por ele, é fonte importante para pesquisadores e anistiados hoje.

É possível, ainda, pensar o arquivo de “Chichica” como de escrita autobiográfica. Com papéis do cotidiano da Diocese, dá sentido a sua vida, registrando vivências, provando o papel de testemunha ou de ativa participante em ações políticas ou religiosas, no período, na Região. Pelo arquivo, tem a possibilidade de reconstruir a vida, lançando olhar sobre si mesma e fazendo balanço do passado, reexaminando espaços de atuação, em momento específico, a exemplo de outras educadoras brasileiras²¹³.

²⁰⁹ SOBRINHO, Francisca Gonçalves, 65 anos. Depoimento, abril de 2007, Tauá. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²¹⁰ A proposta desenvolvida pelo educador Paulo Freire parte do estudo da realidade (fala do educando) e a organização dos dados, através da fala do educador. Nesse processo educacional surgem os temas geradores extraídos da prática de vida dos educandos. Os conteúdos de ensino partem, portanto, de uma metodologia dialógica. A transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto social do educando são considerados “invasão cultural”, pois não emergiriam do saber popular. Torna-se importante, dessa forma, conhecer o indivíduo e seu contexto social de onde deverá sair o conteúdo a ser trabalhado. In FEITOSA, Sônia Couto Sousa. O método Paulo Freire. Disponível em < <http://paulofreire.org/Biblioteca/metodo.htm>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2008.

²¹¹ CALADO, Alder Júlio Ferreira. Participação progressiva dos cristãos, das religiosas e dos padres. IN FRAGOSO, Dom Antônio Batista et al (orgs). Igreja de Crateús (1964-1998) – uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p.57.

²¹² Primeiro bispo de Crateús, atuou na função entre os anos de 1964 e 1988. Junto com sua equipe desenvolveu uma experiência de transformação da Igreja tradicional em Igreja Popular e libertadora, inspirado no Concílio Vaticano II.

²¹³ MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. Editando o legado pioneiro: o arquivo de uma educadora. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio ; BASTOS, Maria Helena Câmara e CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs). Refúgios do Eu. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000, p.123-143.

Entre as mulheres ligadas como familiares a presos políticos, o acervo privado se diferencia. É certo que algumas guardam documentos políticos do MFPA, mas estes são em número bem reduzido, se os compararmos com cartas, poesias, cartões e material de artesanato feitos pelos presos em sua homenagem, além de fotos de momentos passados na prisão. Nesse caso, os documentos, tidos como relíquias, encontram-se misturados a cartas, fotos, e pertences de outros momentos da vida cotidiana, denunciando afetividade ao material. São guardados e zelados, menos pelo valor histórico, mais pelo valor sentimental e de memória do núcleo familiar e funcionam como verdadeiros objetos biográficos²¹⁴.

O mais rico acervo pertence à professora Josenilde Cunha, esposa do ex-presos político, Fabiani Cunha, que integrou a Ação Libertadora Nacional (ALN). As fotos ilustraram matérias especiais em jornais da cidade. As imagens retratam momentos em família, vividos no maior presídio cearense, Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), que abrigou boa parte dos presos políticos, na segunda metade da década de 70²¹⁵.

São registros de partidas de futebol entre presos, com participação dos filhos, torcida eminentemente feminina, de aniversários comemorados com bolo e docinhos, festas de fim de ano²¹⁶, crianças tomando banho em tanques do presídio, sob o olhar atento do marido Fabiani, de visita em que estão presentes além do casal e filhos, avós. São fotos comuns de álbuns familiares, não fosse o lugar e as condições em que foram feitas (ver anexos IV e V).

Produzir fotos, nesse período e nessas condições, demandava grande e arriscado esforço, em cotidiano cheio de incertezas e medo. Restrições de visitas ao sábado, diminuição do número de visitantes permitidos pela exigência de identidade especial emitida pelo presídio, além de revistas minuciosas e restrição à utilização de espaços ao ar-livre, em dias de visitas, eram ações que dificultavam o cotidiano de presos, familiares e amigos. O sofrimento é maior para famílias de presos políticos, condenados à prisão perpétua, sem perspectiva de redução de pena.

É constante o encaminhamento de reivindicações do MFPA à direção do IPPS, Secretaria de Justiça e Auditoria Militar, solicitando melhores condições de vida e tratamento

²¹⁴ Aqueles que envelhecem com seu possuidor e se incorporam à sua vida. Cada um deles representa experiências vividas e para as pessoas mais velhas guardam mais que um sentimento estético e utilitário, pois permitem assentir uma posição no mundo, uma identidade. Tornam-se tão mais expressivos quanto mais votados ao uso cotidiano. BOSI, Ecléa. Memória e sociedade – lembranças de velhos. São Paulo: T.A Queiroz, 1979, p. 360.

²¹⁵ Em 1977, o IPPS abrigava cerca de 40 presos políticos, mas existiam ainda pessoas detidas em quartéis e na sede da Polícia Federal em Fortaleza. MOMESSO, Luiz. José Duarte: um maquinista da história. São Paulo: Editora 8 de Março, 1988, p. 162-163.

²¹⁶ A comemoração natalina do MFPA-CE, em dezembro de 1976, no IPPS, com os presos políticos e a participação de populares” mereceu registro nacional. Maria Quitéria, jul.1977, p. 14.

de presos políticos, assim como solidariedade aos presos comuns. Abaixo-assinado, encaminhado pelas famílias dos presos, com apoio do Movimento, em 15 de setembro de 1977, critica o rigorismo do IPPS, com relação aos presos políticos, com o objetivo de “tornar insuportáveis as condições de sobrevivência na prisão”²¹⁷. As denúncias referiam-se às dificuldades para a assistência médica e pronto-socorro e transferência de preso para Fortaleza, em caso de urgência, o que estaria sendo dificultado.

As mulheres defendiam, ainda, atividade que produziu os suportes de memória mais preservados entre militantes ainda hoje: o artesanato em couro feito pelos presos políticos (ver anexo IV). O MFPA denuncia a restrição à atividade, revelando forma intrigante de censura que, em muito, se assemelha à sofrida pelas chilenas, familiares de desaparecidos, que, na tessitura de seus tapetes (arpilleras), contavam dramas político-pessoais:

(...) A Direção de Segurança, sem justificativas, apreendeu grande parte do seu material de trabalho e as peças já executadas (xilogravuras e pirogravuras) e determinou a divisão por grade da galeria ocupada por eles, para que a parte anterior seja destinada exclusivamente às oficinas de trabalho só franqueadas aos presos nas horas determinadas pela Direção, impossibilitando o acesso a ela fora dos horários previstos, uma vez que eles permanecerão confinados na parte de trás, reduzida, ademais, com tal medida, a sua área de circulação.

Além disso, a Direção de Segurança, em inominável manifestação de censura à liberdade de criação, estabeleceu que apenas flores e outros motivos semelhantes poderiam ser objeto de gravura²¹⁸.

Feitos para feiras e bazares do MFPA, bolsas, quadros e estandartes, além de medalhões, acabaram funcionando como registros de afeto entre os presos e parceiras do MFPA, fossem familiares ou não. Entre ex-militantes, são comuns, hoje, quadros e cartões em couro ou madeira, com mensagens de fim de ano, em alusão ao dia das mães, dia internacional da mulher e aniversários. Os agradecimentos pelo apoio estão sempre presentes, assim como homenagens que, mesmo em datas tradicionais, tem conteúdo político, como a realizada à Margarida Cunha, sogra de Josenilde, e mãe dos presos políticos Fabiani e Swami Cunha, em 08 de maio de 1977: “D. Margarida, salve as mães de todos os oprimidos e perseguidos”²¹⁹.

A professora Josenilde Cunha tem grande quantidade de material ilustrado com desenhos e poesias, entre bolsas de variados tamanhos, quadros e até sandalinhas de criança confeccionadas em homenagem à filha nascida quando o marido ainda estava na prisão. O

²¹⁷CEARÁ. Abaixo-assinado. 15 de setembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho. Na cópia do texto encontrada não é possível identificar a quem está sendo dirigido exatamente o documento. As assinaturas também não estão anexadas.

²¹⁸Ibidem.

²¹⁹CUNHA, Fabiani et al. D. Margarida. Itaitinga: 1977. Pirogravura. Arquivo Josenilde Cunha.

material, utilizado ao longo dos anos, mesmo depois do fim do Movimento, é guardado em caixas e sacos separadamente no armário, o que não impede a filha, hoje adulta, de utilizá-lo, vez por outra, como acessório de moda. A tentativa de mudança de status dos objetos é contestada pela mãe, pois mais que objetos biográficos, as bolsas e medalhões ainda preservados assumem outro lugar: são documentos, provas do passado.

Eu tinha uma carteirinha que estava guardada nessas coisas que a Fabíola pegou. Ela disse: “Mãe, eu vou ficar com essa carteira. Eu disse: “Fique”. Ela está usando a carteirinha de couro que os meninos me deram. Outro dia ela pegou esse aro da anistia, botou no pescoço, saiu um bocado de dias. Ela adora essas coisas. Outro dia ela pegou essa bolsa e disse: “Mãe, se desse certo, eu ia ajeitar essa bolsa, remendava de couro. Remendava os pedaços porque é legal o estilo dela”. Eu disse: “Não, isso aqui não é pra usar não. Isso aqui é história, é relíquia.”²²⁰

Existem, ainda, outros acervos, como o de dona Lourdes Miranda Albuquerque, de recortes de jornais e reportagens. O assunto central é a sua vida e a dos filhos, em referência ao passado, na ditadura militar, ou às atuações políticas na atualidade. É comum o conteúdo jornalístico das matérias se confundir com as narrativas orais de Dona Lourdes, numa constante realimentação de discursos.

2.5 – Reconstituindo um grupo

O grupo de 15 mulheres para esta pesquisa é constituído inicialmente por contatos com lideranças do MFPA, identificadas em matérias jornalísticas ou conversas informais. Aos poucos, lista de nomes diversos ia sendo formada. As indicações são constantemente confirmadas ou questionadas, em cada encontro, havendo interesse explícito das entrevistadas em saber quais mulheres seriam ouvidas com informações sobre o grau de participação no Movimento e avaliação da importância de estarem ou não entre as “chamadas a falar”.

O comportamento é compreendido sob dois aspectos: trata-se, primeiramente, da manifestação da vontade explícita das entrevistadas, ou, pelo menos, de maior parte delas, de contar a própria vida, reconhecendo espaço que elas não possuem hoje, de forma igualitária,

²²⁰ CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

no processo de reconstrução da memória dos anistiados. Sabe-se que nem todas serão ouvidas. Trata-se de garantir um lugar nesse processo.

Ao mesmo tempo, a vontade de falar e ver as histórias divulgadas é delegada a outra pessoa, no caso, a mim, como pesquisadora, demonstrando pouca importância, dada, por exemplo, à feitura de livros de memórias ou, mesmo, à organização de depoimentos para a publicação ou outros meios de divulgação, por iniciativa própria, a exemplo do que acontece com mais frequência entre homens ex-militantes de esquerda. Descuido permeado de inseguranças sobre o que escrever, o que contar, o que pode indicar o medo de arriscar-se em território hegemonicamente masculino. As pessoas se interessam por histórias contadas pelas mulheres?²²¹ Percebe-se, em trecho da entrevista da ex-militante do MFPA, professora Valda Albuquerque, hesitação sobre a validade ou importância do que contar, quando fornece, para a pesquisa, o livro de Therezinha Zerbini, “Anistia- semente de liberdade²²²”, com notícias e entrevistas, feitos exclusivamente com ela, publicadas em jornais do Brasil inteiro:

O Movimento Feminino foi um capítulo na história que nos ajudou a conhecer o movimento dos professores, a construção da CUT, a aproximação com os estudantes... A Josenilde (Cunha)²²³ é que diz assim: “Vamos ver se fazemos alguma coisa para nos encontrar, pra fazer o arquivo do movimento da anistia”. E eu: “Vamos fazer, vamos fazer o livro. Mas tu que tens que começar”. Ela quer que a gente comece. Até hoje, eu aperreio ela. Mas para contribuir, eu não sei que história a gente ia contar. Talvez seja essa que você vai contar. E esse livro, eu vou lhe dar, porque eu quero é o seu, eu não quero o da Zerbini²²⁴.

Assim, se esta pesquisa não tem caráter missionário, no sentido de reunir histórias de “memória social”, em contraposição à “memória oficial”, do período ditatorial ou, mesmo, à memória masculina da ditadura, já que se compreende as relações entre uma e outra, percebe-se que havia expectativa de ex-militantes em serem “resgatadas” através de escutas.

Isso não pode ser lido como sinal de que as memórias estejam perdidas ou definitivamente ignoradas, senão que não estão participando de forma ativa no processo de recomposição do passado que começou, há muito pouco tempo, no Estado. Como afirma Alberti²²⁵, não se pode falar, ainda, de memórias subterrâneas ou oficiais quando está em

²²¹ Perrot afirma que há um pudor feminino estendido à memória que faz com que as mulheres se desvalorizem a si mesmas. “Um silêncio consubstancial à noção de honra”. In: PERROT, Michele. Minha história das mulheres. São Paulo: Editora Contexto, 2007, p.17.

²²² ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia – Semente da Liberdade. São Paulo: Salesianas, 1979.

²²³ Grifos meus.

²²⁴ ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²²⁵ ALBERTI, Verena. Ouvir contar – textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 38-39.

questão o período do regime militar brasileiro, visto que esse passado ainda não foi suficientemente elaborado pela sociedade e as memórias encontram-se em pleno processo de disputa.

A realidade não é diferente ao se pensar o Movimento Feminino pela Anistia. Como parte integrante de movimento mais amplo pela anistia que passou a contar com outros personagens, a partir de 1978, as ex-integrantes disputam com a pretensa memória oficial de militares e apoiadores civis, com peso forte em governos e instituições, e reflexos óbvios como o impedimento da abertura de arquivos documentais da repressão política.

Como mulheres, disputam com os militantes pelo reconhecimento de seu papel na luta política, o que pode ser observado não somente em espaço de solenidades e da mídia, mas também em falas de ex-componentes, sobre o assunto. É certo que os objetivos políticos se diferenciam e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que conduziu a luta a partir de 1978, em todo o País, levantou bandeiras explícitas contra a tortura, pelo desmantelamento do aparelho repressivo e em defesa das liberdades democráticas e dos direitos humanos²²⁶. Mas há evidências de que, para além de perspectivas ideológicas diferenciadas, somam-se outras que dizem respeito à disputa entre mulheres do MFPA, de um lado, e homens do CBA, do outro, apesar desta segunda entidade ter sido aberta a homens e mulheres, inclusive militantes do MFPA.

Na disputa de memórias, as mulheres estão em desvantagem, mas ainda esperam que reconhecimento e reparação partam de iniciativa masculina, conforme depoimento da ex-presidente do MFPA, Nildes Alencar, ao comentar a atuação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), fundado em março de 1979:

(...) Nós trabalhamos muito juntos. Todas nós fomos fundadoras do CBA. Está lá no livro de atas deles. Estamos todas lá. Eles organizavam os movimentos, nós nos engajávamos e eu acho que eles²²⁷ vieram dar força no final, até porque só mulheres...O Movimento Feminino pela Anistia lhes deu uma base sólida. Agora, o que eu não aceito, que acho que nisso eles não são politicamente corretos, é que nunca reconhecem que o CBA foi instituído pelo Movimento Feminino pela Anistia. Eles não situam esse fato. Colocam como se eles tivessem se organizado e tivesse surgido o CBA. (...) Você não percebe, se você pegar os anais, os discursos políticos, eles colocam o CBA... Aqui no Ceará não tanto, o pessoal tem um

²²⁶ Os discursos sobre direitos humanos começaram a alinhar, aos poucos, movimentos da sociedade civil organizada na primeira metade da década de 70, no Brasil, quando os choques com o Estado autoritário, portavoza da Doutrina de Segurança Nacional tornaram-se mais frequentes. Eles estavam situados tanto numa linha social, através dos movimentos de periferia, quanto em setores de classe média, na luta pelo Estado democrático. Cf. MORAES Mário Sérgio de. *O ocaso da ditadura – caso Herzog*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2006, p.88.

²²⁷ Grifos meus. Note-se a polarização entre elas do MFPA e eles do CBA, na fala de Nildes Alencar, fortalecendo a visão das entidades com a identificação por gênero.

reconhecimento maior, porque aqui nós trabalhamos muito juntos. Mas por aí a fora...(...) Eles só puderam se constituir por causa do movimento de mulheres. Isso é histórico, mas eles negam isso. Eles negam não de boca, de dizer negamos isso. Não dizem. Mas negam quando eles omitem. É um erro político deles.²²⁸

A fala da ex-presidente pode ser compreendida como reação a pensamento disseminado de forma mais ou menos hegemônica, hoje, sobre o processo de anistia no Brasil. Há tendência em identificar o CBA como catalisador mais importante da campanha da anistia, em detrimento do MFPA, mais restritivo e de abordagem pouco política, embora precursor. A luta do MFPA é dita importante, na medida que abre caminho ao CBA, em 1978. “Mas foi com a fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio de Janeiro que a campanha começou a tomar vulto”²²⁹. “Só os CBAs têm como princípio de ação programa de conteúdo eminentemente estrutural e político cujo eixo principal é o resgate da memória pela perspectiva dos que sofreram a opressão do regime e a combateram”²³⁰.

Elas são lembradas como pioneiras, mas a ação política diferenciada em pontos diversos do País é deixada de lado “Cabe às mulheres, portanto, o pioneirismo na luta pela anistia; mais uma vez são elas que jogam o papel de vanguarda na história”²³¹. No que diz respeito ao CBA, ex-militantes lembram dele como a possibilidade dos homens ingressarem também na luta por sua iniciativa. “Começou a trabalhar um outro órgão que os homens pudessem participar. Inclusive os padres”²³².

A partir da certeza de uma memória que se constrói em desvantagem em relação aos homens, a disputa por nomes e lugares, na pesquisa, reproduz a encontrada nas reportagens jornalísticas já analisadas e estabelece a existência de grupos majoritários dentro do próprio MFPA, identificados pelas falas de mulheres, como familiares x pessoas com interesses políticos, politizadas x despolitizadas, corajosas x medrosas, ousadas ou radicais x moderadas ou conservadoras. Ambigüidade aparente que não esgota as possibilidades de interpretação

²²⁸ LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²²⁹ Depoimento de Ana Guedes, ex-militante do MFPA, e em seguida do CBA, na Bahia. In: MAUÉS, Flamarion e ABRAMO, Zilah Wendel. Pela democracia, contra o arbítrio. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p.218.

²³⁰ GRECCO, Heloísa Amélia. Dimensões fundacionais da luta pela anistia, 2003. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.79.

²³¹ Ibidem, p.44.

²³² Depoimento de Dirlene Trindade, ex-integrante do MFPA-MG apud LANNA, Anna Flávia Arruda. Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.103.

sobre o Movimento, visto que a militância política, algumas vezes, feita de forma pouco intensa em certo momento, alcançou a maior parte do grupo.

O cruzamento de listas e pesquisa, em outras fontes documentais e pelas próprias entrevistas, possibilitaram a escolha final²³³. A maior parte de militantes entrevistadas participou ativamente das ações do MFPA entre os anos de 1976 e 1979, período em que funcionou formalmente nos moldes estabelecidos nacionalmente pelo grupo de Therezinha Zerbini, em São Paulo.

Em especial, as ligadas a presos políticos por laços familiares, reuniam-se, desde 1975, na tentativa de defender interesses dos encarcerados. Reivindicam, ainda hoje, a iniciativa da fundação do Movimento no Estado:

A gente fez uma carta para a Therezinha Zerbini e depois ela respondeu essa carta e teve uma pessoa que nos procurou. (...) A partir desse momento, a gente se articulou para fazer o lançamento do Núcleo do movimento da anistia. (...) Quando a gente fez a carta, todo mundo assinou e eram os familiares assinando. Nesse início, só os familiares²³⁴.

A reafirmação, em narrativas, de sentido familiar, da a origem do MFPA, indica tentativa de contraposição a relatos de origem do Movimento, em discursos veiculados por memórias diversas, sobre o grupo nos dias atuais. E a disputa se mostra explícita, ao se recorrer a memórias de quem viu, no Movimento, a possibilidade de continuidade de militâncias políticas interrompidas ou clandestinas. Do mesmo Movimento, outra origem é relatada pela professora Rosa da Fonseca:

(...) A gente começou a idéia de organizar o movimento da anistia. Teve em 75 o Congresso Internacional das Mulheres. Foi no México, o Ano Internacional da Mulher. A Wânia Cysne foi daqui, a Therezinha Zerbini lá de São Paulo. E a Therezinha Zerbini já lançou a idéia no Congresso Internacional da Mulher, criou um núcleo em São Paulo. Em seguida, eu acho que foi Belo Horizonte e aqui foi o terceiro. E a partir daí, se constitui o que a gente chama de núcleo da anistia que era justamente o pessoal que se reunia, digamos assim, clandestinamente. Era eu, a Maria Luíza, a Socorro Saldanha, a Raimunda Zélia, a Cristina, minha irmã, a Ercília Borges... (...) Aí, pronto. A gente traçou toda uma estratégia de como

²³³ Além das 15 mulheres que se dispuseram a ser entrevistadas para essa pesquisa, outras foram contactadas. Motivos como problemas de saúde, principalmente entre familiares mais idosas, as impediram de participar, assim como o não desejo de tocar em assuntos traumatizantes por parte de outras. Desencontros causados por compromissos agendados pelas possíveis narradoras também impediram a realização de algumas entrevistas.

²³⁴ AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

deveríamos fazer, foi essa idéia de procurar os familiares dos presos políticos, a idéia de procurar a Nildes, que era irmã do Frei Tito²³⁵.

Narrativas diferenciadas ou conflituosas das ações do MFPA estão longe de se limitarem exclusivamente às origens do Movimento que reuniu, de maneira mais freqüente, cerca de 30 mulheres em quatro anos. Elas marcam indelevelmente memórias da ação política do grupo e objetivos. Compreender conflitos, formas de manifestação, em narrativas no presente, demanda a realização de discussão em que os conceitos de memória e gênero estejam permanentemente entrelaçados.

²³⁵ FONSECA, Rosa Maria Ferreira da, 59 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

CAPÍTULO 3 – A AÇÃO POLÍTICA NAS MEMÓRIAS EM DISPUTA

(...) Mais um trabalho para mim: substituir meu filho nesta guerra. Falo mal da ditadura, copio e multiplico tudo que me mandam contra Eles. E distribuo como posso. Não há censura para mim. O correio entrega tudo. Com certeza abrem, lêem, copiam, depois fecham e me mandam direitinho. Um jogo de gato e rato? Às vezes me divirto, rio, como sempre fiz toda a vida. Mas o desespero não me larga. Tenho que sair, mesmo cansada, depois de trabalhar o dia inteiro na loja ou na oficina. Para procurar amigos, políticos, pessoas que têm alguma influência. Sinto necessidade de saber que muita gente está solidária comigo. De repente, apareço em casa de gente que nunca conheci. Vou procurá-las para saber alguma coisa²³⁶.
 (...)Alguém viu algum congressista americano por aí? Eu não vi. Porque se tivesse aparecido um que fosse, lá estaria eu com meu dossiê, os meus panfletos e a minha subversão.²³⁷

(Zuzu Angel)

As disputas são elemento-chave de compreensão de memórias da ação política do MFPA no Ceará. A convivência, entre afeto e política, valores e limites dessa relação estão no centro dos conflitos manifestados, principalmente, pelas narrativas orais que dividem o grupo em face de motivações da militância. Além de retratar diferenças de interesses entre os grupos do núcleo cearense, como veremos neste capítulo, esta tensão pode ser lida como operações marcadas pelo gênero, na construção de identidades e diferenciação de mulheres, umas em relação às outras.

A diferenciação ocorre em debate entre representações da política e atuação das mulheres. Afinal, mulheres mobilizadas, prioritariamente por laços afetivos, agem politicamente? Só é possível pensar a política a partir do interesse público? Antes de prosseguir e examinar o caráter e os significados das memórias em disputa entre as militantes, é necessário examinar essas questões.

3.1 – Quando a mulher faz política?

Exemplo ilustrativo das representações do relacionamento entre afeto e política, no que se refere à ação de mulheres, no Brasil, diz respeito às formas de resistência protagonizadas

²³⁶ VALLI, Virgínia. “Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho”. Rio de Janeiro: Philobibion, 1986, p. 71.

²³⁷ Ibidem, p. 83.

pela estilista mineira Zuzu Angel. Obstinada na busca e defesa do filho, faz a denúncia aberta contra a ditadura militar. Produz dossiês para autoridades e artistas, comparece a julgamentos forjados, mesmo depois de saber da morte do filho, lê jornais de trás para frente, escarafunchando entrelinhas e recortando notícias de prisões, desaparecimento ou assassinato de estudantes, faz contatos com organismos internacionais de defesa dos direitos humanos. Até as estampas das roupas foram usadas como protesto. Pela via da dor e a contragosto ela encontrou a política (“agora tenho que entrar nessa política e virar militante”²³⁸), sem deixá-la até a morte.

Embora o ingresso em atividades políticas seja assumido em diversos momentos dos seus escritos, há dificuldade em reconhecer sua atividade como tal. A repetição por outras pessoas de declaração, afirmando a legitimidade como mãe e não a coragem de luta, é utilizada quase como prova de que o que ela fazia não é político, ou não podia ser, o que fica externado, por exemplo, na escrita do jornalista Zuenir Ventura, em 1986: “Essa precursora das locas de la Plaza de Mayo jogou sua fama, amigos, clientes, conhecidos e desconhecidos na sua causa, que não era política, não era ideológica, não era de idéias. Resumia-se a uma bandeira: “Eu quero o corpo do meu filho””²³⁹.

A reatualização e elogio do mito de Antígona,²⁴⁰ presente subliminarmente no discurso, leva a pensar não as idéias escondidas por trás de palavras, como sugere Foucault²⁴¹, mas as condições externas que possibilitam que o acontecimento tenha sido possível, fixando fronteiras.

Ventura retoma e reforça, de forma tradicional, em seus escritos, a metáfora das esferas separadas ou, como preferiu Bobbio²⁴², a “grande dicotomia” da sociedade moderna, a oposição entre público e privado, da qual derivam muitas outras tais como: estado-família, política-economia, natureza-cultura, governo-cidadão. Segundo ele, o tratamento em antítese

²³⁸ Ibidem, p. 31.

²³⁹ Ibidem, p. 24.

²⁴⁰ Na peça escrita pelo grego Sófocles, entre 496 a.C e 406 a.C, uma mulher, Antígona, desafia o tirano Creonte que havia proibido o sepultamento do corpo do irmão dela, Polinice, acusado de atacar a pátria e seus deuses. Um decreto proibia aos cidadãos qualquer homenagem com exéquias, e até mesmo manifestações de pranto, estando o infeliz aos auspícios de aves e cães famintos. A irmã, inconformada, tapeia os guardas e contraria a orientação dando sepultura ao condenado, o que desperta a ira do tirano. Interrogada por ele sobre o porquê de desafiar a sua determinação, ela invoca a obediência a “leis não-escritas”, datadas nem de hoje, nem de ontem, de origem desconhecida e que estariam sempre vivas. As leis, de caráter divino, a que ela se referia, diziam respeito à defesa das pessoas de mesmo sangue. A ousadia custou-lhe a vida, mas ela em nenhum momento demonstrou arrependimento por seus atos. Parecia investida de total legitimidade.

²⁴¹ Dentro do método analítico de discurso proposto por Foucault essa regra é nomeada como a da exterioridade. FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.53.

²⁴² BOBBIO, Norberto (org). Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.13.

oferece a vantagem de comparar juízo de valor de uma frente a outra. Ou seja, quando atribuído significado valorativo a um dos termos da dicotomia, o outro tem significado negativo. Uma oposição reforçada por teorias como a de Arendt²⁴³ para quem manifestações movidas por interesses privados não poderiam ser compreendidas como ação política, mesmo que, em alguma medida, abrissem espaço para o exercício da espontaneidade.

Tomada sob o viés de gênero, a dicotomia público-privado é utilizada ainda hoje para explicar a ação de homens e mulheres da sociedade ocidental. Nessa metáfora, espaço privado, como lugar de mulheres, e espaço público, como lugar de homens, são vistos separados e pouco intercambiáveis. As mulheres, restritas à esfera do privado, o que reforça os limites de confinamento social e histórico. A política é, pois o domínio do homem e das questões do masculino. Reprodução e cuidado com as crianças, segundo Alvarez²⁴⁴, são predefinidos como externos à esfera política propriamente dita.

Análises vêm procurando desconstruir a rigidez da dicotomia, demonstrando que seu estabelecimento é permeado de disputas do poder que, por seu intermédio, se estrutura. A antítese delinea a passagem do termo sobre outro em diferentes épocas históricas. Fator que faz a dicotomia maleável é a vontade econômica e política. Como exemplo do intercâmbio, coloca-se a confrontação entre ampliação do poder do Estado e redução das funções da família, no Estado de Bem-Estar e as propostas atuais de redução do Estado e a ampliação das funções da família, o que demonstra que os pólos da dicotomia são mais complementares que antitéticos, com fronteiras fluídas e alteradas quando necessário, sem maiores reservas.

No feminismo, há duas principais linhas de argumentação nesse sentido. A primeira contesta o pressuposto de que a esfera privada seja identificada como esfera da igualdade, tendo em vista as relações de poder estabelecidas na esfera íntima. A segunda firma-se sobre a elaboração da diferença entre homens e mulheres afirmando a separação entre público e privado como do separação do mundo da sujeição maternal, das mulheres, do mundo das relações convencionais e individuais, o dos homens. O mundo do feminino, identificado positivamente com a natureza, particularidade, desigualdade, emoção, está posto à parte do público, masculino, identificado com a convenção, igualdade civil e liberdade, razão, acordo e

²⁴³ Cf. ARENDT, Hanna. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 31-88 e WAGNER, Eugênia Sales. Hannah Arendt – ética e política. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006, p.116.

²⁴⁴ ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPHAN, A (org), Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.319 apud CAMURÇA, Sílvia. A política como questão: revisando Joan Scott e revisando alguns conceitos. In: ÁVILA, Maria Betânia (org). Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001, p. 166.

contrato. Esta última argumentação é tomada como problemática por conter visão essencialista das categorias de gênero²⁴⁵.

A ação de Zuzu, assim como de outras mães brasileiras, no período, não é considerada política porque, em defesa da família, se investe de caráter naturalizado atribuído à função procriadora, da ordem do privado, mesmo que as manifestações de dor e revolta estivessem sendo externadas publicamente e se utilizassem estratégias políticas, como panfletagem, reunião de documentos, contatos com autoridades, envio de correspondência, análise de conjuntura, denúncias públicas, entrevistas.

Elementos conjunturais ajudam a pensar o fortalecimento da dicotomia na década de 70 e início da de 80 no Brasil. A interdição ou dificuldade de participação feminina, na esfera pública, está determinada pelo discurso jurídico, por exemplo. No artigo 233 do Código Civil Brasileiro, vigente à época, fica estabelecido que ao marido cabe a chefia da sociedade conjugal, função que exercida com a colaboração da mulher, o que implicava ser ele responsável pela manutenção material da família, administração de bens, direito de fixar residência, etc, e ela desempenhar funções de gestão de orçamento doméstico, direção moral da família, pela transmissão de valores, além da procriação, maternidade e tarefas do mundo doméstico, em troca do sustento material pelo marido.

Segundo Moraes²⁴⁶, que se utiliza da metáfora das esferas separadas a partir de leitura marxista da “condição feminina” no Brasil, é com o papel de mãe de família e de dona de casa que a mulher é identificada e valorizada, na década de 70, mesmo que viesse assumir novas posições na sociedade, na economia ou na política. Na maternidade, ela encontraria realização plena, pois as representações da atividade têm caráter valorativo. Sua auto-estima encontrava correspondência direta com a capacidade de gerar e atender às expectativas sociais de ser “boa mãe”, capaz de gerar herdeiros. E a “boa mãe”, presente no imaginário masculino brasileiro do período, segundo Aragão²⁴⁷, estava ainda identificada com a figura divina de um ser “desinteressado”, “auto-sacrificado” e “doador de cuidados protetores”.

²⁴⁵CAMURÇA, Sílvia. A política como questão: revisando Joan Scott e revisando alguns conceitos. In: ÁVILA, Maria Betânia (org). Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001, p. 166-167.

²⁴⁶MORAES, Maria Lygia Quartim de. Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. Tese de doutorado. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981, p. 45.

²⁴⁷ARAGÃO, Luiz Tarlei de. Em nome da mãe. Posições estruturais e disposições sociais que envolvem a categoria mãe na civilização mediterrânea e na sociedade brasileira. In: Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983, p.114. Cf. FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1951 e ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, Myriam Lins de. Família e gerações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.93.

O segundo aspecto que reforçar a visão dicotômica de mundos masculino e feminino diz respeito à baixa participação das mulheres nos “espaços tradicionais” da política, o que, de forma geral, acontece também com homens, pela intensa repressão política e restrições das formas de organização, por exemplo. Alguns autores²⁴⁸ apontam as dificuldades de mobilização e expressão das mulheres, na esfera pública, nas décadas de 60 e 70, tendo 1975 escolhido Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), marco para o início do avanço das lutas feministas, inclusive a luta pela conquista dos espaços formais da política. O avanço ocorria de forma lenta, permeado por resistências, o que fez com que questões específicas das mulheres demorassem ser discutidas ou consideradas, em meio ao enfrentamento da ditadura e processo de redemocratização. Mulheres, no espaço formal da política, em fins dos anos 70 e meados dos anos 80, ainda eram novidade, mesmo com participação crescendo a olhos vistos em outras formas de atividades que não parlamentar ou partidária²⁴⁹.

Importante elemento, no entanto, de pensar a estranheza da ação política feminina, como no caso das mães em defesa dos filhos, diz respeito à própria forma de pensar a política, o que passa inevitavelmente pela sua identificação como atividade da esfera pública, relacionada ao poder, cujo domínio ainda é fortemente masculino. Nas Ciências Políticas e na própria Sociologia Política, os estudos sobre participação política, na maior parte das vezes, ainda estão associados ao Estado e à participação em eleições no Legislativo e no Executivo²⁵⁰.

A compreensão acaba por desconsiderar ou restringir as possibilidades de atuação, organização e vias de participação construídas por mulheres ao longo da história. Pesquisadoras apontam o dever de abrir mão da noção de representação política, capaz de dar conta da participação política das mulheres, uma vez que as formas de participação afastam-se dos conceitos de política estabelecidos²⁵¹. É necessário, pois, compreender a política em termos mais amplos, incluindo significados de política não-institucional, como movimentos

²⁴⁸ PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.56; TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p. 84.

²⁴⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 72-73; VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely (orgs). A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.151.

²⁵⁰ CAMURÇA, Sílvia. A política como questão: revisando Joan Scott e articulando alguns conceitos. In: ÁVILA, Maria Betânia. Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001, p.175.

²⁵¹ PINTO, Céli Regina Jardim. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H. e MUÑOZ-VARGA, M. Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: NIPAS; Unicef, 1994, p.197; COSTA, Ana Alice. As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Salvador: Neim/FFCH/UFBA, 1998, p.72.

sociais e manifestações de massa e incluir, ainda, ação individual de pessoas em atividades como votar, ler sobre política em jornais, assistir a noticiários especializados, ter preferências partidárias²⁵².

Tabak²⁵³ contribui para essa questão quando associa participação política à participação em processo decisório, definição de políticas públicas e mudança social. Nesse sentido, ações como filiação a sindicatos, participação em congressos para discussão da questão feminina ou em reuniões de pais e alunos, manifestação contra ou a favor de medidas governamentais, até mesmo assembleias de condomínios, devem ser consideradas políticas para as mulheres, pois significam tentativa de influenciar, mesmo em níveis distintos, a formação e a condução da opinião pública, ato de importância marcante na sociedade.

Segundo Ackelsberg²⁵⁴, a classificação de certas atividades como “disruptivas” ou “impróprias” é uma forma de excluir as mulheres e outros personagens da vida política formal quando se nega significado político às atividades. Acrescente-se que a naturalização de sentimentos e comportamentos como sensibilidade, solidariedade e defesa da família, como atributos femininos imediatos, também podem ser formas de tentar excluí-las ou restringi-las nessa atuação²⁵⁵.

O que acontece, ainda hoje, é que atividades coletivas e públicas das mulheres tendem a ser qualificadas como produtos de engajamento social ou moral e não político²⁵⁶. Não se leva em consideração que possam vir a manipular as condições ou interpretações a seu favor, jogando com o gênero ou transformando desvantagens em formas de atuar politicamente com mais liberdade ou segurança, mesmo que, muitas vezes, não se dêem conta disso. Ou mesmo que, pelas ações pessoais ou dirigidas, possam advir novos comportamentos políticos, com repercussões importantes sobre organizações ou realidades políticas tradicionais. Foi o que aconteceu não somente com as militantes do MFPA, no Brasil, mas com as Mães da Praça de Maio e com diversos outros movimentos de mulheres engajadas na resistência à ditaduras na América Latina.

²⁵² PINTO, Céli Regina Jardim. Loc. Cit.

²⁵³ TABAK, Fanny. Autoritarismo e participação política da mulher. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 60.

²⁵⁴ ACKELSBURG, Martha A. Ampliando o estudo sobre a participação das mulheres. In *Cadernos Ael. Mulher, História e Feminismo*. Campinas. Unicamp. n.º 4, 1996, p. 261.

²⁵⁵ É recorrente a utilização do discurso da sensibilidade como o principal diferencial das mulheres no exercício da política tradicional, afirmado-a como um valor positivo, o que permitiria uma transformação da política tornando-a mais leve e reforçaria a idéia da maior habilidade das mulheres para a atuação em assuntos ou causas ligadas ao social. MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo. *Revista de Estudos Feministas*: Florianópolis, vol.9, n.1, 2001, p. 253-266.

²⁵⁶ ROSSI-DORIA, Anna. Representar um corpo. Individualismo e alma coletiva nas lutas pelo sufrágio. In: GROPPI, A. e BONACCHI, G (orgs). *O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995, p. 113.

A dificuldade em reconhecer a possibilidade de defesa da família e dos filhos tornar-se política, mesmo em situações extremas como em guerras ou ditaduras, está no nascedouro destas organizações. Usando a “legitimidade”, advinda da “naturalidade” de seu papel de guardião do lar e da família, o Movimento se institucionalizou e pôde atuar de forma legal em época em que eram proibidas manifestações de movimentos sociais e políticos, sob pena de prisão, tortura ou morte.

Isso não implica dizer que as mulheres do MFPA tenham essa compreensão ou dificuldade, já que o Movimento é composto por pessoas não ligadas por laços familiares a presos e exilados políticos, que procuraram nele uma forma de continuar militância de diversos matizes ideológicas, interrompida, enfrentando a ditadura. O reconhecimento da luta como política ou não e a atribuição de valores positivos ou negativos à ação estão na raiz dos conflitos entre as memórias das que viveram o Movimento.

Tampouco é possível ou correto restringir o debate a simples embate entre familiares e não familiares de presos e exilados. Existem diversos tipos de memórias de motivações de ingresso das mulheres na luta que se relaciona obviamente com suas vidas no período, mas guardam interseções diretas com experiências de vida acumuladas do fim das atividades do MFPA até os dias de hoje, o que reforça o entendimento da construção da memória atendendo a necessidades do presente.

3.2. Motivações

As memórias de ex-militantes do MFPA, no que diz respeito às motivações de ingresso no Movimento guardam algo em comum: tentativa quase sempre espontânea de narradoras em explicar relação com a política ou com os movimentos engajados naquele momento histórico, o que pode ser interpretado como forma de dar coerência a histórias pessoais, mas também como marca da geração²⁵⁷ dos “anos de chumbo” que não permite se compreender ou falar

²⁵⁷ Entende-se por geração, nesse trabalho, um grupo de pessoas com idades semelhantes que vivenciaram uma problemática histórica concreta de experiências comuns com o sistema político, social, econômico e cultural. BENICÁ, C. R.S.; GOMES, W.B. Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações. Estudos de Psicologia, v. 3, n. 2, p.177-205, 1998 apud ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, Myriam Lins de. Família e gerações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.98. Geração, dessa forma, é um conceito construído sobre bases biológicas, pois cronológicas, mas sobretudo como um fato cultural modelado em parte pelo acontecimento e por outro pelo sentimento de pertença a uma faixa etária com forte identidade diferencial. E não se pode esquecer também que geração também é uma reconstrução do historiador com fins de classificação como bem frisou SIRINELLI, Jean-François. A geração.

daquele período sem se situar politicamente, mesmo quando se considerem “despolitizadas” ou “alienadas”.

Entre 15 ex-militantes entrevistadas, é possível verificar, pelas narrativas, diferenciadas formas de ingresso em atividades políticas que irão ajudar a entender ligações com o Movimento Feminino pela Anistia e contribuirão com a compreensão dos caminhos da participação política das mulheres, no contexto de repressão ditatorial, das décadas de 60 e 70.

A história oral como forma de conhecer e analisar as ações de militantes, antes de inseri-las em discurso homogêneo, ao contrário, mostra a pluralidade de vozes possíveis de um mesmo grupo de mulheres, o que faz pensar que além das marcas de gênero, outras clivagens, geração, classe, cultura, ocupações, crenças religiosas e políticas atuais e experiências diversificadas, também atuam na elaboração de relatos sobre suas trajetórias de vida.

Portelli²⁵⁸ lembra que, apesar da legitimidade das memórias coletivas ou grupais para o discurso histórico, a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais, posto que feitos por pessoas e não por grupos. Em sociedades modernas, as memórias são extraídas da variedade de grupos e organizadas de forma idiossincrática.

Esse dado faz com que se aja com cautela, ao fazer afirmações abrangentes sobre relações entre gênero e memória²⁵⁹, procurando não compactuar com o lugar comum da divisão sexual da memória²⁶⁰. O MFPA, nesse sentido, é pródigo em vozes e pensamentos plurais, a começar pelas familiares, que compõem segmento importante no MFPA, até hoje reivindicando a iniciativa de sua constituição. Entre elas, é possível identificar a necessidade de defesa dos membros da família como motivação mais forte para ingresso nas ações do MFPA, o que não exclui, no entanto, histórias de engajamento, com causas defendidas pelos familiares, principalmente pais, maridos e irmãos.

In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.133.

²⁵⁸ Segundo o autor, como todas as atividades humanas a memória é social e, portanto, possível de ser compartilhada, mas só se materializaria nas reminiscências e discursos individuais. PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.127.

²⁵⁹ SALVATICI, Silvia Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: Revista da Associação Brasileira de História Oral, Vol.8, n.1, janeiro-junho de 2005, p.32.

²⁶⁰ Segundo essa divisão caberia aos homens a narrativa sobre eventos mais gerais relacionados à esfera pública, enquanto às mulheres estariam destinados os relatos sobre a vida cotidiana e o espaço da casa. Essa dicotomia é contestada por trabalhos que mostram que a narrativa das mulheres não dá conta apenas do sentido cíclico ou contínuo da vida, mas de transformações e resistências que estão para além do espaço doméstico, embora passem por ele. Cf. RAMOS, Maria Bernadete Flores. Entre a casa e a rua – memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. Cadernos Pagu. Campinas, n.4, 1995, p. 117-142.

Na família de longa trajetória de militância comunista, com quatro membros em prisões e torturas de diferentes matizes, a narrativa de ingresso na luta política e no MFPA mistura relatos de necessidade quase compulsória de defesa dos familiares, mas também da valorização de vocação de núcleo parental para a luta, em trajetórias pessoais. Dona Lourdes Miranda, 86, viúva de ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e chefe de família de nove filhos, busca na própria herança familiar e em elementos de sua personalidade, explicações da resistência e disposição em defender os filhos e causas. Exerce, através de memórias, a concretização de identidade de “mãe da anistia”. Observa-se que o que acontece, em espaços de comemorações públicos de anistiados, de certa forma, se repete ou é reforçado pelas narrativas de forma mais individualizada em que a construção da imagem do núcleo familiar está sempre em questão:

O pai realmente teve influência porque ele conversava muito em casa, mas eles seguiam o que quisessem. Ele nunca mandou que o filho fizesse uma coisa ou não. A minha mãe também era uma mulher comunista, mas também nunca me mandou seguir. Só que eu, desde criança, vejo a verdade, a revolta, eu vejo tudo isso. Com 10 anos, eu tomei um comunista da mão da Polícia Federal. Essa pessoa tinha passado 20 anos presa e, depois de solto, a polícia veio e prendeu. E aí, eu não deixei, me agarrei com ele e não deixei a polícia levar. Eu toda vida fui assim²⁶¹.

Encontros e solenidades do grupo de anistiados cearenses, como visto no Capítulo 2, funcionam como rituais, com efeitos reais, a exemplo do que afirma Bordieu²⁶², pessoas são instituídas como representantes do grupo, passando a sentir-se intimadas a corresponder ao que lhes foi designado para sua função. De Dona Lourdes esperam-se histórias de sofrimento, superadas pela coragem e orgulho da história familiar. O grupo de anistiados, a começar por sua família, a designa e a respeita como guardiã da memória. Em troca, vive de acordo com o que se espera dela, o que repercute no que escolhe para contar em memórias, em entrevistas para pesquisadores ou para jornalistas ou em ocasiões menos formais.

Dentro da própria família, os relatos tomam diferentes contornos, mesmo em narrativas de outras mulheres. Na fala da filha Neidja Albuquerque, 52, dos quadros do MFPA, é possível sentir mais liberdade de narrativa da história familiar e motivações para a luta, o que indica menos necessidade de corresponder a expectativas sociais, pois não é solicitada como mãe pelo grupo de anistiados. Seu engajamento político, no período, não

²⁶¹ ALBUQUERQUE, Maria de Lourdes Miranda, 86 anos. Depoimento, agosto de 2004. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²⁶² BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 97-106.

parece ter sido dado como escolha ou traço de personalidade, mas selado pela influência e fiscalização familiar. Sua filiação política é afirmada como dado biográfico tão automático quanto o do lugar de origem, nos primeiros momentos da entrevista: “Eu nasci em Fortaleza, numa família totalmente de esquerda. Eu nasci já sabendo que eu tinha de ser de esquerda (risos). E eu tenho mais oito irmãos. Meu pai era do Partido Comunista, minha mãe também era ligada ao Partido Comunista”²⁶³.

A formação política é atribuída às coisas que viu e ouviu na própria casa. As interdições paternas do círculo de amigos e namorados, pela necessidade de que se identificassem ideologicamente com a família e agressões da polícia política ao núcleo familiar, intensificadas a partir de 1968, com a busca e prisão dos irmãos mais velhos, são marcas mais fortes dos relatos de apreensão do que é a política:

A minha adolescência foi muito conflitante, por conta disso. E com a prisão dos meninos lá em casa se complicou mais ainda. O Mário foi preso muito novinho e isso mexeu demais com a gente. Você acordar de manhã pra ir pra aula e antes de você acordar, a polícia já ter entrado na sua casa, ter invadido, ter vasculhado tudo e você ter que tomar café e sair pra aula... Isso era constantemente²⁶⁴.

O espaço da casa, no contexto de violência da ditadura, perde a aura de lugar eminentemente privado. O cotidiano familiar, nesse momento histórico, para famílias brasileiras, sofre rupturas drásticas. Passa a não ser marcado somente pela rotina de refeições, fins de semana, conversas, comemorações de aniversários e casamentos, mas pela presença constante e abrupta do Estado pela invasão da casa, apreensão de pessoas, documentos, objetos que, de alguma forma, representem provas de acusação, ou pela aterrorizante vigilância. Processo similar ao de outros países do Cone Sul, Argentina, com o agravante de que milhares de pessoas seqüestradas ou presas foram eliminadas e vestígios apagados, impactando para sempre a vida das famílias²⁶⁵.

Assim a dimensão política do doméstico, porque espaço histórico e concreto da construção das relações de gênero, de estruturas familiares, de relações de vizinhança, de estabelecimento de laços de confiança e solidariedade, foi reafirmada e passou a incluir também o embate e a resistência ao poder estatal:

²⁶³ GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ CATELA, Ludmila da Silva. Situação-limite e memória – a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001, p.91.

A polícia chegava e entrava geralmente pela cozinha. Papai era muito doente, já tinha arteriosclerose e quem segurava a barra todinha era a mamãe. E nós não éramos pessoas passivas. A gente queria reagir e muitas vezes a polícia ameaçava levar a gente para o DOPS. Porque a gente mandava: “Procure o Pedro aqui dentro dessa caixa de fósforos para ver se ele está aqui. Abre aqui o fogão, acho que o Mário está lá dentro”. A gente fazia essas coisas com a polícia e a polícia ficava indignada com a gente. Isso era eu e meus outros irmãos mais novos. Eles ficavam danados com a gente. Eles levavam muitos livros nossos, até livro que não tinha nada a ver, romances do José de Alencar. E cada vez que a Polícia ia, era mais livro que eles estavam levando. Se a gente fosse pedir indenização ao governo, ia pedir indenização pelos livros. A minha adolescência foi isso. Isso prejudicou muito a gente no estudo, porque a gente não conseguia estudar direito e com isso meu pai piorou muito da arteriosclerose²⁶⁶.

A compreensão de Neidja da política, ao contrário dos irmãos mais velhos, perseguidos pela ditadura, não passa pelo engajamento em grupos legais ou clandestinos, pela discussão de textos em células, nem mesmo pelo movimento estudantil, como é comum, mas pelas vivências familiares e pela necessidade de defesa da família e da casa e da colaboração com os irmãos, mesmo quando feita de forma sutil e compreendida tempos depois. O MFPA representava a continuidade coletiva da luta pelo núcleo familiar :

E a gente entendia de política, aprendendo assim. Nesse período, a gente conheceu muitos amigos dos meninos. A gente era usada para levar alguma coisa: “Vá em tal lugar e entregue isso para o fulano que ele vai estar esperando”. Sendo usada pelos próprios irmãos. (...) Era sempre algum pacote. Eu percebia que era panfleto. Outros eu pensava que era dinheiro. Às vezes, meus irmãos mandavam: “Vai estar uma pessoa na Igreja de São Benedito esperando. Você vá lá e entregue”. A gente ia lá, sentava e entregava, com muito medo. A gente olhava pro lado. Isso já na adolescência, 18, 17 anos por aí. Eu me envolvi muito. Quando eu cheguei no Movimento pela Anistia, a gente recebeu um convite da Maria Luíza. O Joaquim era uma pessoa que trabalhava vendendo livros nas universidades. Ele morava perto da gente e ele dizia: “Oh, dona Lourdes, vai se levantar aí um movimento pela anistia, feminino, de mulheres”. E a gente sempre quis fazer isso, porque era todo mundo fazendo por sua conta²⁶⁷.

As mulheres companheiras de militantes políticos, presos ou exilados, que também tinham vida de militante, em geral, não participavam do MFPA, pelo menos de forma explícita, como em proteção, por serem perseguidas. Presas e torturadas, muitas vezes, acompanharam seus maridos no exílio. Era comum que suas mães ou irmãs o fizessem, por se considerarem menos expostas.

²⁶⁶ GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²⁶⁷ Ibidem.

As esposas de ex-presos políticos contatadas não tinham envolvimento direto com causas de companheiros, nem militavam em organizações políticas. As memórias de militância no MFPA confundem-se com a batalha pela libertação da prisão ou, ao menos, com atenuar as penas e vivência em cárceres, na luta pelo emprego e famílias, esquivando-se da repressão. O MFPA define-se como movimento criado com esse objetivo e a relação com a política é apresentada de forma ambígua nas narrativas, ora rejeitada como motivação de ações justificadas pelas relações familiares ou afetivas, ora identificada como elemento importante por fazê-las perceber realidades antes desconhecidas ou pouco evidentes:

O Movimento Feminino pela Anistia era liberdade, né? A liberdade, primeira, daqueles que estavam presos. A anistia foi o desejo de ver seu familiar em liberdade, não foi um desejo político, está entendendo? Foi mais um desejo afetivo. Pelo menos aqui, eu acho que o nosso grupo das famílias foi inicialmente nessa dimensão. Depois o Movimento foi crescendo e caminhando dentro da sua lógica que, para a saída deles, a questão política estava envolvida. Claro que ninguém é ignorante de achar que não é. Mas o objetivo..., embora, a gente tivesse de fazer coisas, como enfrentar um auditório, me expor, falar... Eu digo muito, eu não sei se eu não tivesse marido preso, se eu teria ido para o Movimento Feminino pela Anistia. Eu não sei responder isso, porque eu não era uma pessoa envolvida em movimentos políticos, está entendendo? Na minha formação, na minha concepção, embora eu fosse uma pessoa que tivesse a compreensão muito grande das questões sociais, mas não na dimensão talvez de sacrificar a minha vida. Eu não sei se teria essa dimensão²⁶⁸ (Josenilde Cunha).

Perrot²⁶⁹ identifica tendência das mulheres em depreciar a política, valorizando o social e o informal e, assim, interiorizando normas tradicionais e aponta, ainda, a permanência da idéia, enraizada entre dois sexos, de que a política não é lugar de mulheres. É possível pensar que as narrativas de ex-militantes guardem alguns desses aspectos, posto que as relações afetivas em suas memórias são bem mais valorizadas ou consideradas importantes e “nobres”, já que, antes de tudo, se enxergam familiares que defendem entes queridos e preocupam-se em diferenciar afetividade de política, constantemente, em entrevistas, sem medo de cobrança pela atitude que encaram com naturalidade:

Eu já comecei a namorar o Fabiani perto do final da faculdade. Aí, quando tinha as passeatas, a gente ia mais no intuito de ver onde ele estava, no intuito da preocupação mesmo com ele. Quando ele ia para a passeata, eu ficava o tempo todo com ele e ele ficava às vezes aborrecido porque eu não

²⁶⁸CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²⁶⁹ PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 184.

saía de lá. Eu dizia: “Você vai por aqui, você vai comigo. Eu levava as colegas para a Faculdade de Direito e de lá saía. Íamos para a passeata e quando terminava, eu dizia: “Agora, nós vamos para casa”²⁷⁰.

As tentativas de compreensão da forma de contar suas participações revelam aspectos a serem considerados. A desvalorização da política como motor primeiro de ações não implica necessariamente alheamento à realidade social e política, no momento, ou desconsideração da política na mudança de estruturas.

Essas mulheres não correspondiam, nas décadas de 60 e 70, ao perfil tradicional feminino, ligado exclusivamente à esfera doméstica. Podem ser pertencentes ao momento de transição, no que diz respeito ao avanço do seu comportamento. Para Goldberg,²⁷¹ são membros de “geração sanduíche”, pelo trânsito entre concepções tradicionais de ser mulher, emergência de comportamentos e indicadores culturais considerados modernos, mesmo com limites bem claros.

Dois indicadores são ilustrativos de mudanças, sob limites, por que passa o comportamento feminino, nos anos de 1960: Novo Estatuto da Mulher Casada, aprovado em 1962, que oriundo de projeto de igualdade entre cônjuges, distingue a mulher casada de indígenas, incapacitados e menores, possibilitando-lhe o exercício de atividades assalariadas, sem autorização prévia do marido; o segundo indicador cultural é o lançamento da revista feminina Claudia, em 1962. A publicação diferenciava-se das existentes no País, por abordar temas da atualidade, mesclando idéias de incentivo ao consumo de produtos industrializados e aconselhamento sentimental, em bases psicanalíticas, com a presença de educadores e psicólogos²⁷².

Devido à velocidade das transformações comportamentais dos anos de 1960, não houve tempo para transições de subjetividade e psiquismo, o que faria com que mulheres desta geração produzissem simples substituição de normas simbólicas, ao invés de criarem possibilidade de maior liberdade de escolha individual²⁷³. Ainda carregavam a herança de

²⁷⁰ CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, setembro de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²⁷¹ A “geração sanduíche” é aquela que vivenciou, ainda jovem, os efeitos da crescente urbanização e industrialização do Brasil, em consequência do projeto desenvolvimentista do Governo de Juscelino Kubitschek. GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 18.

²⁷² Ibidem, p.18-19. Cf. DUARTE, Ana Rita Fonteles. Carmen da Silva – o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica: Nudoc, 2005, p. 28.

²⁷³ FIGUEIRA, Sérvulo (org). Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p.6.

décadas anteriores em que a “esfera pessoal” estava subordinada à “social”, e o que dizia respeito às relações entre homens e mulheres estava subordinado à ordem familiar, com pouco espaço para expressões de projetos estritamente individuais.

As trajetórias das entrevistadas são de comportamentos de transição, marcados de conflitos entre tradicional e moderno. Vindas de famílias extremamente católicas, viveram a experiência universitária ou a necessidade de trabalhar para manutenção sozinhas, ou ajudarem as famílias, o que as diferenciava, em grande medida, de mães de alguns presos, na maioria donas de casa, com pouca escolaridade.

Socializadas segundo padrões culturais que pregavam, para as mulheres, casamento, maternidade e viver para o outro, defrontavam-se, na adolescência e início da idade adulta, com novas representações de feminilidade que começa a tomar corpo em centros urbanos, como Fortaleza. Em novas representações, o ingresso em cursos universitários e a busca de profissionalização são estimulados, desde que os deveres conjugais e maternos não fossem negligenciados²⁷⁴.

A ambigüidade entre o tradicional e o moderno, em seu comportamento, dificulta qualquer tentativa rasa de dizê-las entre “engajadas” e “alienadas”. O comportamento pode ser depreendido de narrativas que recordam ações marcadas, ao mesmo tempo, pelo recato e ousadia, o que se observou na narrativa da professora Nílvea Amorim. Mesmo limitada pelos ditames religiosos impostos pela família e pela pequena cidade onde foi criada, no interior do Ceará, resolve, aos 18 anos, “sem nunca ter ido a uma passeata”, visitar presos políticos “terroristas”, em Fortaleza. A visita lhe rendeu relacionamento vivido, quase dez anos, entre grades e muros de presídio até a anistia:

Eu tinha aquela idéia romântica. Achava que ali era a forma das pessoas serem dignas, que aquelas pessoas estavam lutando para que todo mundo tivesse dignidade, que era o que Cristo pensava. (...)Na verdade, eu me aproximei porque tinha uma pessoa que foi casada com preso político. Uma vez ela conversou comigo. Tinha havido o julgamento das pessoas que estavam envolvidas e ela me mostrou as fotos na primeira página do jornal O POVO, era o pessoal da ALN que teve a questão da luta armada. Aí, ela disse que queria fazer uma visita um dia. Ela me disse como ia. E essa visita, eu fui sozinha, não fui com ninguém. Ela me falou como era e como chegava lá. Era um sábado e nesse sábado eu fui lá e visitei.
(...) O que me moveu foi a curiosidade. A curiosidade de conhecer pessoas que tinham participado disso. Pra você ver como eu era ingênua. Eu só fui

²⁷⁴ Esse processo é chamado de individuação negociada, dentro de um conceito de transgressão individual desenvolvida por GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. Dissertação(Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 30.

porque eu não sabia disso. Se eu te conhecesse ou você me conhecesse e eu participasse de alguma organização, se você me visitasse, podia a pessoa dizer: “Você sabe de alguma coisa. Me diga do que você participou”. Eu tinha 18 anos, eu me lembro do dia que eu fui, sete de abril de 1973. Fui fazer essa visita e lá eu me identifiquei, disse que conhecia essa pessoa e a primeira pessoa que eu conheci, eu me lembro demais, foi o seu Zé Ferreira. Ele era da ALN, morreu há dois anos ou três anos atrás, ele era operário. Eu me identifiquei para ele e ele me apresentou para outras pessoas. E aí eu conheci o William. E já era tarde. Eu cheguei tarde porque trabalhava, saí depois do meu expediente. A gente conversou uma hora e a visita acabou. (...) E eu disse que voltava no outro sábado. Aí eu voltei e passei a voltar todos os sábados. Nunca mais deixei de ir. Realmente era uma questão romântica desse pessoal porque para mim eles eram uns heróis²⁷⁵.

Atribuem-se, no entanto, responsabilidades ou preocupações, como trabalho e cuidado com a família, principalmente invoca-se a formação familiar religiosa ou a falta de discussão de determinados assuntos, em espaços em que circulam para reconstruir a trajetória diferenciada das mulheres “engajadas” do MFGPA ou para justificar a falta de informações sobre a situação política, tentando, contudo, não se desvalorizarem, já que a participação política, nos anos 60 e 70, é importante na biografia dessa geração, mesmo para não militante.

Suposto sentimento de despolitização, em narrativas dos grupos de mulheres, ao longo da história, portanto, é feito complexo nesta pesquisa, por outras vertentes que a memória e a análise dos contextos históricos vão revelando. É importante, ainda, compreender as falas, no momento da narração, o que passa pela compreensão do significado de certo mal-estar²⁷⁶ com a política institucionalizada entre elas, no presente, sentimento comum de grupos de pessoas, no Brasil e em outros lugares.

O mal-estar se traduz mais explicitamente na falta de confiança na política, e conseqüentemente, nos políticos. Esse aspecto é nitidamente presente em entrevistas, com narradoras expressando desânimo e desilusão com o atual momento político brasileiro²⁷⁷. Experiências suas mal sucedidas e dos companheiros com o envolvimento político partidário

²⁷⁵ AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²⁷⁶ LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. In: *Revista Lua Nova*, n. 62, São Paulo, 2004, p.9.

²⁷⁷ Nas entrevistas realizadas entre os anos de 2004 e 2008, para esta pesquisa, de maneira geral podem ser observados desabafos, críticas e ironias com relação ao momento político brasileiro, notadamente a atuação do Governo Lula e do Partido dos Trabalhadores, do qual algumas das narradoras foram militantes ou mesmo fundadoras. Referências a escândalos políticos locais e nacionais foram recorrentes, tais como o do Mensalão, denunciado, em 2005, pelo ex-deputado federal Roberto Jeferson (PTB). Este acusava o então chefe da Casa Civil do primeiro mandato do presidente Lula, José Dirceu, de ter montado um esquema de compra de votos em troca de apoio no Congresso Nacional. A denúncia teve amplo espaço na mídia e dois anos depois foi aceita pelo Supremo Tribunal Federal. Algumas análises vêem no caso a dilapidação do patrimônio ético acumulado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 25 anos de existência. Cf. VENTURA, Zuenir. *1968: o que fizemos de nós*. São Paulo: Editora Planeta, 2008, p. 103-104.

ou não, pós-abertura, tem de ser consideradas, pois são utilizadas para fortalecer pontos de vista.

Para outras ex-militantes do MFPA, o apelo à participação no Movimento reflete a continuidade de trajetórias de engajamento, no que se encara como comportamento de transgressão holística²⁷⁸, em que o movimento de individualização aparece vinculado à noção de missão a ser cumprida com o outro, pelo outro ou para a sociedade. Nesse processo, a opção pela militância de esquerda aparece de forma mais palpável. Trata-se, para mulheres, jovens, universitárias ou não, de ingresso em organizações de esquerda, participando de movimento transformador, transcendente.

Dado comum, digno de registro, entre entrevistadas do MFPA, é o ingresso na militância política de esquerda pela Igreja Católica. A instituição e seu imaginário, apontados como causadores de desinteresse pela política ou capazes de confundir guerrilheiros de esquerda com heróis cristãos, é a porta de entrada da discussão ou participação política de militantes do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (MFPA), presentes em narrativas quando se constroem como sujeitos políticos, nas décadas de 60 e 70.

Pelo menos, cinco entrevistadas iniciaram as atividades na Juventude Estudantil Católica (JEC)²⁷⁹, de estudantes secundaristas, que teria profunda politização, no início da década de 60²⁸⁰. Apontam influências que lhes marcaram e incentivaram o ingresso em atividades militantes, inclusive no MFPA. São atividades jecistas²⁸¹: participação em grupos de discussão, despertar para o movimento estudantil, deslocamento para outras cidades, aproximação dos movimentos sociais, interesse pela “questão dos oprimidos”. A influência da Igreja progressista se dá entre as ex-militantes pelo Movimento de Educação de Base (MEB),

²⁷⁸Outro tipo de transgressão já abordada é a individualista, onde as mulheres aderem a discursos e práticas modernizantes através de caminhos como a profissionalização, sem abrir mão de seus papéis tradicionais de mulher. GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro p.28.

²⁷⁹ Cf. PAULA, Eder Coelho. Leigos engajados na política: um olhar interdisciplinar sobre a Juventude Estudantil Católica enquanto movimento social (1958-1966). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

²⁸⁰ A Ação Católica teve profunda atuação no Ceará. O movimento era dividido por sexo. Entre o início da década de 60 até o Golpe Militar, a JEC disputava com o Partido Comunista Brasileiro a hegemonia do movimento estudantil cearense. RAMALHO, Bráulio. Foi assim! O movimento estudantil no Ceará de 1928 a 1968. Fortaleza: ABC Editora, 2002, p.112.

²⁸¹ Entre as jecistas assumidas do início da década de 60, estão Maria Luíza Fontenele, Rosa da Fonseca, Raimunda Zélia, Marília Brandão e Nildes Alencar. Nessa mesma época, Socorro Saldanha chegou a ser secretária da equipe de Dom Hélder Câmara, em Pernambuco, Socorro de Paula trabalhou em projetos de educação voltados para trabalhadores rurais no Cariri cearense e Francisca Sobrinho integrava a equipe de educadores populares na Diocese de Crateús, comandada pelo bispo progressista Dom Fragoso.

capitaneado por Dom Hélder Câmara, com o método Paulo Freire de alfabetização, principalmente, em projetos no interior.

Para as participantes, o ingresso no MFPA representou a possibilidade de retomada de militâncias interrompidas pela repressão ditatorial. Mas, mesmo dentro do objetivo, as motivações do grupo se diferenciam, pois, se para algumas o MFPA passa a ser a única forma de participação política, num primeiro momento, mesclando interesse em participação e em solidariedade, para outras, é mais uma alternativa de atuação, visto que participavam de organizações clandestinas com articulações regionais e nacionais.

Atuar no MFPA era fortalecer a ação dos grupos, lutar contra a ditadura e participar da reorganização de movimentos sociais. Encontram-se assim, relatos de ex-militantes, que consideram suas ações ou trajetórias “mais politizadas”, diferentes motivações e formas de explicação de ingresso no MFPA.

Chama a atenção a importância das relações interpessoais e de sociabilidade transgressoras, especialmente, para as mulheres, como incentivadores de novos comportamentos que repercutem ou são considerados importantes para narração de ingresso no Movimento. Morar fora, participar de movimentos de protesto de caráter internacionalista, dar cobertura a militantes clandestinos, sair de forma mais independente, frequentar bares²⁸², fumar, ou agir clandestinamente em organizações políticas propriamente ditas, são comportamentos que constroem perfis diferenciados, no processo de “politizar-se” ou tomar consciência da necessidade de participar:

Ao terminar o curso eu me casei e depois fui acompanhar o meu marido num curso nos Estados Unidos. Ele foi fazer doutorado e eu aproveitei para fazer mestrado em Sociologia. (...) E lá eu participei de muitos movimentos, luta contra o Golpe do Chile, contra a Guerra do Vietnã. Cheguei inclusive a participar de um show com a Joan Baez que era da estudantada, da universidade onde eu estudava que era a Universidade de Wandenbourg, uma região super-reacionária, chamada de cinturão da Bíblia pela quantidade de igrejas que tinha. (...) Ao retornar de lá, houve coincidência histórica, pois foi o momento em que a Rosa saiu da prisão e em que Jorge Paiva e Célia Zanetti²⁸³, que estavam vivendo clandestinamente, chegaram ao Ceará. Nós nos encontramos aqui através do Messias Pontes. A Rosa e o Messias eram do PC do B e eu não. E eles pediram pra gente dar guarida ao Jorge e à Célia. (...) E nós, a partir daí, recebemos um contato da Therezinha Zerbini, que mandava através de uma pessoa que estava vindo de São Paulo,

²⁸² Mesmo em círculos considerados politizados ou intelectualizados, era comum que se proibisse a presença de mulheres sozinhas ou desacompanhadas de figuras masculinas em bares das cidades. Quando permitida essa presença atraía olhares de curiosidade como se aquele fosse um acontecimento extraordinário. VENTURA, Zuenir. 1968: o que fizemos de nós. São Paulo: Editora Planeta, 2008, p.16.

²⁸³ A Rosa a que se refere é a militante e ex-presa política Rosa da Fonseca que, hoje, integra o grupo Crítica Radical, ao qual Maria Luíza pertence junto aos militantes Jorge Paiva e Célia Zanetti.

a professora Sylvia Porto Alegre, uma carta pedindo para nós encontrarmos com a Nildes Alencar, irmã do Frei Tito Alencar e os demais familiares de presos, exilados. E assim começou nosso processo de encontro e de organização do Movimento Feminino pela Anistia (Maria Luíza Fontenele)²⁸⁴

(...) Convidei a Laura para ir para as reuniões, que a gente estava sem militância, só conversando, se encontrando, mas não tinha o que fazer, fumando. Hoje eu não fumo mais. Quando eu aprendi a fumar foi logo quando eu entrei no (Colégio) Oliveira Paiva e a tomar cerveja, que eu não tomava. Na minha época de estudante era só estudo, ler, brigar, violão, essas coisas, planejar passeata, planejar ida à Reitoria. No Movimento Feminino pela Anistia tinha uma coisa mais específica, porque era mais o pessoal das famílias. Eu digo: “Como é que eu vou dizer de que família eu sou?”. Meu primo era da Rede Ferroviária Federal, era sindicalista, ele foi morto, mas pela polícia do José Walter Cavalcante (ex-prefeito de Fortaleza). Mas tudo bem, eu vou. E tinha o (José) Genoíno que é meu contra-parente. Ele está preso. Se perguntarem porque a gente está lá: “Nós somos amigas dos presos”. Porque uma relação afetiva, familiar, muito próxima, a gente não tinha. (Valda Albuquerque)²⁸⁵

Eu fiquei na Diocese (de Crateús) participando do PC do B, só que nem todo mundo na Diocese sabia. Dom Fragofo sabia, mas a grande maioria não sabia. Nós tivemos uma participação muito boa na perspectiva revolucionária da cidade, aliás, nas várias cidades, porque a Diocese é composta por dez cidades ali daquela região. Depois eu precisei vir para cá. Quando eu vim pra cá, nós tínhamos uma pessoa do Comitê Central do PC do B em Crateús. E quando eu vim para cá, como eu tinha uma ligação forte com a Igreja, foi visto que essa ligação era importante de continuar. Eu não deveria visitar os presos políticos para não ter a questão da repressão, mas eu fazia a ponte com uma pessoa e tinha, através dessa pessoa, uma ligação com o Comitê Central e mantinha essa questão com a Igreja. Quando foi criado o Movimento Feminino pela Anistia foi discutido e eu realmente fui participar. Então a minha participação foi consciente, política. (Raimunda Zélia de Carvalho)²⁸⁶

3.3 - Disputa e ação política

Experiências e motivações para ingresso na luta pela anistia, pelo MFPA, somadas a sentimentos e desejos na construção de memórias de ex-militantes do Movimento, comuns a

²⁸⁴ FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²⁸⁵ ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²⁸⁶ CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifos meus.

testemunhos orais²⁸⁷, colocam em evidência, em falas entrecortadas de mágoas, pedidos de sigilo, críticas, ironias e lembranças divertidas, o cotidiano de disputas que marcaram a ação política do MFPA e marcam memórias de ex-integrantes. A pluralidade de memórias, em momentos concorrentes, aproxima o grupo formador do MFPA de tantos outros.

Segundo Candeau²⁸⁸, a filiação de indivíduos a uma variedade de grupos na sociedade moderna torna impossível a construção de uma memória unificada e provoca uma fragmentação de memórias. Algumas vezes, permanecem guardadas com os próprios sujeitos, em reminiscências pessoais, ou em espaços restritos, mas aquelas verdadeiramente conhecidas são frutos de batalhas públicas, numerosas e sempre renovadas.

Não foi possível observar, em mais de quatro anos de pesquisa e acompanhamento de atividades da Associação 64-68, nem mesmo nos meios de comunicação ou em outras formas de divulgação, a manifestação pública de dissidências e conflitos de ex-integrantes do MFPA, em relação à forma como são representadas em solenidades, e pelas discordâncias dentro do mesmo grupo, embora sentimentos diferenciados de experiência tenham sido identificados.

Explicações podem ser pensadas sobre a relação específica de militantes com o movimento de anistiados, de forma mais geral. Dizem respeito às dificuldades de contestação da memória comum, construída sobre o enfrentamento e resistência à ditadura pela Associação 64-68.

A exemplo de associações e sindicatos, a memória tem o objetivo de tornar o grupo coeso e defender fronteiras do que lhe é comum. Na Associação, a memória tem objetivos instrumentais,²⁸⁹ uma vez que possibilita reparações de pessoas prejudicadas pela ditadura militar. Na ação de forjar imagem para si mesmo, é realizado trabalho de enquadramento das memórias, como afirma Pollak²⁹⁰, alimentado pela história. Nesse contexto, a diversidade de testemunhos pode transparecer a idéia de inautenticidade dos fatos, enfraquecendo mitos e coesões. Contestar esforços colocados de forma clara ou subliminar pode constituir constrangimento.

²⁸⁷ Ao analisar os testemunhos orais há de se ter em mente que eles guardam muito mais que uma relação direta com os fatos do passado. Trata-se de produtos culturais complexos, que incluem memórias privadas, individuais e públicas, situadas entre experiências passadas, situações presentes e representações culturais do passado e do presente. Os testemunhos orais estão profundamente influenciados por discursos e práticas do presente, pertencendo à esfera da subjetividade. SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e histórias traumáticas. In: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 4, São Paulo, junho de 2001, p. 73-83.

²⁸⁸ CANDAU, Joel. Anthropologie de la mémoire. Paris: Presses Universitaires de France, 1996, p.72.

²⁸⁹ GONÇALVES, Danyelle Nillin. O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p.70. .

²⁹⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.02, n.03, 1989, p.9.

As entrevistas transformaram-se em espaço de expressão de conflitos. Os relatos aparecem espontaneamente nas memórias das entrevistadas, de diferentes identificações ideológicas e níveis de participação no MFPA. As diferenças se estabelecem inicialmente pelas narrativas que disputam a origem do Movimento, no Estado, diferentes nas falas de familiares e não familiares. Posteriormente, as falas de conflitos se estendem sobre os objetivos do Movimento e sobre a memória das ações realizadas.

Questão central permeia as narrativas de conflitos e está na origem das causas: discordâncias nos objetivos e alcance do MFPA, no momento histórico. Se para as familiares, de forma homogênea, o foco do Movimento, em primeiro instante, é a luta pela anistia ampla e geral, o que significava libertação dos presos políticos e a volta de exilados e banidos, para a maior parte do grupo, que considerava ações e motivações como “políticas”, era importante que o MFPA se engajasse na luta contra a ditadura e se envolvesse com questões mais amplas, apoiando movimentos sociais emergentes ou em reorganização. A divisão do grupo diante desse objetivo, é explicitada, de forma valorativa, pelo depoimento da professora Marília Brandão:

(...) As famílias tinham uma visão muito pouco politizada. Elas queriam aquela coisa imediata, que eles saíssem. Elas não tinham a visão processual daquilo. Nós tínhamos a visão processual. As pessoas que eram de fora usavam aquilo mais como uma denúncia da coisa da ditadura, pra denunciar a tortura, a situação do País. A gente usava essa situação como denúncia e força de transformação.²⁹¹

Mesmo entre as “politizadas”, havia divergências quanto aos objetivos que norteiam ações, fazendo com que, em diversos momentos ou em quase todo tempo do MFPA, algumas militantes se aliassem ao grupo de familiares, em votações e tomadas de decisão. É importante salientar que a separação em grupos que aparece no texto é dada pelas narrativas das entrevistadas. É comum encontrarmos termos tais como: “o meu grupo”, “a minha equipe”, “os familiares” e “o Grupo da Maria Luíza”, “povo da Maria Luíza” ou “Grupo da Maria”. Os três últimos são utilizados por familiares e pessoas-membros. Entender a recorrência das falas e sua construção é fundamental na compreensão dos conflitos.

Maria Luíza é professora universitária aposentada, da Universidade Federal do Ceará (UFC), ex-deputada estadual e federal e ex-prefeita de Fortaleza. Figura popular e carismática da política cearense, milita em movimentos de esquerda, antes do Golpe, integrante da JEC,

²⁹¹ BRANDÃO, Marília Lopes, 58 anos. Depoimento, janeiro de 2008, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

posteriormente da Ação Popular, quando estudante de Serviço Social. De regresso dos Estados Unidos, onde faz mestrado em Sociologia, alia-se a militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)²⁹², à época, organização política de esquerda de maior hegemonia no movimento estudantil cearense²⁹³ e, quase simultaneamente, ajuda na organização do MFPA-CE.

O ingresso na política formal, aliás, está vinculado diretamente ao engajamento no MFPA. Candidata a deputada estadual, em 1978, pelo MDB²⁹⁴, em primeira eleição, vincula-se à causa da anistia, como forma de divulgá-la e, ao mesmo tempo, para maior visibilidade²⁹⁵, protegendo-se da repressão. A eleição, nesse ano, é apontada, junto à de outras mulheres, como Heloneida Studart (RJ) e Irma Passoni (SP), como indicador da participação de mulheres “comprometidas com o povo e a democracia”²⁹⁶ na política brasileira.

A denominação “Grupo da Maria” ou “Grupo da Maria Luíza” pode ser analisada sob dois prismas: o da personalização própria de sociabilidades da esquerda, que constitui grupos de militância unidos por laços de solidariedade em torno de lideranças. O carisma pessoal de Maria Luíza é responsável pela polarização do Grupo ao seu redor; e da tentativa de desqualificação do agrupamento pela direção do PC do B, no início da década de 80 quando já não se reconheciam os militantes como representantes políticos²⁹⁷.

O grupo é formado no MFPA e atua de forma coordenada, passando pela anistia, o período de abertura e redemocratização, com forte presença na gestão de Maria Luíza, na Prefeitura de Fortaleza, e chegando até os dias de hoje, depois de percorrer, segundo

²⁹² Maria Luíza tornou-se, no Ceará, o principal contato e apoio de militantes clandestinos do PC do B, propiciando-lhes suprimento de carências materiais e apoio moral. Entre esses militantes estavam Célia Zanetti e Jorge Paiva, estudantes paulistas que fugiram para o Ceará, depois de terem passado por Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Recife, e Rosa da Fonseca e Raimunda Zélia de Carvalho. Estas duas últimas também compõem o grupo de entrevistadas para essa pesquisa. Posteriormente se engajaram ao grupo outras militantes do já formado MFPA, como Socorro Saldanha e Cristina Fonseca, irmã de Rosa.

²⁹³ A hegemonia do PC do B no movimento estudantil (ME), no Ceará, é conquistada após o Golpe de 1964 e é tida como atípica em relação ao restante do País, o que é explicado por questões históricas e conjunturais. RAMALHO, Bráulio. Foi assim: o movimento estudantil no Ceará (1928-1968). Fortaleza: ABC Editora, 2002, p.148-158.

²⁹⁴ A utilização dos espaços possíveis de oposição dentro da ditadura foi fortemente incentivada pelo PC do B, a partir de 1975, particularmente, através da atuação dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O Partido pregava o voto em massa no MDB, salvo em lugares em que não existissem candidatos na legenda ou quando estes se aproximassem ideologicamente dos candidatos da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Nesse caso, o voto deveria ser branco ou nulo. SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). História, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007, p. 345.

²⁹⁵ Entrevista, Fortaleza, 1993, p.13.

²⁹⁶ Movimento, 27/11 a 03/12/78, p.09.

²⁹⁷ CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999, p.132. Quando utilizados nas entrevistas pelas familiares, em geral, o termo “Grupo da Maria” ganha conotação negativa, um tom de crítica. Mas algumas das integrantes do Grupo utilizam-no de forma positiva, dando ao termo um caráter de identificação.

Bezerra²⁹⁸, 10 siglas políticas, num histórico de rachas que forma imagens consolidadas do agrupamento publicamente²⁹⁹.

Expande-se no final da década de 70 e início dos anos 80, para além das fronteiras do MFPA, com forte inserção no movimento estudantil e movimentos populares, polarizando fortemente com o PC do B mais ligado ao diretório nacional. A força de sua militância caracterizava-se pela capacidade de agregamento e disposição de colocar-se na linha de frente das mobilizações populares registradas³⁰⁰. Hoje, os militantes do núcleo histórico, do MFPA, compõem o Grupo Crítica Radical que defende “o fim do trabalho”, “o fim da política” e o “combate às relações fetichistas entre os sexos”.

Do antigo grupo, alguns membros permaneceram, outros continuaram em partidos políticos. Mesmo contra a política e eleições, ocasiões em que mais aparece no espaço público, hoje, pregando a greve do voto, o Grupo guarda comportamentos tradicionais de esquerda em reivindicações de trabalhadores e estudantes, apesar de, por opção política, não ocupar mais cargos em sindicatos e organizações estudantis.

Durante a militância no MFPA, o grupo se identifica como do PC do B, embora atribua diferenciações ao Partido e aponte atuação mais independente com relação à agremiação responsável pela Guerrilha do Araguaia. Os embates do Partido, na verdade, aconteciam nacionalmente, de visões divergentes sobre o fracasso da Guerrilha. Segundo Gorender³⁰¹, a direção do PC do B escondia dos militantes, até o final de 1976, a derrota sofrida no Araguaia. As tentativas de autocrítica do movimento, por ex-guerrilheiros e dirigentes, é abafada e os dissidentes punidos, com expulsão do Partido. Posteriormente, a divergência com o PC do B dá origem, no começo dos anos 80, ao Partido Revolucionário Comunista (PRC)³⁰², integrado pelo “Grupo da Maria”.

²⁹⁸ BEZERRA, Glícia Maria Pontes. Greve do voto: a política da anti-política nas eleições municipais de 2004 em Fortaleza. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 72.

²⁹⁹ Entre as siglas de que fizeram parte os integrantes do Grupo estão: o PC do B (Partido Comunista do Brasil), o PRC (Partido Revolucionário Comunista), o PT (Partido dos Trabalhadores), o PRO (Partido Revolucionário Operário), o PH (Partido Humanista), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores). Houve ainda a tentativa de fundar uma legenda própria na década de 90, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (Part), mas esta não se concretizou e posteriormente os militantes fundaram o Grupo Crítica Radical.

³⁰⁰ CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999, p.134.

³⁰¹ GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3 edição. São Paulo: Editora Ática, 1987, p.213 ; Cf. COELHO, Maria Francisca Pinheiro. José Genoíno – escolhas políticas. São Paulo: Centauro, 2007, p. 257.

³⁰² VASCONCELOS, José Gerardo. Memórias do silêncio – militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza: Edições UFC, 1998, p. 48.

Maria Luíza Fontenele aponta orientações, principalmente, do PC do B da Bahia³⁰³, com quem se identificava politicamente. O Grupo, engajado num movimento mais amplo, teria visto na fundação do MFPA a possibilidade de criar e articular outros movimentos sociais no período. Esta, na verdade, é a orientação do Comitê Central do PC do B, desde janeiro de 1975, quando define bandeiras: assembléia constituinte livremente eleita, abolição de todos os atos e leis de exceção e a anistia geral. Para o PC do B, o fortalecimento do movimento pela anistia poderia levar os militares à derrota e por isso a mobilização deve reunir diversos segmentos da sociedade, principalmente populares até a conquista plena da liberdade política e derrota do regime³⁰⁴.

Dado que sinaliza, nesse momento de articulação, são as eleições parlamentares de 1974, em que o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) consegue boa atuação nas urnas³⁰⁵. É o que relata Maria Luíza Fontenele: “Não tinha eleição para presidente, mas a eleição que ocorreu nesse período, a votação majoritária dos candidatos foi do MDB. A gente já começou a perceber que tinha de fazer um movimento bem maior”³⁰⁶. Mas o agrupamento reunido em seu entorno e presente no MFPA já demonstrava o desejo de extrapolar também as bandeiras fixadas pelo comitê central do PC do B para aquele momento. Suas memórias reforçam a imagem de coesão de seu “Grupo”:

A gente falava em ditadura e ainda dizíamos que não queríamos só acabar com a ditadura militar, mas acabar com o sistema cruel e desumano que era o sistema capitalista. Isso aí era coisa ideologicamente mais bem formulada e era um núcleo. E isso daí não era a maioria. A maioria dentro do Movimento queria a anistia ampla, geral e irrestrita. Mas tinha também um núcleo que não queria só a luta da anistia, não só derrubar os militares, mas derrubar o sistema capitalista. E nós somos os remanescentes dessa linha de pensamento (Maria Luíza Fontenele)³⁰⁷.

³⁰³ O Comitê Regional da Bahia e o Comitê Regional Estrutura 1 de São Paulo, do PC do B, eram os principais protagonistas dos debates e enfrentamentos com o Comitê Central (CC) do Partido. SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007, p. 340-365.

³⁰⁴ Naquele momento, para a direção nacional do PC do B, a bandeira da anistia significava “a liberação imediata dos presos políticos e a anulação das condenações baseadas na Lei de Segurança, a volta dos exilados e banidos e recuperação dos direitos políticos, sociais e profissionais dos militantes cassados pelos atos institucionais”. *Ibidem*, p. 345.

³⁰⁵ Apesar das limitações da censura, o MDB consegue estrondosa vitória com a eleição de 16 senadores e 187 deputados. A vitória, lembrada como “ressaca cívica nacional”, divide o poder militar e abala o projeto inicial de abertura. Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano – o tempo da ditadura*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003, p.263-264.

³⁰⁶ FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³⁰⁷ *Idem*.

Mas o “Grupo da Maria Luíza” não era o único a atuar no Movimento. As memórias de ex-militantes, não identificadas como familiares, fornecem dados sobre outra vivência do MFPA que extrapolava a questão da anistia e mostram um cotidiano em que as disputas, entre grupos políticos, estão presentes, fazendo do Movimento base importante e concorrida para atuação, conforme narrativa da professora Rosa da Fonseca, do “Grupo da Maria Luíza”, hoje, do Grupo Crítica Radical:

E tinha também posições políticas diferentes. Tinha a gente que era vinculada ao PC do B, tinha o povo que era do PC do B anterior e terminou ficando. Era a coisa mais engraçada. Depois é que essa história veio à tona, porque a gente dizia que tinha duas estruturas no PC do B, uma estrutura que a gente tinha organizado, através do contato que tinha sido passado pra gente do Jorge e a estrutura que era a anterior com a qual a gente tinha uma comunicação. Era mais no Movimento, ninguém sabia que existia uma outra estrutura de partido funcionando. Eu não sei se eles sabiam. Mas como era tudo muito apavorado e a orientação do Partido era a gente se fingir de morto e nós nunca cumprimos essa orientação... Depois que a Guerrilha do Araguaia foi derrotada e que foi tanta gente presa e morta, o pessoal lá da Lapa³⁰⁸ foi quase todo mundo assassinado, então quem sobrou deu a orientação que era pra gente se fingir de morto. Ou seja, o Partido morreu, acabou, até criar condições para colocar a cara no sol de novo”. E começamos a fazer as coisas tudinho através desse núcleo da anistia, mas havia pessoas que eram ligadas a outras correntes. (Rosa da Fonseca)³⁰⁹.

Outros grupos ou correntes políticas assumem-se por entrevistadas que não participam do “Grupo da Maria”. É possível identificar pessoas ligadas ao PC do B, o mais próximo do Comitê Central, e áreas de influência do Movimento Comunista Internacionalista (MCI), de orientação trotskista. Em geral, quando falas de familiares e de militantes não enquadradas no Grupo se referem ao “desvirtuamento” dos objetivos do MFPA ou às tentativas de “manipulação política”, costumam apontar apenas o agrupamento citado. Identificadas as formas de manifestação de ressentimentos em memórias das ex-militantes, é preciso pensar o que desencadeia tais sentimentos, para Ansart³¹⁰, explicar a quais comportamentos eles servem de fonte e que atitudes e condutas eles inspiram.

³⁰⁸ Ela se refere ao episódio conhecido como Massacre da Lapa na qual o Exército e a polícia de São Paulo em 16 de dezembro de 1976 invadiu uma casa e metralhou, sem chance de defesa, duas das principais lideranças do PC do B, nacionalmente, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Cf. POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Massacre na Lapa – Como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B - São Paulo, 1976. 3. ed, São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

³⁰⁹ FONSECA, Rosa Maria Ferreira da, 59 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³¹⁰ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs). Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p.21.

Indícios podem ser usados para pensar a questão do MFPA. Numericamente o Grupo de Maria Luíza, cerca de cinco a seis pessoas, alcança boa proporção para sobressair em votações e articulações no Movimento que reúne, em núcleo engajado, cerca de 15 a 20 pessoas. É possível pensar que, em momentos, a prática política adquirida dos movimentos de esquerda de que participaram e participavam fê-las articuladas, persuasivas e explícitas, nos ideais de expansão da luta do MFPA, constringendo boa parte de participantes - menos familiarizadas com o tipo de ação -, a exemplo do que queria evitar Therezinha Zerbini, ao vetar a presença de homens no Movimento, de acordo com o Estatuto.

Mães da Praça de Maio, na Argentina, vivenciaram a experiência de embate com membros da Liga Argentina por los Derechos del Hombre, acostumados com práticas políticas formais da esquerda. O “Grupo da Maria” provoca o mesmo estranhamento e insegurança em integrantes do MFPA? É provável que sim, como se depreende na fala da professora Josenilde Cunha, esposa de ex-presos políticos:

Geralmente nas reuniões a gente tinha muitos conflitos, sabe? Muito pro final as reuniões eram bem conflituosas. E a gente sempre acabava por vencida, vamos dizer. A Maria Luíza e a Rosa toda vida elas foram pessoas da política, né? Políticas partidárias, vamos dizer assim. Então elas tinham muita força nas colocações. Eu realmente não tinha o conhecimento pra competir com a abordagem política que elas tinham. Eu sou muito honesta em dizer isso. Então, elas acabavam vencendo, você está entendendo? Sempre era assim.³¹¹

A eleição de Maria Luíza e sua atuação como parlamentar pela militância, com apoio ou participação do seu Grupo, muitas vezes confundem as ações parlamentares com as do MFPA, o que nem sempre era bem visto, conforme relatos. Por fim, pode-se pensar em discordâncias políticas e pessoais, acumuladas ao longo dos anos, uma vez que a ação do “Grupo de Maria” extrapola o período de duração do MFPA, passando por diversas experiências, até hoje, sendo uma das mais marcantes e polêmicas a eleição para a Prefeitura de Fortaleza, em 1985, de que militantes não identificadas com o Grupo participaram direta ou indiretamente.

A “Administração Popular”, liderada por Maria Luíza Fontenele, enfrenta problemas de diversas ordens, como boicote financeiro dos Governos Federal e Estadual, à época, comandados pelo presidente José Sarney (PMDB) e pelo governador Tasso Jereissati (PSDB). O diálogo era dificultado pelas diferenças políticas e ideológicas, mas os problemas

³¹¹ CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

não se davam apenas externamente. A administração é pautada por diferenças e conflitos internos, desencadeados, em boa parte, pelas diferenças entre o Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual Maria foi eleita, e o grupo político do qual ela fazia parte antes de ingressar no PT, o “Grupo da Maria”, identificado como Partido Revolucionário Operário (PRO), que comanda politicamente a gestão municipal. As divergências suscitaram críticas, na imprensa local, e culminaram com a expulsão de Maria Luíza e demais pertencentes do grupo de apoio do PT³¹².

Carvalho³¹³, que analisou a constituição e atuação do “Grupo” durante a campanha para a eleição de Maria Luíza para a Prefeitura de Fortaleza, em 1985, fornece elementos para pensar as divergências, ao apontar como característica do agrupamento “visão instrumental da política” capaz de fazê-lo adotar o pragmatismo que justifica o trânsito no campo político institucional para extrair resultados úteis à causa revolucionária.

Como exemplo de “pragmatismo”, ela aponta o ingresso do Grupo no PT para obtenção de legenda para a disputa, o que não implica que os membros se tornem petistas ou que não isolem instâncias do Partido na tomada de decisões. Cita-se ainda a rendição do Grupo aos “encantos” do mercado de imagens políticas e à linguagem publicitária de programas eleitorais, uma vez que a campanha de TV da candidata Maria Luíza é pioneira na introdução de padrão publicitário midiático de campanhas políticas majoritárias na fase de redemocratização brasileira.

A “visão instrumental da política” identificada pela pesquisadora é lembrada pelas ex-companheiras do MFPA, ligadas a agrupamentos políticos, de forma incômoda e desencadeadora de rompimentos. A tentativa de articulação de movimentos sociais pelo Grupo, ou “dirigismo”, como nomeado por algumas delas, ou “utilização” do Movimento “para outros fins”, não era bem aceita, mas demonstra a atuação do Grupo para além dos limites do MFPA:

“Eles fizeram um grupo de coordenação que seria dos movimentos populares daqui. Imagina, eles queriam coordenar e juntar tudo o que fosse movimento ambientalista, movimento da anistia, os movimentos que existiam de esquerda! Houve a criação dessa coordenação pela Maria Luíza e eu acho que já devia ser influência do Jorge Paiva nessa tentativa de fazer um engessamento dos movimentos segundo a visão política dele. Nessa

³¹²BEZERRA, Glícia Maria Pontes. Greve do voto: a política da anti-política nas eleições municipais de 2004 em Fortaleza. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 52.

³¹³ CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999, p.135.

época houve um corte muito grande entre eu e ela, um corte forte, que significava entre eu e o Movimento. Aí, eu saio, muito como uma reação. (Marília Brandão)³¹⁴

Quem queria dirigir era a ala da Maria Luíza que era a ala do PRC. A ala da Nildes (Alencar), que era a ala do MDB, tinha o apoio do pessoal da Angélica (Monteiro), da (Maria) Duarte, da dona Lourdes, da família do Pedro que é muito grande, da dona Branca, da Valda, da Laura. A gente estava para apoiar o movimento mais conseqüente. (...) Quem usou o Movimento para continuar o movimento da mulher como entidade foi o PRC. Não teve nenhum outro movimento de mulheres que eu conheça que a Nildes fundou. A Tota queria fundar mais para a gente se encontrar, no sentido da gente se juntar, já que o outro lado se juntava separadamente. (Valda Albuquerque)³¹⁵

Entre as familiares, a atuação do “Grupo da Maria”, no MFPA, é vinculada a ações de “pessoas mais alteradas” que geram medo por “ousadas” demais e poderem comprometer as reivindicações de libertação de parentes. A atuação do Grupo é constantemente vista como extemporânea do objetivo fundador do núcleo, o que reforça a memória da origem familiar do Movimento e condena o seu desvirtuamento.

O MFPA, de acordo com narrativas, teria atravessado o período de redemocratização, não fosse a “pressa” em ampliar as ações. A importância da questão política não é descartada, o que talvez seja a avaliação do presente, mas a discussão sobre o respeito e escolha do “tempo” certo para a realização de determinados atos marca a memória das familiares, de maneira indelével, assim como a crítica às formas de obtenção da visibilidade política por parte do “Grupo da Maria”. As narrativas demonstram um jeito certo para fazer as coisas acontecerem, o que não teria sido respeitado pelas não-familiares “politizadas”.

(...) Eu defendia que tinha de ser pela libertação dos presos. Porque as coisas vinham. Você não podia panfletar demais para que a coisa acabasse ali mesmo. Você tinha que fortalecer. Os familiares eram a base daquilo ali. Se os familiares saíssem, não ia ter mais nada. E, eu dizia assim: “Tem gente que é doida para ser presa”. Eu criticava assim: “Tem gente que é louco para ser preso. Me prenda que eu quero ser preso”. Eu criticava muito isso. A gente não pode panfletar uma coisa e depois não assumir. Como é que você em nome do Movimento Feminino pela Anistia vai lutar por outras coisas se já tem outras pessoas lutando? Você pode apoiar, pode dar apoio financeiro, pode dar apoio de gente para ajudar, mas não a gente. Não era a hora. Depois chegou a hora, que a abertura ficou melhor e podia falar do nosso Movimento Feminino pela Anistia, (o) assumindo. E todos os movimentos

³¹⁴ BRANDÃO, Marília Lopes, 58 anos. Depoimento, janeiro de 2008, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³¹⁵ ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

podiam assumir a gente, porque nós éramos um movimento pacífico. Nós éramos guerreiras, mas éramos um movimento pacífico. A gente não estava pegando em arma, a gente não estava fazendo quebra-quebra. A gente estava indo pelos meios legais, bem comportadas. E a gente não podia, de jeito nenhum, acabar com o Movimento Feminino pela Anistia. Era muito bonito, naquela essência dele, defender os presos políticos. (Neidja Albuquerque)³¹⁶

(...) Era para participar não sei de quê, alguma coisa, um movimento. Está bem, a gente concorda, mas talvez não fosse aquele o momento ainda. Não que isso não fosse importante, mas talvez naquele momento ainda não, por a gente não achar ainda o grupo fortalecido. Mas a gente deu uma contribuição porque realmente o movimento aqui tomou força. Depois que a coisa ficou mais fortalecida, a gente saiu um pouco daquele foco afetivo pra um foco político, claro. Mas isso demanda um tempo que eu acho que não foi respeitado. A gente não teve esse tempo para amadurecer politicamente. Porque tudo é uma questão de maturidade Eu acho que a gente não teve isso porque a gente surgiu – o Movimento - pela empolgação. Vamos fazer, vamos lutar, vamos conseguir, está entendendo? (Josenilde Cunha)³¹⁷

Desta forma, é possível perceber que a expressão de ressentimentos, em narrativas, no MFPA, funciona como fator de cumplicidade e solidariedade para o grupo³¹⁸ – em maior parte, formado pelas familiares e mulheres de grupos políticos divergentes do “Grupo da Maria”- disposto a disputar as memórias do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará.

Esse comportamento parte do sentimento de desvantagem com relação ao processo de construção da memória em que o Grupo da Maria, hoje, Crítica Radical, se tem saído melhor por ainda atuar politicamente e garantir mais espaços de visibilidade e de fala que outro. As conversas mantidas antes das entrevistas reforçam esse entendimento, pois quase sempre questionam o que integrantes do “Grupo da Maria” dizem e se propõem a contar a “verdadeira história”.

Por outro lado, apesar da imagem de “mais fortes”, na disputa, as integrantes do “Grupo da Maria” se preocupam em reforçar a idéia de hegemonia na condução política do Movimento, considerada “diferente” em relação a outros núcleos, por extrapolar a reivindicação pela anistia, tornando-se “exemplo” de luta. A condução só era possível devido

³¹⁶ GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³¹⁷ CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³¹⁸ A manifestação de ressentimentos acumulados através das memórias, o que Nietzsche chamaria de uma explosão de sentimentos pode ser gratificante para quem o expressa. No caso de um grupo, essas manifestações podem criar uma solidariedade afetiva permitindo que através das narrativas ele reconstitua uma coesão, uma identificação. ANSART, Pierre. ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs). Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p.22.

à ação de pessoas com “maior entendimento político”. Nesse sentido, a necessidade de apontar o grupo como vencedor ou mais conseqüente, nas ações do Movimento, torna-se, para militantes, elemento central da disputa de memórias:

A linha do movimento era mais uma tendência moderada mesmo. Eu acho que a linha moderada nem venceu não, mas acho que se a gente tivesse ido por uma linha mais moderada talvez esse movimento tivesse se transformado até em alguma coisa. Eu acho que depois ele se esvaziou, nem sei se posso lhe dizer, por conta de uma ousadia maior que não era para ser naquele momento, porque acho que tudo tem seu momento. (Nílvea Amorim)³¹⁹

(...) O Movimento Feminino pela Anistia foi marcante aqui em Fortaleza e foi referência em nível nacional porque nós estivemos em vários momentos. A gente ia para Recife, para João Pessoa, estivemos em São Paulo, várias vezes, justamente pelo posicionamento do Movimento. (...) Eu quero frisar que nós extrapolamos. Por isso que a gente foi referência em nível nacional, porque a gente foi além da questão da anistia ligada aos presos. (Raimunda Zélia Carvalho)³²⁰

(...)A gente ganhava nas disputas porque a gente era maioria. O outro ganhava no grito ou desfazia. (Valda Albuquerque)³²¹

A manifestação de reminiscências discordantes e conflituosas mostra tentativa de organizar e reorganizar um passado marcante para as mulheres que possuem, de maneira geral, poucas chances de expressá-lo. A organização não pretende apenas ajudar a “resgatar” histórias mais ou menos verdadeiras. O passado já passou, como escreveu Ricoeur³²². O que se pretende é interferir na construção de seu sentido, de acordo com expectativas de futuro.

De um lado, grupo mais coeso que, apesar de condenar a política em modos formais, hoje, busca fortalecer sua identidade e narrativa de origem, importantes para sua consolidação no espaço da cidade. Do outro, mulheres que pouco aparecem ou se manifestam, em muitos casos, pela primeira vez, mediante entrevistas, desejam ter suas atuações registradas ainda que individualmente. A intenção das falas é estabelecer, convencer, transmitir uma narrativa que possa ser aceita.

A possibilidade de expor as memórias, evidenciando um processo de disputa, situa as ex-militantes do MFPA entre outros grupos sociais que experimentaram situações históricas

³¹⁹ AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³²⁰ CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³²¹ ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³²² RICOEUR, Paul. *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*, Madrid: Arrecife-Universidad Autónoma de Madrid, 1999, p. 49

autoritárias e que encontram, no silêncio, não o esquecimento do passado, mas a resistência aos discursos oficiais, aguardando o momento propício para, de acordo com Pollak³²³, “redistribuírem cartas políticas e ideológicas”.

Na verdade, as narrativas, apesar de não popularizadas em publicações e de não estarem presentes em solenidades de anistiados, circulam em espaços reservados às relações familiares e afetivas das mulheres. Em geral, situadas nos mesmos espaços, ex-militantes de diferentes posicionamentos não costumam expor ou reivindicar disputas, transparecendo um discurso homogêneo sobre o Movimento, em que se destaca a importância de conquista da anistia e união de pessoas em torno da democratização do País.

Se não existe enquadramento de memórias, na busca de objetivo comum, como na relação com a Associação 64-68, razões podem ser apontadas, na tentativa de compreender o silêncio público com relação à ação específica do MFPA. O medo de ferir a imagem do Movimento que, embora tenha pouca visibilidade na atualidade, baseia-se em valores como solidariedade e coragem, fator de garantia de lugar de importância para as pessoas na história recente. Há notadamente, ainda, receio de narradoras de se indispor publicamente com militantes e ter de sustentar possível polêmica. Por último, é possível pensar a falta de escuta, interessada nessas histórias. A condição é fundamental para que a pessoa relate sofrimentos e, no caso, ressentimentos e mágoas³²⁴.

Pode-se ainda fazer a leitura da manifestação de disputas nas entrevistas como tentativa de contraposição à memória única disseminada e controlada pela reorganização dos anistiados que enquadra a atuação do MFPA no campo da ação “natural” esperada para mulheres. Mas para Portelli³²⁵, não se pode limitar a análise dos embates somente entre campos da memória, sendo necessário pensar sobre os conflitos estabelecidos dentro desses campos, identificando e contextualizando o que ele chamou e, no caso do MFPA tão bem se aplica, como “memórias divididas”, por seu caráter plural e diferenciado, mesmo entre as que se identificam como do mesmo campo ideológico.

3.4 - O cenário e os objetos das disputas

³²³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.02, n.03, 1989, p.5.

³²⁴ Ibidem, p.6.

³²⁵ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). Usos e abusos da história oral. 5 ed. Rio de Janeiro: Edições FGV, 2002, p.127-128.

As disputas das memórias das ex-militantes do núcleo do MFPA revelam dois movimentos num só. Em narrativas espontâneas, há tendência a enfatizar as ações nas quais se teve participação direta ou tinham sido aprovadas pelos grupos com os quais se identificavam, revelando um cotidiano dividido entre a necessidade de atuar na causa específica da anistia, com cautela, protegendo presos políticos e esquivando-se da repressão, e o desejo de transformar a luta em movimento de massas, com ações mais ousadas que garantem visibilidade.

As ações, em geral, eram decididas em reuniões inicialmente quinzenais,³²⁶ depois, semanais, que aconteciam primeiramente em igrejas, como na dos Remédios, salões paroquiais, sede do MDB, posteriormente, deslocadas para a escola infantil Instituto Alencar, de propriedade da presidenta do núcleo, Nildes Alencar. Além da diretoria eleita em assembléia geral pelas sócias, com direito a voz e voto, registra-se, nas entrevistas, a presença de simpatizantes e pessoas que apoiavam o Movimento, sem poder votar.

A visibilidade ou discrição na condução do Movimento aparecem como divergência relevante entre ex-militantes, o que diz respeito ao tamanho e forma dos atos públicos e forma de divulgação. Se para as familiares e outras militantes agregadas à sua linha de pensamento, de movimento específico, era necessário agir de forma discreta, sem alarde, para o grupo “mais politizado” era necessário reunir mais pessoas e ganhar mais visibilidade e apoio públicos, nos eventos promovidos pelo núcleo, como estratégia política. A tensão é explicitada nas falas das ex-militantes:

Elas queriam que a gente fizesse um ato público bem grande do Movimento Feminino pela Anistia. A Nildes queria fazer um ato público mais interno, mais na linha da moderação, mais na linha do movimento pelo movimento. E a gente achava que essa era a linha correta, era um movimento específico, ele tinha as suas linhas e tinha essa divergência justamente com o grupo da Rosa, da Raimunda Zélia, da Maria Luíza, da Socorro. Elas diziam: vocês são muito moles. A gente quer um movimento para a sociedade, a gente quer transformar esse movimento não só pela anistia, mas em movimento político. A gente tinha outro pensamento. (Valda Albuquerque)³²⁷

A gente sempre achou isso e se confirmou que a coisa mais importante é a divulgação. Tudo que acontecia, greve de fome dos presos políticos, lá fomos nós também fazer greve de fome na Igreja do Coração de Jesus e

³²⁶ A partir da fundação, foram realizadas, no decorrer de 1976, assembléias quinzenais das quais participavam cerca de 20 pessoas. Estas se tornaram semanais à medida que a campanha pela anistia se intensificou em 1978. Movimento Feminino pela Anistia. Relatório do Núcleo Cearense do Movimento Feminino pela Anistia ao Primeiro Encontro Nacional, realizado em São Paulo de 07 a 10 de dezembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³²⁷ ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

denunciar. Sempre a gente teve a idéia de que o que podia salvar a vida dos companheiros, o que podia barrar a tortura, o que podia garantir e acelerar a anistia era exatamente você dar o máximo de divulgação e quebrar essa idéia de que preso político era bicho de sete cabeças (Rosa da Fonseca)³²⁸

Não podia ser só o movimento fechado, trancado ou pelos trâmites parlamentares, judiciais, tinha que abrir espaço, a gente acreditava nisso. Não era todo mundo. Nós usávamos a Igreja, as manifestações populares. Quando tinha alguma coisa dos parlamentares a gente estava lá. Tinha um pessoal que chamava a gente de borboletas porque em todo canto a gente estava. A gente conseguiu assim toda brecha. Podia esperar que a gente estava lá. (Raimunda Zélia)³²⁹

Mesmo ao decidirem pela manifestação pública em comum acordo, os grupos disputavam como se colocar nos espaços escolhidos. As vigílias, em solidariedade a greves de fome de presos políticos pelo menos três vezes na segunda metade da década de 70³³⁰, são espaços onde os conflitos se colocaram vivamente. Em igrejas como a do Coração de Jesus e dos Redentoristas, em Fortaleza, buscava-se de diferentes formas o apoio da opinião pública. Os eventos eram um misto de explicitação do sofrimento familiar e de protesto, com disputa iniciada ainda em reuniões de preparação, o que envolvia discursos a serem manifestados e até mesmo canções escolhidas para o ato:

No momento em que a gente programou e fez essa vigília, tinha todos os momentos. Se falava, refletia, tinha músicas. Tinha determinadas músicas que a gente achava que eram ousadas demais. Tinha uma discussão porque a gente ficava com medo de ir com muita sede ao pote e ter uma repressão maior. (Nílvea Amorim)³³¹

Nessas ocasiões, tem-se que, pelo menos com relação à montagem dos atos, o grupo de familiares consegue impor suas determinações, o que pode ser explicado pelo risco iminente aos presos e às configurações religiosas dos eventos e às maiores possibilidades de apoio, pela tentativa de descaracterização de ato político formal. Isso não impedia que o grupo “politizado” imprimisse marcas de atuação nas vigílias. É possível analisar as tensões latentes

³²⁸ FONSECA, Rosa Maria Ferreira da, 59 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³²⁹ CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³³⁰ A primeira greve acontece ainda antes da criação do núcleo, em 1975, e é motivada por solidariedade ao preso político José Duarte, militante histórico do PC do B, vítima de arbitrariedades por parte da direção do IPPS. Em abril/maio de 1978, 10 presos políticos cearenses aderem à Greve Nacional dos Presos Políticos do Brasil, cujo objetivo era a quebra do regime de isolamento carcerário de dois presos políticos de Pernambuco. Em julho/agosto de 1979, nova greve é realizada tendo como razão o repúdio ao projeto de anistia do Governo Figueiredo e o exercício de pressão para a recusa do mesmo por parte do Congresso Nacional.

³³¹ AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

em programa de uma das vigílias,³³² em que leituras do evangelho e de encíclicas papais mesclam-se à de carta dos familiares de presos, textos de Dom Hélder Câmara e poemas como *O Estatuto do Homem*, de Thiago Melo, e *Do povo buscamos a força*, de Agostinho Neto; cantos religiosos como a *Oração de São Francisco*, o *Salmo 22* (O senhor é meu pastor) e *Derrama senhor* são intercalados por canções “engajadas” como *Gente Humilde* (Chico Buarque/Vinícius de Moraes) e *Sonho Impossível* (Chico Buarque).

As vigílias foram apenas uma das formas de apoio recebida pelo MFPA, no Ceará, de setores progressistas da Igreja Católica. A exemplo do que aconteceu em outros estados brasileiros, a articulação com esses setores mostrou-se fundamental para os movimentos de resistência à ditadura e de anistia³³³. O mesmo não acontecia em países como Argentina, onde, em geral, padres e bispos são avaliados como “distantes, mentirosos e opositores” das mulheres articuladas em busca de parentes³³⁴.

Em relatos de ex-militantes do MFPA-CE, no entanto, citação e agradecimento a padres, bispos e freiras que ajudaram o Movimento estão em quase todas as entrevistas. O apoio de religiosos se dava pela divulgação de manifestações ou notas em finais de missa, em lugares de reuniões, pela celebração de missas, em manifestações programadas, no intermédio de negociações com os militares ou com o sistema prisional, no abrigo de lideranças de esquerda ameaçadas.

Em diversos momentos, utilizam-se narrativas para prestar homenagens aos religiosos e a personalidades que ajudaram em suas ações, fazendo questão de citá-los nominalmente³³⁵. O mesmo acontece com religiosos e pessoas que não colaboraram ou dificultaram a ação do Movimento. Busca-se, assim, pela memória, empreender um ato de justiça.

No Ceará, a relação do Movimento com a Igreja é facilitada pela presença de Dom Aloísio Lorscheider à frente da Arquidiocese de Fortaleza, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), no período. Um dos expoentes da Igreja progressista, conhecido por sua presença junto às demandas das populações mais carentes e aos movimentos sociais, na defesa dos direitos humanos, e por seu

³³² MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Vigília da Solidariedade aos Presos Políticos do Ceará. s/d. Arquivo Josenilde Cunha.

³³³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves e PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

³³⁴ CATELA, Ludmila da Silva. Situação-limite e memória – a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001, p.73.

³³⁵ Em várias entrevistas a necessidade de citar os nomes de religiosos, advogados, parlamentares e outros apoiadores aparece com a justificativa de agradecer pela coragem manifestada por essas pessoas em tempos de repressão.

caráter conciliador, era bastante solicitado para apoiar ações do MFPA e facilitar trâmites de famílias de presos junto às autoridades do Estado³³⁶.

Sua figura, presença, apoio, ou chancela eram cobiçados pelo Movimento, pois significavam proteção e reforço na legitimidade, pois, apesar de vigiado³³⁷, ele também tinha acesso aos governantes, mesmo, entre militares. Havia, no entanto, divergências dentro do Movimento quanto à forma e às ocasiões de solicitação de apoio. Para os familiares e apoiadores, a presença do arcebispo devia ser utilizada em situações de maior dificuldade para os presos políticos. Para o grupo “mais politizado” era utilizar o apoio do religioso para avanço da luta, comprometendo a Igreja com ações de expansão do MFPA, mesmo que, em alguns momentos, esse apoio fosse desencadeado por ação pouco ou nada discutida pela diretoria, o que também era motivo de discordâncias.

A gente ia mandar um convite. Vamos fazer um convite para toda a sociedade participar. Bota que o Dom Aloísio vai estar presente. Aí se dizia: “Mas gente, isso é mentira. A gente não pode botar isso num panfleto, as pessoas diziam. E a gente segurava as pontas pra não botar o nome do Dom Aloísio. Mas a outra corrente dizia: “Não, a gente vai botar pro povo ir, pro povo não ter medo de ir”. Se o homem não tinha sido nem convidado, como é que a gente ia botar? (Valda Albuquerque)³³⁸

A vinda do jurista Hélio Bicudo³³⁹ a Fortaleza, articulada pelo MFPA, em novembro de 1977, dentro da Jornada de Direitos Humanos, é exemplo da utilização, mesmo sob pressão, da chancela da Igreja para o que seria considerado “atividade de maior amplitude já realizada nos últimos dez anos no Estado”³⁴⁰, com cerca de 1.500 pessoas, num centro comunitário no bairro do Carlito Pamplona, na periferia de Fortaleza.

³³⁶ Outros movimentos sociais, a exemplo do MFPA, recorriam ao arcebispo para mediar conflitos com os diversos governos, ao longo dos 22 anos de seu arcebispado, entre eles movimentos de sem-teto, estudantes, trabalhadores rurais e indígenas. É possível que essa prática tenha sido instituída pelo Movimento. O POVO, 24 de dezembro de 2007, p.4.

³³⁷ *Ibidem*, p.6.

³³⁸ ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³³⁹ Membro da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e ex-procurador de Justiça do Estado, Bicudo realizava naquele momento o lançamento nacional de seu livro “Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte”. Em sua palestra em Fortaleza ele fez uma retrospectiva sobre as declarações em defesa dos direitos fundamentais do homem, ao longo da história e elaborou um diagnóstico da situação brasileira, com relação ao respeito aos direitos humanos. Palestra proferida pelo Dr. Hélio Bicudo sobre Direitos Humanos e Comissão de Justiça e Paz na Cidade de Fortaleza, em 08.11.77. (mimeo). Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁴⁰ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Relatório do Núcleo Cearense do Movimento Feminino pela Anistia ao Primeiro Encontro Nacional, realizado em São Paulo de 07 a 10 de dezembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

A conquista de visibilidade em evento, registrado como “possibilidade mais concreta de ampliação do trabalho ao nível dos setores populares”³⁴¹ - o que remete, provavelmente, a uma avaliação realizada pelo grupo mais politizado – justificaria ações mais ousadas e envolveria até mesmo integrantes identificadas como “moderadas”. A ruptura com o medo e a flexibilidade de posições entre “familiares” e “politizadas”, mesmo sob restrições, é o que se percebe na narrativa da ex-presidenta do MFPA, no Ceará, Nildes Alencar. Embora tenha relatado ação da qual afirma ter discordado, sua narrativa, construída no presente, lhe reserva ares de aventura que ela classificou como “loucura no bom sentido”:

O Hélio Bicudo vinha para Fortaleza, e vinha a convite do Movimento. A gente provocava a chegada desse povo porque cada ação dessa era uma oportunidade de debate, do discurso político da anistia, das questões democráticas. E onde que a gente ia colocar o Hélio Bicudo? Nem nós tínhamos dinheiro para garantir um hotel pra ele, nem na casa da gente. Na cabeça do grupo se a Igreja acolhesse e hospedasse o Hélio Bicudo significava que a Igreja estava apoiando ali as ações do Movimento Feminino pela Anistia, não é? Nada mais convincente do que a gente pegar o Hélio Bicudo e botar hospedado lá no Palácio do Bispo. Esses pensamentos vinham da Raimunda Zélia, da Rosa da Fonseca, da Maria Luíza. E eu sempre reagindo porque eu conhecia as reações do pessoal da Igreja, porque eu era uma pessoa da Igreja, de dentro. - “Minha gente, não vamos fazer uma coisa dessa, nós não temos o direito de fazer isso!”. - “Não, a gente leva. Quando chegar lá não tem o que fazer. Eles têm que receber”. Porque tinha uns quartos de hóspedes lá, não sabe? Fomos receber o Hélio Bicudo no aeroporto. Lá se vem ele de mala na mão, descemos no Seminário da Prainha. Minha gente, foi horrível! A gente atrás de Dom Aloísio, porque não era que ele não recebesse, mas tinha aquelas barreiras, as freiras que não deixavam a gente chegar a ele. Elas protegiam porque sabiam que ele era muito visado. Quando nós chegamos lá foi aquela confusão: - “Não está, não está”. E a gente: “Mas o Hélio está aqui, a mala na mão”. Eu acredito que se o Hélio Bicudo soubesse dessa astúcia ele não tinha aceito porque não era menino, né? Um homem assim de envergadura não ia se expor a um negócio desse. E a gente escondendo dele as coisas que não estavam dando certo, nos planos delas. E o padre era bem novinho, tinha acabado de se ordenar. Era ótimo, mas era inexperiente também. E ele não podia se comprometer tanto, até porque ele não administrava o Seminário daquela forma. E o fato é que ele disse: “Pois deixe”. E abriu um quarto e o Hélio Bicudo ficou hospedado. Aí, nós saímos para Deus e o mundo dizendo que o bispo tinha hospedado o Hélio Bicudo³⁴².

Ações assim, aos poucos, angariavam apoio popular e conquistavam a parceria de entidades engajadas na luta pela redemocratização. É importante salientar que a busca de apoio foi uma constante no MFPA, desde 1976, caráter que se transforma com o tempo e

³⁴¹ Ibidem.

³⁴² LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

ampliação das ações. De visitas a entidades, Ordem dos Advogados do Brasil, Movimento Democrático Brasileiro, Arquidiocese de Fortaleza e, individualmente, a intelectuais e escritores³⁴³, quando se esperava apoio quase sempre identificado com abertura de espaços em que o Movimento podia se pronunciar ou ser citado, o MFPA protagoniza ou comanda ações de impacto no cenário político cearense, o que, nas memórias divididas das militantes, aparece como atos do chamado “Grupo da Maria”.

Entre as ações mais citadas pela “ousadia” ou “despropósito” ou “importância política”, está o envolvimento do MFPA com a luta dos colonos da Várzea do Boi, em Tauá, interior cearense, e com o episódio da Favela José Bastos, em Fortaleza. A primeira diz respeito ao apoio concedido, entre os anos de 1978 e 1979, a agricultores de Tauá, integrantes de projeto de irrigação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) que se manifestavam contra injustiças na organização de cooperativas de produção e contra a exploração, com pesadas taxas e regime de vigilância e repressão. Denúncias de perseguição foram feitas pelo MFPA e passaram a ser encampadas pela Igreja progressista da Região. O Movimento se pronunciava por cartas e circulares denunciando o “clima de intranqüilidade” entre camponeses do projeto “submetidos a interrogatório pela Polícia Federal”³⁴⁴. Denunciava ainda a pressão sobre religiosos engajados na defesa dos direitos dos colonos³⁴⁵.

O segundo episódio foi desencadeado no final de 1978, pela tentativa de expulsão de 10 mil pessoas da Favela José Bastos, em Fortaleza. Fazendo resistência, reivindicavam permanecer no local ou indenização. O episódio tornou-se exemplar na história das mobilizações populares, não só pela dimensão de massa, mas pela mobilização de forças políticas de esquerda que aparecem ou se reforçam no cenário político. Uma das figuras a ganhar mais visibilidade com o episódio foi a deputada estadual Maria Luíza Fontenele, que se fez porta-voz dos favelados³⁴⁶.

³⁴³ O produto das visitas, assim como outras diversas ações realizadas, são citados em relatórios internos do MFPA, salientando a preocupação de registrar nominalmente os apoiadores do Movimento. MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Relatório do Núcleo Cearense do Movimento Feminino pela Anistia ao Primeiro Encontro Nacional, realizado em São Paulo de 07 a 10 de dezembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁴⁴ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Relato de fatos ocorridos com presos políticos em Recife (PE), camponeses no interior da Paraíba e os colonos de Tauá (CE), 24 de fevereiro de 1978. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁴⁵ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO CEARÁ. Uma posição face ao momento histórico brasileiro, 8 de novembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho. Neste documento, a perseguição sofrida pelo padre Bernard apoiador da luta dos colonos é denunciada e é divulgada, ainda, pelo MFPA, a situação de outros padres brasileiros vítimas de perseguição e violência. Havia sido assassinados, há pouco, os padres João Bosco Burnier, Rodolfo e o advogado Dr. Eugênio da Comissão Pastoral da Terra Regional Nordeste.

³⁴⁶ Mutirão, maio de 1979, n. 11.

Embora lembrada individualmente pelos jornais,³⁴⁷ como colaboradora do movimento, é certo que seu grupo no Movimento atuou fortemente no episódio da resistência da favela. Em suas memórias, Maria Luíza incorpora o fato a ações do MFPA, o que é rejeitado pelas familiares contrárias à participação do Movimento no episódio, como forma de proteger-se de interesses partidários :

Era movimento permanente em atividades. Começamos a criar núcleos no interior, núcleo em Tauá, núcleo em Crateús, mas não foi só. Sei que Iguatu tinha também, porque tinha peso não só da Igreja de lá, mas tinha peso do PC do B e peso do Adahil Barreto e outros cantos mais. Se tinham reuniões de bairro, a gente dizia que era importante fazer um movimento. Quando houve aquele acidente que a Polícia atirou no Francisco Gonçalves lá na Favela José Bastos. Fizemos atos ecumênicos lá na Favela José Bastos. Além das reuniões regulares e plenárias que nós fazíamos. Fazíamos muitas atividades para ir criando um nível de consciência e ir diminuindo o medo. (Maria Luíza Fontenele)³⁴⁸

O pessoal que pertencia a partidos ficava, assim, com os tentáculos para se unir a outros movimentos. E isso eu vou confessar para você bem conscientemente: a gente não queria, as famílias não queriam. Teve a ocupação da Favela da José Bastos, a gente não queria. Eu sei que pode ser assim falta de solidariedade. Hoje em dia, claro, é diferente, a gente faz, a gente é solidário, mas naquele momento... (Nílvea Amorim)³⁴⁹

As divergências sobre as causas a serem abraçadas pelo núcleo cearense e a expressão destas passaram também a ser importante espaço de disputas entre as militantes. Circulares, documentos e notas para divulgação pública seriam os objetos dessa disputa.

3.4.1 – A batalha pela palavra impressa

Na luta pela ampliação das ações e politização do conteúdo, pela divulgação de atos e idéias, documentos assinados pelo MFPA tem lugar fundamental nas disputas entre os grupos do Movimento. Panfletos, mosquitinhos, abaixo-assinados, cartas circulares, manifestos e cartas abertas eram instrumentos de divulgação de eventos, de avaliação política conjuntural, da preparação de discussões em congressos nacionais, de esclarecimento da situação dos

³⁴⁷ A então deputada Maria Luíza Fontenele é destacada como colaboradora do movimento dos moradores ao lado de outros parlamentares como o vereador Bianôt de Andrade e deputado federal Iranildo Pereira, todos do MDB. *Mutirão*, maio de 1979, n.11.

³⁴⁸ FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³⁴⁹ AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

presos políticos, da denúncia de arbitrariedades do regime e da divulgação da campanha nacional pela anistia.

As militantes percorriam feiras populares, esperavam finais de missa e espetáculos artísticos, davam novos sentidos às vigílias religiosas, andavam praças, bairros, de casa em casa, divulgando a causa. A confecção de panfletos e notas, em geral, se dava através das igrejas e entidades, com verbas arrecadadas pelas integrantes.

Imprimir e distribuir o material não era tarefa simples e, no início das atividades, mesmo as mais “corajosas” temiam pela função e utilizavam estratégias de proteção, como imprimir material “às escondidas”, em gráficas da periferia da cidade, e deixar a distribuição a cargo de crianças a fim de não levantar suspeitas como na divulgação de evento fundador do Movimento em março de 1976.

Na medida que o MFPA se consolida, a tarefa é considerada estratégica e alimenta conflitos no grupo. Tratava-se de definir quantidades, dada a disputa do caráter de massa que a luta devia ou não seguir, e principalmente, do que dizer e de que forma. Nas memórias das ex-militantes, as discordâncias sobre a documentação produzida são apontadas como um dos principais pontos de conflitos:

A gente marcava esses eventos, missas e atos e a gente fazia os jornais, os mosquitinhos. Tinha briga assim sobre a quantidade dos mosquitinhos. Tínhamos a noção de que esse movimento tinha de ser amplo, de massa, pra poder conseguir vencer a ditadura. Alguns questionavam: “Bem pouquinho é suficiente. (Socorro Saldanha)³⁵⁰

As brigas se davam em todos os momentos, tinha briga até de foice (risos), briga de rasgar papel, de rasgar uma nota que a pessoa fazia, que era muito fraca, aquela nota era muito devagar. “Essa está horrorosa!”. Aí rasgava a nota. “Essa está fraca!”. (Valda Albuquerque)³⁵¹

Com base na documentação, percebe-se que a atividade de escrita e divulgação das ações do Movimento se intensifica a partir de 1977, passando paulatinamente de relatório de atividades, de circulação mais interna³⁵², e de abaixo-assinados com reivindicações de

³⁵⁰ SILVA, Maria do Socorro Saldanha e, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³⁵¹ ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³⁵² MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Relatório do Núcleo Cearense do Movimento Feminino pela Anistia ao Primeiro Encontro Nacional, realizado em São Paulo de 07 a 10 de dezembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho. Neste documento, faz-se um apanhado de todas as atividades realizadas pelo núcleo cearense nos anos de 1976 e 1977. Nota-se, no entanto, a existência de uma preocupação com eventos de maior ou menor impacto e avaliações sobre a adesão de militantes.

melhorias de condições dos presos políticos³⁵³, para expressões e avaliações políticas mais elaboradas e voltadas para públicos mais amplos em que são afirmadas explicitamente bandeiras como: “a luta pelas liberdades democráticas; pela eliminação dos atos de exceção; pela anistia ampla e irrestrita; pela convocação de uma assembléia Constituinte soberana e livremente eleita”, em que se estimula a “população cearense” a fundar núcleos em defesa da anistia em bairros e universidades³⁵⁴ (ver anexo VI). É importante salientar que fundar núcleos do MFPA, nos bairros e universidades, é recomendado pela direção nacional do MFPA, com o I Encontro Nacional do MFPA, em dezembro de 1977, em São Paulo.

A partir de 1978, até a aprovação da Lei da Anistia, a produção impressa adquire, ainda mais, caráter de conquista de massas, o que deve ser atribuído não somente ao acúmulo de experiência do grupo, mas à dimensão nacional da luta configurada na Campanha Nacional pela Anistia 1978, com apoio explícito da Igreja Católica, dos recém-criados núcleos do Comitê Brasileiro pela Anistia, e de categorias profissionais como advogados, publicitários, jornalistas, líderes operários, intelectuais, cientistas.

É provável que a politização e gradativa perda do controle do protagonismo do Movimento, assim como evidente domínio do grupo “politizado”, na elaboração do pensamento do MFPA, veiculado publicamente, tenham incomodado as familiares que temiam o esquecimento da luta, ajudando a explicar os ressentimentos expressos nas narrativas.

Essa afirmação tem base na leitura sistemática do conteúdo de cartas, notas e panfletos. É certo que a maior parte da documentação não é assinada individualmente, com exceção da firmada pela presidenta Nildes Alencar. Além de cartas circulares à direção nacional do Movimento, acervos pessoais de entrevistadas contêm as enviadas ao núcleo do MFPA em Crateús, quando se divulgam atos públicos e campanhas, geralmente com a circulação de abaixo-assinados³⁵⁵. É Nildes também quem se dirige a entidades de classe e sociais para solicitar a adesão à Campanha pela Anistia³⁵⁶, para agradecer o apoio a eventos

³⁵³ As mulheres encaminhavam às autoridades estatais uma série de reivindicações e denúncias relativas aos problemas dos presos políticos e suas famílias, no que diz respeito às dificuldades criadas, pela direção do presídio Instituto Penal Paulo Sarasate para assistência médica adequada aos presos, empecilhos colocados ao trabalho artesanal desenvolvido pelos detentos e restrição a visitas, com a exigência de carteira de identidade especial. MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Abaixo-assinado MFPA, 15 de setembro, 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁵⁴ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Uma posição face ao momento histórico brasileiro, 8 de novembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁵⁵ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Carta Circular, 28 de julho de 1978. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁵⁶ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Para o Núcleo de Crateús, 28 de julho de 1978. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

do MFPA-CE³⁵⁷ para informar entidades sobre deliberações de congressos nacionais do MFPA, como o de agosto de 1978, em Salvador; e também para denunciar junto a outras entidades a situação dos presos políticos em momentos críticos, como nas greves de fome³⁵⁸.

É notório, no entanto, o predomínio do discurso de arregimentação de adeptos e a tentativa de articulação e apoio do MFPA a outros movimentos sociais. Exemplo disso é o documento “Uma posição face ao momento histórico brasileiro³⁵⁹”, em que se registram esforços de segmentos sociais não só na luta pela anistia, mas na reivindicação de direitos e conquistas como liberdade de expressão, compromisso com as lutas de trabalhadores e com interesses nacionais. Note-se que o discurso incorpora integralmente o item “a”, do artigo 2 do Estatuto Nacional do MFPA, mas acrescenta novos objetivos para o Movimento, o que faz pensar o texto como fruto da negociação ou de ousadia do grupo “mais politizado”:

O Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo Ceará – dentro do mesmo espírito de luta, de resistência e de esperança que tem marcado as demais forças democráticas de nosso País, se propõe a “defender e dar apoio e solidariedade a todos aqueles que foram atingidos nos seus direitos de homem e cidadania e lutar pela anistia ampla e geral visando a pacificação da família brasileira”. Compreende outrossim, que a causa que ele defende só será alcançada na medida em que forem realizados todos os anseios da população brasileira que luta por uma sociedade mais livre e mais justa³⁶⁰.

Que um grupo venha sobressair-se na formulação de documentos não significa que escritos, com características de adesão popular, não tenham sido elaborados pelos dois grupos do Movimento, em comum acordo, como é possível pensar pela leitura de notas de recomendação de votos a candidatos do MDB, uma vez que se registra, em narrativas, a filiação em massa das militantes para fortalecer o Partido.

A relação entre MFPA e MDB, a exemplo de diversos núcleos, no Brasil, é forte. Filiados ao Partido, as militantes elegeram Maria Luíza Fontenele deputada estadual, em 1978. Os fatos proporcionam maior possibilidade de cobrança na defesa da bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita e garantem o apoio do Movimento ao Partido, conforme declaração de apoio aos candidatos emedebistas, de 11 de outubro de 1978. Declarar apoio, de acordo com o documento, era forma de “dizer basta ao regime de exceção instalado no País desde 1964”³⁶¹.

³⁵⁷ CEARÁ. Prezados senhores, 28 de novembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁵⁸ *Ibidem*.

³⁵⁹ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO CEARÁ. Uma posição face ao momento histórico brasileiro, 8 de novembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁶⁰ *Ibidem*.

³⁶¹ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Sem título. Fortaleza, 11 de outubro de 1978. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

Pelas narrativas, no entanto, é possível pensar numa disputa que, ao longo do tempo, pelo menos no que toca à expressão pública de idéias e sentimentos, tenha sido vencida pelo grupo não identificado com as familiares.

3.5 – Obedecer ou rebelar-se

Os conflitos do MFPA-CE também eram motivados pela direção nacional. Nesse sentido, apoiar ou discordar das idéias e ações da presidenta Therezinha Zerbini era um dado a mais na disputa entre “familiares” e “politizadas”.

A senhora considerada “durona”, “autoritária”, até mesmo “de direita” por militantes do MFPA-CE, participa ativamente da fundação do núcleo cearense. Vindo a Fortaleza para palestra para familiares e simpatizantes da anistia, interfere diretamente na escolha da presidenta local e acompanha de perto, com visitas algumas vezes e, de longe, por meio de cartas, o cotidiano do Movimento no Ceará, com o objetivo, de evitar a utilização do Movimento por partidos ou organizações políticos que extrapolem a luta específica do MFPA, fazendo seguir à risca o Estatuto Nacional.

Alertar para a infiltração de pessoas com objetivos extemporâneos era tarefa de Therezinha junto à direção local. Em sua fala, apesar das consideradas “investidas feias” ao Movimento, há a sensação de que a sua posição foi vitoriosa. O MFPA, no Ceará, é chamado, ainda hoje, por ela, de “meu quartel general”: “Tinha gente que queria fazer do Movimento Feminino pela Anistia uma alavanca. Queriam entrar, lógico, tinham meio caminho andado. E eu dizia: ‘Vocês não me venham com periquitagem (risos). Não se faz política partidária dentro do Movimento’ ”³⁶².

Grupos políticos se fizeram representar no Movimento, apesar dos “cuidados” e empecilhos colocados pela direção nacional. A ampliação dos objetivos do MFPA, na luta não só pela anistia, mas pelo enfrentamento do regime ditatorial, foi um dos principais pontos de embate, assim como dribles e enfrentamento aberto a princípios norteadores do Estatuto normatizador dos núcleos.

³⁶² ZERBINI, Therezinha Godoy de, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

Em relatório,³⁶³ com proposta para o Congresso Nacional da Anistia, em outubro de 1978, evidencia-se tentativa articulada nacionalmente para tornar os núcleos locais do MFPA mais autônomos, com a possibilidade de elaboração do próprio estatutos. Observação escrita por Therezinha Zerbini, abaixo da proposição, no entanto, refuta a idéia: “O MFPA é uma entidade própria, legal, com estatuto registrado no Cartório Medeiros, n 1262/15/3/76, com sede em São Paulo”.

No Ceará, a participação de homens em reuniões do Movimento é um dado relevante nas memórias da dissidência com preceitos estabelecidos por Therezinha Zerbini. Facilitar acesso de companheiros de partido ou simplesmente desafiar o imposto são elementos considerados nessa queda de braço:

Tem um detalhe importante no nosso Movimento Feminino pela Anistia, apesar de seu trabalho ser mais ligado a nós, mulheres. Mas é uma coisa interessante. Nós não tivemos esse posicionamento de fechar questão para os homens desde o início. É tanto que, na cidade de Crateús, nós tínhamos um casal de suíços e eles participavam do Movimento Feminino pela Anistia. Houve uma vez que a Therezinha Zerbini, presidente nacional esteve aqui em Fortaleza e a nossa reunião era num quiosque da escola da Nildes. E ela estranhou que estava Bernardo lá com a gente. Ela perguntou o que ele estava fazendo ali, se ele era esposo de alguém, se era familiar. E nós dissemos: ‘Não. Ele é um membro do Movimento Feminino pela Anistia’. E ela se espantou: ‘Mas, como?’. Nós dissemos pra ela que isso foi votado, que achávamos da maior importância. Não deixava de ser homem, mas era um membro do Movimento Feminino pela Anistia. E ela tentou retirá-lo da reunião. Nós nos posicionamos e ele ficou. (Raimunda Zélia de Carvalho)³⁶⁴

Para quem concordava com as restrições de Zerbini, os posicionamentos da presidenta eram corretos, por respeitarem o tempo e a cautela ditados pela conjuntura política não favorável a outro tipo de manifestação:

Achavam que a Therezinha Zerbini já era ultrapassada. Já não queriam nem mais a orientação dela. Ela era muito sábia. Porque ela sabia que, naquele momento, precisava ter uma coisa pacata daquele jeito. Ali era um grito. A polícia sabia que existia um bando de mulheres que se reuniam e sabiam que existia muita gente por trás, apoiando essas mulheres. Nosso movimento era como se fosse um termômetro pra polícia: ‘Olha, elas vão falar, elas vão gritar. Amanhã elas vão pra rua falar. Amanha com certeza elas vão gritar lá

³⁶³ BRASIL. Resoluções da Primeira Reunião Conjunta dos Movimentos de Anistia do Brasil – Brasília, 05/06 de agosto de 1978. Arquivo Therezinha Zerbini.

³⁶⁴ CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

na Praça do Ferreira'. O nosso Movimento servia pra isso. Eu sempre achei que não podia extrapolar. (Neidja Albuquerque)³⁶⁵

O conflito foi uma constante no MFPA, não só com relação à direção nacional e ao núcleo cearense. Outros núcleos, da Bahia e Minas Gerais,³⁶⁶ também manifestaram discordâncias com a configuração pretendida para o Movimento por Zerbini. Na tentativa de minimizar diferenças e unificar discursos e práticas, a direção nacional realiza, de 07 a 10 de dezembro de 1977, o Primeiro Encontro Nacional do MFPA, em São Paulo.

O encontro reafirma objetivos fundantes do Movimento e estabelece mecanismos de controle sobre propostas diferenciadas de visibilidade e direcionamento político. A criação de calendário com datas a serem obrigatoriamente comemoradas, em todo o Brasil, como o dia internacional da mulher, em 08 de março, dia das mães, e aniversário da heroína Maria Quitéria, em 02 de julho, é exemplo da utilização política de datas, inclusive tradicionais, de forma a estimular a visibilidade controlada que, apesar de defender a utilização de meios de comunicação e a promoção de conferências, palestras, boletins, etc, estabelecia como meta prioritária para as integrantes: “estar atentas a todo e qualquer evento que venha ferir os princípios defendidos pelo MFPA”³⁶⁷.

Os esforços, porém, não estancariam as divergências entre líder e lideradas. Outro aspecto de embate do núcleo cearense e a direção nacional do MFPA se aprofunda com o crescimento da luta pela anistia e discussão ampliada, com outras entidades, como o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), do projeto apresentado pelo governo de João Baptista Figueiredo. O MFPA não nasce, pelo menos em termos nacionais, defendendo a anistia ampla, geral e irrestrita, mas apenas a anistia ampla e geral, o que significava não apoiar a anistia de acusados de “crimes de sangue”³⁶⁸.

³⁶⁵ GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³⁶⁶ LANNA, Anna Flávia Arruda. Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 121.

³⁶⁷ As deliberações do I Encontro Nacional do MFPA estão contidas em documento específico enviado ao núcleo cearense do MFPA, com cópia assinada por Therezinha Zerbini. A participação de representantes do núcleo cearense na elaboração do documento é registrada textualmente. MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Primeiro Encontro Nacional do MFPA. São Paulo, 10 de dezembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁶⁸ RAMOS, Andressa Maria Vilar. A liberdade permitida. Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p.60.

No MFPA-CE, essa postura analisada em documentos do segundo ano de atividades mostra-se dúbia, pois ora se fala na defesa da “anistia ampla e geral”³⁶⁹, ora se reafirma a luta pela “anistia ampla e irrestrita”,³⁷⁰ em datas muito aproximadas, embora a última bandeira seja sustentada na documentação sobre os anos de 1978 e 1979. É importante salientar que a defesa da anistia ampla, geral e irrestrita é articulada nacionalmente pelo Encontro de CBAs e MFPA pela anistia, em agosto de 1978, em Brasília. O encontro, da mesma forma que o primeiro do MFPA, em meados de 1977, unifica as posições de movimentos que lutavam pela anistia contra a proposta governamental com objetivos “divisionistas” para desarticular os setores de oposição no País³⁷¹.

A análise das memórias das ex-militantes do MFPA não traz elementos sobre existência de conflito sobre essa questão no núcleo cearense. Acredita-se que isso se deva ao fato de que essa posição era bem aceita tanto entre as “politizadas” como entre as “familiares”. Para as primeiras, havia defesa dos envolvidos na luta armada, especialmente na Guerrilha do Araguaia, bandeira do PC do B e remanescentes, com forte influência no grupo. Entre as familiares cearenses, a necessidade de libertar presos na maioria acusados de “crimes de sangue”.

Mas há que pensar na dificuldade de assumir, hoje, opção pela anistia com exclusão dos guerrilheiros ou pela aceitação de anistia parcial, limitada e restrita que implicasse perdão aos torturadores, uma vez que as posições carregam valores negativos e tem condenação pública atualmente³⁷².

O conflito, dessa forma, se dá entre representantes do núcleo cearense, articuladas nacionalmente, e o grupo liderado por Therezinha Zerbini que via, na aprovação do projeto do presidente Figueiredo, o primeiro passo para a concessão de anistia mais ampla e acreditava na idéia de anistia como esquecimento, o que era repudiado, no momento, pela maior parte

³⁶⁹ Cf. MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA NÚCLEO CEARÁ. Relatório do Núcleo Cearense do Movimento Feminino pela Anistia ao Primeiro Encontro Nacional, realizado em São Paulo de 07 a 10 de dezembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁷⁰ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO CEARÁ. Uma posição face ao momento histórico brasileiro, 8 de novembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁷¹ Cf. BRASIL. Documento Preliminar a favor da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, s/data. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁷² REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p.49-50.

das entidades³⁷³. Os conflitos que marcaram alguns congressos ainda estão vivos nas memórias das militantes:

A gente começou a ter uma interferência no plano nacional e o esforço de fazer um congresso e votar a lei da anistia... O congresso rachou. Tinha o pessoal que estava sob a orientação do Genoíno, Luís Eduardo Greenhalg, que éramos nós. A gente queria a anistia ampla, geral e irrestrita e o pessoal da Therezinha Zerbini queria simplesmente anistia. O congresso deu uma força danada porque era muita gente querendo a anistia ampla, geral e irrestrita e eu lembro que a gente foi visitar a Therezinha Zerbini e ela dizia que não podia ser desse jeito, porque as pessoas queriam tomar conta do Movimento: os trotskistas, as putas e os comunistas (risos). Os comunistas eram o pessoal do Genoíno, os trotskistas era o pessoal trotskista e as putas era o pessoal do Paraná que tinha um jornalzinho e eram umas mulheres muito danadas, muito feministas. E quando nós saímos de lá, eu fui com a Zélia Franklin, e a Zélia dizia: ‘O que é que nós estamos fazendo na casa dessa mulher se ela é contra as putas, os trotskistas e os comunistas?’ (risos). (Maria Luíza Fontenele)³⁷⁴

Apesar das discordâncias com a direção nacional, é importante salientar que não houve rupturas ou tentativas de articulação de movimento paralelo. A aparente coerência discursiva do Movimento parece ter tido a função importante para atuação pública das integrantes, tampouco resolveu oposições e divergências internas. Tomando o discurso como lugar de desacordos múltiplos,³⁷⁵ analisam-se, neste capítulo, diferentes funções de contradições para a própria configuração do Movimento.

As narrativas colhidas apontam, ainda, o reconhecimento da importância da organização do MFPA nacionalmente, dentro da lei, e com forte apelo popular, pela incorporação de identidades de gênero tradicionais que, de forma consciente ou não, transformaram a vivência política e a subjetividade das militantes.

³⁷³ RAMOS, Andressa Maria Vilar. A liberdade permitida. Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p.62.

³⁷⁴ FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³⁷⁵ FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p.179.

CAPÍTULO 4 – JOGOS DE GÊNERO E SUBJETIVIDADE NAS MEMÓRIAS

- É ainda muito cedo para chorar, minha boa senhora! Tenha cuidado, ainda
fica sem lágrimas para mais tarde!
Ela respondeu-lhe, de novo colérica:
-As mães têm sempre muitas lágrimas para tudo... para tudo. Se tem uma,
ela deve saber bem disso!
Máximo Gorki³⁷⁶

Começo a me sentir uma costureira intelectual. A transar com artistas, escritores, jornalistas, tudo aquilo que chamam de intelectual. Às voltas com papéis, lendo nas entrelinhas dos jornais para ver se entendo esse pesadelo que é morar num país em que nada se informa, nada se sabe, nada pode ser transmitido. Copio tudo que me mandam e passo adiante. Quando eu pensava que o rapaz da loja de xerox não prestava atenção nos meus papéis, um dia chego lá, ele sorri e fala:
- A senhora trabalha, hein?
Zuzu Angel³⁷⁷

A utilização de jogos ou performances de gênero, em situações de emergência ou conflitos de grandes proporções, ao longo da história, é elemento importante para pensar a ação política das mulheres e compreender as apropriações de identidades de gênero, atribuídas automaticamente a elas, e as transformações por experiências sobre subjetividades e, conseqüentemente, sobre suas vidas.

Analisar apropriações e transformações, em memórias de grupo que, embora tenha atuado de forma unificada, demonstra-se tão plural e divergente como o MFPA, no Ceará, é levar em consideração aspectos como projetos de vida e balanço do que se viveu, relação com a memória ainda construída majoritariamente por homens e a necessidade de luta pelo discurso como poder do qual se quer apoderar³⁷⁸.

4.1. Jogos em tempos de guerra

³⁷⁶ GORKI, Máximo. *A mãe*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005, p. 69.

³⁷⁷ VALLI, Virgínia. “Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho”. Rio de Janeiro: Philobibion, 1986, p. 85.

³⁷⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.10.

A ditadura civil-militar, implantada no Brasil em 1964, tem características de guerra. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional, o regime combate o “inimigo interno”, identificado com setores da oposição, passíveis de infiltração pela ação comunista, direta ou indiretamente. Incluíam-se, na lista, estudantes, sindicalistas, intelectuais, movimentos sociais e os que pudessem provocar “antagonismos” e “pressões” de desestabilização da ordem. A segurança interna tinha-se como missão comparável à defesa do País, diante de ameaça de invasão de exército estrangeiro, e caberia ao Estado de Segurança Nacional determinar, em última instância, quem era o inimigo e que atividades constituíam ameaças.

As forças militares foram, nesse contexto, dotadas de poderes praticamente ilimitados sobre a população e os aparelhos de segurança e informações agiam de forma preferencialmente violenta, com táticas de guerra e métodos desumanos. Todos eram suspeitos até prova do contrário³⁷⁹. A ação faz apontar o caráter da ditadura brasileira como de guerra “interna”, “total” e “permanente”³⁸⁰, uma vez que fatores possíveis eram colocados à disposição de defensores do regime, inclusive desrespeito a leis ou criação de legislação arbitrária, tortura, mortes, desaparecimentos, vigilância.

Como em outras “guerras totais”, as forças promotoras da ditadura brasileira mobilizam pessoas para apoio à causa, pelas identidades de gênero, ainda antes da consumação do Golpe, em 31 de março de 1964. Esse aspecto necessita ser mais explorado pelas pesquisas históricas brasileiras, mas é possível perceber índices de arregimentação e mobilização específicas, passíveis de análise.

As maiores manifestações em contraposição ao governo de João Goulart, taxado de “comunista”, foram organizadas por grupos, Liga Feminina Anti-Comunista e União Feminina Anti-Comunista, patrocinadas por entidades civis e associações de classe e grupos militares. Segundo Motta³⁸¹, a participação das mulheres, através da criação de diversas entidades de caráter anti-comunista por todo o País, foi decisiva nas mobilizações que levaram ao Golpe.

Sua presença, na cena pública, era um fato novo da política nacional, mas as mulheres não estavam reivindicando questões de sexo, mas defendendo a ordem tradicional, a família, a

³⁷⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p. 38.

³⁸⁰ Essa configuração é defendida por autores como BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003, p.28 e PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 147.

³⁸¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002, p. 241.

religião e a propriedade. Com forte impacto na classe média, de onde muitas eram oriundas, davam a impressão de que a sociedade estava mobilizada na luta anti-comunista. A impressão advinha da força simbólica como mães, guardiãs do lar e da família.

Agiam publicamente, com apelo à consciência de “pais e mães de família” e valores cristãos³⁸², comportamento que se estendeu a, pelo menos, dois anos depois do Golpe quando as atividades dos grupos foram extintas. O resgate do bom comportamento de homens e mulheres, pela preservação da moral e dos bons costumes, disseminado pelos grupos, esteve presente na propaganda da ditadura que pregava a transformação do País, segundo os militares em situação de decadência moral e material. A “união”, “solidariedade” e “amor”, pregados por peças publicitárias ditatoriais, vinham da convivência pacífica e feliz do núcleo familiar em que pais, mães e filhos estavam convencidos da necessidade de colaborar com as mudanças, unidos em torno dos “ideais certos”.

À família cabia valorizar e compreender a dinâmica de gerações que preservam esses valores, como esfera privilegiada da educação cívica, estímulo à “obediência” e ao “respeito”, à “verdade”, à “lealdade”, à “honestidade” e ao “sentimento de dever”. Pais e mães deviam agir como educadores dos lares, na busca pelo fortalecimento do caráter nacional³⁸³. O pensamento era reforçado pelo ensino obrigatório em escolas, a partir de 1969, da disciplina de Educação Moral e Cívica que conclamava o cidadão, como parte de um organismo maior, a realizar sua parte para o melhor funcionamento e crescimento deste. O modelo de socialização da disciplina era educar crianças e jovens nos valores e universo moral conformando comportamentos do homem, da mulher e vínculo familiar³⁸⁴. Em livros didáticos, os alunos aprendiam que deviam tornar o País grande nação, fazendo-se seres “produtivos”, “úteis” e “ágeis”.

Esta é apenas uma face da questão gênero e ditadura. Como numa guerra, ao mesmo tempo em que se mobilizam ou reforçam comportamentos tradicionais, os enfrentamentos, o medo e as incertezas, diante de ordem autoritária, com regras cambiantes entre o permitido e o proibido, embaralham, como afirma Capdevila³⁸⁵, o lugar de homens e mulheres, na

³⁸² SIMÕES, Solange de Deus. Deus, pátria e família. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985, p.37-39.

³⁸³ Esses aspectos da propaganda são analisados por FICO, Carlos. Reinventando o otimismo – ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.131-133.

³⁸⁴ Cf. FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de Educação, Moral e Cívica na Ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Colúmbia – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v.1, 2006, p. 3375-3385.

³⁸⁵ CAPDEVILA, Luc. O gênero da nação nas gravuras da imprensa de guerra paraguaia: Cabichuí e El Centinela, 1867-1868. Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte, v.9, n. 14, 2007 – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 9-21.

sociedade, e influenciam as identidades de gênero, impondo dinâmica que favorece a transferência de papéis, movimenta linhas de atuação, e também proporciona a utilização dos chamados “jogos de gênero”, quando se utiliza os “eterno masculino e feminino” como instrumentos de intervenção e visibilidade política.

O MFPA, a partir de sua direção nacional, não restam dúvidas, utilizou-se largamente desse expediente, em sua atuação pública, com objetivos de garantir a segurança, em cenário de autoritarismo e perseguição; adquirir mais mobilidade de ação; atrair mais simpatizantes e não somente aqueles com interesses familiares na luta pela anistia. Assim, o Movimento, que se contrapôs à ditadura, fez isso com elementos do imaginário feminino aprovado e disseminado pelo regime militar: a mulher como defensora do lar e da família, interessada maior na “pacificação da família brasileira”, que age por amor, contrária a conflitos e rupturas. O registro do Movimento, a restrição à participação de homens, a negação de qualquer vínculo político-partidário são elementos do jogo.

Estratégias de visibilidade pública são marcadas por estereótipos identificados com o feminino, como a fala emocionada e o apelo, como revelado pela ex-presidenta nacional do Movimento: “As mulheres usam bastante a emoção para conseguirem convencer maridos e filhos do que querem. A gente usa as armas que tem”³⁸⁶.

Fazem parte ainda desse repertório, a instituição do calendário de atividades, com datas tradicionais, dia das mães e o natal, busca do apoio da Igreja, além da apropriação de simbologias militares na constituição do que se pode chamar de “provocações seguras”. É o caso da escolha da heroína baiana Maria Quitéria para nomear o jornal do Movimento e homenagens articuladas, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Londrina, à memória de Duque de Caxias, militar que mais anistias teria concedido na história brasileira. Nessas ocasiões as mulheres depositavam flores sobre os monumentos³⁸⁷.

As estratégias abarcam toda a esfera de atuação do Movimento nacionalmente, com fiscalização e intervenção no cotidiano dos núcleos, o que era aceito em menor ou maior escala, passível de interpretações e reinterpretções, a depender do momento e dos objetivos. É importante frisar que narrativas sobre consciência na utilização dos jogos de gênero, do detalhamento do caráter estratégico das ações, de concordância ou não das entrevistadas, fazem-se hoje, marcadas por vivências posteriores. Isso não quer dizer que as narrativas, hoje,

³⁸⁶ ZERBINI, Therezinha Godoy de, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³⁸⁷ Maria Quitéria, 1975, p.4.

distorçam os fatos históricos, passíveis de leitura em outras fontes, mas que estas também devem ser analisadas.

As memórias carregam, como afirma Samuel³⁸⁸, a marca das experiências e das paixões dominantes em seu tempo e são inerentemente revisionistas e camaleônicas. A entrevista oral, nesta pesquisa, é resíduo de ação específica³⁸⁹: interpretar o passado. Nesse sentido, é documento de ações de constituição da memória, influenciada por escolhas que o entrevistado e o entrevistador fazem, ao desencadear a construção do passado, de uma forma e não de outra. Assim, torna-se importante tratar as experiências narradas sem essencializá-las, mas historiando-as, como preconiza Scott³⁹⁰, analisando as complexas operações discursivas pelas quais identidades são atribuídas, resistidas ou abraçadas, tornando visíveis posições de sujeito no momento da narrativa.

4. 2 – “Estratégia” inteligente x coisa de mulher

É comum, na maior parte das entrevistas, a importância atribuída pelas ex-militantes à configuração do MFPA nacionalmente. O fato de o Movimento congregar, oficialmente, somente mulheres, agir publicamente dentro da lei, é visto como “estratégia” inteligente e conveniente para o momento político e como ação que agilizou a conquista da anistia e da abertura política. Mesmo entre os que discordavam de posturas da presidenta nacional, Therezinha Zerbini, a avaliação está presente, apontada como iniciativa de quem “conhecia bem” como pensavam os militares e tinha “intimidade” com as leis.

A estrutura veio em nível nacional. Nosso estatuto era baseado no Movimento Feminino pela Anistia nacional. Esse legado tem de ser dado a Therezinha Zerbini. (...) Nós tínhamos um estatuto, ele estava agregado ao estatuto nacional, muito bem organizado, muito bem estruturado, até para que a repressão... Porque a Therezinha Zerbini é advogada. Então, ela fez de um jeito que a repressão... Nós tínhamos legitimidade, está entendendo? O estatuto dava legitimidade. E como tinha essa questão das mulheres, tinha um campo maior. É tanto que o CBA só veio depois, né? No Movimento, em São Paulo, eu tive várias reuniões, só tinha mulheres. (Raimunda Zélia)³⁹¹

³⁸⁸ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*, São Paulo, n.14, fevereiro de 1997, p.41-80.

³⁸⁹ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar - textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 52.

³⁹⁰ SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (orgs). *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p.27.

³⁹¹ CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifos meus.

No entanto, ao mesmo tempo em que há reconhecimento nacional, não há a mesma facilidade de admitir os jogos de gênero pelas militantes. A disputa entre memórias, pela fala sobre a ação política, observa-se novamente, no que concerne às identidades de gênero mobilizadas para a atuação no MFPA. Entre mulheres que se dizem mais politizadas, estratégias em que estereótipos femininos são tomados para agir politicamente parecem extemporâneos, “ingênuos” e limitados do ponto de vista político.

Os jogos, nessa perspectiva, são necessários, na medida que dão cobertura às ações “realmente” políticas, desencadeadas pelo grupo. Mas mesmo reconhecendo a “necessidade”, para integrantes não-familiares, não parecia fácil assumir determinadas posições, no momento. A discordância é manifestada, em diferentes níveis, não só pela restrição de objetivos defendida por familiares, mas condutas que possibilitavam atividades, como apelo emocionado a autoridades. Memória e reconhecimento do Movimento, na época e ainda hoje, são prejudicados pela utilização do gênero como instrumento de atuação na avaliação de ex-militantes:

Era quase uma bandeira, no sentido de ser entendido como uma forma da gente se esconder, uma coisa de mulher no sentido mais pejorativo. Coisa de mulher, entende? Isso também me irritava: “Participando do movimento feminino?!”(ironiza). (...) Eu acho que sim (sobre haver discriminação ao Movimento por esse fato). No sentido de que era coisa de mulher, da família dos pobrezinhos. É como se perdesse um pouco do seu impacto político por isso. Claro que ali era o que era possível ser feito, era estratégia. Também acho que historicamente era o que se conseguia fazer, as mulheres é que ficavam em casa, os homens eram presos. Isso também me irritava. A gente repetia as mulheres de Atenas, só que elas ficavam em casa e a gente se organizava. Para mim isso também pesava. (Marília Brandão)³⁹²

Às familiares, a utilização “acrítica” dos jogos de gênero é atribuída em narrativas sobre o cotidiano do MFPA. A “estreiteza” de posicionamentos é contestada pelas narrativas de memórias em que um elemento adquire importância crucial para justificar suas ações: a consciência sobre a utilização de valores e imagens do “eterno feminino”.

As familiares, na maioria, diferenciam suas ações das de militantes “mais politizadas” valorizando atuações como “mais conseqüentes” e “desinteressadas”, movidas pelo “afeto”. Admitem que ter parente próximo preso ou perseguido é motivação maior para ingresso no Movimento, assumindo imagem femininas tradicional, mas, ao longo das narrativas, procuram

³⁹² BRANDÃO, Marília Lopes, 58 anos. Depoimento, janeiro de 2008, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

dar mostras de plena consciência do que estavam fazendo, e de que agir invocando sentimentos e valores ligados à maternidade, fragilidade, cuidado “natural” com a família, foi a melhor opção para “driblar” os agentes do regime e avançar na luta, sem comprometer ainda mais a segurança de parentes e delas mesmas. As ações “dramatizadas” são valorizadas como iniciativas políticas legítimas diante do quadro de forças instalado no cenário nacional. Os termos utilizados pelas narradoras reforçam esse caráter:

A gente precisava libertar os meninos e precisava fazer um movimento que confundisse a direita. A gente tinha que confundir a direita, dar um nó na cabeça da direita. (...) Era confundir assim: éramos mulheres que queriam tirar os presos da cadeia, mas que a gente queria isso nas nossas vidas, era tirar nossos filhos e nossos maridinhos da cadeia. Nós éramos mulheres que dependíamos deles. E isso confundia. Mas a nossa visão era outra. Isso confundia. Quem é que ia fazer alguma coisa contra um movimento de mulheres? (Neidja Albuquerque)³⁹³

A gente usava essa intuição feminina. Nós sabemos que é muito forte na mulher a maternidade, o bem pelo pai, pelo irmão, pelo filho. Então nós utilizávamos, mas usávamos também, pelo menos eu sentia assim, todas as nossas forças positivas. Então, eu não acho negativo (usar isso) para arrancá-lo de uma penitenciária. Aquela luta que a dona Lourdes fez com os filhos dela, para mim aquilo é um ato de coragem que só uma mãe é capaz de fazer. E a mãe é para ser assim mesmo. Acho que a mãe, no sentido profundo da palavra, é isso aí, é apelar para essas razões humanas que são fortíssimas. A razão da maternidade, assim como a gente apelava para os pais também. Mais a gente apelava mais para as mulheres, porque nós sabemos também a importância que a mulher tem na família, que ela é realmente como um sol e os outros são os satélites em torno dela. Isso aí é muito forte. Usamos mesmo isso aí, fizemos muito. Mas eu acho correto, viu? Não acho errado não. (Nildes Alencar)³⁹⁴

A visão dos jogos, como possível de serem considerados erros, no depoimento, talvez explique manifestações diferenciadas, com significado semelhante, no mesmo grupo. Em entrevistas de ex-militantes familiares, a questão é ambígua. Narrativas espontâneas, recuperam claramente momentos em que as identidades de gênero são utilizadas como proteção ou imposição de demandas de parentes presos: levar filhos de colo às visitas a maridos sabidamente torturados como forma de acesso ao preso, promover aniversários e festas de confraternização natalina, o que atrai visitantes e jornalistas. Mas, quando objetivamente questionadas sobre as estratégias, tendem a negar sua utilização, atribuindo-lhes carga pejorativa:

³⁹³ GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³⁹⁴ LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifo meu.

Posso até ter feito, mas não conscientemente. Porque quando a gente ia buscar as coisas, a gente ia em nome do Movimento mesmo. A gente não se botava na posição de coitadinha não. Porque isso acaba sendo uma posição de coitadinha, não é? Tem até um poema muito bonito sobre as mães dos presos. É belíssimo esse poema. Mas eu não tenho, nunca tive, nunca gostei de ninguém olhar pra mim com essa posição, tu estás entendendo? Porque de fato não é. Inclusive toda vida eu lutei, eu trabalhava. Eu passei a trabalhar mais até depois que ele saiu. Não foi nem quando ele estava lá. Depois em 1980, quando eu arranjei o contrato do Estado, passei a trabalhar os três expedientes. Passei a ter outras responsabilidades que era manter uma casa, porque até então eu morava com a minha família. Eu trabalhava para me manter, pros meus filhos, pra ter alguma coisa para levar para ele, me manter, manter uma família, uma casa. Pagar casa, luz, água, essas coisas todas (...) Então essa posição de sofredora eu nunca gostei de ter. Não é meu estilo não. Porque eu acho que você tem que enfrentar. Lógico, eu não vou dizer que a gente não sofria, não tô negando isso, está entendendo? (Josenilde Cunha)³⁹⁵

Conscientemente não se utilizava não. Agora, por exemplo, a gente fazia uma vigília e só queria que fosse mulher. Não podia entrar homem pra poder não dar na vista. A gente se organizava do ponto de vista do álibi, da tática. Era uma tática. Não que as pessoas eram inocentes. Tinha as inocentes. Por exemplo, a mãe do Teodoro, sei lá como era o nome do rapaz que morreu na guerrilha, que era colega da gente, secundarista do Liceu. Ela ia puramente, porque não sabia nem o que estava acontecendo. A pobrezinha ia morrendo de medo para aquelas reuniões, mas ela ia porque achava que o filho dela ia voltar, como não voltou até hoje. Ele morreu na guerrilha e ela já morreu também. Eu estou falando assim: as pessoas iam. Certas pessoas. A dona Lourdes Ferreira era esposa do seu Ferreira, a Ana do Cândido. As mulheres fora do Movimento poderiam pensar que aquelas mulheres do Movimento Feminino estavam por uma questão familiar e emocional, simplesmente, e não era. Podia até ser, porque eu não sei o que está na cabeça daquela. (Valda Albuquerque)³⁹⁶

As narrativas não devem ser tidas apenas como elementos de medir o uso dos “jogos de gênero” pelas integrantes do Movimento Feminino pela Anistia, ou classificar as militantes de acordo com a ação. É certo que os jogos foram importantes na constituição e atuação, não se restringindo a um ou outro grupo. Atestar maior ou menor grau de consciência de sua utilização é tarefa impossível, pois além de falarmos de um passado que só conhecemos no presente, que não podemos verificar pela observação ou experimentação, estando além de

³⁹⁵ CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³⁹⁶ ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

nosso alcance³⁹⁷, estamos também tratando da memória como construtora de identidade e alteridade.

A memória permite ao indivíduo tomar consciência de si mesmo através dos tempos,³⁹⁸ e, como atividade de reconstrução do passado, lembra Catroga³⁹⁹, ocorre dentro de linhas ou fronteiras determinadas pelas recordações de outros, sujeita constantemente a processos de renovação do que se adquiriu, especialmente, para o que se propõe analisar, revela como cada um revê o passado para justificar a vida como projeto. Ressalte-se que motivações externas, como história oral, por vezes desencadeiam processo de reordenamento, releitura de vestígios e de reconstrução da identidade⁴⁰⁰.

Mais que atestar a fidedignidade de opiniões de ex-militantes, cabe compreensão do significado dos jogos de gênero serem, hoje, justificados como ação consciente ou rejeitados nas narrativas. A que demandas por identidade e projetos, as memórias atendem hoje?

Elementos podem ser pensados em resposta à questão. O primeiro diz respeito à tentativa individual de mulheres de recuperação do protagonismo na luta pela anistia que a memória coletiva, hoje, não contempla, pois há controle de produção da memória pelos homens, com destaque para narrativas ou imagens dos que combateram diretamente a ditadura, punidos com prisões, torturas, mortes ou exílio.

A memória da anistia é preponderantemente masculina, com ênfase nas ações dos Comitês Brasileiros pela Anistia. As mulheres não estão fora do cenário, mas aparecem como “abre-alas”, pelo MFPA, homenageadas pelos papéis femininos naturalizados em solenidades e atos públicos. Assumir o controle sobre os atos, em quem age conscientemente, valoriza “estratégias”, habilidades e poder de negociação, mesmo não tendo vivências ou preocupações políticas anteriores à experiência do MFPA.

O segundo item diz respeito ao caráter do MFPA como acontecimento produtor de gênero⁴⁰¹, no passado e no presente. A experiência singular de mulheres de diferentes origens, idades, classes, graus de instrução e engajamento político, pela conquista da anistia, gera conflitos, negociações, solidariedades, amizades e ressentimentos com repercussões até hoje.

³⁹⁷ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. PUC. São Paulo: Educ/Fapesp, nº 17, nov. 1998, p. 67.

³⁹⁸ *Ibidem*, p.75.

³⁹⁹ CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Editora Quarteto, 2001, p.17-18.

⁴⁰⁰ NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. História Oral, n.3, junho de 2000, p.109 a 115 e LOWENTHAL, David. Op. Cit, p. 83.

⁴⁰¹ A categoria gênero utilizada nas análises históricas permite aos pesquisadores focalizar as relações entre homens e mulheres, mas também entre homens e entre mulheres, verificando como em diversos momentos do passado, alguns eventos ou acontecimentos foram produtores de gênero. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História: São Paulo, v.24, nº 1, p.77-98, 2005.

Nessas ações colocam-se em disputa, além da ação política, imagens ou idéias sobre “ser mulher”, associadas a como “ser militante”, “ser de esquerda”, “ser de luta”.

As representações mudaram ao longo do tempo, incorporando dados de transformação social que, nas relações de gênero e deslocamentos do feminino, foram importantes, relacionadas ao movimento feminista e desdobramentos, como a crise da família nuclear, ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho, separação entre sexualidade e reprodução e política da visibilidade da homossexualidade⁴⁰². Liberdade, independência econômica e a participação social valorizam-se na representação da “mulher moderna”, mesmo sem corresponder a mudanças efetivas ou radicais no plano real⁴⁰³. Ser retratada como frágil, manipulada, sem consciência política, dependente do marido, nesse contexto, não é nada interessante para a construção de sua imagem pela memória.

As entrevistas mostram, que, mesmo as mulheres educadas sob valores tradicionais vivenciam mudanças diretamente relacionadas à independência econômica e à maior escolarização, posto que a maioria tem curso universitário e trabalha fora, muitas vezes, responsável pela manutenção das famílias antes e depois da libertação dos parentes.

O temor de posição desfavorável, na disputa pela memória do Movimento, também é um dado a ser considerado, na compreensão da rejeição/justificação. Mesmo admitindo que o Movimento facilita estréia na política e contato com linguagens e procedimentos desconhecidos, mediados pela afetividade e interesse pessoal, as familiares não querem ser vistas como militantes menos atuantes que aquelas que se consideram “mais politizadas” e, de alguma forma, ainda presentes na política, têm mais possibilidades de retratar trajetórias e expor suas memórias.

Por outro lado, os movimentos de esquerda, nos quais as militantes do MFPA “mais politizadas” estavam engajadas, na segunda metade da década de 70, tinham visões extremamente estigmatizantes dos movimentos feministas, relacionando-os com idéias importadas, “apanágio de burguesas sexualmente frustradas ou lésbicas raivosas”, como detecta Goldberg⁴⁰⁴. É importante lembrar que, por vezes, o MFPA se relaciona com o movimento feminista, pela criação em 1975, após a conferência da ONU, que lança o Ano

⁴⁰² ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis. Vol. 11, n 2, 2003, p.399-421.

⁴⁰³ FIGUEIRA, Sérvulo (org). Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 6.

⁴⁰⁴ GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. Dissertação(Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.100.

Internacional da Mulher, ou por sua ligação com a equipe do jornal Brasil Mulher, pela restrição à participação feminina ou pelo fato de o Estatuto estabelecer como fim:

Promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuação no desenvolvimento de sua consciência social e cívica, alertando-a e orientando-a para a compreensão de suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro de ideais democráticos⁴⁰⁵

O desvencilhamento do rótulo de feminista e fortalecimento como militantes de esquerda, para ex-integrantes, são necessários, na medida em que a figura do militante ainda é ligada a valores como valentia, virilidade, coragem, firmeza⁴⁰⁶, sentimentos que não combinavam com o discurso afetivo de esposas, mães e irmãs pela libertação de parentes.

As tentativas, por seu caráter memorialístico, são feitas pela construção seletiva do passado em que se constrói projeto autobiográfico, marcado pela coerência existencial. Nessa seleção, estão esquecimentos, omissões, criações e recriações cheios de significados. Levando em consideração, como Lowenthal⁴⁰⁷, que a memória transforma o passado vivido naquilo que posteriormente pensamos que ele deveria ter sido, eliminando cenas indesejáveis e privilegiando as desejáveis, é possível analisar, pelas memórias das ex-militantes do MFPA, os significados do que se lembra ou se esquece quando o que está em jogo é o gênero.

4.3 – Nas memórias, os jogos

Consciente ou inconscientemente utilizados pela ação política do MFPA, os jogos de gênero estão presentes nas memórias das ex-militantes, mesmo quando não se fala diretamente a seu respeito, além de, muitas vezes, aparecerem e serem posteriormente negados ou descaracterizados. É possível identificar episódios recorrentes nas entrevistas em que

⁴⁰⁵ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Estatutos do Movimento Feminino pela Anistia. 15 de março de 1976. São Paulo. Arquivo Therezinha Zerbini, p.1. Este tipo de discurso assemelha-se bastante aos elaborados pelas feministas da chamada “primeira onda”, nos anos 20, no Brasil, unidas pela conquista de direitos civis e políticos materializados na campanha pelo voto. Cf. HAHNER, June E. Emancipação do sexo feminino – a luta pelos direitos da mulher no Brasil. Florianópolis: Editora Mulheres: Edunisc, 2003, p. 304-305.

⁴⁰⁶ Cf. WOLFF, Cristina Scheib. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In WOLFF, Cristina Scheib, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). Leituras em rede – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

⁴⁰⁷ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. PUC. São Paulo: Educ/Fapesp, nº 17, nov. 1998, p.98.

características cultural e socialmente associadas ao feminino aparecem como determinantes de configurações e escolhas dos caminhos do Movimento. É certo que não se narram da mesma forma, o que remete novamente às disputas internas e aos projetos de vida diferenciados, estabelecidos pela memória.

O evento maior nas entrevistas diz respeito à escolha da presidenta do núcleo cearense. O cargo é definido em estatuto nacional, referendado pelo regimento local, importante pelo poder de condução das ações e da perspectiva política. Entre outras funções: condução de sessões da diretoria e da assembléia geral, execução de suas resoluções, convocação de assembléia geral, representação do núcleo, “ativa ou passivamente”, em juízo ou fora dele, assinatura da correspondência mais importante, movimentação da tesouraria e dos fundos do núcleo, além da criação de subnúcleos em cidades do interior⁴⁰⁸.

De março de 1976 até fins de 1979, uma só pessoa ocupou a presidência do núcleo do MFPA: Nildes Alencar Lima, irmã do frei dominicano cearense, Tito de Alencar Lima⁴⁰⁹. Pedagoga, dona de uma escola infantil reconhecida pelos métodos de ensino, baseados em Paulo Freire, com uma história de vida ligada à Igreja Católica e à evangelização, participante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Independente Católica (JIC), afirma nunca ter tido envolvimento político até o convite a liderar o MFPA. Traumatizada pela experiência do irmão, receosa dos riscos a que está submetida e da recepção que a família teria sobre a nova atuação, hesitou em aceitar o convite da presidente nacional do Movimento, com compreensão das razões da escolha de uma política de atuação “segura” para o MFPA:

O meu nome, era um nome, vamos dizer assim, emblemático. E era um nome que não deixava dúvidas, não era uma pessoa de movimentos, de fazer revoluções e essas coisas assim. A indicação do meu nome foi porque, digamos assim, história política eu não tinha, a história era do meu irmão. Eu não tinha história política, eu tinha história na área da educação, tinha uma historinha na área da Igreja, mas eu nunca tinha pertencido a nenhum movimento. (Nildes Alencar)⁴¹⁰

Não estar ligada a movimentos de esquerda, não ser explicitamente antitadura não era o bastante para ser apontada apta para a função. A indicação de presidente de núcleos

⁴⁰⁸ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Regimento Interno. 11 de agosto de 1976, Fortaleza. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

⁴⁰⁹ Símbolo da resistência, preso pela Operação Oban, em 1970, em São Paulo e barbaramente torturado, registrou em carta, ainda na prisão as torturas a que foi submetido, constituindo um dos documentos mais fortes de denúncia a circular no período, e também da destruição causada pelas sevícias que o levaram ao suicídio na França, em 1974.

⁴¹⁰ LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

regionais por Therezinha Zerbini leva em consideração representações de gênero como estratégia de controle das ações do MFPA, em nível nacional, e da construção de sua imagem diante da sociedade, especialmente dos representantes do regime autoritário. A indicada cumpre requisitos estabelecidos por Zerbini que remetem à moral sexual, senão predominante na década de 70, já que outras condutas femininas estavam surgindo – incluindo a “mulher liberada”⁴¹¹-, referendada pelo ideário do regime militar e explicitada pela censura a obras artísticas que pudessem “solapar a moral familiar” e a “civilização cristã ocidental”⁴¹². Essa moral dividia mulheres em “de família” ou “levianas” e valorizava características como recato, comedimento em gestos e comportamentos, em detrimento da sexualidade liberada, ainda associada a prostitutas:

(...) É lógico que por uma questão de inteligência a gente não ia pôr uma menina de sainha curta, mascando chicle para ir falar com um gorila. Não tinha jeito (risos). Eram as que tinham compostura, porque era o próprio nome do Movimento que estava em jogo. Mas a gente se firmou na sociedade, viu? (Therezinha Zerbini)⁴¹³.

Na maior parte das entrevistas não se encontram indícios de rejeição explícita ao nome de Nildes Alencar. Apenas um relato aponta para a possibilidade de ter havido disputa para o cargo entre Nildes e Sylvia Porto Alegre, responsável pela intermediação dos contatos para instalação do Movimento, no Ceará. Professora da Universidade Federal do Ceará, a antropóloga Sylvia não possuía parentes presos pela ditadura e conheceu Therezinha Zerbini por intermédio da amiga Clarisse Herzog, viúva do jornalista Vladimir Herzog, morto pela ditadura em 1975. A sugestão do nome para a presidência do núcleo é confirmada por ela, mas a disputa, descacterizada:

Depois da visita de Therezinha Zerbini, participei de algumas reuniões internas do Movimento. Meu nome de fato foi aventado, entre outros, para

⁴¹¹ Este modelo começou a ser positivamente veiculado entre setores de classe média dentro da euforia do milagre econômico e referia-se a uma mulher, casada ou não, com poucas preocupações domésticas e muita preocupação com o corpo, aparência física e vida sexual. GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.47.

⁴¹² ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & WEIS, Luiz. Carro- Zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). História da Vida Privada no Brasil IV: contrastes da intimidade contemporânea. P.319 a 409. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴¹³ ZERBINI, Therezinha Godoy, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. À semelhança das sufragistas atuantes no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, Therezinha Zerbini optou pela desideologização do Movimento em detrimento de uma estratégia de liderança alicerçada sobre a respeitabilidade, como forma de aumentar as oportunidades de sucesso de sua empreitada. Cf. HAHNER, June E. Emancipação do sexo feminino – a luta pelos direitos da mulher no Brasil. Florianópolis: Editora Mulheres: Edunisc, 2003, p.278.

dirigir o Movimento no Ceará. Me senti muito honrada pela lembrança, mas eu não tinha intenção de fazê-lo e deixei isso logo claro. Estava disposta a continuar a participar, como de fato fiz, mas achava que havia lideranças muito mais representativas e bem mais qualificadas do que eu para conduzir o Movimento. De modo que nem posso lhe dizer se haveria ou não aceitação do meu nome e por que motivos, pois eu mesma rejeitei de imediato a idéia”. (Sylvia Porto Alegre).⁴¹⁴

A falta de registro significativo e a negação da professora Sylvia fazem acreditar que, apesar das tensões e discordâncias, no que diz respeito à condução do Movimento, “politizadas” e “moderadas” aceitaram a escolha do nome de Nildes e representações associadas a ele. A busca de segurança, diante da repressão às atividades que extrapolam os objetivos iniciais do Movimento e, paradoxalmente, o desejo de proteção de “desvios” garantiram sua eleição e posterior recondução ao cargo. Falas referendam a conclusão:

(...) É como se a Therezinha Zerbini fosse assim uma frente legal do Movimento, entendeu? Então, precisava ter a Nildes também. Existia isso. Isso é um terror, mas existia de fato, era como se a Nildes fosse também uma frente legal para o Movimento, onde dentro existiriam aquelas pessoas que fariam realmente a transformação e fariam os interesses dos partidos lá dentro. Era como se a Nildes e a Therezinha Zerbini realmente não representassem esses interesses, entende? A gente acreditava nisso. (Marília Brandão)⁴¹⁵

Irmã de vítima da repressão, de dimensões políticas nacionais, Nildes encarna a função de “mobilizadora de sentimentos” e quase naturalizada de “protagonista dos ressentimentos”, pela percepção valorativa do papel feminino em sociedade e da consciência familiar profundamente atingida⁴¹⁶. A identidade é reforçada pelo discurso que buscava, nas memórias familiares da dor, as razões de continuidade da luta, conforme poesia publicada em março de 1979:

(...) Eu sinto no ar uma brisa macia
lembrando a infância de tanta alegria
parece que vem do seio da terra
trazendo um só corpo, perdido, morrido...
marcado no amor dos entes queridos
feito um herdeiro de povo pobre

⁴¹⁴ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. (sylviaapa@uol.com.br). Re: esclarecimentos para tese. (mensagem pessoal). Mensagem recebida por anaritafonteles@uol.com.br em 09 abr. 2008. As declarações, ao contrário de todas as outras entrevistas, foram feitas através de e-mail enviado pela professora em 09 de abril de 2008. Não foi possível realizar a entrevista pessoalmente, pois a professora reside atualmente em São Paulo, além de não ter sido citada pelas outras entrevistadas como alguém que tenha participado permanentemente do Movimento, mas apenas no início.

⁴¹⁵ BRANDÃO, Marília Lopes, 58 anos. Depoimento, janeiro de 2008, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴¹⁶ BARREIRA, Irllys. Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, n. 16, junho de 2001, p.98.

é um novo homem no gesto nobre!
 Parece cansado, andar rastejante
 Com jeito de jovem que foi militante
 Marcando no passo ao ritmo haurido...
 Pisada de fé, de volta perfeita
 Marcando no chão sua vida não feita,
 Mas vindo de longe tornar a viver
 O tempo de amor, de paz, de alegria
 Trazendo um só nome: o da Anistia!⁴¹⁷

Em face das narrativas, ela é caracterizada como pessoa “sensata”, “autêntica”, “religiosa” e “coerente”. Mas a mulher “acima de qualquer suspeita”, no entanto, também se tornou elemento de disputa de memórias no grupo. Tanto “politizadas” como “moderadas” reivindicam maior influência sobre as decisões e conduções da presidenta. Por familiares e apoiadoras, Nildes é vista como quem não cedeu às pressões externas ao Movimento, garantindo a moderação num contexto de pressão e disputa. Para quem desejava extrapolar a luta pela anistia, fazendo do MFPA braço na luta antiditatorial e sistêmica, é representada como alguém que, apesar das ponderações, apoiava ações mais ousadas:

Eu gostaria de salientar aqui que a presidente Nildes Alencar sempre se posicionava dizendo que a participação dela era realmente ligada à questão sofrida pelo Frei Tito, o irmão. E a linha religiosa dela, de ser crista, ser autêntica. Ela foi também do movimento da Ação Católica, mas ela sempre dizia que não queria enfrentamento com a ditadura mais forte. Foi o posicionamento dela. Entretanto, quando nós tínhamos de decidir um posicionamento, na prática, de enfrentamento bem maior, ela sempre ficava com o pessoal que estava na minha equipe, que no caso, eu participava. Éramos um grupo de cinco que tínhamos um posicionamento mais forte e que alguns também apoiavam. (Raimunda Zélia)⁴¹⁸

A gente era muito pro lado da Nildes. A gente gostava muito da coerência dela, da condução. Muitas vezes no nosso Movimento tinha pessoas muito loucas, muito ativas. A gente concordava, mas achava que não era o momento. E a Nildes chegava lá. Ela tinha um poder de coerência tão grande que ela sofria muito com isso, com críticas de amigas nossas dizendo que ela era passiva, porque ela era religiosa. Achavam que uma coisa tinha muito a ver com a outra. Mas era coerência mesmo. (Neidja Albuquerque)⁴¹⁹

A opção por Nildes, embora não tenha impedido o desenvolvimento de atividades de caráter mais “ousado”, originados ou não em organizações de esquerda clandestinas por integrantes do MFPA, significou a adoção de certa forma de visibilidade pública - em maior

⁴¹⁷ Maria Quitéria, mar. 1979 p. 13.

⁴¹⁸ CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴¹⁹ GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

ou menor grau, apropriada pelas integrantes - marcada por jogos de gênero, em que imagens femininas tradicionais, permeadas de valores, recato, seriedade e religiosidade, foram acionadas a fim de construir credibilidade e legitimidade para o Movimento.

Isso não implica que tenha sido a faceta mais constante do Movimento e, mesmo que a presidenta tenha agido guiada pela compreensão do papel das mulheres. Identificam-se situações em que posicionamentos marcados pelo uso do gênero se tornam mais evidentes, como no estabelecimento de relações diretas com agentes do regime, quando necessário negociar ou, mesmo, denunciar e combater arbitrariedades, ou na tentativa de angariar apoio da sociedade civil.

A relação direta com representantes do regime se dava principalmente pela defesa de presos políticos e seus direitos, muitas vezes, desrespeitados, mesmo depois de acordos entre detentos, Justiça Militar e direção do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Nesse momento, familiares tomavam a frente de demandas: melhoria do atendimento médico e pronto atendimento, garantia de condições de trabalho, por exemplo, o artesanato em couro e madeira, além do fim das restrições às visitas de familiares e amigos. Amparadas na Lei de Segurança Nacional, artigo 76, que reconhece aos presos políticos o direito a tratamento sem rigor penitenciário, as mulheres reforçavam suas reivindicações apelando, em abaixo-assinado⁴²⁰, para a denúncia da “implantação, no presídio, de clima de tensão e intranqüilidade que alcança inclusive nossos lares”.

Mas apelo e negociação não eram apenas em documentos e petições. Tratava-se de ações de diferenciação de presos e famílias da situação de pessoas detidas por crimes comuns, e possibilidade de divulgação e conquista de solidariedade para a causa da anistia. Ampliação de visitas nos fins de semana, vigílias em igrejas com a presença maciça de mulheres nas greves de fome de presos, celebrações de datas: natal⁴²¹, ano novo, páscoa, aniversário de morte de Frei Tito, tudo eram estratégias de diferenciação e conquista de credibilidade junto às autoridades militares e penitenciárias:

Fomos criando essas situações de ampliar as visitas, levando tanta gente. Quando chegávamos lá, aquela fila imensa que fica, porque passa pela BR, (...) carro chegando assim... Então dava aquela importância aos meninos lá. Na época em que eles fizeram a greve de fome, a gente fez muita campanha, celebração a manhã inteira na Igreja do Coração de Jesus. Cada vez a gente escolhia uma igreja para fazer isso. Até que chegou um ponto em que tínhamos de levar os políticos pra lá, os deputados, os vereadores, tínhamos

⁴²⁰ CEARÁ. Abaixo-assinado. 15 de setembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

⁴²¹ Havia uma preocupação do Movimento em dar publicidade a essas celebrações, inclusive nacionalmente. A realização de comemoração natalina por parte do MFPA-CE, em dezembro de 1976, no Instituto Paulo Sarasate, “com presos políticos e a participação de populares” mereceu registro nacional. Maria Quitéria, jul. 1977, p.14.

que fazer esse tipo de trabalho porque tudo isso era estratégico. (...) Nós levávamos esses políticos para lá, até que chegou a vez de levarmos D. Aloísio Lorscheider. Você já imaginou o que era isso? Levar para visitar esses presos políticos e o jornal depois estampar a notícia? Isso era respeitabilidade para o Movimento, o Movimento foi tomando assim uma conotação de seriedade, de mulheres sérias e tal. (Nildes Alencar)⁴²²

Estabelecer no espaço de visitas uma alternativa para o cotidiano suprimido pelas prisões, além de garantir o mínimo de conforto psicológico para os presos e familiares – registre-se alguns haviam sido condenados à prisão perpétua - também era forma de salientar que as famílias tinham necessidades comuns de afeto e sociabilidade, apesar da intensa campanha de condenação pública aos chamados “terroristas”⁴²³. Os dias de visita eram preenchidos com almoços fartos, pratos prediletos dos maridos, irmãos e filhos, marcados pela comemoração de aniversários, com direito a bolo confeitado, bolas coloridas e fotos de álbuns *sui generis* para a posteridade (ver anexo V). Os registros fotográficos de lembranças de famílias de ex-presos políticos, hoje, assim como outros “privilégios” foram frutos de constante negociação e pressão do MFPA, diante de normas de vigilância:

(...) Sempre eu levava um bolo, alguma coisa para a gente... Mas isso não foi logo no começo não. Demorou um tempo para a gente poder fazer essas coisas. Primeiro, até para entrar com as coisas era complicado. Depois, foi que eles começaram a entender que eles não podiam manter com a gente a revista que eles mantinham com os presos comuns, porque a nossa dimensão não era o alvo da droga, nem de nada disso. Então, fazer aquela revista, de botar a pessoa... (...) A gente nunca foi exposta a essa não. Só olhavam assim e tudo. Mas olhavam, né? Por exemplo, algumas vezes eu levava o Fábio (filho) e eles tiravam as botas e as meias do menino, está entendendo? É agressivo pra gente que está ali com intenção de levar nada, né? A lata de doce não entrava. Tinha dia que entrava tudo, tinha dia que não entrava. Você voltava com tudo que levava. Por quê? Porque isso tinha a ver com as regras da instituição que dizia respeito aos presos comuns. Demoraram a entender que tinha que ter uma outra visão. Aí, as próprias moças que faziam as revistas, com o tempo, elas foram também entendendo que tinha que ter uma outra visão. (Josenilde Cunha)⁴²⁴

⁴²² LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴²³ Esta era feita principalmente pelos meios de comunicação no período que estampavam fotos de guerrilheiros e ativistas do movimento estudantil considerados perigosos. Um episódio é especialmente marcante na história do Ceará e refere-se a prisão de militantes da ALN, em setembro de 1970, após a execução de um justicamento de um comerciante na cidade de São Benedito, zona norte do Estado. Os jornais da época anunciaram a queda do “terror”, publicando as fotos dos “subversivos” e pedindo a ajuda da população para delatar os “inimigos da Pátria”. FARIAS, Airton de. Além das armas – guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972). Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007, p. 189.

⁴²⁴ CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifo meu.

A bagagem não era apenas de quitutes e material de higiene pessoal, livros e jornais eram demandas dos presos nas sacolas. Havia, no entanto, material que pedia mais cuidado e discrição no transporte: documentos e correspondência de dentro para fora e vice-versa. Alimentavam as discussões e decisões dos presos e integrantes do Movimento ou registravam testemunhos e trajetórias de militantes para a posteridade, constituindo documentos históricos. Cabia às mulheres a responsabilidade pela entrada e saída de material “clandestino”, driblando a vigilância:

(...) O que a gente levava era bem aberto, a gente chegava com a bolsa: está aqui. Agora às vezes, assim, uma carta, uma correspondência, uma coisa, era mais complicado, a gente tinha que levar com um pouco mais de reserva, de cautela. As cartas da Zerbini eu dobrei, botei dentro da minha carteira, que não dava para ser vista, coisas assim. A gente também buscava as formas da gente, né? As estratégias da gente poder também levar alguma coisa a mais.(Josenilde Cunha)⁴²⁵

A forma de descaracterizar suspeitas das familiares e amenizar o clima de tensão era levar as crianças. Certamente não se tratava somente de uma estratégia para diminuir a desconfiança, posto que alguns casais tiveram filhos antes da prisão, ou por trás das grades, sem perspectiva de liberdade. Entrevistas apontam a tentativa de manutenção do equilíbrio emocional de presos e familiares. Torneios de futebol, com direito à torcida, recreação em tanques d’água e aniversários de crianças aconteciam dentro do presídio (ver anexo V).

Essas ações também ganham conotação de jogos de gênero, não só pelas mulheres, mas também dos homens presos que procuram tornar a prisão lugar menos austero e desconfortável para acolher os filhos e outras pessoas, contrariando, dessa forma, a imagem de violentos e perigosos, impingida pela ditadura, e atraíam visitantes mobilizados por outro sentido que não somente o político-tradicional ou a proximidade familiar:

Nunca participei de passeata, nunca fiz panfletagem. Participei de passeata e panfletagem agora. O que eu fiz foi ir ao presídio, levava as meninas, elas eram pequenas, e fizemos uma grande festa uma vez, de Natal, onde todo mundo levou a sua parte. Tinha muita coisa. Era incrível! (...) E também, eu acho que o que me comoveu a ir ao presídio também foi a minha proximidade com a Ana Fonseca. Como eu te disse, ela namorava com o Mário e ela dizia que eles (os presos) tinham muita nostalgia de criança, que era muito bom visitar. Nessa época que eu ia, eles já estavam bem melhor tratados, eles tinham um pavilhão, tinham feito um tanquezinho que chamavam piscina. Tinha uma coberturazinha de palha, um quiosquezinho, um negócio que as crianças gostavam porque ficavam tomando banho e brincavam. Eles brincavam muito com as crianças. Acho que ainda tenho

⁴²⁵ Ibidem.

em algum lugar aí uma bolsinha de couro que eles faziam para as meninas, cada uma com um nomezinho, um desenho. As crianças eram muito bem tratadas, tinha muito aconchego lá, sabe? O que era muito desagradável era você passar por toda aquela revista... E dava também um pouco de receio você levar seus filhos num presídio, né? (Socorro de Paula)⁴²⁶

Estratégias e dribles nem sempre convenciam as autoridades penitenciárias e as conquistas faziam parte do processo com avanços e recuos. É o que pode ser analisado pela leitura de documentos reivindicatórios encaminhados pelo Movimento à Justiça Militar e à direção da Penitenciária que apontam para a ameaça de direitos. Dificuldades diversas foram interpostas para dificultar o acesso de familiares e outros visitantes aos presos⁴²⁷.

As visitas de todo fim de semana restringem-se, em meados de 1977, aos sábados, com exigência do porte de identidade especial, emitida pelo presídio, o que impedia o acesso de pessoas do interior e de outros estados, além disso, afugentava os que não queriam os dados cadastrados pelos agentes da repressão política. As minuciosas revistas de visitantes e presos, antes e depois das visitas, constituíam constrangimento e, até mesmo a área interna, com salão, sanitários, alpendres e pátios arborizados, onde se acolhiam as visitas e, especialmente, as crianças, foram substituídas por sala menor e fechada.

As reivindicações do MFPA, pela recuperação dos benefícios ameaçados ou retirados, inscrevem-se na lógica nacional de atuação das mulheres no período. O rompimento do silêncio entre prisões e porões da ditadura, em todo o País, é fenômeno eminentemente feminino. Segundo Grecco⁴²⁸, a quase totalidade de cartas, petições, ofícios, apelos e gestões, encaminhados à população ou autoridades competentes, é assinada exclusivamente por mulheres. Elas garantiam, assim, a ligação dos presos com o mundo exterior, além da veiculação de denúncias, o que compreendia situações de alto risco, uma vez que os documentos denunciando atrocidades saíam dos presídios e delegacias de forma clandestina.

As memórias do enfrentamento às arbitrariedades extrapolam, no entanto, o cotidiano do presídio. O contato com a população acontecia com frequência pela necessidade de divulgação do Movimento, da venda de artesanato pelos presos políticos, principalmente, para a coleta de assinaturas de abaixo-assinados em defesa da anistia ou reivindicando melhorias

⁴²⁶ PAULA, Maria Socorro Braga de, 65 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴²⁷ CEARÁ. Abaixo-assinado. 15 de setembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

⁴²⁸ GRECCO, Heloísa Amélia. Dimensões fundacionais da luta pela anistia. 2003. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.197-198.

das condições dos presos políticos. Nesse momento, falas “politizadas” mesclavam-se a apelos em que identidades de gênero eram acionadas como poderosas ferramentas de convencimento:

(...) Quando a gente pegava a assinatura de uma pessoa, que a gente descia do palanque, tentava convencer assim, a gente via uma mulher bem simples e dizia: “Olhe, a senhora tem filhos? Pois olhe, aquela mulher e aquela ali, os filhos delas estão presos lá no IPPS. E sabe porque o filho dela está preso?” (E elas diziam) É mesmo, aquela mulher que está ali tão ativa? Pois é, pois sabe porque o filho dela está preso? Porque foi daqueles estudantes que saíram nas passeatas contra o Governo, contra a ditadura”. E, às vezes, a gente não falava nem na ditadura, porque chocava. Contra o governo, contra a exploração, é isso. E ela: “Pois eu vou assinar”. Entendeu? (risos) Tentávamos convencer as pessoas simples assim. (...) Mas também tínhamos muito apoio dos homens. Os homens gostavam. Eles diziam: “Minha filha, parabéns! É a segunda vez que eu vejo vocês aqui falando e vocês só falam a verdade”. Era um movimento muito aceito. (Neidja Albuquerque)⁴²⁹

Claro, a gente apelava sim, sempre apelava. Justamente por ser mulher, né? Aliás, eu apelava para isso desde quando eu era criança. Quando eu era criança, eu era menina, mas eu gostava de participar mais das brincadeiras do meu irmão, que era logo depois de mim. Então, ele arranjava as brigas lá, mas ele não ia encarar os meninos, quem ia lá era eu. Aí eu chegava, batia nos meninos e depois (dizia): “Homem não bate em mulher. Homem que bate em mulher é um covarde. (...) A gente usava quando era nas coisas assim que a gente sabia que existia gente da polícia no meio. A gente falava mal mesmo e assim usava mais ou menos esses argumentos. Que sendo mulher, eu, pelo menos, me achava com muita disposição para encarar. (Digessila Bezerra)⁴³⁰

As narrativas tampouco estão restritas ao que contam as familiares. Disputas acirradas não impedem que relatos de jogos de gênero façam parte também das narrativas dos que não têm laços de parentesco com presos políticos, mesmo que não reconhecidos ou rejeitados.

Um momento é especialmente reconstruído em relatos: o julgamento de 39 militantes do PC do B, nos dias 27 e 28 de abril de 1977, na Auditoria Militar, em Fortaleza. Documentos do MFPA destacam a presença maciça de familiares dos acusados, além de “intelectuais, artistas, religiosos, advogados e donas de casa”⁴³¹ e falam da “solidariedade” do auditório, presente todo o julgamento, cerca de 20 horas.

Há ações sobre isso, no entanto, não registradas em papel, apenas em memórias reconstituídas de militantes. É o caso do banquete preparado para servir aos réus, durante dois

⁴²⁹ GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifo meu.

⁴³⁰ BEZERRA, Maria Digessila Dantas, 64 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴³¹ MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Boletim Informativo, Fortaleza, 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho, p.7.

dias, que envolveu mulheres e crianças. Era um embate silencioso feito por meio de comida e cuidado, apontado como fundamental para a absolvição de 32 dos julgados e para o fortalecimento dos laços afetivos entre os militantes, homens e mulheres, dentro e fora do Movimento:

Quando houve o julgamento aqui dos 39 do PC do B, nós tivemos um papel importantíssimo. Houve o julgamento do Duarte, teve o posicionamento da doutora Wanda. Eles, do Exército, já são todos cheios de si. Imagina na ditadura. Ficavam os presos sendo julgados, os advogados e os familiares. Sim, nós éramos vigiados para entrar no julgamento, éramos revistados. Até por esse processo a gente passava. E o que a gente percebia? Pra eles vinha cafezinho, vinha suco, sabe aquela ostentação? E os daqui, nada. Foi aí que a gente organizou, porque foi um dia e uma noite, parece que o julgamento só saiu no outro dia. Nós fizemos a rigor e a gente ia servir os presos melhor do que eles. Nós fizemos em termos de lanche, em termos de apoio moral e de se manifestar (Raimunda Zélia)⁴³²

(...) Quando houve o julgamento do pessoal do PC do B, que tinha a presença de José Duarte, que era considerado um verdadeiro mito, um senhor idoso que em todos os momentos afirmava que era comunista, (...) nós botamos nessa época, com as pessoas se identificando, 500 pessoas na Auditoria Militar, onde estava havendo o julgamento. (...) As ligações iam criando essa tessitura mais do que política, afetiva. Quando eu conheci o José Duarte, eu quase morro de amores por ele. É tanto que, no dia da audiência, eu falei tanto em casa (chora e faz uma pausa), e quando eu acordei, minha filha estava fazendo sanduíche para levar para o vovô (chora novamente). (Maria Luíza Fontenele)⁴³³

Muitas vezes, há dificuldades de narrar jogos em entrevistas, entre ligar e desligar o gravador. Aparecem não como relatos, permeados de ressalvas ou justificativas, mas como coisas só possíveis de serem contadas em conversas informais entre pesquisador e entrevistado. Não se trata de impedir revelação de informações, pois não se pede veto. Na verdade, é como se não fizessem parte da militância real, reforçando, em momentos a manutenção da oposição entre o que pertence ao mundo do público e do privado. O comportamento pode ser observado no encontro com a ex-militante do MFPA, em Tauá e Crateús, Francisca Sobrinho.

Em entrevista gravada, ela limitou-se a falar dos aspectos formais do Movimento e da organização local, mas só revelou aspectos pessoais, medo e enfrentamento, depois de encerrada a entrevista. Em segundo momento, as histórias foram contadas de forma

⁴³² CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴³³ FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifos meus.

descontraída e episódios de “jogos” foram revelados. É o caso de relatos de transporte de material de panfletagem, de forma clandestina, em constantes viagens de ônibus entre Fortaleza e Crateús, ou sobre o furo ao cerco da Polícia Federal à casa de militante, para alertar os parentes para não prestarem informações comprometedoras. Utilizou, para isso, a justificativa de que estaria levando material de costura para cobrir botões e foi a única liberada a entrar na casa. Cumpriu, assim, sua “tarefa”.

Pela análise de entrevistas e documentação do núcleo do MFPA, as ações políticas do Movimento avançavam com a imbricação de atividades, ora marcadas pelo gênero, ora por atos mais próximos à linguagem da resistência de esquerda, no momento: comemoração do dia da mulher pela Associação Cristã Feminina (ver anexo VI), viagem a São Paulo pelas liberdades democráticas, em encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); livro de ouro ou rifas para arrecadar dinheiro para as atividades, venda de jornais alternativos; mobilização para compra de geladeira nova para os presos políticos; denúncia de prisões arbitrárias em nota de jornais ou pichações e panfletagens, de madrugada.

O caráter, por vezes ambíguo, das atividades do MFPA provocava reações diversas em atores sociais diretamente relacionados com a atuação política: agentes da repressão, vinculados aos órgãos de segurança, e presos políticos defendidos pelo Movimento. Entre o medo e a exaltação, as mulheres do MFPA construíram sua trajetória.

4.4 – Entre o medo e a exaltação

Cuidados e utilização de imagens tradicionais femininas, em momentos, não livraram o Movimento Feminino pela Anistia da vigilância e repressão dos órgãos de segurança. Apesar de considerado momento menos intenso de repressão, comparado ao período entre os anos de 1968 e 1972, o intervalo entre 1976 e 1979, é marcado pela repressão “dissimulada e seletiva”⁴³⁴, contra oponentes considerados perigosos, que representavam ameaça real às pretensões de continuidade do regime militar, o que incluía agrupamentos comunistas remanescentes não envolvidos na luta armada, setores mais aguerridos do MDB e movimentos de trabalhadores urbanos e rurais.

⁴³⁴ MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi L. de e SWENSSON JR. Walter Cruz. Contra os inimigos da ordem – a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 66.

Nesse período, parlamentares eram cassados, PCB e PC do B, duramente perseguidos, o movimento estudantil em rearticulação é alvo de violenta repressão. Tenham-se episódios como a invasão do campus da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em setembro de 1977, e o movimento operário com militantes assassinados em manifestações grevistas, como as ocorridas em 1979, em São Paulo .

O MFPA, no Ceará, e resto do Brasil, não estava salvo da vigilância e tentativas de averiguação do regime autoritário. Relatos de militantes seguidas por veículos “suspeitos”, vigilância ostensiva com registros fotográficos à luz do dia, nas entradas de locais de reuniões, desconfiança e descoberta de agentes policiais com gravadores em reuniões nas Igrejas, estão presentes em praticamente todas as entrevistas:

Nessa primeira reunião tinha duas pessoas que a gente nunca conseguiu identificar, que a gente tem certeza que eram policiais. Por isso que a gente saiu de lá e teve que ir para outro lugar. E quando foi no dia da vigília da (Igreja) São Raimundo tinha também. Eles iam. Os policiais iam e eram infiltrados, pessoas acintosas que você via que eram da polícia. E você não podia dizer nada. (Nílvea Amorim)⁴³⁵

Fiquei assim muito visada. A Polícia Federal nos seguia de carro o tempo todo. Eu chegava aqui no meu apartamento, ali na (rua) Manoel Jacaré, descia para almoçar e o carro ficava lá fora de plantão. Eu almoçava, acabava o almoço, uma hora saía de novo e a polícia me acompanhando. A reunião terminava, geralmente dez horas da noite, porque era muita coisa pra gente analisar, encaminhar. Do outro lado da calçada estava o carro da Polícia Federal, um volksinho branco. (Nildes Alencar)⁴³⁶.

O acompanhamento das ações militantes era uma realidade (ver anexo VII). Mesmo locais considerados mais seguros, porque mais restritos, como escola particular, eram passíveis de infiltração de agentes da repressão. Coquetel de confraternização do Movimento, em janeiro de 1978, teve registro detalhado, com lista nominal dos participantes já fichados no Serviço Nacional de Informações (SNI), na preocupação clara de mapear as ações dos integrantes da oposição, e vinculação do MFPA à ação “subversiva”.

No dia 03 de JAN de 78, o Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo do Ceará realizou no Instituto Educacional de Alencar, de propriedade de sua presidente , Nildes Alencar Lima, um coquetel de confraternização reunindo componentes do próprio movimento, estudantes, políticos do MDB, elementos do clero, do jornal “MUTIRÃO”, da Sociedade Cearense de Defesa do Meio Ambiente – Socema e representantes de outras entidades

⁴³⁵ AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴³⁶ LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

que compõem o “Grupão”, responsável pela prática de atividades contestatórias nesta capital (assunto objeto de Infão 369/116/AFZ/77)⁴³⁷.

O conteúdo de faixas era minuciosamente descrito, assim como portadores identificados, as falas tinham relato pormenorizado e documentos, notas e panfletos eram anexados como prova. Em alguns documentos,⁴³⁸ o Movimento é tratado como uma das “organizações de fachada legais” para atuação de ativistas “subversivos”, junto a outras entidades como o Comitê Brasileiro pela Anistia, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Associação dos Sociólogos do Estado do Ceará, dentre outros.

Militantes foram detidas para averiguação, ou chamadas a prestar esclarecimentos na Polícia Federal,⁴³⁹ sobre a possibilidade de envolvimento em grupos políticos. As detenções geralmente aconteciam depois de pichações ou de atos organizados pelo Movimento. Punição utilizada contra as militantes foi a demissão de empregos públicos, por exemplo, como aconteceu com a psicóloga Socorro Saldanha, servidora do INSS, demitida por escrever artigos para o jornal Mutirão, chamada a prestar depoimento na Polícia Federal por ter auxiliado na vendagem do jornal⁴⁴⁰. Para ela, isso significou ataque indireto ao Movimento Feminino pela Anistia:

Da anistia eles não tiveram coragem de chamar ninguém. Eles me chamaram por conta do jornal, está entendendo? (...) Eu fui lá prestar o depoimento e nós fizemos também uma carta, divulgamos para o Brasil toda essa carta pros jornais e tal, denunciando que a gente estava sendo chamada pela ditadura, que eu não era nenhuma bandida, não era nenhuma marginal. Por que eu estava indo? Foi um negócio muito terrível para mim, me marcou demais. (Socorro Saldanha)⁴⁴¹

⁴³⁷ ACE 110 364/78, 1978, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).

⁴³⁸ ACE A0021623, 1979, Departamento de Polícia Federal. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).

⁴³⁹ Francisca Sobrinho recorda-se de ter sido detida por dois dias depois de participar de uma panfletagem num jogo de futebol. Ela não recorda a data, assim como Raimunda Zélia Carvalho que foi detida “por pouco tempo” depois de ser pega fazendo uma pichação para divulgar uma das greves de fome de presos políticos. Nílvea Amorim foi chamada à Polícia Federal para prestar esclarecimentos sobre uma possível participação em grupo político, logo depois da realização da Jornada de Direitos Humanos em novembro de 1977, mas ela refutou as acusações dizendo ser apenas ligada sentimentalmente a um preso político.

⁴⁴⁰ O jornal Mutirão foi lançado no Ceará em agosto de 1977, a partir da iniciativa conjunta do Movimento Feminino pela Anistia, militantes de várias tendências progressistas, intelectuais de esquerda, profissionais liberais, movimentos populares de bairro e jornalistas. O objetivo da publicação era lutar pela democratização do País, posicionando-se de forma crítica contra a ditadura, a defesa da anistia e dos presos políticos, a luta pelos direitos humanos e convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Cf. AZEVEDO, Kátia. Mutirão – jornal alternativo do Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2002.

⁴⁴¹ SILVA, Maria do Socorro Saldanha e, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

Integrante de maior visibilidade, a deputada estadual Maria Luíza é ameaçada de morte e alertada sobre a possibilidade de ser vítima de flagrante forjado de porte de drogas.

Foi à minha casa uma funerária saber qual era o tamanho do meu caixão. Cheguei em casa e estava o pessoal apavorado. Eu estava em meu gabinete e recebi um telefonema dizendo: “Faça seu último pronunciamento”. O pessoal tentou incriminar a gente. A Luíza Teodoro tinha uma relação com o Governo do Estado, através da educação, e ficou sabendo que queriam me incriminar botando maconha dentro da minha bolsa. Era uma coisa meio ridícula porque nunca me viram fumar, nunca me viram beber. Como ia ser isso? Mas eu passei a ter mais cuidado com a bolsa. Logo em seguida, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos foi preso por questão de maconha. (Maria Luíza Fontenele)⁴⁴²

As ameaças ganhavam, ainda, caráter de violência sexual, a exemplo do que aconteceu com militantes de esquerda, presas pelas atividades com a guerrilha⁴⁴³, no período, em clara demonstração do maior estranhamento pela presença de mulheres em atividades políticas de enfrentamento à ditadura. A censura a comportamentos menos tradicionais para a época faziam parte da estratégia repressiva que se utilizava de calúnias e desconstrução da imagem pública:

(...) Tinha fatos, a gente fazendo atos na praça, aí passou um militar, e eu era muito nova e usava calças jeans muito justas, e ele dizia: “Eu queria ver essa bichinha era lá dentro. Eu sei o que eu fazia com ela, com essa calcinha justa dela (fala imitando voz de homem). O pessoal que ouvia vinha me dizer.

(...) Perguntaram, na época em que eu fui candidata, como a Igreja me apoiava se eu era divorciada. Será que eu achava que ia ser eleita dando? Aí, o padre disse: “É dando que se recebe” (risos). Foram dizer pro Dom Aloísio (Lorscheider) e ele disse que eu era muito autêntica, que eu era uma santinha. (Maria Luíza Fontenele)⁴⁴⁴

Em outro extremo, demonstrações de gratidão e exaltação da figura feminina permeavam as relações entre presos políticos e militantes do MFPA, num comportamento similar, hoje, da construção da memória do movimento de anistia. As mulheres eram homenageadas na figura de mães e companheiras, em quem era possível confiar e contar, a todo momento, portadoras da “esperança” e do “acalanto”. As exaltações eram externadas

⁴⁴² FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁴³ COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p.81.

⁴⁴⁴ FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifo meu.

através de poesias, cartões de natal e aniversários ou ainda de peças de artesanato em couro ou madeira, guardadas até hoje, por ex-militantes.

Em discursos de presos, exaltam-se as mulheres por sua coragem e espírito solidário, identificadas com a almejada liberdade, como na poesia oferecida por presos, no natal de 1977, à Josenilde, chamada por eles de Tota:

Tota,
Em ti eu creio
Com uma fé que conquistei quando te conheci,
Que cresceu quando te perdi,
Que se tornou irremovível quando te compreendi.
Em ti eu creio porque me destes ensejo, significado,
A toda a minha vida, a todo meu passado
Em ti eu creio, quase mesmo te amo loucamente,
Com carinho, ternura, com cuidado
Em ti eu creio
Na tua simplicidade, na beleza dos teus encantos
Nos sonhos que são realidade
Em ti eu creio – LIBERDADE –
Como jamais!
Um carinhoso e fraterno abraço.⁴⁴⁵

Os escritos mesclavam representação tradicional do feminino com o reconhecimento da necessidade de mudança da situação das mulheres identificadas como oprimidas pelo Estado, pelo sistema capitalista, mas também pelos homens. Se a situação específica de repressão a mulheres e homens, nesse contexto, representou o surgimento da consciência de gênero, implicando mudanças de comportamento para ex-presos, ou se as palavras apenas reforçavam a homenagem pretendida, é algo que poderá ser esclarecido em pesquisas específicas.

A detecção de temática de homenagens, no entanto, é um dado a ser considerado, sobre a popularização de reivindicações do movimento feminista, entre os adeptos da esquerda ainda que de forma reapropriada. É o que se observa na poesia⁴⁴⁶ escrita em alusão ao dia da mulher comemorado em 08 de março de 1976, pelo militante histórico do PC do B, José Duarte, preso no IPPS:

À mulher, rainha querida do lar
O nosso maior preito de confiança
Não permitiremos que continuem a escravizar
De quem o mundo é esperança
...

⁴⁴⁵ CUNHA, Fabiani et al. Tota. Itaitinga: 1977. Pirogravura. Arquivo Josenilde Cunha.

⁴⁴⁶ DUARTE, José. Na passagem do dia internacional da mulher. Itaitinga: 1976. Arquivo Josenilde Cunha.

(...)
 Estaremos sempre firmes, lado a lado
 Sois da população mais da metade
 Contra os tiranos e o Estado
 Alcançaremos a plena liberdade

Vossa coragem nos enche de orgulho
 Confiamos na bravura de vossos feitos
 Da terra varreremos injustiças, o entulho
 Que esbulham vossos sagrados, justos direitos

...

(...)
 Uni-vos mulheres de todas as raças e crenças,
 Para conseguirdes os direitos todos iguais
 Remover entre mulheres e homens diferenças
 Nas fábricas, nos escritórios, nos tribunais

Suportar prisão, para muitos, sem perspectiva de libertação, melhorias das condições de encarceramento, notícias do mundo exterior, relação de diálogo e desabafo durante visitas ou através de correspondências, abrigo e proteção depois de liberados, mas ainda perseguidos e vigiados são condições e sentimentos que fortalecem o estabelecimento de laços afetivos entre os presos e as mulheres militantes do MFPA, e ajudam a explicar a exaltação e reconhecimento das homenagens.

É importante lembrar, no entanto, que, para além das relações familiares entre militantes e presos, havia mulheres mobilizadas por razões políticas, laços de amizade e solidariedade, para quem a simbologia ou o imaginário de prisioneiros e trajetórias políticas constituíam importante fator de engajamento. O imaginário estava perpassado por valores, valentia, coragem, comprometimento com a luta, lealdade, características associadas aos guerrilheiros. Assim é possível encontrar, em relatos de homens e de mulheres, elementos de compreensão do fortalecimento das relações e imbricações com a questão de gênero, em situações específicas do momento:

Nós vemos a importância muito grande que as visitas tem para nós. Nós sabemos das dificuldades imensas que estas pessoas enfrentam e nós temos um carinho muito especial por elas. Porque na realidade nós passamos a semana toda em função desse dia de visita que é uma oportunidade que nós temos de manter a comunicação com o mundo exterior. É a oportunidade que nós temos, inclusive, de nos humanizarmos mais, porque a prisão cria um mundo todo à parte e por mais que a gente tente manter laços com o quotidiano aí fora, é muito difícil ter uma medida exata dos problemas que são enfrentados no dia-a-dia. (...) É como se os presos vivessem apenas um dia na semana, porque o resto é pela metade, como que estivesse faltando na

peessoa um dos sentidos, talvez o maior deles, o da liberdade⁴⁴⁷. (Valdemar Menezes)

O Genoíno foi muito fundamental para o movimento da anistia, para a minha permanência porque ele ficou preso aqui. Eu decidi ir num dia de domingo para a visita. Eu disse: “Eu vou. Vou”. Aí, fui, entende? Se quiserem, removam meu contrato, se não quiserem não removam. Assim, com uma certa raiva, né? Aí eu fui recontratada de novo, apesar da visita ter sido feita, foi uma visita de natal. Me lembro muito bem, no natal tinha essa coisa de visitar presos, então podia ter esse caráter(...) Mas depois eu fiquei indo com certa frequência sem problema. E aí, eles tinham feito uma bolsa para mim, umas bolsas bonitas que eles faziam lá de couro. O Genoíno tinha feito uma para mim. Eu fui pegar minha bolsa e participar da festa, uma festa lindíssima. Eu cheguei atrasada e ele ficou atrasando a festa pra eu chegar. E não estava na minha cabeça ir, estava com medo (Marília Brandão)⁴⁴⁸

Não existia nada organizado na época do Movimento pela Anistia, nada assim de organização sindical, que pudesse expressar alguma coisa. Então, nem se visitava os presos políticos. E aí, eu comecei numa inquietação muito grande porque eu queria ver os presos políticos, especialmente o Genoíno, que eu conhecia. (Angélica Monteiro)⁴⁴⁹

4.5 – Transformações da subjetividade na experiência do MFPA

Foucault caracteriza o homem como “animal de experiência”⁴⁵⁰, pois, no curso de sua história, não cessa de se construir a si mesmo, mudando ou transportando o nível de subjetividade e constituindo-se numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes. O processo não termina e nem leva à presença de algo que se aponte como o homem, o que afasta a idéia de sujeito como substância universal e o aproxima da idéia de sujeito em constante processo de constituição. Levando em consideração essa elaboração e o conceito de

⁴⁴⁷ Depoimento do então preso político Valdemar Menezes. *Mutirão*, n. 10, 1978, p. 08.

⁴⁴⁸ BRANDÃO, Marília Lopes, 58 anos. Depoimento, janeiro de 2008, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. O Genoíno a que se refere o depoimento é o deputado federal petista José Genoíno, que se construiu como liderança do movimento estudantil em Fortaleza e posteriormente participou da Guerrilha do Araguaia, como militante do PC do B. Após capturado e julgado, foi transferido para o IPSS no Ceará, onde terminou de cumprir sua pena por um ano e quatro meses, depois de ter passado por prisões em Brasília e São Paulo, sendo libertado em abril de 1977. O contrato de que fala é com a Universidade. Uma comissão de informações interna na Universidade Federal do Ceará avaliava, ano a ano, a renovação dos contratos de professores e servidores com base em participação das pessoas em atividades que atentassem contra a “segurança nacional”.

⁴⁴⁹ MONTEIRO, Angélica, 60 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁵⁰ Apud ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p.43.

experiência como algo que constitui sujeitos,⁴⁵¹ pode-se pensar a importância do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará para as mulheres participantes.

Ex-militantes se construíram e se constroem com experiências, antes e depois da participação no Movimento. O ato de narrar o que passou torna-se, por si mesmo, processo em que se constituem⁴⁵², na relação com suas memórias. De qualquer forma, nos relatos das mulheres, a participação no MFPA é construída como experiência marcante. Trata-se de identificar e analisar, pelas narrativas, aspectos de possíveis superações dos níveis subjetivos, de transformações na construção de si, e implicações para a vivência de temas como política, participação social e relações de gênero. Para pensar esse aspecto, tem-se a concepção de Guattari⁴⁵³, de subjetividade como “essencialmente fabricada e modelada no registro social”, à qual o indivíduo pode submeter-se como a recebe ou expressar-se e criar reapropriando-se de seus componentes.

Aspectos comuns das entrevistas, quanto a superações, apontam como elemento-chave o reconhecimento da possibilidade de ação e mobilização no enfrentamento da ditadura, apesar do medo de repressão, encarceramento e torturas. Isso implicou resistência mais aberta, subterfúgios e estratégias para escapar de situações de opressão, neste quadro de relações de poder⁴⁵⁴.

É certo, no entanto, que os sentimentos de enfrentamento do medo variavam bastante entre as mulheres e diziam respeito às identidades no momento (militantes, familiares). Entretanto, subverter a situação de temor, expressar-se, constituir-se em lideranças é apontado como conquista, deslocamento registrado de diversas formas pelas narradoras:

(...) A (Therezinha) Zerbini falou, foi muito bonita a fala dela. Depois quando ela terminou de falar, eu disse: “Minha gente, alguém da gente tem que falar, não é?”. Porque alguém tinha de dizer uma coisa ali. Aí, cadê a coragem de falar? Tinham as pessoas amigas, mas essas não iriam falar. Se a gente da família, que estávamos ligados diretamente com o problema, estávamos com medo, avalie quem era só amigo. Eu disse: “Eu vou”. Vou lá”. Aí, fui, falei em nome dos familiares dos presos políticos de Fortaleza, que a gente estava começando esse movimento e esperava poder contar com

⁴⁵¹ SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (orgs). Falas de gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p. 26.

⁴⁵² Isso nada tem a ver como uma abordagem terapêutica sobre a história oral, mas ao fato de que ao contar a sua história a outra pessoa, o entrevistado vai estar sempre elaborando seu passado e fazendo descobertas sobre si mesmo, num processo de construção de identidades. Cf. ALBERTI, Verena. Ouvir contar – textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.52.

⁴⁵³ GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica – cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 42.

⁴⁵⁴ Essas relações de poder estão sempre presentes nas relações humanas, sejam elas institucionais, políticas, econômicas ou amorosas, mas não devem ser identificadas com algo imutável, mas possível de sofrer modificações, não sendo dadas de uma vez por todas. Cf. MOTTA, Manoel Barros (org). Ética, sexualidade e política/ Michel Foucault. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006, p.276.

a colaboração de mais gente, porque para o movimento ir pra frente a gente precisava de apoio, não poderia ser só as famílias. A gente pediu que as pessoas se engajassem nessa luta. A minha surpresa foi quando eu terminei de falar, o auditório inteiro ficou de pé e foi muita palma. Foi um momento assim muito emocionante, para mim, para todo mundo que estava lá. Aí, quando era pra falar alguma coisa, vai a Tota que ela tem as costas largas, entendeu? (Josenilde Cunha)⁴⁵⁵

(...) Eu vi esse pensamento uma vez num livro, nunca mais me esqueci, e sempre cito isso: “A coragem não é a ausência do medo. É a consciência da necessidade. Realmente quando eu saí da prisão, passei esse ano lá em Quixadá e quando eu voltei para cá, eu particularmente, que não tinha medo de nada antes, fazia qualquer coisa e não tinha medo, realmente eu fiquei com medo. Essa coisa de ficar com medo de estar sendo seguida, e que pode ser presa novamente, entendeu? (...) O Movimento Feminino pela Anistia foi importante porque foi através dele que também esses medos foram superados. Quer dizer, esse medo que as pessoas sentiam, a gente também sentia. Se dizia: gente, vocês não têm medo não? Ninguém está falando aqui que não tem medo. A questão é como a gente enfrenta e supera o medo. (Rosa da Fonseca)⁴⁵⁶

É sintomático que, em narrativas, histórias de perigos, dribles à polícia ou a patrões, doses maiores de “sangue frio” sejam bastante enfatizados. São rupturas com o cotidiano da maioria, pelas demandas de situação extraordinária que indica fortalecimento de sentimento de coragem, utilizado para definir o grupo de mulheres. Na construção da história da esquerda brasileira, esse é o valor majoritariamente relacionado aos “grandes homens”, cabendo às representações de mulheres papéis de coadjuvantes⁴⁵⁷. O reconhecimento público do trabalho e perceber-se “furando o cerco”, transgredindo, ajudam a compor esse sentimento e a história de outra forma:

Um dia eu vim aqui perto do (Clube) Náutico, nós tínhamos mandado fazer uns cartazes assim do tamanho de uma folha de ofício, só o nome bem grande, preto: anistia. Vamos fazer como fazem por aí, pregar nos carros. Porque o nosso símbolo era muito doce também, era aquela pomba, MFPA. Então vamos botar anistia mesmo, o nome, vamos começar agora. E mandamos fazer e colamos no carro, bem grande, em negrito: anistia. E sempre era a gente que tinha carro. Quem não tinha levava na sua sacola, a gente vivia de sacola na mão, viu? Quando eu fui passando pelo Náutico, com o nome no carro, me sentindo assim a própria Bárbara de Alencar, a mulher corajosa, né? É tão interessante, a gente tem essa sensação mesmo. A gente tem essa sensação de heroína, de estar fazendo algo a mais que não era possível e a gente estava conseguindo. A coragem levanta a auto-estima

⁴⁵⁵ CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁵⁶ FONSECA, Rosa Maria Ferreira da, 59 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁵⁷ GOLDENBERG, Miriam. Mulheres e militantes. *Revista Estudos Feministas*. Ano 5, n.2, 1997, p.349-364.

da gente. (...) Quando eu fui passando no Náutico, o sinal fechou, aí eu vi um senhor, não sei se era rapaz, casado, não sei: “- Ei, você tem esse cartazinho aí? Passa um pra mim?” Está entendendo? Aí, eu disse: ‘Pronto, a partir de agora a anistia vai pegar mesmo, porque quando o povo começa a querer um papelzinho e tem coragem de pregar no seu carro’. Está entendendo? (Nildes Alencar)⁴⁵⁸

(...) O Movimento Feminino pela Anistia era assim. Uma pessoa era presa, a gente chegava para prestar ajuda – advogado, ajuda financeira. A Socorro disse: “Neidja, vamos ter de ir lá na casa do fulano de tal, visitar”. Eu me lembro que nós nos descaracterizamos para entrar lá na casa. A gente sabia que a polícia estava lá na área. Eu me lembro que eu e a Socorro botamos umas roupas, uma peruca. Eu sei que nós chegamos todas diferentes. Quando nós chegamos na casa dessa senhora, nós fomos logo entrando, a mulher nem tinha mandado a gente entrar. A gente entrou com medo, porque sabia que tinha um carro lá na frente que era da polícia. A gente identificava já, sabia quem era, sabia como eram os tipos, os tipos de carros. Quando a gente entrou na casa da mulher, a gente falou que era do Movimento Feminino pela Anistia e a mulher: “Não, eu não quero vocês aqui não”. E a gente: “Minha senhora, não grite não. Tem gente aí fora, da Polícia, vigiando a sua casa”. Aí foi que botamos ela com os pés no chão. (Neidja Albuquerque)⁴⁵⁹

O José Duarte estava preso em São Paulo (e seria transferido para Fortaleza), aí o Luís Eduardo Greenhalg, que era o advogado dele ligou dizendo: “Olha é importante que ele saiba que vocês sabem que ele chegou e que a polícia saiba que vocês estão sabendo que ele chegou. E ninguém sabia o horário. Aí, marcamos na Anistia quem iria para o aeroporto. E aconteceu que o vôo que a Maria Luíza ia ficar atrasou. Ela estava lá na hora, estava o Luís Carlos que era meu companheiro e uma pessoa do jornal Movimento de Belo Horizonte que eu não lembro o nome. Então a gente estava lá, eu e a Maria Luíza, lá encima quando a gente viu uma caminhonete se aproximar com o Zé Duarte. Aí ele desceu de cabeça baixa, quebrado mesmo. E a gente lá encima do aeroporto: “Duarte, Duarte!”. Aí a polícia olhava e ele não olhava a gente. O que a gente fez? Pegamos o carro, era uma Brasília, eu e a Maria Luíza na frente. Aí quando o carro da polícia saiu, nós ficamos atrás do carro, faróis apagados, ô loucura. Atrás eles abriam, sabe? Ligava as luzes, botava as metralhadoras pra fora. Aí, quando chegou mais ou menos na Avenida da Universidade, a Maria Luíza saltou e eu fui. (...) Eu comprei um pijama, escova de dentes, essas coisas. Cheguei no hospital da polícia: “Por favor, tem o pai de uma amiga minha que chegou agora, nem sei o nome direito”. Deixaram eu entrar, cheguei, abracei o Duarte, entreguei as coisas. Depois eles chegaram e foram me pedir a carteira, aquela pressão, porque ele era considerado assim um perigo. (Angélica Monteiro)⁴⁶⁰

⁴⁵⁸ LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifo meu. A Bárbara de Alencar a que ela se refere é a heroína cearense, única mulher a participar da Revolução de 1817, que uniu Pernambuco e Ceará na luta pelo fim da monarquia e advento da República no Brasil. Ela integrou-se à luta da qual participavam seus três filhos e é considerada a primeira presa política brasileira. ARAÚJO, Ariadne. Bárbara de Alencar. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

⁴⁵⁹ GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁶⁰ MONTEIRO, Angélica, 60 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

Tem-se, nesses relatos, a sistematização, pela memória, de trabalho ético de militantes, no sentido de se transformar a si mesmas em sujeitos morais de sua conduta. Moral é entendida no sentido foucaultiano, não somente como seqüência de atos em acordo com a lei ou regra, mas como ação que, em relação com o real e com o código ao qual a ação se refere, demanda relação consigo mesma, superando sua consciência, abraçando a tarefa de constituição de si, em que o indivíduo define sua posição em relação às regras, tem certo modo de agir e, o que é mais importante, para realizar-se, age sobre si mesmo, conhecendo-se, controlando-se, pondo-se à prova, aperfeiçoando-se, transformando-se⁴⁶¹.

Nesse sentido, o MFPA se coloca como possibilidade de ação dentro do que se preconiza código moral para a “boa mulher”, especialmente no que toca ao cuidado e zelo com a família, que extrapola a função na medida que integrantes do Movimento encontram formas distintas de se constituírem como sujeitos que as desafiaram, aperfeiçoaram, e colocaram à prova, mas também ensinaram a manter o controle, dedicar-se, e a renunciar certas escolhas em nome do outro, num processo em que a vida é dada como exemplo correspondendo ao ideal de amor, de família.

Esses aspectos podem ser especialmente observados nas narrativas de familiares, ao falarem da espera sem perspectivas dos maridos condenados a longas penas ou no adiamento de projetos pessoais em nome da luta pela libertação dos parentes:

E a gente ficou, foi ficando. E nessa época não tinha horizonte nenhum a respeito de como essas pessoas iam se liberar. Mas eles eram muito confiantes, sabiam que ia acontecer alguma coisa. (...) O William tinha sido condenado a pena perpétua mais três anos. (Nílvea Amorim)⁴⁶²

(...) A primeira reunião foi na casa da Maria Luíza. Ela estava chegando dos Estados Unidos. Eu fui com a mamãe lá, tinha 18 anos. “Aqui vai ser a primeira reunião do Movimento Feminino pela Anistia. E daqui pra frente nós vamos fazer outras reuniões”. E eu comecei a me envolver muito, com ela. Eu sempre ia com a mamãe, sempre tive muito ao lado da mamãe. E eu digo assim, eu casei com 26 anos. E hoje a idade boa de casar é essa, com 26 anos, 30. E na minha época não era, era 20. E eu dizia que só ia me casar, quando lá em casa estivesse tudo resolvido, quando o do exílio tivesse voltado, o outro estivesse solto. Tudo ok. Com três meses não, com oito meses depois, eu me casei. Tava tudo já calmo. Até isso atrapalhou um pouco a minha vida. Eu me apaixonei por algumas pessoas maravilhosas, mas eu não queria casar. (...) Isso era um empecilho para mim. Eu achava

⁴⁶¹ MOTTA, Manoel Barros (org). Ética, sexualidade e política/ Michel Foucault. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006, p. 214.

⁴⁶² AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. O William a que se refere é William Montenegro, ex-marido, preso em 1970, após um justicamento no interior do Ceará, comandado pela Ação Libertadora Nacional, da qual era dirigente.

que não podia me dar ao luxo de ser feliz se eu via a família toda naquelas condições (Neidja Albuquerque)⁴⁶³

Sobre a transformação de si, elemento mais presente nas narrativas diz respeito ao crescimento político, ampliação da percepção do mundo e, no caso específico, das que mantinham militância anterior, a possibilidade de avançar na participação em movimentos sociais que se reorganizaram pela luta pela anistia, como o de professores e o de bairros e favelas:

(O MFPA) pra mim foi o ponto inicial, está entendendo? Foi o primeiro chute! Foi lá que eu comecei a me descobrir como gente, como pessoa humana, consciente, como agente político de transformação, de mudança. E é uma história muito interessante porque a minha idéia dessa luta de transformação do mundo mudou muito. Eu, na minha formação como psicóloga, me imaginava assim ajudando as pessoas. Era assim o bem comum e era assim que eu ia chegar um dia a transformar o mundo. Eu percebi que não é nada disso. (Socorro Saldanha)⁴⁶⁴

De manhã, de tarde e de noite era a serviço da anistia. Mas vendo no sentido mais amplo, porque só haveria anistia com mudança, com a redemocratização do País. Então, foi muito bom. Depois eu continuei com a questão do bairro, como depois a Federação (de Bairros e Favelas) e tudo mais. Quer dizer, a anistia era o movimento que estava ao lado das lutas populares e, às vezes, até puxava essas lutas. Então, foi um crescente. (Angélica Monteiro)⁴⁶⁵

O crescimento adquirido é dimensionado nas experiências do Movimento, mas também posteriormente à aprovação da Lei, em 1979. Está relacionado a novas posturas na política tradicional, pela maior disponibilidade de participação em sindicatos e associações, em passeatas, na disputa de cargos públicos através de eleições, ou simplesmente na simpatia a partidos políticos mais avançados como o MDB, posteriormente transformado em PMDB, e o Partido dos Trabalhadores (PT) organizado pós-anistia (ver anexo I).

Há também outras formas de engajamento social que não passam exatamente pela política tradicional, mas repercutem em espaços de religiosidade, trabalho voluntário e de caridade, em que mulheres afirmam estar aplicando valores como preocupação social e solidariedade, reforçados pela experiência no MFPA.

⁴⁶³ GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁶⁴ SILVA, Maria do Socorro Saldanha e, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁶⁵ MONTEIRO, Angélica, 60 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

Nesses relatos, a convivência entre pessoas com diferentes interesses e níveis de conscientização política com os embates, conflitos e negociações – que, em outros momentos, aparece como combustível para disputas sobre a memória do Movimento -, torna-se elemento positivo, com influências sobre transformações subjetivas:

(...) Puxa, então tem muita gente esperando por uma ação nossa. Pelo menos eu, muito imatura politicamente falando, isso me deu força, foi me dando coragem de ir pra luta com as meninas. Outra coisa que foi me dando muita coragem era o testemunho delas. Eu ficava assim: “Meu Deus, como é que elas têm coragem de fazer isso e eu não tenho?” O meu irmão tinha morrido, tinha um retrato dele, eu mandei fazer um pôster. Peguei fragmentos de um poema que foi feito pra ele, pro Frei Tito, que diz: “Os ausentes por qualquer acaso, jamais fogem do nosso convívio ainda que a distância seja tanta”. (...) Aí, as meninas: “Vamos fazer uma passeata, leva o retrato do Frei Tito”. “Eu não vou fazer isso com meu irmão porque a minha família: “Você está fazendo propaganda, utilizando o retrato do Tito pra essas coisas?” E eu sentia um escrúpulo horrível: “Meu Deus, eu estou ferindo a memória do meu irmão. Como é que eu estou fazendo isso? Mas se isso for importante, eu não devo levar?”. Era todo tempo nesse sentimento de angústia e de provocação com o grupo também. E as meninas me dando força. E assim a gente ia enfrentando as ações que a gente ia desencadeando. (Nildes Alencar)⁴⁶⁶

No Movimento Feminino pela Anistia, o que foi mais importante realmente foi o grupo. Sem o grupo é quase impossível a pessoa individualmente conseguir realizar esse processo de superação e de transcendência para uma perspectiva diferente. Isso aí eu credito ao grupo. Às vezes há uma tendência das pessoas de individualizarem, que a Rosa é a corajosa, é a guerreira. E eu digo: “Gente, se não fosse o grupo, eu não sei se eu estava nem lá no Quixadá, solta lá”. Está entendendo? Foi através do grupo em primeiro lugar, e, em segundo lugar, pelo Movimento Feminino pela Anistia, porque aí foi a ação pública, digamos assim, você enfrentar de novo, ir de novo superar o medo e manifestar a solidariedade. Essa coisa de superar o medo e de enfrentar foi muito importante e também de conviver com as diferenças, de valorizar a contribuição das pessoas, mesmo sem ter o mesmo pensamento, o mesmo engajamento que você tem. Isso é muito importante. É uma experiência muito rica. E eu acho que consegui, também, eu era mais sectária antes (risos), muito intransigente. Acho que a experiência do Movimento Feminino pela Anistia também me ajudou a ter uma postura mais flexível, de tensionar, mas ter sensibilidade de perceber o momento em que a tensão tinha de flexionar para poder avançar. (Rosa da Fonseca)⁴⁶⁷

⁴⁶⁶ LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁶⁷ FONSECA, Rosa Maria Ferreira da, 59 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. O grupo a que se refere é o formado por pessoas do MFPA como Maria Luíza e Raimunda Zélia e pelos militantes de esquerda Jorge Paiva e Célia Zanneti.

A participação no MFPA, a exemplo de experiências, em outros estados, representou, para as mulheres, descoberta e aproximação com questões do feminismo e engajamento nos movimentos de mulheres, na segunda metade da década de 70, consolidando-se com a abertura política e redemocratização. A opção, certamente, não envolve a maioria das integrantes do grupo, nem tampouco é a única possibilidade de pensar as transformações das pessoas, no que diz respeito às relações de gênero, mas de analisar as representações da luta específica das mulheres, no momento, e hoje, já que discutem memórias produzidas no presente e podem ajudar na compreensão das mudanças e permanências, no que tange às reapropriações de identidades de gênero pelas mulheres.

4.6 – Feminismo e transformações de gênero

O Movimento Feminino pela Anistia e o movimento feminista, caracterizado como de “segunda onda”⁴⁶⁸, compartilham o mesmo cenário e período histórico. Surgem na ditadura militar e, em grande medida, tem as ações catalisadas pela declaração de 1975 como Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), o que facilita a discussão no momento em que organizar-se ou discutir temáticas de liberação de comportamento era subversão da ordem.

Ações conjuntas foram realizadas, na defesa da anistia, até tensão que resultou em ruptura entre a presidência nacional do MFPA, na pessoa de Therezinha Zerbini e a equipe do jornal Brasil Mulher, ainda em 1975.

Registros de movimento feminista organizado, no Ceará, datam do ano de 1979, posterior à aprovação da Lei da Anistia, com a criação da União das Mulheres Cearenses (UMC). É importante salientar que é um momento favorável ao surgimento de novas entidades identificadas com o feminismo, haja vista o retorno de mulheres exiladas, principalmente da Europa e Estados Unidos, com experiências na construção de feminismos locais. Com o fim do bipartidarismo, novos partidos e associações, em moldes tradicionais da política de esquerda, sindicatos, foram criados ou reorganizados, permitindo que entidades de

⁴⁶⁸ Estes são caracterizados por valores e reivindicações que incluíam além de igualdade em direitos trabalhistas e oportunidades de estudo, a paridade nos espaços de poder, a luta contra a violência, o direito ao corpo e ao prazer e a afirmação de que o pessoal é político. PEDRO, Joana Maria. Os sentimentos do feminismo. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes (orgs). História e sensibilidade. Brasília: Editora Paralelo 15, 2006.

mulheres pudessem realmente dar prioridade às questões específicas, deixadas em segundo plano, em nome da resistência ao regime. Assim, o gênero pôde ser discutido publicamente como questão política⁴⁶⁹.

Nesse momento, cria-se a UMC pela iniciativa de militantes vindas do MFPA. O despertar de “consciência feminista” foi relacionado às experiências da “geração 68”, com a que se identificaram, em que leituras e discussões sobre a quebra de tabus sexuais estiveram presentes, à publicização da “questão da mulher”,⁴⁷⁰ no ano de 1975, embora manifestações e reuniões de grupos de mulheres hajam acontecido no Brasil anos antes⁴⁷¹ e, principalmente, às experiências de luta coletiva num movimento de resistência de mulheres.

(...) Nós criamos a União das Mulheres Cearenses exatamente com essa idéia: nós queremos justiça, queremos igualdade, queremos liberdade. A mulher queria ser liberta. Quando eu me candidatei à deputada, uma das bandeiras era a libertação da mulher, uma visão muito forte de que a mulher era essa guerreira, era essa pessoa capaz de enfrentar a ditadura e, portanto, não podia ser uma pessoa inferior. (...) A gente sentia que estávamos derrubando uma ditadura militar pela força da mulher e que podíamos enterrar esse passado horrível da ditadura. Isso era uma coisa muito forte. Você trazer as pessoas para voltar à questão da convivência com a família, para a sua pátria. Todas essas coisas eram imbricadas. (Maria Luíza Fontenele)⁴⁷²

Tinha a ver com os movimentos que no mundo vinham sendo feitos, tem a ver com o maio de 68 na França, com a revolução sexual, com a história da queima do sutiã. Mas a gente aqui, em 68, não tinha tanto a questão do movimento feminista, tinha a questão da libertação sexual. (...) Isso era mais em termos de comportamento do que movimento. A questão do movimento veio mais a partir do Ano Internacional da Mulher, porque eu acho que já foi uma articulação, na medida em que começou a haver reação, na medida em que as mulheres começaram a quebrar esses tabus. Começou também a aumentar a violência porque os homens não aceitavam as mulheres se separarem e trabalharem. Nesse aspecto, casou. Quando surgiu o Movimento Feminino pela Anistia, vinculado com o Ano Internacional da Mulher, imediatamente a gente entendeu. A gente já tinha se articulado enquanto grupo para ver como ia atuar. (...) A gente já tinha essa visão de

⁴⁶⁹ SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *ArtCultura*, v.9, n.14, p. 39-53, jan-jun, 2007.

⁴⁷⁰ O surgimento de uma “questão da mulher”, no Brasil, remete a um conjunto de fatores presentes na década de 60: a disseminação de obras artísticas que problematizaram interrogações existenciais e angústias sobre a liberdade, o amor e a sexualidade e ao despertar para a discussão acadêmica da situação da mulher na sociedade brasileira. GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.41.

⁴⁷¹ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, v.26, n.52, São Paulo, dez.2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=&nrm=iso&tlng=>>. Acesso em 14 de dezembro de 2008.

⁴⁷² FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

que existia essa questão da mulher e dos direitos humanos. Na medida em que a gente tomasse consciência e se engajasse nessa luta, era força muito grande. (...) O Movimento Feminino pela Anistia foi importante no sentido da gente dimensionar isso, a força das mulheres. E de não se conformar com aquilo, com aquele objetivo limitado, de conseguir a soltura dos presos, a anistia e tal. E abrir uma perspectiva realmente mais ampla no sentido da emancipação. (Rosa da Fonseca)⁴⁷³

Articulado após a aprovação da Lei da Anistia, o movimento feminista, no Ceará, encontra resistências ao reconhecimento de legitimidade e importância. Eram resistências em âmbito nacional, impostas, principalmente, pela maioria dos grupos de esquerda que não viam nas demandas feministas atendimento aos interesses das mulheres trabalhadoras e acreditavam que o movimento feminista era divisionista, “fenômeno importado” e “desnecessário”, em momento em que se devia priorizar a luta contra o autoritarismo e encampar as discussões dos problemas sociais brasileiros.

No grupo integrante do MFPA, no Ceará, as idéias feministas não foram acatadas por todas, senão rejeitadas pela maioria das militantes, “familiares” e “politizadas”. De 15 integrantes, apenas três assumiram a identificação com o feminismo e com o exercício da militância. As justificativas de rejeição, diante, por exemplo, do convite para integrar a UMC, após desintegração do Movimento, ganham os mais diversos matizes, depois de engajamentos das mulheres.

Entre as integrantes do MFPA, com alguma experiência política, há tendência a assumir o discurso da esquerda, ressaltando o divisionismo e lutas mais importantes a serem travadas. Um sentimento se expressa, desde a dificuldade de identificação com bandeiras de luta, até ao desprezo pelas idéias de opressão de mulheres pelos homens e necessidade de luta específica:

(...) Eu sempre tive dificuldade de ter só essa questão das mulheres. Acho que o Movimento Feminino pela Anistia foi importante para que as mulheres abrissem isso. E a gente faz toda uma discussão. (...) Eu tenho respeito, acho importantíssimo. Esse último movimento que teve agora no dia 08 de março, participei de todos os dias porque foi uma coisa diferente. Nos outros, o que a gente fazia na UECE (Universidade Estadual do Ceará), tinha a equipe para discutir a sexualidade, a equipe para discutir a violência contra a mulher. Eu nunca gostei desse negócio. Inclusive porque eu acho que na questão do homem não se discute. Eu vejo na questão da paternidade uma coisa linda e não vejo o pai. (...) A gente tem que trabalhar a

⁴⁷³ FONSECA, Rosa Maria Ferreira da, 59 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

paternidade como uma conquista. (...) Eu ficava pensando numa injustiça, o homem não pode participar dessa emoção. (Raimunda Zélia)⁴⁷⁴

Eu sempre tive raiva desses movimentos de gênero. Eu sempre tive reação. Não sei a razão última, mas é como se fosse uma coisa boba. Porque eu tinha uma visão de que explorados eram os homens e as mulheres. Não eram exatamente só as mulheres. Para mim não tinha muito essa diferença de sexo, apesar de ter de compreender as coisas do movimento feminista, as bandeiras. Mas eu achava muito babaca, pouco políticas, no caminho do individualismo. Achava que a sociedade só ia mudar se fôssemos todos juntos e não fazendo um corte entre os homens e as mulheres. Achava que isso ia atrasar qualquer modificação, viria para atrasar, para criar conflitos. (Marília Brandão)⁴⁷⁵

A concepção de “divisionismo” relacionado ao feminismo diferencia-se no grupo. Ex-militantes elaboram-no subjetivamente como empecilho à mobilização de grandes causas defendidas pelas esquerdas e identificam a causa feminista, em competição e desprezo pelos homens. A identificação da feminista como a mulher que quer tornar-se homem, ou, por vezes, lésbica, compõe esse imaginário, explicitando a permanência de idéias que corroboram a divisão “natural” de papéis femininos e masculinos para o bom funcionamento da sociedade.

Eu acho que a gente tem que somar, tem que andar junto. Ninguém precisa estar concorrendo com ninguém. Ninguém precisa dizer: eu sou mais forte do que você. A gente quer um companheiro para caminhar junto. O que eu tenho medo no movimento feminista é não querer ver as qualidades que um homem tem. Por isso que eu nunca me atraí. Pra mim, movimento pode ser de homem e de mulher (Nílvea Amorim)⁴⁷⁶

Eu mesma não me entusiasmava. Acho que mulher é mulher e homem é homem. Os direitos são iguais, mas tem hora que a mulher tem que deixar que ali o homem... (risos). Talvez naquele tempo eu nem tivesse essa consciência, mas vejo que muitas coisas a gente pode fazer junto com os homens ou até melhor, mas tem hora que é homem para um lado e mulher pro outro (Digessila Bezerra)⁴⁷⁷

Me chamavam no início: “Vamos para a UMC, vamos para a UMC”. “Não, não vou”. Não fomos para esse movimento até porque a gente já tinha uma compreensão. A gente dizia assim: nós não somos feministas, nós somos femininas. Nós gostamos é de homem. (Valda Albuquerque)⁴⁷⁸

⁴⁷⁴ CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifo meu.

⁴⁷⁵ BRANDÃO, Marília Lopes, 58 anos. Depoimento, janeiro de 2008, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁷⁶ AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁷⁷ BEZERRA, Maria Digessila Dantas, 64 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁷⁸ ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

As representações de algumas ex-militantes do MFPA confirmam que, ainda no presente, o feminismo tem interpretações desqualificantes que resgatam e atualizam preconceitos manifestados no início do século XX, quando do surgimento do movimento sufragista, no Brasil, e em outras partes do mundo. Na década de 70, com o ressurgimento do movimento e enfoque em questões que extrapolaram a luta pela igualdade de direitos, exigindo-se direito ao corpo e ao prazer e ainda afirmando o pessoal como político. A campanha foi retomada por grupos de esquerda, pela imprensa, por veículos tradicionais, pela imprensa alternativa, reforçada pelo senso comum.

As principais lideranças do movimento internacional foram desqualificadas, tendo como exemplo mais contundente a figura da americana Betty Friedan, autora do best seller “Mística Feminina”, dita “frustrada”, “neurótica”, “ressentida” e “feia”, ridicularizada no Brasil, durante visita em 1971, pelo jornal O Pasquim. A campanha atinge lideranças nacionais, a escritora Rose Marie Muraro que, em sua autobiografia,⁴⁷⁹ afirma não ter sido fácil ser feminista no Brasil na época, pois era constantemente malhada e, pela imprensa, apontada como “lésbica”, assim como sua colega americana, também como “feia”. As imagens do movimento eram mostradas de forma assustadora para a moral das famílias burguesas e defensores das classes oprimidas que apelavam para a defesa da moral proletária, como lembra Goldberg, com “mulheres feias e lésbicas incontidas, queimando sutiãs em praça pública e liderando campanhas em defesa do aborto”⁴⁸⁰.

Em poucos espaços da imprensa ocupados por feministas ou simpatizantes do movimento, faz-se o alerta para que as mulheres busquem fontes “sérias” e “imparciais” para se informarem, já que a desinformação é responsável pelo medo, insegurança e até boicote ao movimento que pretendia libertá-las⁴⁸¹.

São sentimentos que, de certa forma, aparecem em narrativas, mesmo de mulheres que se assumem feministas. Entre ex-militantes do MFPA, há a explicitação de resistência inicial ao movimento de mulheres pelas imagens recebidas e também clara necessidade de diferenciação do feminismo, com o qual se identificam, de movimento que tenha apelado para

⁴⁷⁹ MURARO, Rose Marie. Memórias de uma mulher impossível. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1999, p.166.

⁴⁸⁰ GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. Dissertação(Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.54.

⁴⁸¹ Entre as poucas jornalistas e escritoras feministas a atuarem em âmbito nacional numa campanha de divulgação e esclarecimento sobre as idéias feministas estavam Carmen da Silva, Heloneida Studart e Rose Marie Muraro. DUARTE, Ana Rita Fonteles. Carmen da Silva – o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica: Nudoc, 2005, p. 141.

a “guerra dos sexos” ou para o “ódio aos homens”, o que também não ocorreu somente no Ceará⁴⁸².

Não existia no âmbito da minha relação pessoal essa coisa de competição, porque a gente caminhava muito junto, muito complementar. Era tão forte a presença do Agamenon (Almeida) na vida da Andréa, que quando a Andréa começou a desenhar, ela desenhou o Agamenon grávido. (...) É tanto que um grupo de companheiras lésbicas fundou um núcleo independente da União das Mulheres Cearenses, porque achava que a gente dava muita canja para os homens (risos). Mas tinha realmente homens maravilhosos (risos)⁴⁸³. (Maria Luíza Fontenele)⁴⁸⁴

(...) Foi aí que eu descobri a questão das mulheres, está entendendo? O feminismo, mas não era o feminismo que me horrorizava que era daquelas mulheres rasgando os sutiãs. Tu sabes que aquele negócio chegou para mim, adolescente, mocinha, o negócio mais terrível do mundo. As mulheres tirando o sutiã na rua, queimando o sutiã, aquela coisa na imprensa, de tanto bater e tudo, não só me contaminou, mas contaminou muitas e muitas, de muitas gerações. Até hoje tem gente contaminada com isso, que a luta das mulheres, aquelas megeras, mulheres horrorosas, mal amadas, sapatões e tal, contra os homens, A gente descobriu que não era isso. A gente descobriu qual era a questão das mulheres, mas foi dentro dessa luta política. (Socorro Saldanha)⁴⁸⁵

É provável que disputas e conflitos d MFPA tenham dificultado a identificação de mulheres com o feminismo, visto que a iniciativa de organização e convite para participação no movimento partiu do grupo “mais politizado” ou identificado, à época, com o Partido Revolucionário Comunista (PRC), liderado por Maria Luíza Fontenele e Rosa da Fonseca, com o qual muitas não se identificavam. Este é apenas um fator na tentativa de explicação, uma vez que mulheres identificadas com o “Grupo da Maria” não conseguiram ingressar na luta específica.

A identificação ou não do grupo de militantes com a luta feminista, no entanto, não resume e nem restringe o debate sobre transformações subjetivas, no que se refere às relações

⁴⁸² A corrente feminista “radical”, associada às idéias de Betty Friedan, é apontada como conservadora, favorável à manutenção do sistema capitalista, por ter se reduzido a uma luta entre homens e mulheres. A principal expoente desse pensamento é Rose Marie Muraro que apesar de ter sido a responsável pela vinda de Betty Friedan ao Brasil em 1971, manifestou-se contrária a seu pensamento, em entrevista concedida já em 1972, ao jornal *Bondinho*. Cf. GOLDBERG, Anette. Op. Cit, p.55.

⁴⁸³ O Agamenon a que se refere Maria Luíza é seu primeiro marido, o economista e professor universitário Agamenon Almeida. Andréa é a filha do casal.

⁴⁸⁴ FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁸⁵ SILVA, Maria do Socorro Saldanha e, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

de gênero, nas narrativas ou trajetórias das mulheres. Para Pedro⁴⁸⁶, em trabalho sobre identificações com o feminismo, as novas prescrições sobre ser mulher divulgadas, na década de 70, no Brasil, e que se chocavam com os papéis idealizados de boa esposa, boa mãe e dona de casa, passaram a ser vividas por muitas mulheres como novas formas de feminilidade, sem que elas necessariamente se identificassem com o feminismo.

Identificam-se comportamentos de ex-militantes do MFPA, mesmo entre não feministas que caracterizam a nova feminilidade, marcada pela transgressão, ainda que individualmente. Essa transgressão marca a geração de mulheres que, embora socializadas segundo padrões culturais de realização pessoal associada ao casamento e à maternidade, se depara, no início da vida adulta, com representações de feminilidade, em que possibilidades de construção de carreira de ensino superior e de independência econômica, via trabalho qualificado, além de maior possibilidade de escolha de ter ou não filhos, com o advento da pílula anticoncepcional, tornaram-se palpáveis.

De 15 entrevistadas, pelo menos nove haviam cursado ou cursavam universidade, durante a atuação no MFPA, 14 exerciam atividade remunerada, e o mesmo número garantia, com essa renda, a sua independência econômica ou colaborava de maneira equitativa com o sustento da casa. Principalmente para familiares de presos, os rendimentos representavam sustento de filhos e da casa e condições mínimas de conforto para os presos, o que condicionava participação no Movimento. Algumas mulheres continuam trabalhando, mesmo depois de aposentadoria e de terem os filhos crescidos, muitas vezes por não conseguirem reconstituir o cotidiano:

(...) Esse emprego me ajudou muito, porque apesar dos filhos estarem presos lá dentro, e a gente pensa que eles não dão despesas, mas eles dão mais despesas ainda, despesa de visita e tudo. Então eu continuei ensinando e nos Correios. Quando os meninos foram presos, cada um que ia sendo preso eu arranjava mais outro trabalho. E cada vez mais diminuía o que eu ganhava. (Lourdes Albuquerque)⁴⁸⁷

(...) Eu tinha consciência de que estava fazendo política. Tanto eu tinha que não entrei em 76, logo quando começou porque eu me preocupava. Se eu for presa? Se acontecer algo comigo? O que é que vai acontecer com o pessoal lá em casa? Eu era a única que tinha salário, que sustentava. (...) Sabia que a qualquer momento a gente podia ser pegue. Quando eu ia distribuir panfleto

⁴⁸⁶ PEDRO, Joana Maria. Os sentimentos do feminismo. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes (orgs). *História e sensibilidade*. Brasília: Editora Paralelo 15, 2006, p.259.

⁴⁸⁷ ALBUQUERQUE, Maria de Lourdes Miranda, 86 anos. Depoimento, agosto de 2004. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

eu fazia com cuidado porque eu sabia que Deus o livre, me pegassem, como era que ia ser para as meninas (as irmãs)? (Digessila Bezerra)⁴⁸⁸

Pelas narrativas, identificam-se transformações antes, durante e depois da participação no MFPA, no que se refere às relações afetivas e sexuais. Há maior liberdade de escolha das mulheres de casamento, separação, opção por não casar e não ter filhos, enfrentamento da família a amores reprovados, por exemplo, relacionamento com presos políticos. Houve quem decidiu ter filhos com presos, sem perspectivas, de libertação.

Os remédios (anticoncepcionais) não eram como hoje. Eu tive que suspender e como era uma coisa assim tão esporádica, a gente não tinha como fazer tabela ou qualquer coisa assim, aí aconteceu, né? Foi assim, eu fiquei grávida e realmente não tinha o que fazer depois. Não vou dizer que a gente foi contra ter a minha filha, mas foi difícil. Não foi fácil ter uma filha numa situação dessa não. Não sei como as pessoas conseguem perceber isso, se acham uma coisa possível ou se acham uma loucura. Porque você cria um sozinho e ainda ter outro, né? Porque em 1976, quando a Fabíola nasceu, as perspectivas de abertura estavam muito longe ainda. (Josenilde Cunha)⁴⁸⁹

(...) É como eu digo, acho que é porque eu era responsável por mim mesma. Era eu que me mantinha, isso não me assustava. Quando a gente é jovem não se assusta com nada não. A gente ia levando, tinha relacionamento muito bom. E a minha vida girava em torno disso. Girava em torno do meu trabalho e do meu relacionamento. Eu tinha a minha família, que eu queria muito bem e tudo, e meu relacionamento com o Wiliam. (Nílvea Amorim)⁴⁹⁰

No que toca à participação política feminina, o MFPA representou, para parte do grupo, a continuidade de militâncias interrompidas pela repressão ditatorial, para outras, a primeira experiência organizada. Tampouco a dissolução do MFPA, em 1979, representou o fim da linha para essas mulheres, no que diz respeito às participações em espaços formais e informais da política.

De 15 entrevistadas, três, durante ou após da experiência no MFPA, candidataram-se e elegeram-se. Nildes Alencar é vereadora pelo PMDB, em 1982, Rosa da Fonseca, em 1992, pelo PSB, o caso mais emblemático de longevidade e sucesso, no campo institucional da política é o de Maria Luíza Fontenele que, depois de eleger-se deputada estadual duas vezes

⁴⁸⁸ BEZERRA, Maria Digessila Dantas, 64 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁸⁹ CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifo meu.

⁴⁹⁰ AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

pelo MDB/PMDB, foi prefeita de Fortaleza, pelo PT, e ainda deputada federal pelo PSB, trajetória iniciada na luta pela anistia.

Pelas entrevistas, tem-se a participação de, pelo menos, 13 mulheres em partidos políticos organizados ou grupos políticos, após abertura política, como filiadas, dirigentes ou simplesmente como simpatizantes e apoiadoras. Para cinco mulheres, a ligação persiste atualmente. Há ainda o relato de participação em sindicatos e associações, ligados a movimentos docentes, já que, pelo menos, 12 eram professoras ou atuavam em atividades de educação. Essa participação inclui familiares que despertaram como lideranças e, apesar de não serem feministas, enxergaram, na ação política do Movimento, a possibilidade de participação na luta por mudanças sociais:

Ver a mulher só como a doçura, a doméstica, a mulher da sexualidade, da cama, da beleza, não! A mulher, em níveis iguais, é tão capaz de fazer as lutas sociais, de lutar, de ter uma visão da sociedade mais organizada politicamente falando, economicamente falando. A mulher revela que tem essa capacidade, esse potencial. Isso não é um imaginário, uma fantasia, mas uma convicção, uma conscientização, uma consciência de que nós, mulheres, somos tão competentes e tão capazes quanto os homens, desde que a gente tenha espaço ou que se não nos dêem, que a gente crie o espaço, se organize e faça acontecer. (Nildes Alencar)⁴⁹¹

A análise das trajetórias das militantes contraria estudos⁴⁹² que apontam a “apatia” como comportamento posterior imediato para as que participaram de movimentos políticos em que se mobilizam identidades de gênero tradicionais, na atuação pública. Apesar de partirem de pressuposto correto, da mobilização das mulheres para momentos de crise política, da tentativa de instrumentalização de atuações sem rupturas com a ordem estabelecida para as relações de gênero, não se levam em consideração elementos importantes de compreensão do movimento: iniciativa de criação, instrumentos utilizados em sua constituição, contexto no qual se realiza, especificidades da formação do grupo, relações na prática cotidiana, principalmente, análise aprofundada das trajetórias e narrativas daquelas que participaram de experiência, quase sempre ignoradas ou apenas supostas.

É apressado fazer observações generalizadas sobre o resultado de participações para a vida de integrantes. Cada movimento carrega especificidades e iniciar com utilização de identidades de gênero tradicionais não significa que não possam sofrer transformações na

⁴⁹¹ LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁹² Cf. COSTA, Ana Alice Alcântara. As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Salvador: Neim/FFCH/UFBA, 1998, p.79; CHANEY, Elza M. Supermadre. La mujer dentro de la política en América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, p.43.

prática, assim como as integrantes. O exemplo maior de transformação pode ser visto na trajetória das Mães da Praça de Maio, na Argentina⁴⁹³. Este é bastante diferente do Movimento Feminino pela Anistia, no Brasil que, por sua vez, difere amplamente das mobilizações das “marchadeiras”, em período anterior ao Golpe de 64.

Leve-se em consideração, ainda, que proteger e cuidar de pessoas, em momentos de emergência, como guerras, é reivindicado por mulheres através de memórias, como prática de resistência especificamente feminina⁴⁹⁴. Se não se devem naturalizar as experiências, tampouco se pode ignorá-las. Pode-se afirmar que também não é possível homogeneizar as experiências dentro do próprio MFPA, no Brasil, pela diversidade de experiências e relações estabelecidas por cada núcleo.

É preciso lembrar, nesse sentido, que não importa apenas verificar o que o código moral impõe como regra a ser seguida, mas principalmente como os indivíduos se relacionam e se conduzem em relação às regras e como constroem sua subjetividade a partir dos cuidados de si, afinal existem diferentes maneiras de se conduzir moralmente e deslocar-se da condição de agente para sujeito dessa ação⁴⁹⁵. Trata-se de manter a cautela na realização de estudos que enfocam o gênero, informados pelo saber feminista, para não simplificar análises no estabelecimento de definições de identidades femininas que acabem por reproduzir a dualidade do sistema de sexo-gênero. A classificação de mulheres, através de identidades supostas como ativas ou passivas, resistentes ou tradicionais, emotivas ou racionais, é exemplo dessa precipitação⁴⁹⁶.

Quando se pensa que o indivíduo nunca cessa de construir-se a si mesmo e de trasladar continuamente sua subjetividade, esse procedimento analítico mostra-se, no mínimo, autoritário e corre-se o risco de marginalizar trajetórias que por outros caminhos também construíram novas formas de feminilidade que não cabem na relação dualista opressor x oprimido.

⁴⁹³ GORINI, Ulises. *La rebelión de las madres. Historia de las madres de Plaza de Mayo Tomo I (1976-1983)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006. _____ *La otra lucha. Historia de las Madres de La Plaza de Mayo Tomo II (1983-1986)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2008 e BARRANCOS, Dora. *Mujeres em la sociedad Argentina – una historia de cinco siglos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

⁴⁹⁴ Essa manifestação está presente de forma semelhante em narrativas de partisanas italianas e mulheres que participaram da Guerra do Kosovo. SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: *História Oral*. Volume 8, n.1, janeiro-junho de 2005. p. 29-41.

⁴⁹⁵ FOCAULT, Michel. *História da sexualidade 2 – o uso dos prazeres*. 12. edição. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p.27.

⁴⁹⁶ Cf. CABRUJA, Teresa. Discursos sobre la “diferencia”: subjetividades supuestas, subjetividades impuestas y subjetividades soñadas. In: FURTADO, Odair e REY, Fernando L. González (org). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 84-87.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens e discursos sobre o período ditatorial pós-64, na história brasileira, são quase sempre relacionados ao terror e repressão que tomaram a cena pública, calando movimentos sociais, institucionalizando a tortura e o desrespeito aos direitos civis e acelerando a opção pela luta armada para diversos grupos políticos de esquerda. É compreensível que assim seja, posto que, para alcançar a estabilidade institucional, o regime autoritário usou amplamente da força para coagir e eliminar opositores. Mas na construção das narrativas sobre o período, alguns grupos ou personagens acabam sendo mitificados e outros simplesmente desaparecem, sob o manto das memórias oficiais ou daquelas com mais recursos para tornarem-se hegemônicas.

Esta tese buscou inverter um pouco a mirada sobre esse período, buscando compreender, a partir da análise do lugar construído para a memória sobre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Ceará, por diversos discursos (anistiados, instâncias governamentais, órgãos de segurança e meios de comunicação), como as integrantes do Movimento se construía e se percebiam, na construção da memória, em sua ação política e as repercussões dessa experiência na elaboração de suas subjetividades.

Pôde-se constatar, a partir da análise inicial sobre a configuração nacional tomada pelo MFPA que, à semelhança de outros movimentos protagonizados por mulheres na América Latina, especialmente no Cone Sul, ele instrumentalizou o gênero, desde o princípio, como forma de alcançar legitimidade social e proteção diante de perseguições e vigilância dos regimes autoritários. Este comportamento fica configurado na limitação da participação às mulheres, na legalização de suas atividades, no discurso de “pacificação” que atribuía a elas uma solidariedade expressa “através da história” e nas tentativas de acompanhamento e fiscalização empreendidas aos núcleos, fundados por todo o Brasil, pela direção nacional do MFPA, na segunda metade da década de 70 do século XX.

Apesar dos indícios de ampla atividade política pela anistia, por parte das militantes, naquele período, pouco dessa atuação se dá a conhecer no contexto presente, em que o debate sobre o processo de abertura e redemocratização estão novamente em pauta. Setores dos movimentos de direitos humanos, da Justiça e do próprio Governo Federal disputam com os militares, e também entre si, o direito de rediscutir a Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso há quase 30 anos. Famílias de militantes torturados pelo regime levam seus algozes aos tribunais a fim de obter o reconhecimento de sua culpa.

No Ceará, a construção das memórias foi catalisada pelo movimento de anistiados políticos, reunidos na Associação 64-68. A partir de sua atuação, no ano de 2000, os relatos sobre o período começaram a ganhar mais visibilidade, seja através do lançamento de livros, organizações de palestras, mostra de filmes e exposições, ocupação organizada dos meios de comunicação, estímulo à pesquisa facilitada pela reunião de documentos. Mas é na agenda social, composta de solenidades de entrega de indenizações, confraternizações organizadas em calendário próprio e homenagens realizadas por organizações governamentais ou não, que se pôde analisar as operações mais concretas de produção da memória sobre a ditadura no Estado, em que está inserido o MFPA.

O sistemático acompanhamento desses eventos e suportes de memória fez perceber que, no processo de construção e ativação de memórias, alguns temas e personagens eram privilegiados em detrimento de outros, num claro recorte de gênero. As histórias de bravura e resistência à ditadura ou narrativa dos sofrimentos quase sempre estavam centradas nas figuras de presos políticos, exilados e mártires, levados à morte pelo regime, em sua maior parte homens. O MFPA, como força política integrante do processo de luta pela anistia, não participa do processo de rememoração do passado de maneira igualitária.

Mas não se trata de invisibilidade, simplesmente, como constatado em outros trabalhos centrados sobre a militância política de mulheres nas conjunturas pós-64 e pós-68, no Brasil. Há memória produzida sobre essas mulheres nesses espaços que, no entanto, não é controlada por elas, mesmo quando participam dos atos. Na verdade, essas militantes aparecem em exaltações e homenagens feitas pelos anistiados homens que ressaltam suas participações pelo viés da “solidariedade”, “amor”, “caridade” e “sensibilidade”, reforçando padrões de gênero que transformam as atividades, realizadas por elas, em extensões naturalizadas de suas tarefas domésticas e defesa da família.

Essa construção não serve apenas para situar um lugar para o MFPA nas memórias da ditadura no Ceará, de maneira discriminatória, mas para reforçar as memórias produzidas em torno da organização dos anistiados. A mãe, representada pela figura de Lourdes Albuquerque, além de utilizada para sintetizar a ação do MFPA, atua como monumento, na medida em que mobiliza sentimentos, suscitando memórias e fortalecendo a coesão interna do grupo de anistiados e sua imagem pública, já que as narrativas de sofrimento e resistência são divulgadas para a sociedade e reforçadas através dos meios de comunicação.

A imagem construída sobre as mulheres, nesses espaços, parece incomodá-las menos que a omissão ou ressalvas sobre suas ações, manifestadas em círculos da esquerda, ou, pela literatura política ou historiográfica que enxerga no MFPA apenas um “abre-alas” para a ação

desenvolvida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), formado três anos depois, mas considerado mais “contudente” e “politizado” em sua concepção sobre a anistia.

A escuta das memórias dessas militantes, com poucas chances de expressão pública, revelou em contraposição a essa memória controlada, pluralidade de narrativas marcadas pelo desejo de fala, necessidade de prestar esclarecimentos, “acertar as contas”. As memórias divididas, manifestadas por essas militantes, desconstróem discursos sobre o MFPA como grupo homogêneo e movido unicamente por sentimentos ligados à maternidade e “zelo feminino”. Foram diversas as motivações e caminhos que levaram as mulheres à militância política: defesa de familiares presos estava entre elas, certamente, mas havia as que buscavam uma forma de continuar militâncias interrompidas pelo autoritarismo e, mesmo as que, militando em organizações clandestinas, encontraram no MFPA um espaço a mais para a divulgação de suas idéias e realização de ações de combate ao regime militar e ao sistema capitalista, contrariando as orientações e limitações impostas pela direção nacional do Movimento.

Mas o aprofundamento da análise das memórias mostra que, mesmo entre aquelas que se identificam como movidas unicamente pelo afeto, há diferenças de motivações e nas formas de agir, uma vez que as mais jovens, principalmente, situavam-se em um movimento de transformação social das identidades e padrões de gênero. Naquele momento, a possibilidade de acesso a estudos universitários e à independência financeira abria novas possibilidades para as mulheres na sociedade brasileira, das décadas de 60 e 70. O mito da “virgindade política”, também atribuído a outras mulheres como as reunidas na Associação da Mães da Praça de Maio, na Argentina, e que pairava sobre a maior parte das militantes, desfaz-se, na pesquisa, na medida em que se identifica a participação anterior de várias delas em movimentos estudantis secundaristas ou em movimentos ligados à Igreja Católica, principalmente através da Juventude Estudantil Católica (JEC).

As disputas de memórias entre as militantes, evidenciadas pelas narrativas, revelam significados múltiplos, para além da oposição entre “familiares” e “politizadas”, o que foi tomado como elemento inicial para pensar a questão. A separação das militantes por grupos de identificação dentro do MFPA, feita por elas mesmas, revelou em suas falas a permanência de identidades de gênero, presentes em outras narrativas femininas, que reforçam tendência das mulheres em depreciar a política, mesmo quando a exercem, valorizando o social e o informal; por outro lado, permanece a dicotomia público-privado, como elemento explicativo da sociedade moderna, excluindo ou desconsiderando iniciativas políticas originadas em relações pessoais e afetivas.

Outros significados podem ser apreendidos dessas disputas e situam o MFPA cearense entre outros grupos, fundados a partir de experiências autoritárias e traumáticas, com memórias que concorrem entre si. Esses significados guardam relação direta com as posições de sujeito ocupadas por essas mulheres, no presente, e com os projetos de vida construídos por elas para si próprias e a forma como estes são expostos no ato de rememorar, quando essas narradoras são convidadas a fazer um balanço sobre o que foi vivido.

Nesse momento, defender comportamentos tomados no passado, marcar posição, são formas de garantir um lugar na escrita da história em construção, manifestar ressentimentos impossibilitados em ocasiões anteriores, diferenciar-se na ação individual e de grupo, mostrar-se coerente politicamente e afirmar um sentimento de vitória sobre a criação e direcionamento político do Movimento. Lembremos que boa parte do grupo formador do MFPA continua atuando politicamente e disputando espaço na cena pública no Estado, com posições de direita e da própria esquerda, como é o caso do Grupo Crítica Radical que reúne pelo menos quatro das quinze entrevistadas.

As divergências apontadas pela tese, pelas memórias sobre a ação política do MFPA, trazem, ainda, uma mirada diferente sobre a batalha de concepções em torno do processo de anistia no Brasil. Esse não envolveu apenas congressistas, membros do governo militar e organizações formais de esquerda e tampouco somente o Comitê Brasileiro pela Anistia, no campo não governamental, como se costuma afirmar, mas também as contribuições de mulheres, divididas entre a necessidade de agir, preservando seus parentes, amores e amigos e a si mesmas, e transformar sua luta em ação massificada, quem sabe desestabilizando o sistema social, político e econômico.

As disputas internas se davam sobre a forma de ação a ser utilizada, a cada momento, sobre a imagem pública a ser construída para o Movimento, a interlocução estabelecida com outros movimentos sociais e, ainda, sobre a forma de expressar e divulgar essas questões pela palavra impressa, produzida com autonomia por elas, num período em que os meios de comunicação sofriam forte controle e censura do Estado.

No centro da ação, a instrumentalização do gênero, como artifício de ação política, em “jogos”, mostrou-se essencial para a legitimação social do movimento e para sua atuação em período marcado pela perseguição e tortura de opositores. Mulheres em defesa dos seus ou exercendo sua “natural” generosidade puderam percorrer espaços interditados ou reivindicar direitos suspensos a outros indivíduos, em atuação marcada por avanços e recuos permanentes. Não à toa, a quase totalidade de cartas, petições, ofícios, apelos e gestões,

encaminhados à população ou autoridades competentes, nesse período, é assinada exclusivamente por mulheres.

Elas garantiam a ligação dos presos com o mundo exterior, auxiliavam nas discussões políticas destes com suas organizações, tornavam-se portadoras de memórias clandestinas e veiculavam denúncias de abusos e torturas em situações que envolviam alto risco, além de engendram seus próprios espaços de discussão. Isso não implicou, no entanto, em liberdade total de ação. Como foi visto, elas também foram vítimas de vigilância e perseguição de diferentes maneiras.

Discutir, hoje, a utilização consciente ou inconsciente dos jogos de gênero em suas atuações políticas é considerar, necessariamente, uma série de transformações sociais com impacto na vida das mulheres e das relações de gênero, possibilitadas, em grande parte, pelas lutas do movimento feminista e seus desdobramentos. Essas são questões que, inevitavelmente, atuam na composição das memórias, fazendo com que ações passadas sejam revistas ou mesmo negadas. É possível, no entanto, afirmar que, em diferentes graus, as militantes do MFPA, no Ceará, se utilizaram dos jogos de gênero em suas atuações, com diferentes objetivos, o que é dimensionado por narrativas, muitas vezes, contraditórias, e confirmado pela ausência de rupturas mais drásticas com a organização formal do Movimento.

Utilizar os jogos, no entanto, não implicou num imediato apego dessas mulheres a identidades de gênero tradicionais ou seu afastamento da vida política do País como preconizado por trabalhos da literatura política e acadêmica. Essas mulheres, de distintas idades e origens não foram manipuladas para uma ação esgotada com a aprovação da Lei da Anistia, em agosto de 1979. As narrativas focadas sobre a elaboração de suas subjetividades e o exame detido sobre suas trajetórias, no presente, demonstram o contrário.

As vivências, em ambiente marcado pela pluralidade de pensamento e pela ação protagonizada por mulheres, de forma autônoma, produziram transformações subjetivas e mudanças de trajetória para a maior parte delas. Novos engajamentos políticos, disputas e eleição para cargos eletivos, comprometimento com o trabalho voluntário e com credos religiosos, separações, novos casamentos, opção por não gerar filhos, são algumas das experiências vivenciadas por elas após o desaparecimento do MFPA, mas em muitos sentidos possibilitados pela integração a ele na segunda metade da década de 70.

Para algumas poucas militantes, a experiência política entre mulheres e a afetividade e solidariedade criada entre elas criou uma identificação com a causa feminista que eclodiu no Brasil, de forma paralela à organização do Movimento, e as fez constituir entidade para a luta

específica no Estado. Para a maioria delas, no entanto, aquela era uma causa estranha e a visão sobre o movimento é marcada por representações de rejeição e discordância.

Esta tese avança, no campo dos estudos históricos sobre a organização política das mulheres, na medida em que não se detém sobre as relações de gênero como dados essencializados de sua experiência. O que se buscou foi, através da análise de narrativas e trajetórias plurais e divididas, no presente, sair do campo da suposição, verificando como o gênero pode ser instrumentalizado e reapropriado na ação política, permitindo deslocamentos e rupturas nas identidades impostas. Mostrou-se, ainda, com análises focadas na elaboração de subjetividades que, a experiência em Movimento marcado pela associação com o feminino tradicional, pôde engendrar novas formas de feminilidade que, identificadas ou não com o feminismo, são indicativas de mudanças e avanços para as mulheres.

FONTES E ACERVOS

Fontes

Entrevistas Oraís

ALBUQUERQUE, Maria de Lourdes Miranda, 86 anos. Depoimento, agosto de 2004. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

BEZERRA, Maria Digessila Dantas, 64 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

BRANDÃO, Marília Lopes, 58 anos. Depoimento, janeiro de 2008, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifos meus.

CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, setembro de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

FONSECA, Rosa Maria Ferreira da, 59 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

MONTEIRO, Angélica, 60 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

PAULA, Maria Socorro Braga de, 65 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

SILVA, Maria do Socorro Saldanha e, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

SOBRINHO, Francisca Gonçalves, 65 anos. Depoimento, abril de 2007, Tauá. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

ZERBINI, Therezinha Godoy, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

Jornais

Brasil Mulher, Londrina, dez.1975

Panorama, Londrina, 26 de set. 1975.

Tribuna do Ceará, Fortaleza, 17 de mar.1976.

Diário da Tarde, Belo Horizonte, 24 de out. 1977.

Jornal da Bahia, Salvador,16 de jan. 1977.

Maria Quitéria, 1975.

Maria Quitéria, jul.1977.

Maria Quitéria, jul. 1978.

Maria Quitéria, mar. 1979.

Diário da Serra, Campo Grande, 01 de ago.1978.

Movimento, 27 de nov. a 03 de dez. 1978.

Movimento , 17 de abri.1978.

Mutirão, Fortaleza, dez. 1977.

Mutirão, Fortaleza, 1978.

Mutirão, Fortaleza, mar.1979.

Mutirão, Fortaleza, mai.1979.

Opinião, 30 de maio de 1975

O Pasquim, nº 418, de 08 a 14 de jul.1977.

Repórter, jun.1978.

O POVO, Fortaleza, 25 de jul.1992.

O POVO, Fortaleza, 18 de ago. 1999.

O POVO, Fortaleza, 23 de set. 2002.

O POVO, Fortaleza, 10 de jul.2004.

O POVO, Fortaleza, 15 de ago. 2006.

O POVO, Fortaleza, 24 de dez. 2007.

Diário do Nordeste, Fortaleza. 20 de ago. 2004.

Diário do Nordeste, Fortaleza, 28 de ago. 2004.

Diário de Pernambuco, Recife, 27 de ago.2004. Disponível em:

(www.pernambuco.com/diario/2004/08/27/especialanistia5_0.html) Acesso em 02 de outubro de 2007.

Revistas

Entrevista, Fortaleza, 1993.

Sites

“Anjo da Guarda”, Disponível em:
http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp . Acesso em 12 de maio de 2005.

Livro

ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia – Semente da Liberdade. São Paulo: Salesianas, 1979.

Documentos MFPA

- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. À sua santidade, Papa Paulo VI, 31 de julho de 1975. Acervo Therezinha Zerbini.

- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Ata de Fundação, 15 de março de 1976. São Paulo. Acervo Therezinha Zerbini.

- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Estatutos do Movimento Feminino pela Anistia. 15 de março de 1976. São Paulo. Acervo Therezinha Zerbini.

- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. A mulher latino-americana e os direitos humanos. Março de 1976. Fortaleza. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.

- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Regimento Interno. 11 de agosto de 1976, Fortaleza. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.

- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO CEARÁ. Relatório do Núcleo Cearense do Movimento Feminino pela Anistia ao Primeiro Encontro Nacional, realizado em São Paulo de 07 a 10 de dezembro de 1977. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.

- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Primeiro Encontro Nacional do MFPA. São Paulo, 10 de dezembro de 1977. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.

- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Vigília da Solidariedade aos Presos Políticos do Ceará. s/d. Acervo Josenilde Cunha.

- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ Palestra proferida pelo Dr. Hélio Bicudo sobre Direitos Humanos e Comissão de Justiça e Paz na Cidade de Fortaleza, em 08.11.77. . Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.
- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO CEARÁ. Uma posição face ao momento histórico brasileiro, 8 de novembro de 1977. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.
- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Relato de fatos ocorridos com presos políticos em Recife (PE), camponeses no interior da Paraíba e os colonos de Tauá (CE), 24 de fevereiro de 1978. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.
- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Para o Núcleo de Crateús, 28 de julho de 1978. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.
- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Carta Circular, 28 de julho de 1978. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.
- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Sem título. Fortaleza, 11 de outubro de 1978. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.
- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA-NÚCLEO CEARÁ. Dia Internacional da Mulher. Pronunciamento do Movimento Feminino pela Anistia na Promoção Mulher Mostra Mulher. 08 de março de 1978. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.
- CEARÁ. Prezados senhores, 28 de novembro de 1977. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.
- CEARÁ. Abaixo-assinado. 15 de setembro de 1977. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.
- BRASIL. Resoluções da Primeira Reunião Conjunta dos Movimentos de Anistia do Brasil – Brasília, 05/06 de agosto de 1978. Acervo Therezinha Zerbini.
- BRASIL. Documento Preliminar a favor da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. s/data. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.

Base de Dados SNI/ Arquivo Nacional

- ACE 84588/75, 1975, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).
- ACE 10317376, 1976, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).
- ACE 114085/78, 1978, Centro de Informações do Exército. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).
- ACE 110 364/78, 1978, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).

- ACE 1642/82, 1978, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).

- ACE 1769/82, 1978, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).

- ACE A0021623, 1979, Departamento de Polícia Federal. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).

- Iconografia

- CUNHA, Fabiani et al. Tota. Itaitinga:1977. Pirogravura. Acervo Josenilde Cunha.

-CUNHA, Fabiani et al. D. Margarida. Itaitinga: 1977. Pirogravura. Acervo Josenilde Cunha.

Poesias

- DUARTE, José. Na passagem do dia internacional da mulher. Itaitinga: 1976. Acervo Josenilde Cunha.

Arquivos Públicos Consultados

- Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp), São Paulo.

- Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), São Paulo.

- Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG), Brasília

- Biblioteca Menezes Pimentel, Setor de Periódicos, Fortaleza.

- Associação 64-68, Fortaleza.

-Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, Fortaleza.

Arquivos privados consultados

Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho

Arquivo Therezinha Godoy Zerbini

Arquivo Josenilde Cunha

Arquivo Nildes Alencar Lima

Arquivo Valda Albuquerque

BIBLIOGRAFIA

BRASIL NUNCA MAIS. 13 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

AGOSÍN, Marjorie. Tapestries of Hope, Threads of Love – the Arpillera Movement in Chile 1974-1994, University of New Mexico Press, 1996.

ALBERTI, Verena. Ouvir contar – textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & WEIS, Luiz. Carro- Zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). História da Vida Privada no Brasil IV: contrastes da intimidade contemporânea. P.319 a 409. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs). Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

ARAGÃO, Luiz Tarlei de. Em nome da mãe. Posições estruturais e disposições sociais que envolvem a categoria mãe na civilização mediterrânea e na sociedade brasileira. In: Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983.

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis. Vol. 11, n 2, 2003, p.399-421.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARENDT, Hanna. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ÁVILA, Maria Betânia (org). Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.

AZEVEDO, Kátia. Mutirão – jornal alternativo do Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2002.

BARRANCOS, Dora. Mujeres em la sociedad Argentina – una historia de cinco siglos. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

BARREIRA, Irllys. Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, n. 16, junho de 2001.

BARROS, Myriam Lins de. Família e gerações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BETTO, Frei. Batismo de Sangue. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BLAY, Eva Alterman. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. In: Encontros com a Civilização Brasileira- Mulher Hoje, n.26, vol. III, n.8. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

BEZERRA, Glícia Maria Pontes. Greve do voto: a política da anti-política nas eleições municipais de 2004 em Fortaleza. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade. Por uma teoria geral da política. 14.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BORDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. São Paulo: Edusp, 1996.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade – lembranças de velhos. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. Anistia internacional – roteiros de cidadania em construção. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRUJA, Teresa. Discursos sobre la “diferencia”: subjetividades supuestas, subjetividades impuestas y subjetividades soñadas. In: FURTADO, Odair e REY, Fernando L. González (org). Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CAMURÇA, Sílvia. A política como questão: revisando Joan Scott e articulando alguns conceitos. In: ÁVILA, Maria Betânia. Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001

CANDAU, Joel. Anthropologie de la mémoire. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. Annales de Bretagne et des Pays de L'ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001.

_____. O gênero da nação nas gravuras da imprensa de guerra paraguaia: Cabichuí e El Centinela, 1867-1868. Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte, v.9, n. 14, 2007 – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 9-21.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. São Paulo: Editora Globo, 1998.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

CATELA, Ludmila da Silva. Situação-limite e memória – a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

CHANEY, Elza M. Supermadre. La mujer dentro de la política en América Latina. México: Fondo de Cultura Econômica, 1983.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. José Genoíno – escolhas políticas. São Paulo: Centauro, 2007.

COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Ana Alice A., SANTANA, Ediane e SOBRAL, Rebeca. As mulheres e as marchas da família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia. In: MOTTA, Alda Brito da. AZEVEDO, Eulália Lima. GOMES, Márcia Queiroz de Carvalho (orgs). Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva geracional. NEIM/FFCH/UFBA, 2005.

_____. As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Salvador: Neim/FFCH/UFBA, 1998.

DAVIS, Natalie Zamon. Women's history transition: the European case. Feminist Studies, a.1, 1976.

DIREITO À MEMÓRIA e À VERDADE: COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Carmen da Silva – o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica: Nudoc, 2005.

DUBY, Georges. O cavaleiro, a mulher e o padre. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

FARIAS, Airton de. Além das armas – guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972). Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FÉLIX, Loiva Otero. História e memória – a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e quimeras – imagens do feminismo no Brasil. In: Cadernos Ael, Mulher, História e Feminismo, nº 3 e 4.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo – ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____ ; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FIGUEIRA, Sérvulo (org). Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. A arqueologia do saber. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. História da sexualidade 2 – o uso dos prazeres. 12. edição. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FRAGOSO, Dom Antônio Batista; SANTOS, Pe.Eliério dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; CALADO, Alder Júlio Ferreira; FRAGOSO, João da Cruz. Igreja de Crateús (1964-1998) – uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1951.

GABEIRA, Fernando. O que é isso, companheiro? 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n.28: Rio de Janeiro: ANPOCS: Vértice, 2 semestre de 1989.

_____. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. Dissertação(Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GOLDENBERG, Miriam. Mulheres e militantes. Revista Estudos Feministas. Ano 5, n.2, 1997, p.349-364.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil, 2006. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3 edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GORINI, Ulises. La rebelión de las madres. Historia de las madres de Plaza de Mayo Tomo I (1976-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

_____. La otra lucha. Historia de las Madres de La Plaza de Mayo Tomo II (1983-1986). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2008.

GRECCO, Heloísa Amélia. Dimensões fundacionais da luta pela anistia. 2003. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica – cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

HAHNER, June E. Emancipação do sexo feminino – a luta pelos direitos da mulher no Brasil. Florianópolis: Editora Mulheres: Edunisc, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. 8 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

_____. Da diáspora – identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memória. Madri: Siglo XXI de Espana, 2002.

_____. Los sentidos de la comemoración. In: JELIN, Elizabeth (org). Las comemoraciones: las disputas em las fechas “in-felices”. Madri: Siglo XXI de Espana Editores, 2002.

_____. Mulheres e os direitos humanos. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol.2, nº 3, 1994, p.117-149.

JOFFILY, Mariana. Os nunca mais no Cone Sul: gênero e repressão política. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência e poder, 2008, Florianópolis. Anais.. Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência e poder, Florianópolis: Editora Mulheres, 2008, p.1-7.

KOTRE, John. Luvras brancas – como criamos a nós mesmos através da memória. São Paulo: Editora Mandarim, 1997.

KUCINSKI, Bernardo. O fim da ditadura militar. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

_____. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Escrita Editorial, 1991.

KUNZ, Martine e LOPES, Régis. Frei Tito – em nome da memória. Fortaleza: Coleção Outras Histórias – Museu do Ceará, 2002.

LANNA, Anna Flávia Arruda. Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 2. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. In: Revista Lua Nova, n. 62, São Paulo, 2004.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. PUC. São Paulo: Educ/Fapesp, nº 17, nov. 1998.

MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995.

MATOS, Maria Izilda S. Por uma história da mulher. Bauru, SP: Edusc, 2000.

MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi L. de e SWENSSON JR. Walter Cruz. Contra os inimigos da ordem – a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

MARIANO, Nilson. As garras do Condor. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MAUÉS, Flamarion e ABRAMO, Zilah Wendel. Pela democracia, contra o arbítrio. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Re)introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.

MIRANDA, Oldack e JOSÉ, Emiliano. Lamarca, o capitão da guerrilha. São Paulo: Editora Global, 2004.

MOMESSO, Luiz. José Duarte – um maquinista da história. São Paulo: Editora 08 de março, 1988.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos 70. Textos. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia, 1990.

_____. 1981. Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. Tese (Doutorado Ciências Sociais), Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORAES Mário Sérgio de. O ocaso da ditadura – caso Herzog. São Paulo: Editora Barcarolla, 2006.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOTTA, Manoel Barros (org). Ética, sexualidade e política/ Michel Foucault. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

MURARO, Rose Marie. Memórias de uma mulher impossível. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1999.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. História Oral, n.3, junho de 2000, p.109 a 115.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas: Florianópolis, vol. 8, n. 2, 2000, p. 9-41.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. In: Projeto História, nº. 10. São Paulo. PUC-SP. Dezembro de 1993.

ORTEGA, Francisco. Amizade e estética da existência em Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

PAULA, Eder Coelho. Leigos engajados na política: um olhar interdisciplinar sobre a Juventude Estudantil Católica enquanto movimento social (1958-1966). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História: São Paulo, v.24, nº 1, p.77-98, 2005.

_____. Os sentimentos do feminismo. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes (orgs). História e sensibilidade. Brasília: Editora Paralelo 15, 2006.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, v.26, n.52, São Paulo, dez.2006.

_____. Uma nova imagem de si: identidades em construção. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). Imagens da história. São Paulo: Hucitec, 2008.

PERROT, Michele. Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, SP: Edusc, 2005.

_____. Minha história das mulheres. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H. e MUÑOZ-VARGA, M. Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: NIPAS; Unicef, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.02, n.03, 1989.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Massacre na Lapa – Como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B - São Paulo, 1976. 3. ed, São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). Usos e abusos da história oral. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RAMALHO, Bráulio. Foi assim: o movimento estudantil no Ceará (1928-1968). Fortaleza: ABC Editora, 2002.

RAMOS, Andressa Maria Vilar. A liberdade permitida. Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

RAMOS, Maria Bernadete Flores. Entre a casa e a rua – memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. Cadernos Pagu. Campinas, n.4, 1995, p. 117-142.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, Myriam Lins de. Família e gerações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROSSI-DORIA, Anna. Representar um corpo. Individualismo e alma coletiva nas lutas pelo sufrágio. In: GROPPI, A. e BONACCHI, G (orgs). O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 340-365, 2007, p.340-365.

SALVATICI, Silvia Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: História Oral, Vol.8, n.1, janeiro-junho de 2005.

SARLO, Beatriz. Tempo passado – cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e histórias traumáticas. In: História Oral, n. 4, São Paulo, junho de 2001, pág. 73-83.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica, trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991, (mimeo).

_____. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (orgs). Falas de gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil republicano n. 4 – O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

SIMÕES, Solange de Deus. Deus, pátria e família. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SIRKIS, Alfredo. Os carbonários - memórias da guerrilha perdida. 5 ed.Sao Paulo: Editora Global, 1980.

SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado - o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SÓFOCLES. Antígona. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. Revista de Estudos Feministas: Florianópolis, 13 (3), setembro-dezembro de 2005.

_____. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. ArtCultura, v.9, n.14, p. 39-53, jan-jun, 2007.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. Os senhores das gerais – os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

TABAK, Fanny. Autoritarismo e participação política da mulher. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

WOLFF, Cristina Sheib. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In: WOLFF, Cristina Scheib, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). Leituras em rede – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

VALLI, Virgínia. “Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho”. Rio de Janeiro: Philobibion, 1986.

VASCONCELOS, José Gerardo. Memórias do silêncio – militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza: Edições UFC, 1998.

_____. Memórias da saudade: busca e espera no Brasil autoritário. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

VENTURA, Zuenir. 1968: o que fizemos de nós. São Paulo: Editora Planeta, 2008.

_____. 1968 – o ano que não terminou. 26 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

VERDUGO, Patrícia. A Caravana da Morte. Rio de Janeiro: Editora Renan, 2001.

WAGNER, Eugênia Sales. Hannah Arendt – ética e política. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

XAVIER, Elisabeth F. Mulheres, militância e memória. Histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Textos em sites

CIAMBARELLA, Alessandra. As mulheres pedem paz: um olhar sobre o Movimento Feminino pela Anistia. Anais do X Encontro Regional de História (Anpuh-RJ), 2002. Disponível em <<http://www.uff.br/icfh/anpuhrio/anais/2002/comunicacoes/ciambarella%20Alessandra.doc>>. Acesso em 02 de outubro de 2007.

FEITOSA, Sônia Couto Sousa. O método Paulo Freire. Disponível em <<http://paulofreire.org/Biblioteca/metodo.htm>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2008.

VÁSQUEZ, Maria Eugênia Horvitz. Entre lo privado y lo público: la vocación femenina de resguardar la memória. Recordando a Sola Sierra. Disponível em <www2.cyberhumanitatis.uchile.cl/19/horvitz2.html>. Acesso em 18 de dezembro de 2006.

VÁZQUEZ, Inês. Argentina: viaje al interior del pañuelo blanco. Disponível em <www.rebelion.org/sociales/vazquez070402.htm>. Acesso em 18 de dezembro de 2006.

ANEXOS

ANEXO I

Ex-integrantes do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Ceará entrevistadas para a pesquisa:

- 1- **Angélica Monteiro** – nasceu em 07/10/1948, no Rio de Janeiro, servidora do Conselho Estadual de Educação do Ceará, ex-militante do PC do B, atuou ainda na Federação de Bairros e Favelas e em movimento de apoio às prostitutas no bairro do Mucuripe. Identifica seu ingresso no Movimento como um ato de consciência política. Tinha laços de amizade com um ex-presos político já falecido, o senhor José Duarte. Seu companheiro, à época, era colaborador do jornal Movimento. Hoje está aposentada, casou-se novamente, tem dois filhos e reside em Fortaleza.
- 2- **Francisca Gonçalves Sobrinho** – Nasceu em 11/06/1943, em Tauá (CE). Quando ingressou no MFPA era professora e atuava na pastoral da Arquidiocese de Crateús, comandada pelo bispo Dom Frágoso, integrante da ala progressista da Igreja Católica no Ceará. Coordenou o Movimento na Região, fazendo a ponte com a Igreja e outros movimentos sociais. Atuou na administração e divulgação do jornal Mutirão. Militou no PT, sendo dirigente local do Partido. Hoje milita na Associação de Mulheres de Tauá. Guarda em sua casa a maior concentração de documentos do MFPA encontrados durante a pesquisa. Não casou, não teve filhos. Reside em Tauá.
- 3- **Maria Digessila Dantas Bezerra** – Nasceu em 16/11/1944, em Fortaleza. Participou do movimento estudantil quando secundarista e de um agrupamento só de mulheres chamado Clube da Fraternidade, ligado à Rádio Dragão do Mar, de propriedade de Moisés Pimentel, político esquerdista, apoiador de João Goulart. Realizava trabalho social e conscientização política em bairros da periferia. Fazia o curso de Pedagogia quando se tornou simpatizante do MFPA. É vista como uma pessoa que entrou no Movimento pela solidariedade, mas afirma saber que atuava politicamente, retomando a militância. O ingresso no Movimento possibilitou que ela conhecesse o seu atual marido, ex-exilado Sílvio Mota, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Participou da campanha Diretas Já, foi filiada ao MDB, depois PMDB, participou do PT e do movimento sindical de

professores Tem duas filhas e um neto, está aposentada, e reside em Fortaleza.

- 4- **Maria de Lourdes Miranda Albuquerque** – Nascida em 27/07/1922, em Camocim (CE), funcionária aposentada do INSS e ex-professora de artes. Casada com um militante do PCB, teve quatro dos nove filhos presos durante a ditadura. Um genro e duas noras participaram da luta armada e também foram presos. É apontada de maneira elogiosa pelas outras mulheres e encarada como símbolo da coragem e da resistência. As matérias de jornal sobre o período sempre se referem a ela como “mãe coragem”. Ela guarda todos os recortes de jornais em sua casa e mantém até hoje atividades políticas, indo a passeatas e atos públicos.

- 5- **Maria do Socorro Saldanha e Silva**- Nasceu em 08/04/1945, em Olinda (PE). Participou como secretária da equipe pastoral de Dom Hélder Câmara, no Recife. Psicóloga, veio ao Ceará para fundar clínica de Psicologia do Detran e acabou ficando. Ingressou no MFPA onde é identificada com o grupo “político” do Movimento. Foi fundadora da União das Mulheres Cearenses (UMC), da Associação Profissional dos Psicólogos, e participou de diversos movimentos sociais. Casada pela segunda vez, tem 02 filhos, é funcionária aposentada do INSS atua no grupo Crítica Radical. Reside em Fortaleza.

- 6- **Maria Josenilde Costa Cunha (Tota)** – Nascida em 31/07/1945, em Fortaleza, é professora com formação superior em Pedagogia. Pertenceu à diretoria do MFPA e ingressou no movimento para libertar o marido Fabiani Cunha e seu cunhado Swami Cunha, membros da ALN no Ceará com quem teve dois filhos. É considerada uma das pessoas mais atuantes do Movimento. Após a anistia atuou em movimentos classistas. Foi presidente da Associação dos Orientadores Educacionais do Ceará, na década de 90 e presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Fortaleza (Unifor), por duas gestões, ainda nesta década. Continua casada com Fabiani e tem seis netos. Continua trabalhando como coordenadora pedagógica em escola particular e como orientadora educacional em escola do Estado.

- 7- **Maria Luíza Menezes Fontenele** – nascida em 27/11/1942, em Quixadá (CE) – socióloga, cursou mestrado nos EUA. É professora aposentada da

Universidade Federal do Ceará e primeira mulher eleita como prefeita de uma capital, Fortaleza. Elegeu-se pelo PT em 1985 Atuou no MFPA e defendia sua articulação com outros movimentos sociais. Elegeu-se deputada estadual em 1978, pelo MDB, através do reconhecimento da luta em prol da anistia política. Tornou a se eleger deputada estadual, novamente pelo MDB, na legislatura seguinte e depois deputada federal, pelo PSB, em 1990. Criou a União de Mulheres Cearenses, em 1979, primeira organização feminista no Estado. Hoje integra o movimento político Crítica Radical. Foi casada duas vezes. Hoje está divorciada, tem uma filha. Reside em Fortaleza.

- 8- **Maria Socorro Braga de Paula** – Nasceu em 15/05/1943, em Milagres (CE), no movimento estudantil atuou em JEC e dirigiu grêmio estudantil. Funcionária aposentada da Companhia Energética do Ceará é ex-mulher do jornalista Gervásio de Paula, um dos redatores do jornal alternativo Mutirão. É identificada como militante que ingressou no Movimento por solidariedade. Divorciada, tem três filhas e um neto. Faz trabalho voluntário com adolescentes em bairro da capital. Reside em Fortaleza.
- 9- **Maria Valda de Albuquerque** – Nasceu em 02/07/1945, em Quixeramobim. Formada em Pedagogia, com especialização em pesquisa educacional, participou do movimento estudantil universitário como área de influência do PC do B e posteriormente ingressou no Movimento Comunista Internacionalista, de orientação trotskista. Envolveu-se no MFPA como simpatizante à causa e como forma de retomar militância. Após a anistia, atuou no movimento sindical docente e participou da construção da CUT. Foi fundadora do Partido dos Trabalhadores. Atualmente dá aulas no curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Acaraú (UVA) e coordena a área de Ensino Fundamental da Secretaria Executiva Regional II, da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Milita no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Não casou, não teve filhos. Reside em Fortaleza.
- 10- **Marília Lopes Brandão** – Nasceu em 09/03/1950, em Fortaleza. Professora aposentada da UFC e bióloga, foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e área de influência do PC do B no movimento estudantil universitário, mais tarde atuando no movimento ambientalista através da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema), da qual foi fundadora. Ingressou no MFPA como forma de militar e por

solidariedade a diversos amigos presos ou exilados. Integrou a equipe de apoio do jornal Mutirão. Casou-se com um exilado político, tem 3 filhos e coordena, atualmente, trabalho de educação ambiental da Prefeitura de Fortaleza, o Onda Verde e realiza consultorias nas área de educação ambiental, além de realizar cursos de capacitação de gestores ambientais. Reside em Fortaleza.

- 11- **Neidja Miranda de Albuquerque Góis** – Nasceu em 26/04/1956, em Fortaleza, funcionária do Sistema Nacional de Empregos (SINE), trabalha hoje como gerente de unidade do Sine/Jovem. É filha de Lourdes Albuquerque. Entrou no Movimento Feminino pela Anistia, aos 18 anos, para libertar irmãos e cunhados. Casada, tem três filhos, é evangélica e realiza trabalho social com 150 crianças em igreja de Fortaleza. Reside em Fortaleza.

- 12- **Nildes Alencar Lima** – Nasceu em 21/02/1934, em Lavras da Mangabeira (CE). Tem formação como educadora, tendo feito o curso Normal e posteriormente o curso superior de Pedagogia. Integrou a Ação Católica no Ceará. Foi a única presidente do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará. Ingressou no grupo, por indicação de Therezinha Zerbini. É irmã de frei dominicano Tito de Alencar Lima, que se suicidou em 1974, na França em consequência das torturas sofridas. Elegeu-se vereadora, em 1982, pelo PMDB. Foi ainda secretária estadual de Educação (1988/1989). Coordena hoje o Instituto Frei Tito, comprometido com o resgate da história do período. Possui uma série de documentos e jornais sobre o Movimento Feminino pela Anistia. É casada com o ex-vereador do PMDB, Bianôt de Andrade, sem filhos. Reside em Fortaleza.

- 13- **Nílvea Maria de Amorim** – Nascida em 14/05/1954, em Iguatu (CE), tornou-se professora a partir da formação no curso Normal, participou do Movimento Feminino pela Anistia, identificando-se como do grupo dos familiares dos presos políticos. Ingressou no Movimento para libertar o companheiro Wiliam Montenegro, integrante da Ação Libertadora Nacional, por quem se apaixonou durante uma visita ao Instituto Penal Paulo Sarasate. Foi filiada ao PT, mas afastou-se do Partido na década de 80, apesar de

nunca ter se desfilado. Separou-se de Wiliam com quem teve três filhos, avó de duas netas. Casou-se novamente e está aposentada. Reside em Fortaleza

- 14- **Raimunda Zélia Roberto de Carvalho** – Nascida em 20/10/1947, em Fortaleza, professora aposentada, é apontada pelas companheiras como pessoa responsável por fazer a ligação do MFPA com a Igreja progressista, no Estado, para a realização de atos conjuntos de apoio. Foi militante do PC do B e atuou nas comunidades eclesiais de base no período. Após a saída do MFPA, integrou a Equipe Docentes, movimento internacional ligado à Igreja Católica e que reuniu ex-integrantes da Ação Católica, além de ter participado da diretoria do Sindiute (Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação). Hoje integra, ao lado de outras companheiras do MFPA, o movimento político Crítica Radical que defende o fim da política e do trabalho como caminhos para a emancipação humana. Era considerada do grupo “político” dentro do MFPA. Não se casou e não teve filhos. Reside em Fortaleza.
- 15- **Rosa Maria Ferreira da Fonseca** – Nasceu em 24/04/1949, em Quixadá (CE), professora da rede estadual, ex-presa política, era estudante de Ciências Sociais e militante da Ação Popular quando foi detida em 1971, acusada de participar de atividade subversiva e participar de organização clandestina revolucionária. Passou dois anos e dois meses na cadeia, onde sofreu torturas. Ingressou no MFPA após sua libertação. Dois de seus irmãos e sua cunhada também foram presos e torturados durante a ditadura. Também é fundadora da União das Mulheres Cearenses. Elegeu-se vereadora de Fortaleza, atuando na legislatura entre 1992 e 1996. Foi diretora do Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação (Sindiute). Hoje também integra o grupo político Crítica Radical. Não casou, não teve filhos. Reside em Fortaleza.



A vinculação do Movimento Feminino pela Anistia com o Ano Internacional da Mulher, lançado pela ONU, é explicitada em material de campanha do MFPA, numa estratégia de visibilidade segura. (Arquivo Cedem-Unesp)



O resgate da tradição de anistias no Brasil, pelo MFPA, é expressa no selo comemorativo dos 30 anos da anistia concedida em 1945, por Getúlio Vargas. O objetivo de pacificação da família brasileira é retratado no símbolo do Movimento, a pombinha. (Arquivo Cedem - Unesp)

ABERTURA SOCIAL

▼ A Lei que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação, em atividades políticas entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 4 de dezembro de 1995.

▼ Uma comissão especial foi criada para reconhecer os casos e emitir pareceres sobre as requisições de indenização. De acordo com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Nilmarino Miranda, 372 processos referentes a 375 pessoas foram apresentados à Comissão do Ministério da Justiça. Cento e trinta e duas já estavam no anexo da lei.

▼ 233 casos foram analisados pela comissão e 148 foram aprovados.

▼ Um relatório da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos reconhece a importância da lei, mas aponta problemas como o fato de eximir o Estado e seus agentes da responsabilidade pelas mortes e desaparecimento durante o regime.

▼ Questionamentos também são feitos ao Estado por não assumir a responsabilidade de apurar as circunstâncias das mortes e desaparecimentos. Segundo a lei, cabe aos familiares obter a documentação capaz de fornecer elementos para deslendar cada caso.

▼ Muitos casos semelhantes aos já incluídos no anexo, segundo o relatório, ficaram de fora, mesmo os reconhecidos pelo próprio regime militar à época. A pouca divulgação dos prazos para a entrega dos requerimentos à Justiça, que venceu no dia 15 de maio de 1996, também é alvo de críticas no documento.

▼ O deputado Nilmarino Miranda disse que sempre criticou o fato das famílias serem as responsáveis pela apuração das circunstâncias das mortes e desaparecimentos de seus parentes. "Acho que a comissão foi importantíssima, mas não se pode deixar fora do reconhecimento pessoas que tiveram familiares mortos ou desaparecidos nas mesmas situações das já beneficiadas, por conta de uma fritula legal".

Luta pela anistia política revitalizou outros movimentos sociais reprimidos pela ditadura e reforçou a campanha pelas Diretas Já. Maria Luiza foi um dos ícones dessa época ■

A Luta pela anistia de presos políticos, exilados e banidos pelo regime militar, intensificada no final da década de 70, reuniu pessoas de várias correntes ideológicas e camadas sociais. Reforçou o movimento "Diretas Já" e o "Movimento Contra a Censura", além de ter feito ressurgir as mobilizações sindicais e estudantis caladas pelos atos de exceção.

A ex-prefeita de Fortaleza, socióloga Maria Luiza Fontenele (Part), participou ativamente da luta pela anistia no Ceará. Ela afirma que a sigla do MFPA (Movimento Feminino pela Anistia) ficou tão famosa naquela época no Brasil como a da CUT (Central Única dos Trabalhadores) é hoje. "Foi movimento de uma justiça tal que foi capaz de arrastar mentes e corações e unir na mesma luta pessoas como o José Duarte (ex-presos político), que reafirmava todos os dias ser comunista, e o senador Teófilo Vilela, que saiu da Arena para o MDB quando foi instalada a comissão parlamentar pela Anistia".

Maria foi eleita deputada estadual pelo MDB, em 1978, com o

principal compromisso de lutar pela anistia pressionando os ocupantes de cargos majoritários na política. Ela acredita que as eleições de 78 tenham tido um caráter de plebiscito, pois as pessoas, pelo apoio à anistia, manifestavam também o desejo de escolher o presidente. Ela lembra de comício no Mucuripe onde o candidato a senador Chagas Vasconcelos foi ovacionado por defender em público a anistia política. "Foi muito interessante o imbricamento entre a luta democrática e a luta popular".

Por conta de sua participação na luta pela abertura democrática, ela conta que foi seguida várias vezes e que recebia ameaças por telefone. Funcionários de uma funerária chegaram a ir em sua casa, perguntar "o tamanho do caixão" que deveriam deixar lá. "Já sabiam que eu corria risco de vida".

Mesmo assim não desistiu. "A votação da anistia no Congresso foi um dos momentos mais ricos e cheios de emoção que vivi em minha vida". Apesar de considerar a lei limitada, ela disse que a luta tem de continuar em favor dos

mortos e desaparecidos.

A ex-vereadora Rosa da Fonseca (Part), presa durante o regime militar por atuar no movimento estudantil, reitera as afirmações de Maria Luiza e diz acreditar que a anistia foi fundamental, porque abriu caminho para a luta pelos direitos humanos no Brasil. "A luta pela liberdade acabou sendo a luta para que as pessoas tivessem vida digna". Movimentos pela não expulsão de trabalhadores assentados e de famílias moradoras de favelas em Fortaleza ganharam apoio dos militantes da anistia nessa época. Ela ressalta que o movimento feminino no Ceará ganhou com a mobilização pela anistia, com a fundação do União das Mulheres Cearenses (UMC), em 1979.

O advogado Benedito Bizerril, preso em 1971, por conduzir estandartes com propaganda contra a ditadura em seu carro, diz que a anistia representou "a grande vitória da resistência democrática

que ocorreu de forma heróica pelo povo brasileiro" e aglutinou todos aqueles que lutavam por liberdade. O heróismo, segundo ele, se justifica pelo enfrentamento do clima de violência e medo vivido naquele momento. Ele afirma que o movimento desempenhou também o papel de denúncia dos atos de arbitrariedade do regime.

Ele lamenta, no entanto, que os anseios de justiça social e de mobilização popular para a modificação do quadro de miséria do país não tenham acontecido. As conquistas da Constituição de 1988, produtos da luta pela redemocratização, estariam todas "extintas".

Para ele, a comemoração dos 20 anos da Lei da Anistia deve ser momento de reflexão para a sociedade sobre a experiência passada. "É chegado o momento de despertar porque depois da anistia houve certa apatia da sociedade. Há desconfaça e descrença em mudanças, em vitórias".



■ Maria Luiza Fontenele

Mortos e desaparecidos

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, deputado Nilmarino Miranda (PT-MG), apresentou no início do mês ao Ministério da Justiça, projeto de lei propondo ampliação para os casos de indenização de familiares de pessoas mortas ou desaparecidas durante o regime militar, previstas em lei promulgada em dezembro de 1995.

A nota proposta deve ser apresentada pelo Executivo, já que prevê despesa. Entre os pontos do projeto está a indenização para pessoas que morreram durante passeatas nos anos de 1964, 1968 e 1979.

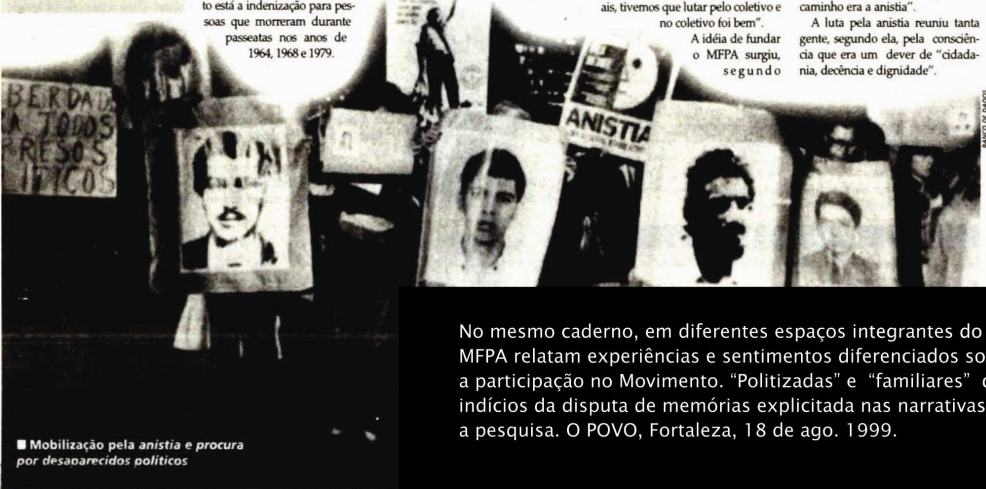
Proteção para estudantes

A fundadora do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) no Brasil, Therezinha Zerbini, não condena a forma da Lei da Anistia. Ela afirma que a anistia que foi "arrancada" era a que se precisava naquele momento político. "O exemplo que eu dava era de uma barragem de água. Se você fizer um buraco nessa barragem, o resto a água leva junto", diz. Ela acredita que não se podia exigir resolução imediata para casos particulares. "Nós não podíamos lutar por casos individuais, tivemos que lutar pelo coletivo e no coletivo foi bem".

A idéia de fundar o MFPA surgiu, segundo

ela, dentro de sua cela, em 1970, no presídio Tiradentes em São Paulo. Oito mulheres começaram o movimento em março de 1975 e este logo se espalhou por todo o Brasil. "Nós que éramos a retaguarda dos estudantes passamos para a vanguarda como Movimento Feminino pela Anistia. Lutamos e vencemos porque dinamizávamos e catalisávamos força. Falávamos como mães, como mulheres, o que precisava ser dito, que a nação precisava se redemocratizar e o primeiro caminho era a anistia".

A luta pela anistia reuniu tanta gente, segundo ela, pela consciência que era um dever de "cidadania, decência e dignidade".



■ Mobilização pela anistia e procura por desaparecidos políticos

No mesmo caderno, em diferentes espaços integrantes do MFPA relatam experiências e sentimentos diferenciados sobre a participação no Movimento. "Politizadas" e "familiares" dão indícios da disputa de memórias explicitada nas narrativas para a pesquisa. O POVO, Fortaleza, 18 de ago. 1999.



Mulheres organizaram o movimento pela anistia no Ceará. Elas contam que a luta pela redemocratização estava acima de interesses partidários

A lembrança dos tempos de chumbo ainda permanece forte nas vidas de familiares e amigos de ex-presos e ex-ladros pelo regime militar. E foi por meio das famílias que o movimento pela anistia teve início no Ceará, primeiro estado a fundar o Movimento Feminino pela Anistia (MFFA) no Nordeste.

A organização teve início em 1975, por meio da ação de algumas mães e mulheres de presos, mas só foi realmente instalado em março de 1976, com a vinda da fundadora do MFFA, Therezinha Zerbin, a Fortaleza. No auditório lotado do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, ela emocionou a muitos com seu jeito firme, colocando a necessidade da Lei para a redemocratização do país.

O momento tornou-se inesquecível para muitas pessoas, entre

elas a professora universitária Josenilde Cunha, 54. Mulher de Fabiani Cunha, condenado a mais de 90 anos de prisão como terrorista, ela passou por maus bocados na batalha pela libertação do marido que ficou nove anos na cadeia.

Lembra sem saudades das inúmeras buscas da Polícia na casa de seus pais, onde morava, do nascimento da filha longe do pai, das dificuldades encontradas para visitar Fabiani no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) onde cumpria pena, das várias vezes em que foi seguida pela polícia quando ia trabalhar e, principalmente, da imagem do marido debilitado pelas torturas sofridas e durante as greves de fome feitas pelos presos em solidariedade a outros companheiros no Brasil.

Lembra também do preconceito existente contra as famílias dos

presos e do silêncio que fazia sobre o assunto nos locais onde trabalhava. "A grande massa tinha as pessoas como terroristas. Quando Fabiani foi preso, elas diziam: olha a casa do terrorista. Todas se afastavam". Mesmo tendo de assumir a educação e manutenção dos filhos pequenos, Josenilde não era de desanimar. Organizava festas de aniversário dos filhos na prisão, fotografava os jogos de futebol no IPPS e até organizava torcida.

Foi na luta pela anistia que ela conheceu Nilvea Amorim, 45, sua amiga até hoje. Nilvea é ex-mulher de William Montenegro, que acusou de subversão cumpriu pena de 8 anos e 10 meses, ao lado de Fabiani no IPPS. Ela conta que as reuniões do MFFA aconteciam toda semana, quando se determinava o que se ia fazer. Recorda momentos de impasse dentro do Movimento que quase o levaram à desintegração.

Ela conta que algumas pessoas acreditavam que o MFFA deveria se envolver em lutas sociais mais

amplas na cidade, como o caso da Favela da José Bastos, famosa à época. "A gente temia propostas muito avançadas. Achava que radicalizar não era o melhor para o movimento como achavam muitos, porque a gente não podia se dar ao luxo de perder as pessoas". Josenilde reitera o pensamento da amiga e diz que o movimento pela anistia se colocou acima dos interesses político-partidários. Seu objetivo era lutar para que Fabiani e seu grupo saísse da prisão.

As duas amigas têm em comum o desejo de ver a história da luta pela anistia no Ceará registrada e para isso pensam em organizar um livro sobre a época. Elas também acreditam que o grupo não deveria ter sido desfeito após a aprovação da Lei em 1979. "As lutas no país ainda estão por ser feitas, mas quando você olha para trás, apesar de toda a inflação, toda corrupção hoje, nada se compara àqueles tempos", conclui Nilvea.

Pelo intermédio do bispo Lorscheider

Na luta pela defesa de melhores condições de vida para os presos políticos na capital, as famílias contavam com o apoio do então arcebispo de Fortaleza dom Aloisio Lorscheider. Quando era dificultada a entrada de mulheres nas visitas ao IPPS ou quando se exigia a "revista rigorosa" das esposas e mães, era ele que intervinha junto às autoridades policiais e militares. "Qualquer coisa que acontecia, recorriamos a ele", conta Nilvea Amorim.

As primeiras reuniões do Movimento Feminino pela Anistia em Fortaleza aconteceram em igrejas, como a dos Remédios, no Benfica. Vigílias também aconteceram nas greves de fome dos presos políticos na Igreja Coração de Jesus, no Centro, e na Igreja de São Raimundo. Sacerdotes denunciavam os maus tratos e torturas durante os sermões a pedido das mães de presos e desaparecidos.

Os presos políticos não tinham tratamento diferenciado dos comuns. Reclamações e protestos contra as condições de vida carcerária eram frequentes. Os presos faziam greves de fome para garantir o recebimento de remédios, alimentação adequada e tratamento médico e dentário.

Além disso, durante um período do regime os visitantes só tinham permissão para visitar os presos se tivessem uma Carteira de Visitante, o que dificultava o acesso dos familiares. Organizaram uma carta ao papa contra o presídio em outubro de 1975, quando o papa estava em visita ao Brasil.

A coragem chamada Lourdes

*"Quem é essa mulher
Que canta sempre esse cântico
Si queris embalar meu filho
Que moro na escuridão do mar".
Chico Buarque*

Coragem para desafiar um exército. E se preciso dois. Quem conheceu Maria de Lourdes Miranda Albuquerque na luta pela anistia, guardou dela essa impressão. Dona Lourdes, nove filhos, viveu a agonia de ter quatro deles presos durante um período em que era proibido falar em liberdade e em que muitos sofreram castigos por ousar contestar a ditadura. Muitas mulheres não viram suas crias depois daquele período. Isso Lourdes não permitiu.

Organizou junto com outras mães e mulheres o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará.

Mobilizou-se para transferir o filho Mário Albuquerque, preso e n Recite, para o IPPS em Fortaleza. Debaixo de suas vistas poderia cuidar melhor. Mesmo assim, ver o filho Pedro, quase morto, no Hospital Militar, onde chegou de pulsos cortados — tentativa de suicídio ionjada pela Polícia Federal —, ela deixou que a força lhe escapulisse. De onde tirava coragem? "Eu acho que era da luta política para ver um país melhor". Mãe de todos.

Guerreira, expulsou a polícia que cassava seu filho dentro de casa. Lembra do conselho recebido de uma chefe que pediu para que ela levasse o filho Mário à televisão para dizer estar arrependido de sua ação militante. A resposta: "Prefiro que meu filho morresse agora mesmo ou então eu, mas

não quero jamais que faça isso". Acompanhava Mário em seus depoimentos. Por vezes, Lourdes virou explosão. Depois de oito meses sem ver o filho Pedro e de procurá-lo dia e noite, ouviu a notícia de que ele estava morto. Desesperou. Entrou na 10ª Região Militar sem identificar-se. "Fiquei louca. Sai correndo. Emeia atrás de mim, pedindo a minha identidade".

O rebuliço foi tanto que, em 15 dias, Pedro foi transferido de Brasília, onde estava preso, para junto dela. Lourdes, 77 anos, vai comemorar o aniversário da anistia, embora acredite que ainda há muito pelo que lutar. "Eu não estava lutando só pelos meus filhos. A luta era para todos os filhos".



O PODER DAS MULHERES

ÍNDICE □□

TEMPO LIVRE.....2B
SOCIAL.....3B
O QUE FAZER EM CASA.....4B
O QUE FAZER NA CIDADE.....5B
ENTREVISTA.....6B
CÔLUNAS.....7B
PAN.....2B
JOSÉ RANGEL.....3B

O 13.º DE REICHENBACH
"Anjos de Arrabalde" é o cartaz do Cinema Nacional no canal 2



Betty Faria

INFANTIL
O grupo Formosura apresenta o espetáculo Baile do Menino Mateus
SHOW
O cantor Fagner faz show neste sábado no Parque do Cocó



B. de Paiva

TEATRO E PAIXÃO
O teatrólogo B. de Paiva é o entrevistado de hoje e fala sobre seu trabalho

Colégio São Luiz
Rua Sátiro Dias, 195 - Montese

VIDA & ARTE

& ARTE

Colégio São Luiz
Rua Sátiro Dias, 195 - Montese

FORTALEZA—CE,
SÁBADO
25/JULHO/92

O POVO
CADERNO B

Mãe Coragem



Dona Maria Albuquerque (centro) e família: amargas recordações



Templo da Sagrada Família, de Gaudi, em Barcelona

Série traz lembrança à mãe que escondia perseguidos da ditadura

A minissérie **ANOS Rebeldes** merece no Ceará atenção especial da dona-de-casa Maria de Lourdes Miranda Albuquerque, 70 anos nessa segunda, e viúva de Mário Albuquerque, antigo membro do Partido Comunista Brasileiro. Ela teve três filhos e uma filha presos. Um genro e duas noras participaram da luta armada e foram presos. Apesar da casa frequentemente invadida pela polícia, sempre refugio militantes perseguidos pelo regime.

A série desperta lembranças que ela diz jamais esquecer. Apesar do sofrimento, nunca negou apoio aos filhos. "Ninguém tirou o ideal de ninguém. Se deixassem a luta, seria covardia". As histórias que viveu, gostaria de reunir num livro. O cantor Taguara, admirador seu, prometeu-lhe um show.

A característica de d. Maria de Lourdes, segundo o genro Walde-

mar Menezes, é o fundamento de sua ação - a solidariedade - anteceder sua ligação com a esquerda. "Ela é uma unanimidade democrática: pessoas de todos os partidos, mesmo sem serem da esquerda, mantêm vínculo afetivo com ela, que nunca foi do PC, nem está imbuída de seu aspecto doutrinário. O que a move é a solidariedade para com os mais fracos e pobres", diz ele.

Na verdade, todos os que estiveram ligados ao período fazem referências elogiosas à coragem dessa mãe de nove filhos que conviveu, nos tempos da ditadura, com a rotina de ver a maioria deles arrastados pela polícia. O sociólogo Pedro Albuquerque foi o primeiro filho a demonstrar interesse pela causa. "Aos 12 anos, em 58, ele já recebia borrachada injustamente", diz ele.

Em Chaval, quando pequena, casou de ver a mãe Joana Batista dos Santos Miranda reunindo-se em segredo com integrantes do PC, gente que vivia na clandestinidade (Pedro Rufino, Chico Teodoro ou Tenente Elias). "Eles se trancavam no quarto e eu ficava olhando pe-

lo buraco da fechadura". Filhos educados graças à ajuda que d. Lourdes pedia aos diretores de colégio, eles cresceram na consciência crítica de emitir opiniões e juízo das coisas. "E não se deveu a nossa influência. Nunca fizemos a cabeça deles", observa, que sempre ouviu dos professores e diretores referências elogiosas sobre a atuação dos "meninos". Veio a revolução e na hora mais necessária, seus filhos não traíram os ideais. Fecharam com a esquerda.

Foram dias e noites de horror. "Meu marido morreu por não suportar as torturas de nossos filhos e as muitas invasões à nossa casa", conta, sem perder a alivéz e o porte, mãez que a distinguem no passado nas muitas incursões que fez às prisões a procura de notícia dos filhos.

Pressões psicológicas eram intermináveis. Pessoas ligadas ao regime insistiam para ela demover os filhos do ideal que tinham. A esse tipo de pressão, ela respondia com mais apoio. E aos que lutavam na clandestinidade, não negava abrigo. Casou de esconder em sua casa gente como o atual deputado fe-

deral Genoino Neto, o atual presidente do PT, José Guimarães, e outros amigos dos filhos. "filhos meus, nessa hora", diz.

Vendo agora o drama dos personagens de **Anos Rebeldes**, diz viver na pele das mães a encarnação de toda uma luta que permanece viva. "Na série, não contam a história verdadeira. Porém, é bom para a juventude de hoje ver que jovens de ideal eram aqueles".

Descantada com a alienação de hoje, com a divisão da esquerda - "nunca entendi isso" -, ela fixa o olhar num ponto qualquer, como se buscasse respostas. "Pensei que o Brasil ia melhorar; está pior. A mocidade alienou-se completamente", diz magoada, mas ressaltando que tudo o que viveu e passou foi importante. Faria tudo de novo, sem rancor. Aliás, outra lição maior sua: não guardar sentimento de ódio pelos responsáveis das dores que passou. Continua atuante, participando de qualquer protesto contra as injustiças. "Li que a Polícia Federal fará greve. Se fizer passeata, acompanharei em solidariedade", diz convicta. (NA)

Vida & Arte publica série de reportagens sobre Barcelona

Quando for aberta, na tarde de hoje, em Barcelona, a XXV Olimpíada, mais da metade de todos os habitantes do planeta estarão de olho na tevê. Amanhã, algumas das imagens da cidade que serão mostradas para os telespectadores poderão ser revistas numa série de trabalhos inéditos que o fotógrafo José Albano publicará no O POVO, semanalmente. Documentando cenas do cotidiano do povo catalão e pontos marcantes da cidade, as fotos, que nunca haviam sido publicadas, foram tiradas há cerca de vinte anos, quando Albano esteve durante um ano na Europa, depois de ter cursado mestrado em Fotografia, nos Estados Unidos.

Viajando de carona, cozinhando num fogareiro a álcool e dormindo em saco, sobre árvores, pontes, ou ao abrigo de prédios em construção, José Albano esteve na Holanda, Espanha, França, Itália, Grécia, Turquia, Iugoslávia, Áustria e Alemanha. Demonstrava semanas em cada local pois, ao contrário do turista comum, contava com "o luxo do tempo".

como diz Albano retornou ao Ceará com uma coleção de milhares de fotos, que ganharam do O POVO espaço para publicação em série, nos idos dos anos 70. O fato se repetiu em 1990, durante a Copa de Itália, quando mais uma vez O POVO mostrou, em sete páginas semanais, os flagrantes colhidos pelo fotógrafo na terra do Papa.

Agora Ze Albano volta à cena, com farto material documentando o povo, a cultura e a escultura de Barcelona. Destaque para a obra do arquiteto Antoni Gaudí (1852-1926), autor de edificações que são marcos da Espanha, como o Templo da Sagrada Família, em Barcelona. A réplica de uma das caravelas de Cristóvão Colombo e a estátua do navegador, erguida sobre alta coluna e apontando para a América, também mereceram registro pelas lentes de Albano, que mostrará ainda cenas de rua e detalhes da "art-nouveau", além de danças típicas e outras formas de diversão na capital que é cenário desta XXV Olimpíada.

<p>BENVINDO A TERRA DO SOL.</p> <p>Para voltar sempre conte com essas ofertas:</p> <p>Apartamento com 3 dormitórios (1 suite) que você compra a partir de US\$ 46.500,00 à vista.</p> <p>Apartamento com 3 dormitórios (3 suites) que você compra a partir de US\$ 55.200,00 à vista.</p> <p>Temos planos de financiamento em até 48 meses.</p>	<p>BIENVENIDO A LA TIERRA DEL SOL.</p> <p>Para volver siempre, cuente con estas ofertas:</p> <p>Departamento con 3 cuartos (1 suite) que usted comprará a partir de US\$ 46.500,00 (al contado).</p> <p>Departamento con 3 cuartos (3 suites) que usted comprará a partir de US\$ 55.200,00 (al contado).</p> <p>Tenemos planos de financiamiento de hasta 48 meses.</p>	<p>WELCOME TO THE LAND OF THE SUN.</p> <p>To always return, count on these offers:</p> <p>Apartment with 3 rooms (1 suite) that you can buy starting with US\$ 46.500,00 (cash deposit).</p> <p>Apartment with 3 rooms (3 suites) that you can buy starting with US\$ 55.200,00 (cash deposit).</p> <p>We have financing plans up to 48 months.</p>	<p>BIENVENU AU PAYS DU SOLEIL.</p> <p>Pour retourner toujours, regardez les offres suivantes.</p> <p>Appartement avec 3 chambres (1 suite) que vous pouvez acheter a partir de US\$ 46.500,00 (au comptant).</p> <p>Appartement avec 3 chambres (3 suites) que vous pouvez acheter a partir de US\$ 55.200,00 (au comptant).</p> <p>Nous avons des plans de financiamnt en 48 mois.</p>	<p>HERZLICH WILLKOMMEN ZUM DEM LAND DER SONNE.</p> <p>Sie haben bei uns diese Angebote, um Sie wieder zu kommen:</p> <p>Wohnung mit drei (3) Schlafzimmer (1 Schlafzimmer mit Badezimmer), dass Sie ab US\$ 46.500,00 kaufen können.</p> <p>Wohnung mit drei (3) Schlafzimmer (die drei -3 mit Badezimmer), dass Sie ab US\$ 55.200,00 kaufen können</p> <p>Wir haben Pläne von Finanzierung bis in 48 Monate.</p>
--	---	--	--	--

As memórias da dor e sofrimento dão a tônica de algumas matérias de jornais. Lourdes Miranda e sua família são objetos delas. Os discursos da imprensa reforçam as narrativas orais e são reforçados por elas. Os jornais são arquivados e usados como prova do que passou.

A MARCA
LA MARCA
THE BSA
LA MARQUE
DAS ZEICHEN V



vida & arte

FORTALEZA-CE, TERÇA-FEIRA, 15 de agosto de 2006

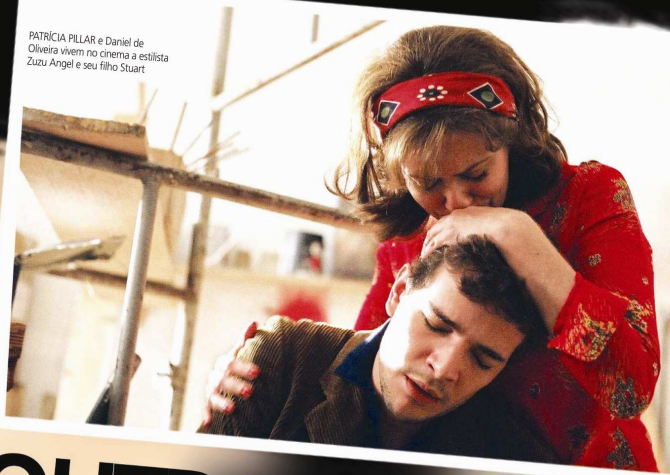
ESTRÉIA

Os quadrinistas da Oficina de Quadrinhos da UFC apresentam as pulsações da cidade com traços firmes e muita criatividade

CHICO BUARQUE

Para marcar os 40 anos do primeiro disco de Chico Buarque, a Som Livre acaba de lançar a caixa-coleção *Chico Buarque de Holanda - Os Primeiros Anos*

PATRICIA PILLAR e Daniel de Oliveira vivem no cinema a estilista Zuzu Angel e seu filho Stuart



OUTRA ANGÉLICA

ZUZU ANGEL] Em cartaz nas salas de cinema do País, *Zuzu Angel* mostra a saga de uma mãe em busca do filho preso pela Ditadura Militar. A protagonista, porém, não estava sozinha: na época, havia muitas mães que compartilhavam seu sofrimento e sua luta. Uma delas era dona Lourdes Albuquerque. O *Vida & Arte* convidou essa Outra Angélica para assistir o filme de Zuzu

Natália Paiva
Especial para O POVO

No povoado de Chaval - extremo Norte do Ceará, onde "passou o rio, é Plauí" -, a menina costumava brincar no alto pra fazer moça, gritar "Lá vem o co-sobrava vivalina na praça - fugiam de-criança. A menina, porém, assistia à mãe dar o de-comer à família do comunista, preso há 20 anos. Quando Chico o comunista, foi solto, foi somente pra, na próxima do novamente. Afinal, dizia-se quem tocavam fogo nas canas. Quando a menina ouviu dizer que o Chico ia abraçar ao homem "tuberculoso, ser preso de novo, ela correu e se abraçou ao menino que se deixava levar. Grita co permanece livre. Três décadas abraçar a um outro comunista - agora, o filho - que a polícia queria levar meu", disse aos milicos. Sete décadas depois, ela ia repetir as duas histórias. Dessa vez, entretanto, em relato, ao sair da sessão do filme *Zuzu Angel*, de Sérgio Rezende, e mergulhar em lembranças suas.

"Eu passei tudo isso aí", diz, apontando com o queixo a tela que exibia os últimos créditos do longa. Trata-se de dona Lourdes Albuquerque, octo-

genária mãe de nove filhos, dos quais quatro foram presos e torturados pela Repressão, durante a Ditadura Militar. A mãe tinha uma participação muito ativa, de ir atrás nos quartéis, de rio Albuquerque, preso político de 1971 a 1979 e, hoje, presidente da Associação 64/68 Anistia. "Eu ia", confidencia, "em casa de dona Lourdes, a esposa de Chico. Ela trabalhava três nhã e pela tarde e à noite trabalhava saída, eu ia atrás deles, nos quartéis. A casa de dona Lourdes era "uma espécie de embalsada", onde, até a Anistia em 1979, várias pessoas se alojavam. Dona Lourdes me ainda participava do Movimento Feminino pela Anistia, que fazia visita a autoridades, atos públicos e reuniões.

"Quando eles (os filhos) foram presos, eu pensava mil e uma coisas, nhã. Aí foram dizer ao padre que eu disse: 'Olhe, a senhora vai tirar isso da arrumada para ir atrás dos seus filhos'. Foi o que ela fez. Uma seqüência Lourdes mais se identificou foi na hora não está preso no quartel do exército e sai procurando-o de cela em cela. "Eu passei isso com o Mário. Quando ele foi preso, eu fui na Dops (delegacia do Departamento de Ordem Política e Social) e queria vê-lo. Aí o co-

ronel me disse que ele já tinha sido solto. Eu disse que não acreditava e que queria entrar, subir e olhar todas as celas. Então, ele mandou um policial Mário não estava", relembra. "Eu nunca tive medo. Eu dizia: 'o filho é meu, vim atrás do que é meu', emenda.

Pedro, o filho mais velho, então membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e hoje sociólogo e a ser detido, logo após o golpe de 1964. "Nessa época, eu tomei um choque muito grande: urinei sangue e fiquei cega por três meses - ainda hoje dele", conta. Era apenas o início de uma luta cotidiana que iria dar tréguas somente em 1979. Preso novamente do Ato Institucional nº5 (AI-5) e depois de participar da Guerrilha do Araguaia, Pedro sucumbe às torturas e tenta o suicídio. No hospital, um policial diz: "Dona Lourdes, a senhora vai aguentar ver ele sair, e nem ele vai aguentar ver a senhora". "Isso é muito duro pra uma mãe ouvir, não é não? Levaram ele meia-noite, num avião outro dia, amanheci o dia atrás dele. Como ela (Zuzu Angel) fazia, eu ia duas, três vezes atrás dele. Lá, o delegado da Polícia Federal me torturava, que não sabia onde ele estava. 'Eu só saio daqui quando eu souber notícia dele', eu dizia".

Depois de oito meses de visitas constantes ao Dops e à Polícia Federal, dona Lourdes se assusta ao ver sua casa. Ao ver o estado do filho e ouvir o relato das torturas, a mãe sente dor demais, grita de dor e é hospitalizada. Mário conta um dos dramas sofridos pelo irmão: "Ele me contou que o processo de despersonalização e de alucinação chegou a um ponto tal que ele achou que tava virando um animal, um asno. E o maior terror dele era querer irar a dívida, que seria passar a mão na

orelha - porque ele achava que tava com oreilha de asno - mas não podia porque tava com as mãos presas". Além de Mário e Pedro, Célio e Nêano e também foram presos por um dia e uma semana, respectivamente. "É interessante ver como o País pôde não é só os militares, é a sociedade. As pessoas sabiam, como diz a Zuzu Angel no filme: sabiam, mas não queriam ver o que estava se passando. Como se tolerou isso? É impossível de dizer. Depois de tanta dor, de tantas marcas e de tanto sofrimento, como é possível se recuperar? Dona Lourdes, a menina de Chaval, lembra uma possível resposta: "A pessoa que tem ideal de luta, que quer um Brasil melhor, a gente se recupera. Pra quem não tem ideal não; aí, só fica cada vez pior".

SERVIÇO

Zuzu Angel (BR, 2006) De Sérgio Rezende. Com Patricia Pillar, Daniel de Oliveira, Luana Piovani, Leandra Leal, Alexandre Borges e Paulo Bett. 103min. 17h15, 19h30 e 21h45. **North Multiplex Iguatemi 3**, as 15h, Shopping 4, **Arcoiris Del Paseo 2**, as 15h, 20h55; **Arcoiris Del Paseo 2**, as 17h, 19h e 21h. 14 anos.

DONA LOURDES e Mário Albuquerque: mãe e filho que lutaram juntos contra a Ditadura Militar



TAÍTA KOCH



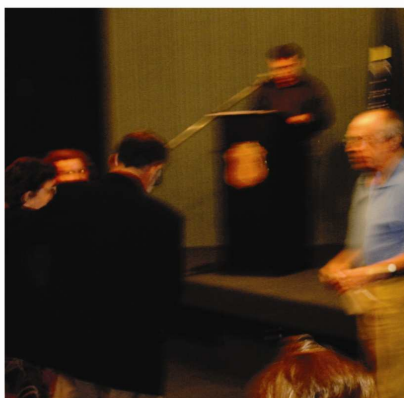
Tota
 "... Em ti eu creio
 com uma fé que conquistei quando te conheci,
 que cresceu quando te perdi,
 que se tornou irremovível quando te compreendi.
 Em ti eu creio
 porque me destes ensejo, significado,
 a toda a minha vida, a todo o meu passado.
 Em ti eu creio,
 quase mesmo te amo loucamente,
 com carinho, ternura,
 com cuidado.
 Em ti eu creio,
 na tua simplicidade,
 na beleza dos teus encantos
 nos sonhos que são realidade.
 Em ti eu creio
 - LIBERDADE
 como jamais!"
 Um carinhoso e fraterno abraço
 Jerônimo William Fátima Jandim Fabiani
 25/12/77

D. Margakida
 Salve as mães
 de todos os opri-
 midos e perseguidos!
 Celilliam
 Prata
 Jerônimo
 Ivanni
 Jandim
 MARIO
 Magela
 Fátima
 Rubens
 Osvaldo
 Fabiani
 Valdemar
 8/maio/77

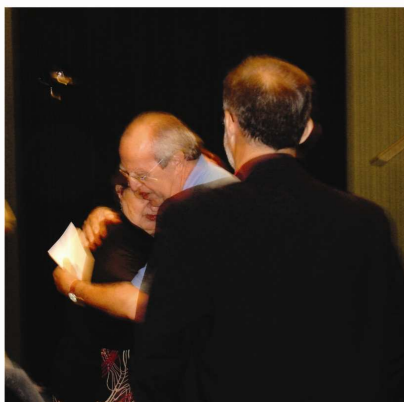
O artesanato elaborado em couro e madeira pelos presos políticos cearenses era forma de denúncia política e de homenagens e reverências às integrantes do MFPA, familiares ou não. (Arquivo Josenilde Cunha)



Anexo V



Mãe-monumento: Lourdes Miranda em solenidade de entrega de indenizações da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, em outubro de 2005. Chamada pelo então governador Lúcio Alcântara, ela entrega o documento de indenização ao filho Mário Albuquerque, presidente da Associação 64-68. É ruidosamente aplaudida pelos presentes em mais uma homenagem. (Acervo da autora)



Anexo V



Álbuns sui generis foram criados pelas militantes para a posteridade. Eles registram tentativas de recriação de cotidiano familiar no presídio. Neste há lugar para jogos esportivos, com torcida eminentemente feminina, comemoração de aniversários de pais e filhos e recreação em tanques d' água. (Arquivo Josenilde Cunha)

Anexo V



Anexo V

INSTITUTO PENAL PAULO SARASATE

IDENTIDADE DE VISITANTE N.º 180.-

Visitante **MARIA JOSENILDE COSTA**

CUNHA.

Visitado **FRANCISCA CUNHA Nº 261**

Grau parentesco **=ESPOSA=**

Enderêço **R. Cap. Antonio Aguiar, 26**
Aldeota - Fortaleza - Ceará

Ex 21-02-78

ESPOS




A identificação obrigatória para visitantes foi forma de constrangimento adotada pela direção do presídio contra as militantes que se mobilizaram para derrubar a restrição. Muitos evitavam visitas, com medo de serem vigiados pelos órgãos de segurança. (Arquivo Josenilde Cunha)

A campanha da anistia utilizou-se de material improvisado de propaganda como a "praguinha" feita de carimbo em papel colante. (Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho)

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO CEARÁ

Uma Posição Face ao Momento Histórico Brasileiro

Considerando que o momento brasileiro apresenta uma grande soma de conflitos e problemas e, por outro lado, gera expectativas de grande vulto acerca dos destinos do nosso País unindo todos aqueles que estão empenhados na luta por maior participação política, por maiores liberdades e na busca de melhores dias para todo o povo brasileiro;

Considerando que aumenta o número e a variedade de setores da população brasileira que se opõem à exploração crescente de trabalhadores rurais e urbanos, à elevação do custo de vida, ao total desrespeito às liberdades individuais e ao poder judiciário e a toda sorte de arbitrariedades que limitam a participação na vida política do País;

Considerando que setores da Igreja têm se colocado cada vez mais ao lado dos oprimidos e injustiçados pelo que têm sofrido perseguição e violências - haja visto os assassinatos dos Pe. João Bosco Burnier, Pe. Rodolfo e do advogado Dr. Eugênio da Comissão Pastoral da Terra do Regional Nordeste, a expulsão do Pe. Jentel e, no caso do Ceará, as pressões sofridas pelo Pe. Bernard, ao defender os direitos dos colonos do Projeto de Irrigação Várzea do Boi;

Considerando que aumenta o número de professores, intelectuais e estudantes que lutam por um ensino e uma ciência voltada para a nossa realidade e que têm reagido cada vez mais às limitações impostas às suas atividades, repudiando, ou, no máximo, entre outras medidas de violência, as invasões das Universidades de Brasília e da PUC que culminaram com o espancamento e a prisão de vários de seus membros;

Considerando o esforço, cada vez maior, da imprensa brasileira principalmente a imprensa alternativa de se colocar ao lado do povo e de lutar por uma imprensa livre e independente, estando, no entanto, incapacitada de exercer seu papel devido ao esquema rígido de censura instaurado em nosso País que também vem atingindo drasticamente a produção artístico-cultural do nosso povo. Saliente-se ainda que alguns daqueles que levantaram a sua voz em favor das liberdades democráticas foram ou estão sendo vítimas de repressão como Vladimir Herzog, Lourenço Diaféria, Chico Buarque e outros.

Trecho de documento de avaliação política da conjuntura brasileira. O léxico já o diferenciava do discurso tradicional de mulheres em defesa de seus parentes. (MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO CEARÁ. Uma posição face ao momento histórico brasileiro, 8 de novembro de 1977. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho).

Exmo. Senhor
 Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República
 Palácio do Planalto - Brasília DF

A mulher brasileira, consciente de seus direitos e deveres de cidadã, vem a presença de V. Excia. trazer a sua posição política que se afirma no seguinte Manifesto perante a Nação:

" Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da --
 Mulher, assumimos nossas responsabilidades de cidadã no quadro polí-
 tico nacional.

mulhe: Através da História, provamos o espírito solidário da -
 mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça. er, nós nos -

antep: Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos -
 antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de
 paz, se for concedida a Anistia ampla e geral a todos aqueles que fo-
 ram atingidos pelos atos de exceção. todos quantos se identifiquem

com a :
 objeti: Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem
 a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem
 com a idéia da necessidade imperiosa da Anistia, tendo em vista um dos
 objetivos nacionais: a Unidade da Nação.

A Anistia desde o Império até a República já foi outor-
 gada 50 vezes. E os que mais anistiaram foram Caxias e Dr. Getúlio Var-
 gas.

A Anistia se faz uma necessidade imperiosa. Ela virá for-
 talecer a união e desarmar os espíritos. Desarmados os espíritos es-
 tarão abertos os caminhos para o diálogo, a concórdia e o entendi-
 mento fraterno entre nós.

Apelamos ao governo que reconsidere sua negativa tor-
 nada pública pela televisão no dia 1 de agosto. Esperamos confiantes
 que a idéia - força da Anistia, e o anseio sincero da mulher brasilei-
 ra reafirmado através de seu trabalho sensibilize o governo e o di-
 ploma legal da Anistia seja outorgado, visando a união da família bra-
 sileira.

Cordialmente

Therézinha Zerbini
 Coordenadora
 Curitiba 31/08/88

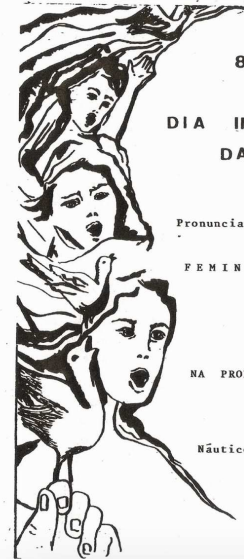
- Gal. Peri Beviláguas, ex-ministro do Superior Tribunal Militar: "A Anistia política deverá ser ampla, geral e irrestrita para que produza todos os benefícios de que é capaz. Não é a anistia como equivocadamente pensam alguns, uma medida sentimental. É medida de alta sabedoria política" (Trecho do discurso feito no lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia).

- Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, quando da denúncia feita pelo advogado Dalmo Dallari, da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo que existem cerca de 10 mil brasileiros exilados, correndo o risco de se tornarem apátridos por não conseguirem renovar seus passaportes; voltou a defender a Anistia geral, afirmando: "A Anistia é um direito se a condenação veio por injustiça, e por isso não deve ser alcançada com o punido tendo de esmolar ou se humilhar para obter aquilo que um direito seu".

Queremos finalizar proclamando todas as mulheres cearenses a darem seu testemunho, para que ao lado dos demais setores continuemos nossa luta por uma participação ampla da mulher na vida econômica, política e social da nação, na defesa dos Direitos Humanos e pela Anistia ampla e irrestrita, que devolva aos lares a tranquilidade e promova a união da nação.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA
- Núcleo Ceará -

1978 - 309 ANO DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM



8 de março

DIA INTERNACIONAL
DA MULHER

Pronunciamento do MOVIMENTO

FEMININO PELA

ANISTIA

NA PROMOÇÃO: "MULHER MOSTRA
MULHER"

Náutico Atlético Cearense

1978.

É com muita alegria que recebemos a homenagem que a Associação Cristã Feminina faz ao Movimento Feminino Pela Anistia nesta promoção MULHER MOSTRA MULHER. No Dia Internacional da Mulher, quando se comemora a luta das mulheres trabalhadoras da fábrica têxtil Cotton de Nova York, pela redução da jornada de trabalho, consideramos de grande importância essa homenagem por encará-la como o reconhecimento da luta que temos desenvolvido nos dois anos de existência do movimento na defesa dos Direitos Humanos, pela Anistia Ampla e Irrestrita e por uma participação da mulher em todos os níveis da vida da nação. Apesar da luta ter sido árdua, mas a certeza de que desempenhamos um papel importante na história do nosso Estado, ajudou-nos a que nos mantivéssemos firmes. mes.

O Movimento Feminino Pela Anistia foi legalmente constituído em 1975, em São Paulo, ao ser declarado o Ano Internacional da Mulher. Na oportunidade foi lançado o manifesto da Mulher Brasileira pela Anistia onde é reafirmada sua posição na história através da qual comprova-se seu espírito de solidariedade às aspirações de justiça e liberdade. presidente na

Com a presença da Dra. Teresinha Zerbine, presidente nacional do MFPA, que pronunciou conferência sobre "A Mulher na América Latina" criou-se em Fortaleza, em março de 1976, o núcleo cearense do MFPA como resultado do esforço de um grupo de mulheres, mães, esposas, filhas, irmãs e amigas de presos políticos e a colaboração de setores democráticos do Estado, tais como intelectuais, parlamentares, estudantes, advogados e representantes da Igreja, presentes a essa conferência.

Nossos objetivos, contidos no Estatuto e no Regimento Interno, giram em torno da "luta pelo respeito aos preceitos instituídos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, subscrita pelo Brasil, bem como a que visa a elevação sócio-cultural da mulher e principalmente a obtenção da anistia ampla e geral para todos os atingidos em seus direitos de cidadão". Conscientes da importância desses objetivos e identificadas com os ideais mais profundos da nossa sociedade - justiça e liberdade para todos - procuramos desenvolver uma programação ampla, dentro dos princípios democráticos, juntamente com várias associações e entidades de nossa cidade. No momento nos empenhamos na Abertura do Ano dos Direitos Humanos, assim considerado por ser 1978 o 309º Ano da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Hoje, a intranquilidade de milhares de lares brasileiros pela ausência de seus familiares presos, exilados, banidos e desaparecidos, a manutenção dos filhos de exilados sem nacionalidade, a marginalização de parcela significativa da população da vida política, artística, intelectual, científica e profissional, faz com que setores cada vez mais amplos da sociedade brasileira aspirem pela Anistia Política.

A luta pela Anistia é hoje um patrimônio da consciência nacional e muitas vozes têm se erguido em sua defesa, a exemplo de:

Raimundo Faoro, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil: "A Anistia tem toda uma tradição histórica em nosso país, que remonta ao Império. Seu objetivo sempre foi o de estabelecer um pacto de convivência e reintegrar os anistiados à sociedade, quando não do poder propriamente dito" (Rev. Isto é - 19.03.78) E ainda: "só a anistia conduz à pacificação. A revisão das punições significa combater o arbítrio pelo arbítrio (Mov. 05.02.78)

O dia internacional da mulher fazia parte do calendário aprovado nacionalmente pelo MFPA para divulgar a causa da anistia. Nele, datas tradicionais e progressistas mesclavam-se. (MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO CEARÁ. Dia Internacional da Mulher. Pronunciamento do Movimento Feminino pela Anistia na Promoção Mulher Mostra Mulher. 08 de março de 1978. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho).

movimento feminino pela anistia 1.



- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA -

- NÚCLEO DO CEARÁ -

REGIMENTO INTERNO

DO NÚCLEO



Art. 19 - O Núcleo do Ceará do Movimento Feminino Pela Anistia, constituído em Fortaleza, no dia 16 de março de 1976, é o órgão que, neste Estado, tem por objetivo executar o programa e cumprir as finalidades previstas no Art. 29 dos Estatutos do MFPA, publicados em resumo do "Diário Oficial" do Estado de São Paulo, edição de 13 de março do corrente ano.

Art. 29 - Como o organismo central, o Núcleo tem duração indeterminada, não tem finalidade política, religiosa, ideológica ou lucrativa, congrega mulheres de todas as classes sociais e orienta sua atividade estritamente de acordo com as leis do País, com os Estatutos do MFPA e com o presente Regimento.

Art. 39 - É dever de todas as sócias, a luta pelo respeito aos preceitos instituídos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, subscrita pelo Brasil, bem como a que visa à elevação sócio-cultural da mulher e, sobretudo, à obtenção da anistia ampla e geral para todos os atingidos em seus direitos de cidadãos.

O regimento interno do núcleo cearense segue os moldes do Estatuto Nacional elaborado pelas mulheres paulistas (MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO CEARÁ. Regimento Interno. 11 de agosto de 1976, Fortaleza. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho).

movimento feminino pela anistia



À Sua Santidade
Papa Paulo VI
Vaticano Roma

Beijamos a mão de Vossa Santidade com nosso

humilde rosário

Nós, mulheres brasileiras, cidadãs da maior nação católica do mundo, neste Ano Internacional da Mulher, consagrado a nós pela organização das Nações Unidas, inspiradas na posição do saudoso Santo Padre João XXIII, vimos à presença de Vossa Santidade para dar conhecimento do Manifesto da Mulher Brasileira a favor da Anistia aos presos e condenados políticos.

na no quadro político nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações do amor e Justiça.

Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade - do país, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a Unidade da Nação.!!

Pensamos estar amparadas pelas palavras de Vossa Santidade na Encíclica Populorum Progressio - quando em Bombaim: " O Homem deve encontrar o Homem, as Nações devem encontrar-se como irmãs e irmãos, como filhos de Deus. Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade"

Por ocasião da abertura do Ano Santo, Vossa Santidade apelo aos governos do mundo inteiro no sentido de que concedam com anistia a todos os presos políticos

O Movimento Feminino pela Anistia se fez representar oficialmente na Conferência Internacional da Mulher, na cidade de México e, inspirado na grandiosa do desejo de Vossa Santidade, lançou

- continua -

O apelo e trabalho conjunto com a Igreja, pelo menos com setores progressistas, marcou toda a atuação do Movimento. (MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. À sua santidade, Papa Paulo VI, 31 de julho de 1975. Acervo Therezinha Zerbini).

ANISTIA



"A MULHER LATINO AMERICANA E OS DIREITOS HUMANOS"

ASSISTA A CONFERÊNCIA DA DRA. TEREZINHA ZERBINI,

PRESIDENTE DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA A

SER REALIZADA NO AUDITÓRIO DO COLÉGIO NOSSA

SENHORA DE LOURDES, À RUA CONSELHEIRO ESTELITA,

500 (ESQUINA COM LIBERATO BARROSO).

▶ NO PRÓXIMO DIA 15 DE MARÇO (2ª FEIRA) ÀS 20 HORAS. ◀

Convite de conferência de lançamento do MFPA-Ce. (MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO CEARÁ. A mulher latino-americana e os direitos humanos. Março de 1976. Fortaleza. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho).

ACE 1642/82

CONFIDENCIAL

ACE N.º 001642 /82



INFORMAÇÃO Nº 176 /116/AFZ/78

DATA : 16 MAI 1978
 ASSUNTO : MANIFESTAÇÕES DE SOLIDARIEDADE À GREVE DE FOME DOS PRESOS SUBVERSIVOS
 REFERÊNCIA : INFÃO Nº 167/116 /AFZ/78, de 05 MAI 78
 DIFUSÃO : AC/SNI
 ANEXOS : A. Convite
 B. Relação de nomes
 C. Panfleto datado de 06 MAI 78
 D. Cópia de cartas de D. ALOÍSIO LORSCHIEDER

I. Conforme foi assinalado por esta AR na INFÃO da referência, versando sobre a greve de fome dos presos subversivos do CEARÁ, iniciada a 04 MAI 78, tal movimento grevista passou a receber de imediato o apoio de setores esquerdistas atuantes em FORTALEZA/CE. Com efeito, logo no domingo seguinte (07/MAI), foram distribuídos convites (Anexo "A") em diversas Igrejas locais, conclamando a população a participar de um jejum seguido de uma vigília a realizar-se na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na terça-feira (09 MAI). A distribuição de convites se estendeu a diversas faculdades por toda a segunda-feira, véspera do evento.

FZ/78, de 02 MAI 78). Como já é costumeiro, foi prestigiada por integrantes e adeptos de diversos movimentos contestatórios que compõem o esquema subversivo atuante no CEARÁ, denominado pelos SI da área como o "GRUPÃO". Desse modo, além do

CONFIDENCIAL

Diversos órgãos de segurança do regime ditatorial estabeleciam vigilância sobre o núcleo cearense do MFPA, procurando estabelecer ligações com movimentos de esquerda do período.

Trecho de ACE 1642/82, 1978, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).

ACE 1769/82

CONFIDENCIAL

ACE N.º 001769 / 82

INFORMAÇÃO Nº 160 / 16/AFZ/78

DATA : 02 MAI 1978
 ASSUNTO : CRIAÇÃO DO COMITÊ ESTADUAL PELA ANISTIA DO CEARÁ
 REFERÊNCIA:
 DIFUSÃO : AC/SNI
 ANEXOS : A. Convite e recortes de jornais
 B. Relação de nomes
 C. Cópia da poesia "Uma Questão de Amor"
 D. Cópia de carta remetida ao Ministro da Justiça
 E. Panfleto "Carta Aberta ao Povo Cearense"
 F. Duas publicações intituladas "Anistia"

1. No dia 18 ABR 78, o Movimento Feminino Pela Anistia, Núcleo do Ceará - MFPA/CE promoveu no salão paroquial da Igreja de Otávio Bomfim, nesta Capital, a realização de uma Mesa Redonda sobre Anistia e Direitos Humanos, com a finalidade de comemorar o 33º aniversário da "Anistia de 1945" e instituir a Comissão Organizadora do Comitê Estadual Pela Anistia do Ceará - MFPA/CE.

2. Como já é comum nas promoções do MFPA/CE, esta reunião foi precedida de farta distribuição de convites em várias Igrejas de FORTALEZA, além de ser anunciada, sem muito destaque, pela imprensa (Anexo "A"). Na Universidade Estadual do Ceará, a professora LUIZA DE TEODORO VIEIRA enalteceu o referido Movimento e convidou seus alunos a lhe acompanharem à citada reunião, não obtendo, todavia, êxito no seu propósito porquanto não foi atendida por nenhum estudante da sua classe.

ma subversivo atuante no CEARÁ, denominado pelos OI da área como o "GRUPO". Além do apoio dado pelo clero, na cessão do local e na distribuição de convites, o MFPA/CE, nesta programação, con

CONFIDENCIAL